



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

DIMENSÕES DA CIBERDEMOCRACIA

Conceitos e experiências fundamentais

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Salvador – Bahia
Maio 2004



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

DIMENSÕES DA CIBERDEMOCRACIA

Conceitos e experiências fundamentais

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes

Salvador – Bahia
Maio 2004



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação “Dimensões da Ciberdemocracia – Conceitos e experiências fundamentais”, elaborada por Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes (Orientador)

Prof. Dr. André Luiz Martins Lemos (Examinador Interno)

Prof. Dr. Jorge Almeida (Examinador Externo)

Salvador, 04 de maio de 2004.

*Dedico este trabalho
à minha família.*

AGRADECIMENTOS

*“Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte,
porque, apesar de muito moço, me sinto são, salvo e forte.
E tenho comigo pensado: Deus é brasileiro e anda do meu lado.
Assim já não posso sofrer... no ano passado.”*
Antônio Carlos Gomes Belchior, "Sujeito de Sorte"

A trajetória de estudos que culminou nesta dissertação não deixou de contar com a contribuição de diversas pessoas. Nestas linhas, expresso gratidão especial a quem não me deixou sozinho ao longo destes 21 meses, dividindo idéias, projetos, cervejas, medos e saudades.

Ao professor Wilson Gomes, agradeço pela confiança e perspicácia;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, em particular Benjamin Picado, Jeder Janotti, Marcos Palacios, Maria Carmem, Itânia Gomes e Giovandro Ferreira; agradecimento fraterno a André Lemos, sempre disposto a ensinar e aconselhar;

À Universidade Federal da Bahia e à Capes, pela bolsa de estudos e pelo acesso ao Portal de Periódicos.

Aos amigos feitos durante o curso: José Carlos, Carla Schwingel, Luciana Mielniczuk e José Afonso Júnior (aliás, pessoas estas com quem contei desde antes do início do mestrado); Ana Cláudia Pantoja, Ana Cristina Spannenberg, André Stangl, Carla Quaresma, Cassiano Simões, Flávia Rocha, Greice Schneider, Lílian Reichert, Luize Meirelles, Maria Eugênia Rigitano (amizade fiel), Patrícia Moraes (ô, linda) e Rossana Gaia.

Aos amigos de Fortaleza, Adlane Araújo, Adriano Ararajuba, Fernando Máskara, Raphaella Theóphilo, Sybelle Alencar et à petite Schramm.

Às amigas conquistadas na cidade do Salvador, como Juliana Pestana, Marelis Tavares, Paula Praxedes.

Por fim, manifesto toda gratidão e amor à minha família: Dona Abigail (paciente e valente), Ana, Dione, Léia, Cleanny, Cleandro, Aaron e Jean.

De todo coração, obrigado.

RESUMO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação visa examinar teoricamente algumas das dimensões da interface entre democracia e tecnologias de comunicação e informação, suas potencialidades, problemas e perspectivas de maior destaque. Admitir que as novas tecnologias de comunicação revolucionam a compreensão de democracia não é apenas aderir a uma perspectiva triunfalista. Implica, também, em aceitar que a democracia passa por carências que comprometem sua superioridade contemporânea enquanto forma de governo. Por outro lado, negar o potencial destas tecnologias para concertar diferentes formas de manifestação política, inclusive por parte da esfera civil, não parece uma saída satisfatória. São examinadas cinco classes de fenômenos manifestos nas redes telemáticas com implicações no campo político, a saber, Governo Eletrônico, Voto Eletrônico, Ativismo Digital, Comunicação Político-partidária e Esfera Pública Virtual. A hipótese central deste trabalho entende que a forma democrática de governo tem nas redes telemáticas um canal complementar para fomentar a participação dos cidadãos e conformar espaços de debate e informação, além de indicar mudanças nas relações entre agentes políticos institucionais (governo e agremiações partidárias) e esfera civil.

PALAVRAS CHAVE:

Ciberdemocracia - Comunicação Política - Internet

ABSTRACT

This dissertation aims to examine some dimensions of the interface between democracy and new technologies of communication and information, its potentialities, problems and perspectives. To admit that new technologies of communication revolutionize democracy is not only to adhere to a triumphalist perspective. It implies, also, in accepting that democracy have some lacks that compromise its superiority while government form. On the other hand, to deny the potential of these technologies for concerting different ways of political manifestation, inclusively from the civil sphere, is not a satisfactory view. One examine five class of manifest phenomena in the telematics nets with implications in the political field: Electronic Government, Electronic Vote, Digital Activism, Parties and Campaign in a Digital Age and Virtual Public Sphere. The central hypothesis comprises that democracy has in the Internet a complementar channel to foster the participation of citizens and to conform spaces of debate and information, besides indicating changes in the relations between institutional agents (government and partisan clubs) and civil sphere.

KEY-WORDS:

Cyberdemocracy - Political Communication - Internet

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:

<u>Democracia 'Plug and Play'?</u>	10
Hipóteses centrais do trabalho	14
Estruturação da dissertação	15

PARTE 1:

<u>Subsídios da Teoria Democrática para a Compreensão da Democracia Digital</u>	18
<i>1.1 A teoria democrática: notas genéricas como subsídios à sua compreensão</i>	19
Algumas dificuldades diagnosticadas no funcionamento da democracia	22
Os modelos de democracia	25
<i>1.2 A esfera pública como conceito central da democracia</i>	31
Dados históricos sobre a noção esfera pública	31
A "mudança estrutural" do ponto de vista habermasiano	35
As diferentes considerações adicionadas à noção de esfera pública após 1962	40
O Habermas subsequente e seus críticos	51
A importância do conceito de esfera pública	59

PARTE 2:

<u>Considerações Gerais Sobre a Natureza das Redes Telemáticas</u>	61
Notas sobre a relação entre <i>Mass media</i> e democracia	61
<i>2.1 Apontamentos em Comunicação e Cibercultura</i>	66
<i>2.1.1 Dados acerca da história da Internet</i>	67
<i>2.1.2 Da Exclusão digital</i>	71
<i>2.2 A Teoria da Comunicação à luz das novas tecnologias</i>	83
A Internet como meio de comunicação	88
Críticas à "sociedade da informação"	93

PARTE 3:

<u>A Internet Como Ambiente Político: Conceitos e Experiências Fundamentais</u>	97
As expectativas de democracia digital	97
<i>3.1 A Teledemocracia e as diferentes compreensões de democracia digital</i>	102
<i>3.2 Governo eletrônico</i>	109
<i>3.3 Voto eletrônico</i>	119
<i>3.4 Ativismo digital</i>	127

<i>3.5 Comunicação político-partidária na Internet</i>	143
<i>3.6 Esfera pública virtual</i>	155
Sobre a viabilidade de uma esfera pública virtual	159
Os discursos que aceitam a noção de esfera pública virtual	160
Os discursos que negam o conceito de esfera pública virtual	165
A esfera pública virtual como conversação civil	171
As iniciativas de esfera pública virtual	182
Parlamento Digital / Democracia Deliberativa	185
<u>CONCLUSÃO</u>	188
Observações para pesquisas futuras	192
<u>REFERÊNCIAS</u>	194

INTRODUÇÃO:

DEMOCRACIA 'PLUG AND PLAY'?

Não são poucas as assertivas que dão como certa uma revitalização da democracia e de suas instituições com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, mais destacadamente a Internet. Dentre as teses mais populares, estão desde as mais palpáveis, mas não suficientemente investigadas, como a de que o Estado tornar-se-ia mais próximo do cidadão (por oferecer serviços e ganhar transparência)¹, até as que geram maior polêmica, pois sustentam que, com a Internet, seria enfraquecido decisivamente o caráter oligopólico da comunicação massiva, no qual se protegeriam os grandes conglomerados de informação e entretenimento².

Uma rápida consulta a motores de busca revela a quantidade de páginas (na escala de milhares) relativas ao assunto, evidenciando muitas vezes a euforia com a qual o tema é tratado. Basta associar "internet" + "esfera pública" ou "democracia digital" e as centenas de referências deslizam pela tela em poucos segundos.

1 Há, pelo menos, dois trabalhos sobre este tema que adotam tal visão: "As expectativas em relação à governança eletrônica vão além dos serviços automatizados e das compras feitas pelo governo através da Internet. Ao contrário, as expectativas em relação ao governo eletrônico representam uma transformação fundamental no governo, numa escala nunca vista desde o início da era industrial." (Ferguson, 2002: 104). Existe ainda uma segunda referência: "As possibilidades [da rede] estendem-se muito além do comércio. O setor público está sitiado no mundo inteiro. Os contribuintes de todas as partes querem um Estado maior e mais barato (...) Os programas governamentais podem distribuir-se eletronicamente pela rede e, com isso, melhorar a qualidade e reduzir os custos. Pode-se facilitar o acesso à informação oficial e criar, assim, um governo mais aberto. Os departamentos virtuais podem combinar o trabalho de muitos organismos para oferecer aos cidadãos um canal de comunicação único. Pelas redes, pode-se acabar com a burocracia." (Cebrián, 1999: 17)

2 Também aqui há a exposição de dois autores que compartilham compreensões semelhantes. O primeiro é Dênis de Moraes (2001): "A Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. [...] Com a migração para a Web, as entidades aderem à comunicação em tempo real, sem centros fixos de enunciação. [...] Esse modelo alternativo de expressão, apoiado em processos interativos, contribui para reduzir a dependência aos meios tradicionais, com a sua crônica desconfiança dos movimentos comunitários. O mosaico comunicacional da Web reforça, assim, os campos de resistência à concentração da mídia, permitindo que idéias humanistas se expressem no perímetro do espaço político desterritorializado." (Moraes, 2001). A segunda contribuição vem de Leda Guidi (2002): "A compreensão e a força pragmática do paradigma de rede – e a mudança implícita que provoca nas relações de poder e representação – está em colocar o ponto de vista centralizado entre parênteses, obviamente, sem se esquecer de sua utilidade descritiva em determinados contextos. Adquirir o hábito de usar comunicação para propósitos cívicos, democráticos e educacionais, por exemplo através da rede cívica metropolitana, pode ser a maneira mais efetiva de enfrentar o risco do surgimento de uma tecnocracia oligárquica telemática, e de aumentar a massa crítica capaz de usar o meio e de participar da produção de conteúdos e formas de linguagem específicas." (Guidi, 2002: 183)

O que não se pode negar, em todo caso, é a força de uma nova perspectiva em relação à tecnologia de comunicação expressa em diversas das manifestações mais triunfalistas (Palacios, 2001). Se as bases teóricas tradicionais do campo mediático percebiam a comunicação de massa como caracterizada por uma estrutura vertical entre emissor e receptor, onde alguns poucos manipuladores disseminariam conteúdos de relevância duvidosa, interesses de grandes corporações e do "imperialismo cultural" (travestido de modernização, como denunciava Herbert Schiller, apesar de não ser frankfurtiano, já na década de 70, na Inglaterra), ganha força, contemporaneamente, o que Dominique Wolton (2001) ataca empregando o termo "ideologia da técnica". A sedução pela "ideologia da técnica" (Wolton, 2001) exalta as inovações de última geração, a corrida pela rapidez dos processadores, a avidez pela imensidão informacional e a necessidade de estar todo o tempo conectado, mas pouco negociaria ou daria atenção às enraizadas estruturas sociais e culturais, mais lentas em sua evolução exatamente por serem mais complexas e contarem com o fator gente, em vez de máquina; por não saírem de uma fábrica e não estarem submetidas a uma produção em série.

Nestes termos, a admissão de que (a) a democracia se torna necessariamente uma forma de governo com menos defeitos em virtude de uma maior quantidade de fluxos e de potenciais agentes em comunicação precisa ser investigada com cuidado³. Por mais que os esforços intelectuais de pesquisadores do campo queiram garantir à comunicação seu lugar de direito na teoria social, o pensamento que infere a evolução democrática a partir do avanço técnico das máquinas de comunicar precisa ser examinado cautelosamente⁴. A questão não é dar menor importância à comunicação no contexto democrático (o que seria pouco inteligente, dada a presença marcante de

3 Pierre Lévy comenta a utilização de artifícios para se chegar a uma forma mais legítima de governo: "A filosofia política ainda não foi capaz, evidentemente, de recensear e discutir a democracia direta em tempo real no ciberespaço, pois sua possibilidade técnica apresenta-se apenas a partir de meados dos anos 80. [...] Por ocasião do nascimento das democracias modernas, milhões de cidadãos se dispersavam em extensos territórios. Foi, na época, praticamente impossível manter uma democracia direta em grande escala. A democracia representativa pode ser considerada uma solução técnica a dificuldades de coordenação. Mas, uma vez que as melhores soluções técnicas são apresentadas, não há motivo algum para não explorá-las a sério. [...] O ideal da democracia não é a eleição de representantes, mas a maior participação do povo na vida da cidade. O voto clássico é apenas um meio. Por que não conceber outros, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitiriam uma participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositada nas urnas?" (Lévy, 1998: 64)

4 Obviamente, nenhum dos fundamentos da democracia prescinde de uma comunicação eficiente. E é claro que uma comunicação melhor favorece a busca pelo consenso, pelo diálogo.

conteúdos mediáticos em eleições, por exemplo), mas fazer atribuições justas à sua manifestação no campo político.

Será preciso investigar, do mesmo modo, se a idéia de que (b) a democracia funciona de maneira semelhante às máquinas "plug and play" (conecte e use), de forma que, ao se fornecer aos cidadãos um determinado equipamento de caráter descentralizado, sem constrangimentos de natureza comportamental, expressiva, ideológica ou espaço-temporal (algo factível, em princípio, com o surgimento das redes telemáticas) automaticamente se daria uma revolução social em termos de busca do bem comum⁵ pois, uma vez conectados, os indivíduos estariam prontos a se despir do egoísmo e exercitar suas virtudes, compartilhar, conversar pacificamente⁶. Conforme assinala Dominique Wolton:

"Em particular, a Net é investida de todas as virtudes, constituindo o exacto simétrico de tudo aquilo que não agrada nos meios de comunicação social de massas. Quando se trata destes, tudo se resume a 'dominação cultural' e 'passividade'; já com a Net, fala-se sempre se 'liberdade individual' e de 'criação' [...] Imagina-se um emissor animado das piores intenções e de um destinatário sempre crédulo, sem autonomia nem distância crítica. Do mesmo modo que se nega a distância crítica do receptor, nega-se igualmente a dimensão normativa do emissor, isto é, a possibilidade de uma certa intercompreensão." (Wolton, 2001: 32)

Não se descarta, é importante fazer sobressair, toda a gama de possibilidades abertas por este novo sistema de comunicação, mais plural, dinâmico, ágil, que favorece o oferecimento dos vários pontos de vista. Entretanto, como defende Daniel Bounoux, "... nossas relações técnicas estão necessariamente engestadas em relações pragmáticas

5 "O Bem comum é, ao mesmo tempo, o princípio edificador da sociedade humana e o fim para o qual ela deve se orientar do ponto de vista natural e temporal. O Bem comum busca a felicidade natural, sendo portanto o valor político por excelência, sempre, porém, subordinado à moral. O bem comum se distingue do bem individual e do bem público. Enquanto o bem público é um bem de todos por estarem unidos, o Bem comum é dos indivíduos por serem membros de um Estado; trata-se de um valor comum que os indivíduos podem perseguir somente em conjunto, na concórdia. Além disso, com relação ao bem individual, o Bem comum não é um simples somatório destes bens; não é tampouco a negação deles; ele coloca-se unicamente como sua própria verdade ou síntese harmoniosa, tendo como ponto de partida a distinção entre indivíduo, subordinado à comunidade, e a pessoa que permanece o verdadeiro e último fim." (Bobbio, 2000: 106)

6 Aqui, pode-se ilustrar a defesa desta concepção a partir de Henrique Antoun (2001): "... o espaço virtual é aquele que de fato nós sempre habitamos. Nele uma democracia torna-se possível porque a multidão armada pelas tecnologias da informação (TI) e comunicação mediada por computador faz o problema da cidadania pós-moderna e da segurança pública convergirem na direção da organização das comunidades virtuais, apontando na direção de um novo pacto democrático. Como na antiga Grécia a construção do

que as precedem e as dirigem. Está-se de acordo, hoje, ao dizer que se a ferramenta autoriza, ela raramente determina" (Bougnoux, 1999: 107). Em outros termos, torna-se mister verificar as características relativas à apreensão sócio-cultural de tais aparatos tecnológicos que permeiam o hodierno, para, posteriormente, examinar sua eficácia e maneiras de inserção no jogo político. Em suma, nem tudo o que se observou e investigou sobre o tema "democracia" deve ser reconsiderado a partir do "espaço de fluxos" (expressão empregada por Castells, 1999)⁷.

Neste contexto, toma-se a tarefa de refletir sobre algumas das implicações geradas pelas novas tecnologias de comunicação na arena política.

Configura-se como objetivo *geral* do presente trabalho, examinar, levando em consideração a função dos *mass media* de fornecer à esfera civil a informação necessária para se compreender a realidade política de cada sociedade democrática (temas processados na esfera pública e os agentes da decisão), as relações entre o advento das novas tecnologias de comunicação, prioritariamente a Internet, e o estabelecimento de novas configurações do jogo político; sem a pretensão de estabelecer conceitos ou categorias definitivas, este trabalho estuda quais ingredientes são adicionados ao campo político com o advento da Internet, de que forma, em que medida, permitindo quais possíveis conclusões.

exército hoplita – feita pelas elites para fugir do terror despótico do gigantesco exército Persa – armou o povo, que insurrecionado, gerou a invenção da cidadania e do estado democrático."

⁷ Ayres (1999) acredita que, com o advento das redes telemáticas, sua difusão e uso corrente por parte dos cidadãos e instituições ligadas ao campo político-administrativo, torna-se necessária uma nova reflexão sobre os conceitos empregados para examinar teoricamente os fenômenos do campo político: "The Internet, which includes Web *sites*, listservs, and *e-mail*, is promoting a revolution in both the means of communication and the dynamics of popular contention. Perhaps nowhere is globalization's impact being more visibly and dramatically felt than in this revolution of communications technology. This cyber-diffusion — the rapid, computer generated dissemination of information around the world, without concern for geographic location — has not only changed the nature and process of contention but has encouraged a significant rethinking of those concepts available for understanding this contention. [...] There is wide agreement that the Internet is dramatically changing the dynamics of political participation" (Ayres, 1999: 133-140). T. A: "A Internet, que inclui Web sites, listas de discussão e correio eletrônico, vem promovendo uma revolução tanto no que significa comunicação quanto na dinâmica da afirmação popular. Talvez em lugar nenhum o impacto da globalização esteja sendo tão visível e dramaticamente sentido do que em termos de tecnologias de comunicação. Esta ciber-difusão - a rapidez, disseminação de informação pelo mundo gerada pelos computadores, sem levar em conta a localização geográfica – tem não apenas mudado a natureza e o processo de disputa [política] mas tem encorajado uma nova reflexão significativa dos conceitos disponíveis para a compreensão desta disputa. Há uma concordância geral de que a Internet vem dramaticamente modificando a dinâmica da participação social."

Hipóteses centrais do trabalho

Pode-se propor, então, que as conseqüências das novas tecnologias de comunicação para o fazer político não são gerais, mas também não são tímidas o suficiente para ser encaradas como apenas peculiares.

Se os meios de comunicação de massa convencionais, como a televisão, o rádio e o jornal impresso, controlaram, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, praticamente todo o fluxo de informações necessárias ao bom funcionamento das sociedades democráticas (conformando, simplificada, um sistema, *esfera política <--> esfera da informação e do entretenimento <--> esfera civil*), pode-se postular, com o advento da Internet, uma modificação, ainda que não seja total, na natureza das trocas de conteúdo cognitivo e de disposições entre os agentes deste sistema.

Em outras palavras, com a Internet se torna possível aos agentes da esfera político-administrativa dirigir-se diretamente aos cidadãos (eleitores) por meio de conteúdos digitais próprios, complementando a circulação de seus informativos distribuídos através dos meios de comunicação convencionais, dispendiosos no tempo, nos custos e que nem sempre atingem o público desejado; isto é, abre-se uma possibilidade de que tais agentes não sejam compelidos, em todos os momentos, a se curvarem ou oferecer lisonja aos agentes e instituições da esfera da informação e do entretenimento, para que estes publiquem dada notícia, sob determinado enfoque. Apesar de ainda incipientes, podem ser apontados canais e instrumentos alternativos a serem empregados nas políticas de comunicação.

Do mesmo modo, organizações da sociedade civil e indivíduos isolados podem, a partir do emprego de um meio barato e rápido, expor seus posicionamentos em relação a determinado assunto, angariar recursos e planejar ações contra entidades ou atitudes governamentais (Mitra, 2001; Deibert, 2000).

Estas hipóteses podem ser aditadas à compreensão geral deste trabalho de que não há, com o advento das redes telemáticas, rupturas completas com as formas políticas e institucionais já estabelecidas. Na verdade, estas tecnologias se inserem como um fator que complexifica o entendimento da forma democrática de governo e os posicionamentos dos diversos atores do campo político (tornando-se útil ou mesmo

indispensável para algumas organizações) por (1) oferecer perspectivas de modernização administrativa, (2) possibilitar acesso fácil à informação, (3) dar voz a opiniões antes suprimidas pelos grandes veículos de comunicação ou por governos autoritários, (4) possibilitar uma relação direta dos atores políticos (institucionais ou não) com os cidadãos e (5) dos cidadãos entre si, através da formação de grupos de debate e de ativismo político.

Estruturação da dissertação

O trabalho foi dividido em três partes principais. A primeira, *Subsídios da Teoria Democrática para a Compreensão da Democracia Digital*, discute alguns fundamentos da teoria democrática, associando-a prioritariamente à categoria "esfera pública". A idéia é expor, de modo a não exaurir as diferentes concepções teóricas, considerações concernentes aos principais modelos de democracia, explorando determinadas dificuldades desta forma de governo, bem como aditando breves reflexões provenientes da teoria política. A razão do trabalho em se dedicar a uma fundamentação desta natureza é a percepção de que muitas das preocupações (e também soluções) que ocorrem aos especialistas das relações entre democracia e novas tecnologias de comunicação já se configuram como problemas para os pensadores da democracia há um maior tempo.

Ainda nesta primeira parte, examina-se as tendências atuais quanto à compreensão da categoria esfera pública, dando-se vazão aos seus primeiros postulados históricos, críticas e alternativas, além de se avaliar, genericamente, a importância deste conceito para a democracia contemporânea. Tenciona-se, a partir destas atitudes, preparar o terreno para um debate mais profícuo sobre o tema da dissertação.

A segunda parte, *Considerações Gerais Sobre a Natureza das Redes Telemáticas*, busca dar conta de aspectos gerais em torno da rede mundial de computadores, pondo em debate seu histórico, reflexões sobre a questão do acesso aos equipamentos e demais desigualdades relativas ao "mundo digital". Discute-se se a Internet pode ser considerada um *medium* que traz implicações severas em relação às formulações da teoria da comunicação, e por quais maneiras se dão estes eventos. A

dissertação não tem por pretensão o tratamento de temas diversos relativos à Cibercultura, como por exemplo suas tendências técnicas, velocidades, modos de ser e estar, sociabilidades e subjetividades, jornalismo *online*, educação ou teletrabalho, apesar destes temas, em algum momento ou outro, servirem de ilustração⁸.

Já a terceira parte do trabalho busca articular o estudo da *Internet Como Ambiente Político*. A Internet compreende vários fenômenos e pode servir a distintos campos sociais: economia, cultura, informação e entretenimento. Porém, a esta dissertação, vão interessar essencialmente as manifestações e conceitos fundamentais que concernem à articulação dos atores políticos (institucionais ou não, organizados ou não, efêmeros ou não) no uso das novas tecnologias de comunicação e informação. Na tentativa de dar conta das experiências mais importantes, procura-se dissertar sobre 1) Governo Eletrônico, 2) Voto Eletrônico, 3) Ativismo Digital, 4) Comunicação político-partidária e, por último, investiga-se teoricamente a admissão do conceito de 5) Esfera Pública Virtual.

A hipótese é de que estas classes de fenômenos, em maior ou menor medida, contribuem para uma compreensão mais ampla do que se entende por Ciberdemocracia. Não adiantaria, por exemplo, um governo informatizado e que oferecesse serviços online aos seus cidadãos, se, por outro lado, ele não absorve as disposições da esfera civil, levando em consideração apenas a diminuição dos seus custos através da automação administrativa; de modo semelhante, o ativismo digital, seus sites, fóruns e informativos, não podem ser descolados de um exame do conceito de esfera pública virtual, por exemplo.

Importante dizer que este trabalho não visa entender *todas* as modalidades de atuação política geradas por um meio de comunicação complexo e abrangente como a Internet (que, na verdade, nem *apenas* pode ser subsumida a meio de comunicação por não obedecer, quando comparada, às lógicas dos *media* "tradicionais"). Através de uma revisão de literatura, o objetivo é fazer o estudo de algumas das novas formas de mediação política oferecidas pela Internet, apontando estas mediações como indicadores para a conformação de um conceito mais amplo, a saber, o de Ciberdemocracia.

8 Tal observação vale igualmente para o emprego dos seguidos apontamentos vindos dos estudos mais sedimentados de comunicação e democracia (cujo objeto preferencial não seja, necessariamente, o estudo das redes digitais), que também permeiam os diferentes tópicos.

Destaque-se a maior dedicação da dissertação à última classe de fenômenos, Esfera Pública Virtual. As diferentes disposições dos especialistas acerca do tema são caracterizadas; são citadas diferentes iniciativas no sentido de concretização dos debates digitais; procura-se, ainda, tecer considerações sobre controle de conteúdo nas redes telemáticas. Prioritariamente, monta-se, neste tópico, a argumentação sobre o melhor funcionamento dos espaços discursivos digitais como ferramentas de apoio à democracia representativa contemporânea.

É lícito se reivindicar uma justificativa sobre o porquê da escolha destas dimensões de fenômenos que relacionam democracia e Internet. O trabalho defende que estas cinco dimensões enumeradas recobrem as principais experiências que têm o objetivo de aprimorar a forma democrática de governo através do uso de tecnologias digitais de comunicação. As investigações da literatura revisada durante a feitura da dissertação também cabem de modo pertinente em pelo menos uma destas cinco classes.

Cada um destes conceitos representa classes de fenômenos que podem conter diversos usos, por diferentes atores sociais⁹. Por exemplo, a categoria esfera pública pode ser estimulada pela esfera civil (comunidades virtuais e seus debates, ainda que não deliberativos) e também pela esfera parlamentar-estatal. Dentro da compreensão de ativismo digital, podem constar manifestações isoladas ou de grupos organizados, de entidades pré-existentes à Internet ou necessariamente *online*, protestos dispersos geograficamente ou não.

É por este motivo que se procura fazer um apanhado das questões fundamentais ligadas a cada classe, procedendo ao exame de algumas das implicações trazidas pelo meio de comunicação digital e os modos mais flagrantes de aplicação ao campo político, não objetivando esgotar as experiências que a cada dia brotam das classes elencadas. As observações feitas sobre uma determinada classe podem se sobrepor ou manter validade em outra classe, isto é, um apontamento específico sobre esfera pública virtual de feição parlamentar entra em articulação com o que se escreve acerca de governo eletrônico.

⁹ Importante ressaltar ainda que as conseqüências destas novas tecnologias não abatem igualmente a esfera governamental e a esfera civil, assim como é difícil estabelecer o que é apenas estatal e o que é apenas civil quando se busca examinar os fenômenos que cercam a democracia digital.

PARTE 1

SUBSÍDIOS DA TEORIA DEMOCRÁTICA PARA A

COMPREENSÃO DA DEMOCRACIA DIGITAL

Ao propor o estudo de um tema como a democracia (da qual a "democracia digital" seria derivada), não se pode perder de vista a contribuição já ofertada pelas ciências sociais, sobretudo se o interesse da investigação recai sobre um dos aspectos mais importantes para a teoria desta forma de governo: a relação entre esfera política e esfera civil a partir da mediação da esfera pública.

Inicialmente, é importante ressaltar que esta primeira parte da dissertação não tem a pretensão de realizar uma discussão exaustiva dos modelos e teorias que se referem à forma democrática de governo, mas, simplesmente, considerar, no interior das teorias da democracia, aquelas dimensões e aspectos que interessam ao argumento sobre se a Internet é uma modalidade de comunicação que pode ser aplicada eficazmente ao aperfeiçoamento da forma democrática de governo.

A seção, nestes termos, está dividida em duas partes. Na primeira, o objetivo é examinar determinados tópicos da reflexão sobre a teoria democrática contemporânea que apresentam subsídios para uma discussão mais abalizada sobre a "democracia digital".

Através do apoio de informações históricas e do recurso a alguns autores clássicos, a intenção é expor, em linhas gerais, os modelos de compreensão da democracia advindos, principalmente, da ciência política; também são expostas determinadas dificuldades e críticas à democracia. Indica-se, por exemplo, a origem da democracia representativa com a justificativa de que se deve afastar, em momento oportuno da dissertação, a perspectiva que identifica uma correspondência entre democracia apoiada pelos meios de comunicação e democracia direta (cf. Toffler, 1996, e suas reflexões sobre teledemocracia). Uma outra questão enfatizada nesta primeira parte versa sobre a apatia dos cidadãos, típica da cultura política de algumas sociedades. A idéia é argumentar que a participação dos cidadãos na democracia não está ligada apenas a uma questão de fornecer equipamentos ou dar voz a todos com algo a dizer de relevância política.

A segunda parte tem como motivação a investigação de um dos fundamentos da democracia, a saber, a noção de esfera pública. O destaque ocorre sobre seu histórico, esforços para uma definição, "mudanças estruturais" e modelos alternativos de compreensão deste conceito. Defende-se a importância da esfera pública para uma maior efetividade da democracia, sobretudo no que concerne ao modelo deliberacionista, pois é neste âmbito de discussões onde são colocadas em pauta as preocupações e modos de resolver os problemas presentes na agenda social. A importância em estudar melhor esta categoria ganha pertinência na medida em que as dimensões da ciberdemocracia propostas para este estudo mantêm relação ímpar com noções ligadas ao conceito de esfera pública, como a abertura dos governos aos cidadãos, a participação da esfera civil, a formação discursiva da vontade e a busca pelo consenso, além do estabelecimento de um novo canal informativo.

A partir desta revisão de literatura, tem-se a intenção de fundamentar, minimamente, os pressupostos da democracia com o objetivo de debater, em um segundo momento do trabalho, o que se compreende por democracia digital.

1.1 A teoria democrática: notas genéricas como subsídios à sua compreensão

O século XX foi marcado pelo triunfo da forma democrática de governo. Depois de a história testemunhar regimes autoritários na Europa Ocidental, que sucumbiram em boa parte ao término da Segunda Guerra Mundial; ditaduras latino-americanas, fracassadas sobretudo no plano econômico e social; e a queda do regime soviético, a democracia parece se firmar, contemporaneamente, como o modo de governar que agrega a maior legitimação proveniente da esfera civil.

Este triunfo da democracia pode ser evidenciado nos discursos de líderes políticos ou de instituições que buscam associar às suas imagens públicas o adjetivo "democrático": acontece, então, em muitos casos, um uso indiscriminado da palavra "democracia", e seus derivados, o que a faz tornar-se um "imã semântico" (Ribeiro,

2001). A ex-União Soviética e os países que antes estavam sob sua influência, por exemplo, intitulavam-se "democracias populares"¹⁰.

O fato é que a prática de governo arbitrário e que não possui o compromisso de prestar contas à sociedade parece ser uma idéia cada vez mais distante das realidades dos países ocidentais¹¹. Percebe-se, porém, que nem todos os países vivem sob este regime: o nacionalismo fervoroso, xenófobo ou o fanatismo religioso continuam servindo como justificativa para a manutenção de regimes onde um só ou apenas poucos governam, sem a anuência civil; há exemplos de países onde o voto não é estendido a toda população; onde a imprensa é capitaneada por escritórios do executivo central; aliás, onde os outros poderes (Judiciário e Legislativo), quando existem, estão encolhidos ou subsumidos (Dahl, 2001).

Se a configuração moderna de democracia ainda é recente (aponta-se o século XVIII como seu início histórico), sua noção, porém, remonta a séculos¹². Democracia vem do grego (*demos*, povo; *kratein*, governar) e foi exatamente na cidade-Estado de Atenas, pertencente ao mundo helênico, onde foi pela primeira vez praticada, por volta do século V antes de Cristo. Ribeiro (2001) observa que, desde sua origem na Antigüidade, a democracia não pressupõe um "governo pelo povo", onde este estaria no comando da administração estatal, por todo o tempo; o real significado é "governo do povo", ou seja, onde o povo é a fonte do poder, tem a capacidade de autorizar o mando e de influenciar na execução de políticas públicas. O poder deixa de ser exercido de dentro dos palácios (por tiranos, por exemplo), por quem governa sem o consentimento

10 Pode-se ilustrar esta observação a partir do seguinte trecho: "... Vladimir Ilitch Lenin afirmou: 'A democracia do proletário é um milhão de vezes mais democrática do que qualquer democracia burguesa: o governo soviético é um milhão de vezes mais democrático do que a mais democrática república burguesa'. [...] No entanto, por que deveríamos aceitar covardemente as declarações dos déspotas de que são democratas? Uma serpente venenosa não se torna uma pomba porque seu dono diz que é. Não importa o que afirmem líderes e propagandistas, um país será uma democracia apenas se possuir *todas* as instituições políticas necessárias à democracia." (Dahl, 2001: 115-116)

11 O cientista político Emir Sader (2001) admite esse processo de conversão recente dos regimes autoritários em democracia, mas o critica na medida em que o modelo de democracia "liberal" adotado por estes países segue um viés norte-americano, isto é, uma democracia na qual imperaria a manipulação de campanhas eleitorais; governos que apelam constantemente a recursos midiáticos; partidos cada vez menos diferenciáveis no espectro ideológico e apatia dos cidadãos, patrocinada pelo seu mero caráter de consumidor. (Sader, 2001, http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-08-12/mat_49460.htm , capturado em 04 de setembro de 2003)

12 Robert Dahl (2001) afirma, em consideração sobre os diferentes modos de aceitação da democracia ao longo da história, o seguinte: "Até dois séculos atrás apenas (digamos, há dez gerações) a história tinha pouquíssimos exemplos de verdadeiras democracias. A democracia era mais assunto para teorização de filósofos do que um verdadeiro sistema a ser adotado e praticado pelos povos. Mesmo nos raros casos em

dos governados, e ganha visibilidade pública para avaliação e aprovação ou não dos considerados cidadãos.

Importante ressaltar, mesmo levando em consideração as correspondências históricas, que não faltam diferenças entre a democracia antiga e a contemporânea. Enquanto na antiga Atenas o direito de participação era restrito aos "cidadãos" (homens livres, senhores de si), que podiam exercer a vontade da maioria diretamente, através de assembleias reunidas aproximadamente 40 vezes por ano, atualmente, nos países que adotam a democracia, existe a capacidade de se escolher, independentemente de condições econômicas ou grau de instrução educacional (o princípio da *inclusão*, *isonomia*, sem privilégio do sábio ou do tecnocrata), os *representantes* políticos. Por preocupações particulares e fatores como complexificação social e administrativa, os cidadãos delegam, por determinado período de tempo, seus interesses a representantes que passam a coordenar as instituições políticas centrais¹³.

A origem da representatividade se encontra no Império Romano, onde, assim como em Atenas, o direito de participação política era concedido apenas aos homens livres, aos cidadãos. Todavia, com a expansão do Império para além das comunidades que cercavam Roma e o conseqüente o aumento do número de cidadãos graças às localidades conquistadas, a participação destes concernidos provenientes de lugares distantes da sede do governo era dificultada justamente pelo fator espaço. Em outros termos, o sistema representativo ainda não havia sido instituído.

Justamente a partir desta dificuldade vem a idéia de que, para uma área extensa, onde fica impossibilitado o deslocamento e a participação de todos os civis nas diversas ocasiões políticas necessárias, o mais viável seria eleger representantes¹⁴. Isto quer dizer, na verdade, que o funcionamento razoável de uma democracia de grandes

que realmente existia uma 'democracia' ou uma 'república', a maioria dos adultos não estava autorizada a participar da vida política." (Dahl, 2001:13)

13 Robert Dahl, simplificada, indica as diferenças entre a democracia antiga e a democracia moderna: "Da perspectiva de hoje, evidentemente ausente de todos esses sistemas [da Antigüidade], estavam pelo menos três instituições políticas básicas: *um parlamento nacional* composto por *representantes eleitos* e *governos locais eleitos pelo povo* que, em última análise, estavam subordinados ao governo nacional." (Dahl, 2001: 27)

14 Acrescente-se mais uma contribuição quanto ao sistema representativo: "Em 1820, James Stuart Mill descreveu o 'sistema de representação' como 'a grandiosa descoberta dos tempos modernos'. Invenção inovadora, grandiosa descoberta: essas palavras nos ajudam a apreender um pouco da emoção que sentiram os reformadores democráticos ao desvendar o pensamento democrático tradicional e perceberam que seria possível criar uma nova espécie de democracia, enxertando a prática medieval da representação na árvore da democracia antiga." (Dahl, 2001: 120)

proporções, para além de uma comunidade ou cidade-estado (modelo este predominante no mundo Antigo), está comprometido a partir do momento em que não lançar mão do recurso da representatividade (o que não deixa de ser uma solução técnica), no instante em que não se dá voz a comunidades menos próximas ao comando central.

Algumas dificuldades diagnosticadas no funcionamento da democracia

A maior viabilidade em se adotar a democracia representativa em detrimento da democracia direta, porém, não é sem dificuldades. Desde antes da já industrializada frase de Churchill ("Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos"), alega-se a pouca legitimidade e a carência de participação popular no regime que, por princípio, deveria privilegiar a maioria (respeitando as minorias) e emanar de suas disposições. Questiona-se, por exemplo, como pode ser justo um regime no qual o representante que propõe e estabelece leis em nome de determinado cidadão pode nem mesmo ter obtido o voto particular deste indivíduo, mas sim de outros eleitores¹⁵; pergunta-se, ainda, como avaliar comparativamente a opinião ou valor do voto de um cidadão qualificado, bem instruído e dedicado a pensar na coisa pública, com o voto ou opinião de um indivíduo que mal sabe ler e que possui pouco tempo, competência ou interesse para se dedicar a pensar no coletivo¹⁶. São discussões fomentadas em grande medida pela filosofia política, conforme indicado por Ribeiro (2001).

15 Ou, como complementa Dahl: "Como se pode ao mesmo tempo ter a liberdade para escolher as leis que o estado fará respeitar e, ainda assim, depois de escolher essas leis, não ser livre para desobedecê-las? [...] Se não é razoável esperar-se viver em perfeita harmonia com todos os seres humanos, poderíamos experimentar criar um processo para chegar a decisões em relação a regras e a leis que satisfaçam determinados critérios razoáveis." (Dahl, 2001: 67).

16 Partindo para alguns exemplos relativos à cultura política das sociedades atuais, pode-se destacar o pouco vigor nas formas participativas dos cidadãos, mesmo daqueles que não vivem dificuldades econômicas ou sociais. Moses Finley (1988) contata que: "Talvez as 'descobertas' mais conhecidas e certamente as mais divulgadas da moderna pesquisa de opinião pública sejam a indiferença e a ignorância da maioria do eleitorado nas democracias ocidentais. As pessoas não conseguem formular as questões sobre a maior parte daquilo que, enfim, não lhes interessa; muitas não sabem o que é Mercado Comum, ou mesmo o que são as Nações Unidas; muitas não podem dizer os nomes de seus representantes ou de quem está concorrendo a determinado cargo." (Finley, 1998: 17)

É importante ressaltar que muitos dos ataques à forma democrática de governo estão intimamente ligados ao modelo de democracia *representativa* que, mesmo ao viabilizar uma das formas contemporâneas mais comuns da gestão governamental, trouxe desvantagens, como partidos políticos que dão preferência à disputa pelo poder, denunciando corrupções ou prejudicando de outros modos a trajetória de seus oponentes, pondo em segundo plano o debate de propostas importantes (Fallows, 1997); ao não prever um espaço institucional para a participação freqüente dos cidadãos, restringindo as manifestações deliberativas com poder de reunir toda a população a eleições ou plebiscitos; ao fazer com que os muitos dos concernidos acabem alienando sua participação a entidades corporativas, tendo como conseqüência a dúvida sobre se as reivindicações da esfera civil serão colocadas em pauta nos círculos institucionais previstos¹⁷. Porém, os que criticam a democracia não necessariamente parecem pregar a adoção de uma outra forma de governo, mas, sim, indicam eventuais falhas a serem corrigidas para que a democracia ganhe maior legitimidade.

A apatia dos cidadãos sobre os temas políticos também é um fato que depõe contra a idéia de que a democracia se configura enquanto uma forma de governo "menos ruim", exatamente porque a democracia tem como meta dedicar maior atenção às disposições da esfera civil. Entretanto, deve-se observar este pouco interesse dos cidadãos no que se refere à *coisa pública* não como uma crítica à democracia em si, mas à cultura política intrínseca a cada sociedade, ou seja, à realidade onde determinado modelo de gestão política é aplicado¹⁸.

17 Maia examina o caminho das reivindicações da esfera civil até serem institucionalizadas: "Por certo, muitas das práticas comunicativas que acontecem nos contextos socioculturais da vida diária e nas esferas públicas periféricas não alcançam as instâncias formais do sistema político. Permanecem sem expressão política e, conseqüentemente, sem eficácia política." (Maia, 2002: 122).

18 Sobre esta questão da participação popular, a literatura registra contribuições como a de Dahl (2001), quando ele afirma que não seria justo delegar a especialistas o comando do governo, e não apenas por uma questão moral, mas pela própria natureza dos assuntos políticos. De acordo com este cientista político, "o conhecimento é uma coisa, o poder é outra" (p. 87), isto é, quando se estabelecem leis de modo autoritário, sem o consenso dos governados, há sim um vácuo moral na medida em que não se reconhece os cidadãos como capazes de gerir suas próprias vidas em coletividade. Ora, a política, argumenta Dahl, não é uma ciência como a física ou a química, onde se trabalha com dados concretos, onde há fatos e estes se configuram como inargumentáveis, e é justamente a partir dessa característica da política que os cidadãos se tornam "credenciados" para influir na forma democrática de governo. Seria pouco inteligente estabelecer um amplo debate público sobre a validade, por exemplo, da equação formulada por Einstein de que a energia corresponde à massa de um corpo multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz. Porém, configura-se legítima questão política o uso que se faz desse conhecimento, como por exemplo a busca pela fissão de átomos pesados, como urânio 235 ou plutônio 239, com o objetivo de liberação de energia, isto é, o princípio da bomba atômica, e assim provocar a destruição de cidades e inimigos em uma suposta guerra.

Richard Sennett (1989), já na década de 70, diagnosticava o "declínio do homem público". Haveria, de acordo Sennett, um certo distanciamento dos cidadãos em relação aos temas de interesse coletivo, principalmente temas políticos, na direção de um processo de individualização crescente. Causas diversas podem ser consideradas para esta indiferença dos cidadãos (Fallows, 1997; Ramonet, 1999¹⁹), com ocorrência mesmo nas sociedades com maior grau de instrução. Muito desta indiferença seria patrocinado pelos meios de comunicação de massa, porque banais ao preferir mencionar os perfis e peculiaridades de personagens políticos, em vez de debater e tornar a população esclarecida sobre os temas importantes em pauta; por propagarem uma onda consumista que tornaria o indivíduo cada vez mais objeto de seu narcisismo desenfreado²⁰; por patrocinarem a própria rendição do campo político à noção de política espetáculo, que acabaria deteriorando a confiança nos homens públicos, preocupados com suas imagens e em evitar escândalos; e, ainda, por provocarem uma "mudança estrutural" no espaço simbólico da argumentação ao tratar sobretudo de temas frívolos, conforme argumenta Habermas (1984).

Ao enumerar estas dificuldades, que são diagnosticadas em maior ou menor grau, a depender do especialista, pode-se perguntar se uma democracia funcionando perfeitamente, com os cidadãos participando, exercendo suas virtudes, através de instituições sempre idôneas e funcionando de maneira perfeita não seria mera ilusão. Robert Dahl compreende que as críticas de cunho realista, por atacarem a aplicação no plano prático dos princípios democráticos, não necessariamente devem ir de encontro ao caráter normativo que rege o modelo ideal de democracia²¹.

19 Ramonet (1999), considerado pessimista em suas ponderações, argumenta que: "Se o público sente muito bem que de uma informação de qualidade depende sua maior ou menor participação na vida cívica – e conseqüentemente a qualidade da democracia – nem por isso deixou embalar pela lisonja da televisão que lhe prometia informá-lo divertindo-o e apresentando-lhe um espetáculo cheio de ressaltos, apaixonante como um filme de aventuras. Esta contradição inicial se resolve finalmente pela consciência atual que esses cidadãos têm do perigo induzido por uma informação sedutora, que segue, até o paroxismo, a lógica do suspense e do espetáculo. Eles descobrem que informar-se é cansativo e que este é o preço da democracia." (Ramonet, 1999: 38)

20 Postman adiciona comentários pertinentes a esta visão peculiar das sociedades modernas: "... hoje o comercial de televisão, pelo menos, raramente se refere ao caráter dos produtos. Ele se refere ao caráter dos consumidores dos produtos. Imagens de estrelas do cinema e atletas famosos, de lagos serenos e viagens de pesca machista, de jantares elegantes e diversões românticas, de famílias felizes enchendo caminhonetes para um piquenique no campo – eles nada dizem sobre os produtos que estão vendendo. Mas dizem tudo sobre os medos, ilusões e sonhos daqueles que podem comprá-los. O que o publicitário precisa saber não é o que o produto tem de certo, e sim o que há de errado no comprador." (Postman, 1994: 176-177)

21 Conforme explica Avritzer: "... [para Dahl] para ser realista não é necessário ser antinormativo [...] para o autor da *Democracia e seus Críticos* não é o idealismo da democracia que deve ser criticado e sim

Os modelos de democracia

Os debates contemporâneos em torno do tema democracia procuram especular sobre suas dificuldades e indicar saídas para seus problemas. De modo simplificado, sem pretensão alguma de esgotar o estado da arte sobre a questão, a ciência política tende a agrupar dois modelos de democracia: os modelos procedimentalistas e os deliberacionistas. Segue-se uma breve caracterização de cada um.

Joseph Schumpeter é um dos precursores do procedimentalismo²², através da sua concepção de "elitismo competitivo"²³. Este teórico enfatiza, em sua única obra de cunho sociológico, *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (editada pela primeira vez em 1942), as elites como detentoras do poder político. Schumpeter toma a democracia como um modo mais legítimo de escolher os líderes políticos ao mesmo tempo em que ela oferece limites para o exercício deste poder (prevenindo a tirania). Há, desta forma, "um rebaixamento do ideal democrático [...] a negação da possibilidade de qualquer forma substantiva de soberania popular. A participação do cidadão é reduzida ao mínimo, ao ato de votar, sendo exatamente o voto da população o alvo das disputas" (Miguel, 2002). Adicionalmente, como oportunamente esclarece Luchmann,

o fato das democracias reais não conseguirem alcançar o ideal democrático. Desse modo, uma teoria capaz de conciliar o empírico e o normativo teria como tarefa restaurar o ideal de autonomia moral e a justificativa normativa da democracia tentando demonstrar a importância desses ideais na prática democrática." (Avritzer, 1996: 114-116)

22 Um outro autor que pode ser indicado como precursor do procedimentalismo é Hans Kelsen (autor de *Essência e Valor da Democracia*, publicado em 1929). Ele confere particular importância aos partidos políticos como fundamento da democracia moderna e aos parlamentos como ambiente propício a uma busca de consenso entre a maioria e as minorias. Avritzer e Santos (2002) fornecem maiores elementos para a compreensão do procedimentalismo kelsiano: "Na sua primeira formulação, o procedimentalismo kelsiano tentou articular relativismo moral com métodos para solução de divergências, métodos que passavam pelo parlamento, assim como por formas mais diretas de expressão. Neste relativismo moral anunciava-se a redução do problema da legitimidade ao problema da legalidade, uma redução que Kelsen extraiu de uma leitura incorreta de Weber. Coube a dois autores, Joseph Schumpeter e Norberto Bobbio, durante o período de entre-guerras e o imediato pós-guerra, transformar o elemento procedimentalista da doutrina kelsiana da democracia numa forma de elitismo democrático" (Avritzer e Santos, 2002).

23 A teoria elitista da democracia tem suas origens no final do século XIX a partir de reflexões de pensadores como Mosca, Pareto e Michels, cuja ênfase se encontrava na oposição aos movimentos socialistas e, inclusive, aos movimentos democráticos que tinham como objetivo uma maior igualdade entre os cidadãos. Para os elitistas, a própria natureza da sociedade a torna marcadamente desigual, sobretudo politicamente. Ou seja, seria uma ilusão postular-se qualquer governo da maioria, incapaz de governar. Miguel (2002) constata uma "reviravolta notável" que acaba levando os pressupostos da teoria elitista (as elites exclusivamente concorrem pelo poder e os indivíduos não têm qualificação suficiente para decidir em termos políticos) para a formulação do conceito de democracia elitista por Schumpeter.

"O modelo elitista, ao conceber a democracia como mecanismo de escolha de líderes políticos pautado na competição entre os partidos através do voto, equipara a dinâmica política ao jogo do mercado. Esta concepção mercadológica da política (MacPherson, 1978) pautada na relação de oferta e procura que se estabelece entre os políticos-empresários e os cidadãos-consumidores, reduz a democracia a um mecanismo de escolha dos representantes políticos que definirão os rumos, as ações e os programas públicos. A legitimidade do governo é assegurada, aqui, pelo resultado do processo eleitoral." (Luchmann, 2002)

Schumpeter é duramente criticado por defender uma visão mais "realista" de democracia, no sentido de associá-la preferencialmente a métodos ("um arranjo institucional") do que à "soberania popular", pois entende que o povo jamais teria condições de dirigir uma sociedade, porque nem todos os cidadãos saberiam o que desejam exatamente em termos políticos. A competição pelo voto, típica do procedimento minimalista, tem como consequência o abandono da busca da democracia enquanto um ideal. Amy Guttmann (1995) critica o "pouco valor substantivo" da democracia compreendida por Schumpeter.

A perspectiva do elitismo ainda pode ser identificada nas formulações de Anthony Downs (1999) sobre a democracia. Para Downs, os governos empregam a estrutura democrática para atingir seus interesses de manutenção do poder²⁴. Apesar de Miguel (2002) constatar que os últimos trabalhos de Robert Dahl procuram uma postura mais crítica em relação à compreensão das democracias concorrenciais, pode-se dizer que Dahl também foi influenciado pelas reflexões de Schumpeter, formulando uma concepção de democracia rotulada de modelo pluralista (ou *neo-pluralist* ou *liberal-individualist*). Os grupos de interesse, neste caso, são quem competem pelo poder político (diversos centros de poder).

Já o modelo deliberacionista, considerado uma nova versão da democracia participativa ou "strong democracy", como propõe Barber (1984), prefere valorizar o

24 Conforme adiciona Avritzer à contribuição dada por Downs: "Downs encontra um princípio de compatibilização entre o funcionamento da 'democracia elitista' e a racionalidade individual. É a possibilidade de tal compatibilização que permite a Downs propor um modelo de funcionamento da democracia baseado em dois supostos: um primeiro princípio cujo objetivo seria compatibilizar a racionalidade individual com o *modus operandi* dos governos, supõe que o objetivo dos governos é a reeleição e que, portanto, todo governo tem como objetivo maximizar o seu apoio eleitoral. Um segundo princípio cujo objetivo é associar a idéia de racionalidade individual com o realismo supõe que a democracia existe nos locais nos quais ela é praticada. Os dois princípios permitiriam à teoria downsiana alcançar o ponto de chegada almejado mas não atingido pela teoria schumpeteriana: o da

debate, a argumentação (ênfatisam o caráter discursivo), o fortalecimento das instituições de governo e da participação dos cidadãos em geral. Em outras palavras, a deliberação política deve levar em conta a participação da esfera civil, composta por cidadãos livres e iguais, na formulação das decisões.

A marca instrumental da democracia que caracteriza o elitismo democrático perde espaço, neste modelo, para a compreensão de que deve haver uma produção coletiva das normas sociais (Miguel, 2001). A democracia deliberativa apresenta também diferenças em relação à democracia representativa porque considera que o ideal no exercício do poder político não está ligado prioritariamente à legitimidade do processo decisório ou ao resultado eleitoral, mas sobretudo ao debate público entre cidadãos livres e postos em condições iguais de participação. Pela natureza desta concepção, deve-se esclarecer que sociedade civil e esfera pública são dois conceitos essenciais para a a democracia deliberativa.

Nos últimos anos, esta concepção de democracia deliberativa vem ganhando maior destaque. Podem ser citados como adeptos desta vertente Jürgen Habermas, Amy Guttmann, John Dryzek e Joshua Cohen.

A origem da democracia deliberativa em Habermas está situada na tensão entre o que ele chama de modelo republicano de democracia e o modelo liberal. Habermas busca uma reflexão heurística sobre o tema, propondo um modelo de democracia que não abdica da interação entre cidadãos e entre representantes para a formação da opinião que ocorre na esfera pública, nem deixa de reconhecer as regras práticas do jogo deliberativo, as nuances da tomada de decisão, por sistemas políticos específicos²⁵.

O modelo republicano tem em Hannah Arendt (Ribeiro, 2001) uma de suas maiores defensoras. Admiradora da liberdade dos cidadãos, no sentido atribuído pelos gregos da Antigüidade, Arendt defende uma submissão da lógica do mercado ao

compatibilização de uma teoria realista da democracia com um *modus operandi* de revezamento das elites no poder." (Avritzer, 1996: 110-111)

25 Conforme explica Rousiley Maia: "A teoria da democracia deliberativa habermasiana é construída em dois planos. Há uma distinção e descrição normativa (a) do processo informal da constituição da vontade na esfera pública e (b) da deliberação política, a qual é regulada por procedimentos democráticos e é orientada para a tomada de decisão em sistemas políticos específicos. Essas são duas dimensões interdependentes. A sociedade que promove a deliberação pública possivelmente será mais sensível aos interesses de uma porção mais ampla da população. E é condição necessária para a obtenção de legitimidade que o exercício público do poder e a organização das principais instituições sociais sejam o resultado do procedimento de deliberação na esfera pública." (Maia, 2002a: 49)

diálogo, em uma perspectiva normativa que visa rechaçar conchavos e outros vícios inerentes ao fazer político. O problema, de acordo com os analistas, é que tal concepção não leva em consideração os valores individuais dos cidadãos, isto é, consideram todos dotados de virtudes e que estas se fazem presentes ao jogo em tempo integral: não se pode deixar de dizer que a totalidade dos concernidos nem sempre busca o entendimento²⁶, o consenso. Habermas explica com maior propriedade²⁷:

"Mas em situações de pluralismo cultural e social, por trás das metas politicamente relevantes muitas vezes escondem-se interesses e orientações valorativas, que entram em conflito sem perspectiva de consenso, necessitam de um equilíbrio ou de um compromisso que não é possível alcançar-se mediante discursos éticos, ainda que os resultados se sujeitem à condição de não transgredir os valores básicos consensuais de uma cultura." (Habermas, 1995: 44)

De acordo com Habermas, no modelo denominado "democracia liberal", os fenômenos ligados à política sempre carregariam boa parte de estratégias de ganhos e perdas, busca pela satisfação de interesses, pela barganha, pela quantidade de votos, pelo número de projetos aprovados nas casas parlamentares, pelas alianças entre partidos, enfim, pelo êxito obtido no campo político sem necessariamente buscar o entendimento ou o convencimento dos que são contra determinada proposta. Isto quer dizer que as elites políticas buscariam sempre a maximização de seus *lucros*, contemplando a política como meramente instrumental.

Já em sua forma de entender o fazer político, a democracia deliberativa considera os cidadãos capazes de formar determinados juízos sobre temas públicos, interessando-se pelos processos que dão origem a estes juízos e às formas como as decisões são tomadas. A democracia deliberativa, então, afasta-se do modelo republicano porque leva em consideração que nem todas as opiniões são formadas exclusivamente pelo diálogo. Isso quer dizer que não há expectativa tão grande em

26 Apesar de ser alocado no outro modelo de compreensão da democracia, Dahl (2001) alerta que situações de pluralidade social são fatores complicadores para uma realização plena do ideal democrático, visto que a ação estratégica de grupos ou indivíduos visita o fazer político sempre que necessário, o que se configura uma dificuldade para essa interação compreensiva.

27 Keane esclarece a compreensão deste modelo republicano através de referência a Arendt: "... Hannah Arendt lamenta a perda moderna da 'vida pública', entendida como a capacidade dos cidadãos de falar e interagir com o propósito de definir e redefinir como desejam viver em comum; de acordo com Arendt, tal interação pública foi gradualmente corroída nos tempos modernos pelo ácido do consumismo

relação à pureza moral dos sujeitos (Gimmler, 2001); os cidadãos não precisam estar o tempo todo mobilizados, exercendo suas virtudes e demonstrando seu esforço para o entendimento completo dos temas coletivos. Entretanto, eles precisam, sim, estar preparados para exigirem transparência e implantação de projetos de interesse do bem comum por parte de seus representantes. As instituições públicas devem prestar contas de seus atos e as questões coletivas estarem sempre valorizadas (para isso, são necessárias informações relevantes vindas de instituições idôneas)²⁸. Em suma, a democracia deliberativa em Habermas rompe com uma lógica que parte dos interesses individuais e também não pressupõe uma participação popular tão forte, como no modelo republicano.

"A democracia deliberativa, um ideal mais abrangente e mais exigente, oferece uma forma de resolver a tensão tanto internamente à própria democracia populista quanto entre esta e o liberalismo negativo. [...] A democracia deliberativa propõe a resposta de que valorizamos a vontade popular e a liberdade pessoal na medida em que o exercício de uma e outra reflitam ou expressem a autonomia das pessoas, entendendo-se autonomia como autodeterminação, isto é, a disposição e a capacidade de determinar os rumos da própria vida privada ou pública por meio da deliberação, da reflexão informada, do julgamento e da persuasão que alia a retórica à razão. A democracia deliberativa se vale do governo da maioria para exprimir e dar apoio à autonomia de todos. O governo da maioria é valorizado como um meio de exprimir e garantir a autonomia das pessoas: sua capacidade de deliberar em conjunto sobre questões de interesse público e de se submeter aos resultados dessas deliberações." (Gutmann, 1995: 19-20)

pingando ao longo de uma sociedade de trabalhadores que ignoram a alegria e a liberdade que resulta da comunicação em público de assuntos de importância pública." (Keane, 1996: 8).

28 Gimmler, mais uma vez, expõe sua avaliação de que a democracia deliberativa possui vantagens em relação aos outros modelos de democracia: "Habermas's version of deliberative democracy has, in my view, three crucial advantages over its rivals. First, it has the *advantage of normativity*. The deliberative democracy approach is based on a foundation that enables the legitimacy of the constitutional state and civil society to be justified. [...] The second advantage of Habermas's model is that it takes account of an important sociological observation, namely, that in pluralistic societies the moral, legal and functional spheres are distinct from one another; and the diversity of values, forms of life and attitudes that compose them is an established fact of modern societies. [...] The third positive feature of the discourse model is what I shall call the *advantage of legitimation*. In Habermas's version of deliberative democracy, the institutionalized procedures of parliamentary decisionmaking are connected with the public sphere and civil society." (Gimmler, 2001: 23). T.A.: "A versão habermasiana de democracia deliberativa tem, a meu ver, três vantagens cruciais sobre seus rivais. Primeiro, ela tem a *vantagem da normatividade*. A abordagem da democracia deliberativa é baseada em uma fundamentação que habilita a legitimidade do estado constitucional e a sociedade civil para ser justificada. [...] A segunda vantagem do modelo de Habermas é que ele leva em conta uma observação sociológica importante, a saber, que em sociedade plurais, as esferas moral, legal e funcional são distintas entre si, e a diversidade de valores, formas de vida e atitudes que as compõem é um fato estabelecido das sociedades modernas. [...] A terceira característica positiva do modelo discursivo é o que eu deveria chamar da *vantagem da legitimação*. Na versão habermasiana de democracia deliberativa, os procedimentos institucionais da deliberação parlamentar estão conectadas à esfera pública e à sociedade civil."

O processamento das demandas advindas da sociedade na democracia deliberativa, conforme formulada por Habermas²⁹, pode ser dividido em dois momentos, interdependentes, sendo que o primeiro acontece a partir do processo informal de construção da vontade no âmbito da esfera pública³⁰ e o segundo estaria ligado aos procedimentos decisórios no plano institucional (Maia, 2002a: 49). Esta abertura à avaliação pública varia de sociedade para sociedade e compõe a escala para se medir o gradiente de democracia de cada cultura política. Por este motivo, não se pode descartar a importância dos meios de comunicação neste contexto de formação da vontade política, pois possibilitam a difusão de informação e a própria ampliação do debate.

Maia (2002a) defende que a formação da vontade se dá a partir do acúmulo de informações e disposições sobre determinada matéria durante certo período, o que demanda uma interpretação individual, primeiramente, e depois social. As diferentes posições são reunidas e apresentadas com o objetivo de se buscar um consenso³¹.

Assim, a democracia de cunho deliberacionista ressalta a ideia fundamental ligada ao conceito de esfera pública que é a participação da esfera civil na produção da decisão política. Em outras palavras, a esfera pública, uma das bases para o estabelecimento de um modelo de democracia participativa (origem do deliberacionismo) ou forte (cf. Barber, 1984), supõe a participação da esfera civil na decisão sobre os negócios públicos, não apenas através da concretização de suas disposições (o momento do voto), mas também a partir de procedimentos como uma

29 Em *Direito e Democracia*. Adverte-se que este livro não será objeto de estudo mais aprofundado nesta dissertação.

30 É a partir desta esfera pública de caráter menos formal que Habermas insere uma tipologia de esfera pública centrada em três âmbitos: uma esfera pública episódica, que alcança situações cotidiana corriqueiras; uma esfera pública de presença organizada, como reuniões de partidos ou igrejas; uma esfera pública abstrata, produzida pelos meios de comunicação de massa e, claramente, de maior alcance (Habermas, 1997 apud Maia, 2002b: 112)

31 Maia oferece maiores recursos para a compreensão da formação da vontade: "Com o objetivo de apreciar o valor da deliberação para a democracia e o modo pelo qual os cidadãos adquirem e usam o conhecimento, é possível distinguir entre a estrutura da deliberação individual e a da deliberação pública. Ainda que esses processos sejam inevitavelmente interligados na prática, podemos estabelecer, para fins heurísticos, dos cenários de deliberação, individual e coletiva. No primeiro cenário [...] os indivíduos deliberam privadamente, não discutem com os outros as suas premissas (aquilo que consideram os méritos de suas posições). [...] No segundo cenário, temos a estrutura da deliberação pública. [...] O pressuposto operante nessa visão é o de que os cidadãos, para formarem julgamentos políticos mais sólidos, precisam trocar ideias e conhecimento uns com os outros. [...] A deliberação pública demanda um agente plural, ao invés de um agente individual ou coletivo" (Maia, 2002a: 60-61).

boa carga de informação e diálogo entre as posições concorrentes para que se chegue a um consenso justo³².

1.2 A esfera pública como conceito central da democracia: de Habermas às ponderações subseqüentes

Neste tópico, procura-se destacar importância da esfera pública para a compreensão e o bom funcionamento da democracia. Não se pretende esgotar a análise de todas as contribuições já feitas à compreensão teórica desta noção, mas pelo menos cobrir parte da literatura mais citada sobre o assunto, fazendo o reconhecimento do histórico da categoria esfera pública, indicando suas caracterizações e determinadas controvérsias. A justificativa desta exploração se encontra no fato de que a dissertação tem como um de seus objetivos o estudo sobre se a Internet pode ou não funcionar como uma esfera pública, em que condições e por qual modo. Além disso, as classes de fenômenos que convergem para a noção de ciberdemocracia demandam maiores esclarecimentos sobre a participação da esfera civil no jogo político.

Dados históricos sobre a noção esfera pública

O surgimento da noção de esfera pública, onde os grandes temas da conjuntura social são debatidos de forma contraditória, veio preencher uma lacuna na compreensão da teoria democrática moderna. A busca pela transparência na gerência do Estado, desde o Iluminismo, é regra, condição necessária (mesmo não sendo suficiente) ao estabelecimento de um regime democrático. Se, cada vez mais, os dirigentes do Estado precisam justificar suas atitudes, é justamente na esfera pública onde estas atitudes são

32 Como afirma Wilson Gomes sobre a importância da noção de esfera pública: "Na verdade, há duas instituições essenciais para a democracia em seu sentido moderno: a existência de eleições de tempos em tempos e a existência da esfera do debate público. O episódio eleitoral, em lapsos regulares, garantiria que o poder não se cristalizasse nos que o exercem de maneira a que os indivíduos perdessem o controle sobre ele, mas retornasse aos cidadãos para que, de tempos em tempos, possam de novo outorgar a certos sujeitos e posições em disputa. Já a esfera pública, deliberativa, garantiria na democracia que as decisões concernentes ao chamado bem comum sejam conseguidas através de um procedimento leal e justo, aberto, revisável e orientado pela busca do consenso." (Gomes, 1999)

expostas, avaliadas e legitimadas. A configuração de um espaço destinado à argumentação livre e pública vai de encontro ao que ainda persiste em determinadas sociedades de governo despótico, onde a autoridade concebe suas realizações sem negociar ou submeter à revisão os projetos que implanta. De modo complementar, a idéia de público remete à idéia de democracia e participação dos cidadãos nos negócios de determinada comunidade.

Mesmo que ausente dos dicionários sobre política e democracia, como se percebe em Bobbio (reeditado em 2000), a categoria esfera pública, recente em termos de teoria social, vem se configurando como central para o entendimento da forma democrática de governo, ainda que sob o nome de "debate público", "espaço público" ou "mediação discursiva entre o Estado e a sociedade".

Jürgen Habermas³³, em seu livro publicado pela primeira vez em 1962, intitulado *Mudança Estrutural da Esfera Pública*³⁴ (no original, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*), emprega com maior dedicação o termo em questão, retomando-o a partir dos escritos de Immanuel Kant. O "princípio da publicidade" ou "publicidade" em si (do alemão *Öffentlichkeit*) teria as funções simultâneas de (1) adicionar caráter público³⁵ aos temas relativos à administração estatal (no sentido de fortalecer o interesse comum, já que todos os cidadãos teriam, de acordo com os burgueses precursores de tal reivindicação, o direito de influenciar nos rumos e implantação de projetos), e de (2) fazer visível (dar publicidade) os temas e decisões, já que os governos absolutistas mantinham o monopólio da decisão política, não se submetendo ao consenso dos que consideravam apenas súditos. O "princípio da publicidade" foi defendido pela insurgente burguesia comercial que se opunha aos monarcas e cortes da Europa que promoviam seus interesses privados utilizando-se do Estado.

33 Alemão, nascido em 1929, ligado ao grupo conhecido como Escola de Frankfurt, cujos principais pensadores podem ser enumerados nas figuras de Adorno, Benjamin, Marcuse e Horkheimer. Apesar de disparidades em objetos de estudo e certas divergências no entendimento de questões teóricas, as contribuições destes autores têm como objetivo claro a crítica à moderna sociedade industrial, suas formas de reprodução e influência nos campos artístico, político, cultural e científico.

34 Por mais criticado que seja, rotulado pessimista, saudosista, dentre outros adjetivos, este livro de Jürgen Habermas ainda consta como uma das mais importantes referências nos cursos cuja área de concentração visa investigar sobre a interface entre comunicação e política.

35 Uma das distinções conferidas ao livro de Habermas é seu rigor conceitual. Desta maneira, o autor de *Mudança Estrutural* não se nega a esclarecer o que entende por "público". Explicando em termos simples, em princípio, o termo é utilizado por oposição ao "privado". Pressionado, o Estado absolutista passa a divulgar suas decisões e, de certa forma, a se abrir ao escrutínio público, mas, na verdade, ao escrutínio de quem lê, de quem pode ter acesso às informações "publicadas". É deste modo que a burguesia letrada passa a assumir e a se proclamar a função de "público".

A formação dos Estados Nacionais, nascidos a partir da unificação dos feudos ainda no início da Idade Moderna, acabou centralizando o poder político, instituindo órgãos, exércitos e soberanias sobre territórios. Assim, a História narra que, após o século XV e XVI, assistiu-se o fortalecimento dos nobres (absolutistas) e também da burguesia comercial, mas esta última sem qualquer poder político.

Estaria formando, nestes termos, o cenário contraditório que culminou com a realização pública do debate, isto é, a formação da esfera pública: a classe que ganha força economicamente (graças ao capitalismo mercantil³⁶) não pode ditar os rumos e políticas de que carece por falta de poder; esta classe tem, então, o interesse em problematizar aspectos políticos da sociedade e busca garantir legitimação social compreendendo um espaço simbólico de argumentação não pertencente à tutela estatal e não afetado pelas ingerências da vida privada. É por este motivo que se pode afirmar ser a esfera pública uma instância cujo processo de constituição se deu paralelamente ao surgimento do Estado-nação (Costa, 2002).

Era exatamente a quebra desse monopólio de decisão e da influência sobre a condução das políticas estatais que a burguesia, sobretudo a inglesa, objeto privilegiado das investigações de Habermas (1984), tinha por objetivo ao se reunir nos cafés a partir do século XVIII, consolidando uma separação severa entre as esferas pública e privada. As relações e negócios públicos concernentes aos cidadãos deveriam vir às claras, para que o consenso, obtido após o jogo de argumentações dos interessados, esclarecidos em um fórum específico, fosse convertido na real força política³⁷. Empregando-se o alibi de um interesse *geral* em discutir e buscar participação civil no rumo dado às questões

36 O desenvolvimento do capitalismo mercantil a partir do século XVII, o maior intercâmbio entre os burgos e a difusão da imprensa (inclusive o estatuto da liberdade de expressão, defendida com furor pelos filósofos liberais) são os pressupostos para que a opinião pública e a esfera pública ganhem corpo neste contexto de transformações que marcaram a Idade Moderna. São precisamente as notícias da incipiente imprensa (inclusive vindas do exterior, ainda que chegassem lentamente) que funcionam como combustível para alimentar os discursos.

37 Habermas adiciona mais algumas informações históricas sobre estes assunto: "À prática do segredo de Estado será mais tarde contraposto o princípio da 'publicidade'. [...] Governar por decretos e éditos é classificado por Montesquieu como *une mauvaise sorte de législation*. Com isso, está preparada a inversão do princípio da soberania absoluta, inversão definitivamente formulada na teoria hobbesiana do Estado: *veritas non auctoritas facit legem*. A 'lei', essência das normas gerais, abstratas e permanentes, à cuja mera aplicação se pretende que a dominação seja reduzida, é inerente uma racionalidade em que o correto converge com o justo. Historicamente, a polêmica pretensão dessa espécie de racionalidade desenvolveu-se contra a política do segredo de Estado praticada pela autoridade principesca no contexto do raciocínio público das pessoas privadas. Assim como o segredo serve para manter uma dominação baseada na *voluntas*, assim também a publicidade deve servir para impor uma legislação baseada na *ratio*." (Habermas, 1984: 69-71)

políticas, a burguesia encobriu o que na verdade era seu interesse de classe: apropriar-se das esferas de decisão.

São esses eventos que caracterizam o surgimento de uma esfera pública, onde os participantes tinham voz (acesso) e empregavam a palavra, a interação face a face e os discursos para debater (discursividade e racionalidade) (Gomes, 1998).

Desta forma, a intenção da burguesia é de que a luta pelo poder político passe a ser movida não mais por uma noção de superioridade da nobreza hereditária (ou pelo clero), mas pela competência em administrar e prover riqueza, pelo melhor argumento respaldado na opinião pública.

A esfera pública política, na verdade, é um dos desenvolvimentos de uma pioneira esfera pública literária, não genuinamente burguesa, mas sobretudo ligada à nobreza e ao seu apego pelas artes. Sempre que concebida, uma nova criação artística, por exemplo, era exposta à esfera pública literária para sabatina, para ser processada pelo crivo dos especialistas da corte, como constata o levantamento histórico feito por Habermas:

"O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (Umfunktionierung) da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. Graças à mediação dela, esse conjunto de experiências da privacidade ligada ao público também ingressa na esfera pública política." (Habermas, 1984: 68)

Por último, uma informação acerca do livro *Mudança Estrutural*. Habermas (1984), logo no início de seu livro, alerta aos leitores que a esfera pública à qual se devota deve ser entendida como uma categoria de época, ou seja, uma categoria que mantém íntima relação com a realidade social e econômica testemunhada pela História do século XVIII na Inglaterra. Este é um dado relevante, sobretudo para defender o texto de Habermas de interpretações que reclamam de sua pouca dedicação no que se refere às esferas públicas existentes antes da inglesa, como por exemplo a veneziana e a

holandesa, sugeridas por Peter Burke³⁸. Além disso, Habermas sustenta um diferencial desta esfera pública inglesa: ela é a primeira a funcionar, de modo freqüente, politicamente.

A "mudança estrutural" do ponto de vista habermasiano

A definição de esfera pública ainda hoje gera polêmicas para os especialistas no assunto. O fato é que a referência a esta categoria mudou ao longo da história, apesar de determinados estudiosos insistirem em seu caráter normativo, enquanto outros preferem se prender a uma compreensão alargada em excesso desta categoria. Comece-se pelo conceito apenas esboçado pelo próprio Habermas para, então, mostrar-se as diferentes interpretações que fizeram o debate sobre a esfera pública se prolongar.

"A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. [...] Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não 'governam'. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria ser 'compartilhado'; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal." (Habermas, 1984: 42-43)³⁹

Esta afirmação de Habermas significa que o campo de ação da esfera pública comporta pelo menos três pré-requisitos para que esta situação discursiva se configure: a prioridade dada aos discursos, no sentido de entendimento dialógico, formal, valorizando, assim, o caráter comunicativo; o fato de que o discurso se baseia na

38 Historiador inglês que tem como um dos focos de interesse os estudos sobre as elites de Veneza e Amsterdã do século XVII.

39 Wilson Gomes (1998) vai procurar sintetizar uma definição de esfera pública que tenha alcance um pouco além das caracterizações que marcam a conceituação feita por Habermas (1984); "A esfera pública é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente, de forma aberta e racional. [...] chama-se esfera pública o âmbito da vida social em que se realiza - em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específico - a discussão permanente entre pessoas privadas reunidas num público." (Gomes, 1998)

formulação de proposições cujo poder de convencimento está por ser avaliado, de modo racional, durante a sessão argumentativa; o acesso de cidadãos autônomos em suas vidas particulares, livres de constrangimentos advindos de esferas como a econômica ou qualquer outra condição anterior ao plano do debate.

A partir deste entendimento, pode-se dizer que Habermas considera a esfera pública burguesa do século XVIII como um espaço bem delimitado pelas circunstâncias daquele momento, diferindo-se de e contestando o modo absolutista de produção da decisão política, deixando de levar em consideração os temas concernentes à esfera dos negócios particulares como diferenciadores das capacidades argumentativas dos cidadãos.

Entretanto, Habermas, ainda em *Mudança Estrutural*, argumenta que, depois de obter sistematicamente sua influência no poder político, a burguesia não mais precisa ser crítica ou mesmo manter um esfera discursiva contra o Estado e, conseqüentemente, esta classe social acaba por institucionalizar o espaço da argumentação (na figura do parlamento, ocupado por representantes eleitos), que continuaria, por este meio, a seu serviço.

A discussão sobre as formas de comando político de um Estado passaria, desde então, no dizer de Habermas, a ser elitizada em partidos antagônicos que se organizam para além da instância local das comunidades, estabelecendo uma estrutura burocrática de funcionamento que visa manter seus signatários sob sintonia ideológica. Isto quer dizer que, cada vez mais, as vontades deixam de ser formadas no confronto entre as opiniões dos indivíduos, de um público esclarecido, para permanecerem sob jugo de poucos dirigentes que, com a conivência dos demais arregimentados, estabelecem as diretrizes e projetos a serem implantados a partir do momento em que seus partidos tencionam chegar ao poder. A opinião pública, igualmente, deixa de ser resultado de um debate racional entre desprovidos de investidura para ganhar feições institucionais.

Em outras palavras, ao possibilitar a associação de homens privados em agremiações específicas, o surgimento dos partidos faz com que os cidadãos particulares não mais se coloquem para debater suas próprias idéias da forma vivaz que acontecia antes, mas, geralmente, estejam prontos a aderir às idéias de seus correligionários, prontos a negar as iniciativas dos oponentes, por melhores que elas sejam (por mais que esta atitude vá de encontro às suas sinceras reflexões pessoais).

Deve-se observar, todavia, que a burguesia não vai exercer o comando da administração estatal sem dificuldades após a queda do Absolutismo. Quando apregoava que o regime absolutista deveria ser mais claro e buscar o consentimento dos cidadãos, o que o tornaria um governo menos odioso, a burguesia convertia seu interesse específico em interesse geral, ou seja, o acesso a todos deveria ser permitido no que tange à coisa pública. O fato é que a reivindicação do poder a um "público" legitimador, a "todos", acaba gerando espaço para uma compreensão mais ampla do acesso à esfera do debate, incluindo-se, a partir daí, membros de origem não necessariamente burguesa. De acordo com Habermas, mesmo os grupos desprovidos de bens econômicos vão requerer sua participação política:

"Marx já tinha em vista a perspectiva dessa evolução: à medida que camadas não-burguesas penetram na esfera pública política e se apossam de suas instituições, à medida que participam da imprensa, dos partidos e do Parlamento, a arma da publicidade, forjada pela burguesia, volta-se contra a própria burguesia. [...] Ora, porém, pela metade do século XIX, era de se prever que essa esfera pública, devido à sua própria dialética, passaria a ser ocupada por grupos que, por não disporem de propriedade e, com isso, de uma base para a autonomia privada, não poderiam ter nenhum interesse na manutenção da sociedade como esfera privada. (Habermas, 1984: 152-156)

Habermas reconhece que tal expansão e diversificação dos atores e interesses não aconteceu como previsto pelos ideais do pensamento marxista. A partir do momento em que o Estado busca medidas para aliviar a tensão social criada pela desigualdade entre os diferentes estratos sociais, como oferecer bem-estar em saúde, educação, habitação e trabalho, a base burguesa ou elitista caracterizadora do âmbito político, na qual passou a se estabelecer a esfera pública com o fim do Absolutismo, não sofreu grandes modificações.

Aqui se encontra um outro fator-chave que, na visão de Habermas, vem justificar a transformação do espaço argumentativo: a antiga divisão entre Estado e esfera pública burguesa se compromete a partir do momento em que as fronteiras entre estas duas instâncias se tornam difíceis de traçar: há uma influência mútua. Com a intervenção do Estado (a busca de mecanismos que regulem a economia, por exemplo), a própria esfera privada é afetada na medida em que a máquina administrativa atua no sentido de oferecer vantagens e garantias sociais, negócios antes restritos à família.

A mudança estrutural da esfera pública, para Habermas, estaria ainda intimamente ligada à modificação ocorrida no papel da imprensa e da comunicação, fenômeno característico do século XX. Os *mass media* teriam tornado os indivíduos atomizados e tolhido suas individualidades na medida em que passaram a favorecer a difusão de temas frívolos e de caráter meramente consumista. Para deteriorar ainda mais o quadro, Habermas alega que, com o advento dos meios de comunicação eletrônicos (rádio e televisão, principalmente), marcados pela verticalidade entre emissores e receptores, a replicabilidade, o diálogo, a interação, estariam comprometidos. Isto é, a mudança estrutural da esfera pública acontece, também, graças às diferentes condições de mediação, a partir do momento em que a palavra pura passa a ser influenciada pelo som e pela imagem, o que alteraria sobremaneira as condições da visibilidade política e da qualidade discursiva.

Por conclusão, a publicidade tem sua referência alterada. Isto é, abandonando gradativamente a publicidade "crítica", passar-se-ia a conviver também com uma publicidade "demonstrativa e manipulativa", como constata Habermas neste trecho⁴⁰:

"Os programas que os novos mídias emitem, se comparados com comunicações impressas, cortam de um modo peculiar as reações do receptor. Eles cativam o público enquanto ouvinte e espectador, mas ao mesmo tempo tiram-lhe a distância da 'emancipação', ou seja, a chance de poder dizer e contradizer. O raciocínio de um público-leitor dá tendencialmente lugar ao 'intercâmbio de gostos e preferências' de consumidores – inclusive o falar sobre o consumido, 'a prova dos conhecimentos do gosto', torna-se parte do próprio consumo. O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória." (Habermas, 1984: 201-202)

A grande imprensa aprofunda seu aspecto comercial e, na busca pelo lucro (pois passa a se configurar enquanto indústria da informação e do entretenimento), na busca por altos índices de venda, despolitiza muito de seu conteúdo, o que, na visão de

40 Aqui uma interpretação semelhante à habermasiana em relação à interface entre esfera pública e meios de comunicação: "Com a crise do espaço público clássico – a sua forma contemporânea e já um simulacro deste – chega ao fim uma visão limitada da mediação, que o restringia às instituições enquadradas constitucionalmente, aos espaços historicamente ligados às nações (i.e., com a geopolítica) ou então mais decisivamente à sua relação ao Estado. A consequência inevitável acabou por ser a crescente despolitização da vida pública, a difusão de um hedonismo banalizado, a espetacularização do próprio Estado, etc. Agora é a própria mediação que emerge como uma questão decisiva. [...] A implicação imediata é que o agir é o novo meio de mediar e que a experiência é o meio do agir." (Miranda, 1995: 139)

Habermas, comprometeria o acesso formal a uma esfera pública autêntica. É exatamente este fato que ele denomina "refeudalização".

O poder social da instituição "Jornalismo", deixa de ser apenas o de intermediar a realidade para ser um dos formadores de visão da realidade, isto é, "o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público [...] passa agora [...] a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa." (Habermas, 1984: 221-222). É a este novo atributo da imprensa que Habermas atribui o termo "consenso fabricado".

O interesse primordial de Habermas não se encontrava, porém, nos meios de comunicação e suas instituições (ou modos de produção de notícias) em si, mas nas diversas formas de relações sociais mantidas a partir do advento da comunicação de massa. Os *media* vieram, em alguma medida, na interpretação habermasiana, enfraquecer as conversações face a face que, anteriormente, empregavam a própria imprensa como estímulo ao debate; ou seja, passou a existir uma apropriação privada dos conteúdos, "distante do intercâmbio dialógico que acontecia entre indivíduos reunidos em clubes e cafés no início da Europa Moderna." (Thompson, 1998: 118-119).

Os indivíduos não saem mais de casa com a mesma frequência e estímulo para discutirem temas na dimensão coletiva, nos cafés, mas, sim, lêem e guardam para si a opinião formada (fabricada e emitida por tais meios de comunicação), sem dar-lhe uma feição, ponderação ou consolidação advinda da arena discursiva pública⁴¹. A deliberação racional teria sido, então, substituída pelos discursos da comunicação de massa.

Há de se abordar, ainda, uma noção inseparável da categoria esfera pública, que é a de "opinião pública". Assim, se a esfera pública é a situação de troca discursiva entre os cidadãos empenhados na busca do bem comum a partir da exposição de posicionamentos divergentes acerca de determinada matéria, a opinião pública seria exatamente o resultado destes debates. Nestes termos, se a esfera pública, na visão de Habermas, se deteriora à medida em que este espaço é institucionalizado e influenciado

41 Gomes oferece um esclarecimento adicional: "... Habermas achou que a exposição pública burguesa fosse toda debate e decidiu que exposição + debate deveria ser a definição de esfera pública. Quando, ao analisar a publicidade social contemporânea verificou o divórcio entre exposição e debate, sendo que a primeira passava muito bem, mas o segundo viu-se reduzido a muito pouco, resolveu que a esfera pública estava moribunda." (Gomes, 1999)

decisivamente pelos interesses da indústria da informação e do entretenimento, a opinião pública, fatalmente, acompanha-a, tendo igualmente seu sentido modificado:

"... os irreconciliáveis interesses que, com a ampliação do público, afluem à esfera do que é público, arranjam a sua representação numa opinião pública fragmentada e fazem da opinião pública, na configuração da opinião dominante em cada momento, um poder coercitivo, embora uma vez se tivesse pensado que ela deveria dissolver toda espécie de coerção na coerção tão somente da compreensão que se impusesse. [...] O império da opinião pública aparece como o império dos muitos e dos medíocres..." (Habermas, 1984: 159-161)

Os *mass media* e sua condição de estruturadores e fomentadores de informações para o público não mais permitem uma expressão de todas as opiniões privadas existentes, comprometendo uma característica típica da esfera pública inglesa do século XVIII, onde estas reflexões particulares afluíam e, mediante o debate, formariam uma opinião do público. Aponta-se, assim, mais um dos fundamentos da esfera pública comprometidos desde sua "mudança estrutural"⁴².

As diferentes considerações adicionadas à noção de esfera pública após 1962

42 Apesar de não consistirem em uma continuidade teórica com a visão habermasiana, posteriormente Pierre Bourdieu e Patrick Champagne (1998), empregando maior traço empírico em suas reflexões e menor dosagem de pessimismo, postulam a existência de uma opinião não-pública. A crítica, é bom que se diga, não incide sobre a categoria "opinião pública" em si, mas sobre a maneira com qual o termo vem sendo empregado, sobretudo a partir da segunda metade do século passado. Os institutos de sondagem, que vendem os diagnósticos das disposições do público em relação a determinada questão, são criticados pelos duvidosos critérios aplicados na realização deste tipo de mensuração. Assim, Bourdieu, no provocador ensaio *A Opinião Pública não existe* (1980), vai defender que (1) nem todos os entrevistados nessas sondagens têm uma opinião formada, (2) que nem todas as opiniões se equivalem e que (3) não há um consenso no que toca à plausibilidade das questões formuladas. Champagne, em seu livro *Formar a Opinião* (1998), afirma que: "Embora não seja prevista enquanto tal por nenhuma Constituição, a 'opinião pública' está, no entanto, estreitamente associada aos regimes de democracia parlamentar... [...] Em uma palavra, a 'opinião pública' tal como é avaliada pelos institutos de sondagem tornou-se uma instituição social. [...] A 'opinião pública' é, assim, antes de tudo, uma espécie de máquina de guerra ideológica 'improvisada', durante o século XVIII, pelas elites intelectuais e pela burguesia de toga a fim de legitimar suas próprias reivindicações no campo político e enfraquecer o absolutismo régio. [...] Essa opinião pública 'esclarecida' que, por esse motivo, supostamente ilumina a nação inteira, não desapareceu em nossos dias, embora coexista com aquela que é produzida pelos institutos de sondagem." (Champagne, 1998:48-49). Ou seja, se têm utilidade e confiabilidade político-mediática, as sondagens são, entretanto, de pouco interesse científico. Essas sondagens querem menos responder a uma questão científica do que fornecer dados fabricados sob a lógica do jogo político (Champagne, 1995).

O que se procura neste tópico é fazer um rápido apanhado de algumas das principais ponderações feitas à noção de esfera pública evidenciada por Habermas (1984), verificando suas omissões e tornando evidentes determinadas feições dadas à categoria pelos especialistas.

A obra de Habermas gera polêmica ainda hoje. Apesar de ser um livro da área de Filosofia, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* empresta contribuições aos mais diversos campos do conhecimento em Ciências Humanas, como à Ciência Política, Comunicação, História ou ao Direito. Não é à toa que Érik Neveu (1995) considera tal livro um verdadeiro "programa de investigações", um "canteiro de obras".

Muitas destas polêmicas atribuem a *Mudança Estrutural* uma proposta idealizada, com um ar saudosista, nostálgico (Bougnoux, 1999), um entendimento fortemente marcado pelas contribuições dos pensadores da Escola de Frankfurt, sobretudo Adorno e Horkheimer⁴³. A esfera pública chegou a ser julgada, inclusive, como uma categoria descartável por ser míope no que toca às inquietações presentes do contexto social contemporâneo, por ser descolada da realidade. Signates (2002), por exemplo, chega a afirmar, sobre Habermas, que,

"... ao não encontrar na realidade as condições estabelecidas na teoria, o teórico, ao invés de cogitar a insuficiência da teoria, prefere declarar a extinção ou a decadência da realidade, entrando num círculo de raciocínio muito parecido com o das religiões, quando circunscrevem seus jogos interpretativos a certos mitos de origem e promovem o discurso nostálgico do paraíso perdido." (Signates, 2002)⁴⁴

De modo a buscar uma ordenação das observações feitas ao texto habermasiano de 1962, pode-se afirmar, a partir de uma tipologia feita por Gimmler (2001), que a primeira crítica mais recorrente se refere ao fato de a noção habermasiana de esfera pública ser apartada da realidade. As dificuldades encontradas nas sociedades

43 Importante ainda dizer que apenas alguns anos após sua publicação original em alemão, em 1962, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* foi traduzido para o inglês e para o francês (na década de 80), o que permitiu que os primeiros contatos com tal obra nestes países já se fizessem aliados a críticas e observações pontuais nos prefácios.

44 Signates demonstra conhecer a normatividade deste conceito em seu texto. Não obstante, continua: "... a hipótese aqui considerada é a de que, com o surgimento das novas tecnologias da comunicação, não há que se pensar em 'decadências' e sim em modificações, de certa forma profundas, das condições concretas de possibilidade da vivência democrática nas sociedades capitalistas ocidentais, cabendo ao pensamento teórico se rearticular, a fim de dar conta das novas exigências conceituais que tais transformações representam." (Signates, 2002)

modernas avançadas, como a democracia de massa, o voto igualitário e universal, a especialização de instituições administrativas e a presença marcante dos meios de comunicação (característica presente, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX) alterariam a versão proposta por Habermas de uma esfera pública funcionando plenamente como de acordo com o encontrado no século XVIII⁴⁵.

Gimmler (2001) expõe uma segunda crítica mais comum à categoria estudada, cujo cerne é afirmar que a esfera pública, na compreensão habermasiana, seria sempre manipulativa. Para Habermas, a engenharia dos conteúdos propagados pelos meios de comunicação de massa estaria orientada por ações estratégicas que buscam a satisfação de interesses de determinados grupos. Ao falar da "publicidade manipulativa", isto é, da publicidade que deixaria de ser crítica e passaria a estimular o consumo compulsivo dos indivíduos, considerados fragilizados ou tendo à disposição pouca capacidade de reflexão, Habermas revela sua dívida para com a obra *Dialética do Esclarecimento* (escrita por Adorno e Horkheimer), publicada originalmente em 1947, em Amsterdã. Ou seja, os receptores claramente tiveram sua capacidade crítica subestimada, o que ameaça a qualidade dos debates cuja esfera pública é o âmbito de realização⁴⁶. Wilson Gomes (1999) dá crédito a esta ponderação ao admitir que a publicidade crítica não se faz presente em todos os momentos da vida social e política:

"Terá razão o crítico de Habermas se se predispõe a um ceticismo razoável quanto às possibilidades de, mesmo em plena modernidade, imaginar uma publicidade social constituída integralmente por debate. Depois, em nossos dias, ainda segundo a reconstrução de Habermas, no interior da publicidade social, a importância do debate é superada enormemente pela representação, pela exibição sedutora e divertida, pelo espetáculo." (Gomes, 1999)

45 Estas modificações sócio-culturais ao longo dos últimos séculos e suas relações com a esfera pública são tornadas evidentes por Miranda, 1995: "É indubitável que o 'espaço público', tal como se instituiu modernamente, está submetido a pressões tais que o tornam quase um simulacro daquilo que era, ou daquilo que os clássicos pretenderam que fosse. Bem mais complicado é ajuizar do que poderá vir a ser numa época em que, como afirma John Ballard, 'pela primeira vez a humanidade poderá negar a realidade e substituí-la pela sua versão preferida'." (Miranda, 1995: 129)

46 Habermas (1992), posteriormente, ao dar ao receptor um papel mais ativo no esquema da comunicação, admite que subestimou a capacidade de reflexão da audiência.

Já a terceira investida (Gimmler, 2001) dá conta do caráter excludente da categoria esfera pública nos termos colocados pelo *Mudança Estrutural*⁴⁷. Na verdade, o entendimento dos críticos que aderem a esta idéia é de que Habermas se concentra no exame da esfera pública burguesa, concedendo menor importância a outras arenas discursivas que se teriam formado mesmo antes do século XVIII ou que não se vinculavam à elite econômica, como as associações de trabalhadores, onde estes, munidos de uma pauta de assuntos comuns sobre temas de relevância coletiva (ainda que fossem de interesse de uma classe específica), informavam-se, argumentavam e mantinham a palavra aberta aos concernidos.

Nancy Fraser (1992) é defensora, por exemplo, da existência de uma multiplicidade de públicos, com instituições próprias, negando, assim, a idéia de uma esfera pública que dê preferência à administração e à discursividade apenas por parte dos homens privilegiados; Fraser concentra seus estudos nos espaços discursivos relativos à questão do gênero.

Schudson (1995) contra-argumenta Fraser afirmando que, apesar da possibilidade de várias tematizações inerentes ao contexto social (preocupações ambientalistas, educacionais, econômicas, dentre outras), o discurso público se volta à "existência de uma constituição comum e abrangente [que] é o ponto de referência" dos negócios públicos no Estado⁴⁸. Jodi Dean (2003) vai ao encontro da reflexão de Schudson⁴⁹ quando rechaça a proposta de compreensão da esfera pública enquanto uma multiplicidade dissonante:

47 Thompson também reafirma a insistência de diversos especialistas nesta crítica: "Uma das críticas mais freqüentes feitas à explicação de Habermas é que, dirigindo a atenção para a esfera pública burguesa, ele tende a negligenciar a importância de outras formas de discurso e atividades públicas que existiriam nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa, formas que não fizeram parte da sociabilidade burguesa, e em alguns casos dela excluídas ou a ela se opuseram." (Thompson, 1998: 69)

48 Sérgio Costa (2002), em *As Cores de Ercília*, complementa a crítica à idéia de Nancy Fraser: "O principal problema da crítica de Fraser parece-me residir na compreensão equivocada da importância política conferida por Habermas à esfera pública. De fato, na forma como Habermas tem trabalhado o conceito, a esfera pública não parece limitada nem externa, nem internamente. Não há uma distinção apriorística das fronteiras do público e do privado que definisse de saída os temas passíveis de tratamento político." (Costa, 2002: 27)

49 Michael Schudson (1992) admite que o conceito de esfera pública é indispensável para o bom funcionamento das sociedades democráticas, entretanto, acusa a concepção inicial habermasiana de conter falhas de interpretação histórica e pouco se ancorar em fenômenos investigados empiricamente. Ele acrescenta a compreensão de que cada sociedade possui uma esfera pública intrínseca, ou seja, Schudson (1995) chega a atribuir "personalidade" aos espaços argumentativos diferentes, pois, assim como a cultura política afeta a configuração do modelo de democracia adotado, o modo de comportamento cultural dos entes políticos governamentais implica consequências também para a esfera pública. Jorge Almeida considera que "[Michael Schudson, 1995] vai discordar também daqueles que defendem uma visão de

"But, even with the critics of details, the concept [de esfera pública] itself is widely used and championed. Current uses of the idea of public attempt to sidestep these problems by adding an 's'. They talk about subaltern oppositional counter publics, trading on the normative currency of the concept while trying to avoid its exclusionary dimensions. These attempts to save the concept by adding an 's' to it are not successful: if the groups all have the same norms, then they are part of one public in habermasian sense; if they not have the same norms, if they are exclusive, partial, oriented around specific concerns and interests, then they are not publics but different sorts of groups – interests groups, say. This is important because, to use the example of identity politics, it is precisely the exclusivity of the group that is crucial for its group-ness..." (Dean, 2003: 96-97)⁵⁰.

Existe também uma marca elitista atribuída à tese original de Habermas por não ter considerado a participação dos que não eram burgueses, atores também competentes e com instrução suficiente para uma participação política distintiva ou com capacidade para a conformação de arenas autônomas⁵¹.

Habermas, entretanto, evidencia, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, que leva em conta para estabelecer seu modelo a esfera pública burguesa inglesa do século XVIII, uma "categoria histórica", o que não permite maiores comparações com os índices educacionais e acesso à informação das sociedades contemporâneas (ou com os movimentos proletários que surgiram após a revolução industrial). Deve-se considerar ainda que, em uma época de absolutismo, uma esfera pública plebéia, sem influência, competência ou força político-econômica, por definição, encontraria dificuldades para arguir as estruturas de mando então vigentes. Este cenário foi de certa

várias esferas públicas. Para ele, podem emergir discursos de várias bases da sociedade civil e isto é positivo. Mas devem convergir para uma única esfera pública dentro de uma jurisdição onde se tomam as decisões" (Almeida, 1998)

50 T.A.: "Entretanto, mesmo com críticas aos seus detalhes, o conceito [de esfera pública] é largamente utilizado e defendido. Empregos comuns da idéia de público se esforçam em desviar estes problemas ao se adicionar um 's'. Estes usos do conceito por parte de especialistas versam sobre contra públicos subalternos, opositonistas, negociando na moeda da normatividade, enquanto buscam evitar suas dimensões excludentes. Estas tentativas de se salvar o conceito pela adição de um 's' não obtêm sucesso: se todos os grupos possuem as mesmas normas, então eles são parte de um público no sentido habermasiano; se eles não têm as mesmas normas, se funcionam de modo a excluir, são parciais, orientados em torno de interesses e preocupações específicos, então eles não são públicos, mas diferentes tipos de grupos – grupos de interesse, diga-se. Isto é importante porque, para se empregar o exemplo de identidade política, é exatamente a exclusão do grupo [de indivíduos alheios ao grupo específico] que se torna crucial para seu sentimento de grupo..."

51 Em tempo, Habermas não confere maior importância às manifestações anteriores à esfera pública inglesa porque, segundo ele, elas não contavam com uma "racionalização pública" nos termos que seu livro construir.

forma modificado com a noção de povo, de direitos e de democracia que se conhece hoje⁵².

Partindo para a exposição de outras propostas sobre o conceito, se Habermas (1984) constata que a esfera pública sofreu modificações cruciais a partir do advento da comunicação de massa e de suas instituições capitaneadas por grupos de interesse específicos, não mais servindo, prioritariamente e de modo idôneo, ao interesse público, uma proposta no sentido de corrigir esta distorção seria pôr a emissão de conteúdos com vistas a formar a opinião política sob a tutela do Estado. John Keane (1996) vai criticar a adoção desta idéia, proferida por Nicolas Garnham (1992), exatamente porque a noção plural de "esferas públicas" ultrapassaria o âmbito estatal, alcançando iniciativas dos cidadãos, redes de computadores conectados e outras formas de transmissão de conteúdo⁵³.

"Garnham insiste que o [...] modelo de serviço público de radiodifusão, [é] projetado para mediar e contrabalançar os poderes corporativos estatais, e pode de fato fazer isso porque não está ligado seja a imperativos de maximização do poder público, seja à maximização do lucro. [...] A mídia voltada para o mercado, insiste Garnham, é inimiga da vida pública. Em forte contraste com os serviços públicos de radiodifusão, a mídia voltada para o mercado restringe o leque do que é possível dizer publicamente." (Keane, 1996: 8-9)

John Keane (1996) admite a idéia de que nas sociedades ocidentais existem várias esferas públicas, mas desacredita a proposta de uma multiplicidade de esferas argumentativas ligadas de modo íntimo aos serviços públicos de comunicação no âmbito do Estado⁵⁴.

52 Bobbio explica com maior propriedade a noção de povo enquanto sujeito político: "Foi só com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo o que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito de vida política. Mas a sua revelação havia de estar depois concretamente ligada aos grandes processos de transformação econômico-social iniciados com a era industrial no século XIX e com a conseqüente formação de grandes partidos políticos populares." (Bobbio, 2000: 987)

53 Garnham (1992) de certa forma defende Habermas ao admitir a impossibilidade de uma esfera pública ideal, reconhecendo que as sociedades humanas possuem limites, apesar de considerar importante o estabelecimento de modelos a serem perseguidos.

54 Keane desenvolve melhor sua exposição: "Esferas públicas não estão exclusivamente 'alojadas' dentro dos serviços públicos de mídia protegidos pelo Estado; nem (e contrariamente a Habermas) estão de algum modo amarradas *per definitionem* à zona de vida social estreitamente cunhada entre o mundo do poder e do dinheiro (Estado / economia) e as associações grupais pré-políticas da sociedade civil." (Keane, 1996: 22)

A partir da constatação dessa pluralidade, Keane vai propor a existência de três instâncias fundamentais (e complementares) de esferas públicas: (1) as *micro esferas públicas*, que mantêm certa identificação com os primórdios da esfera pública do século XVIII tratada por Habermas, ligadas a conversações locais, podendo ter espaço em igrejas, escolas ou outras modalidades de conversa comunitária geralmente marcadas por vínculos interpessoais; (2) as *médio esferas públicas*, já combinadas com os meios de comunicação, em nível regional ou nacional, que permitem a superação da distância e do tempo enquanto fator de dificuldade para o estabelecimento de uma pauta comum de assuntos, fornecendo visibilidade e discussão a assuntos de interesse de milhões de cidadãos; (3) as *macro esferas públicas*, que, além de fazerem parte do cotidiano de centenas de milhões de cidadãos, seriam caracterizadas pelo desenvolvimento das telecomunicações e concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucos grupos de interesse.

Já Bernard Miège (1995), empregando-se de uma perspectiva histórica, propõe quatro modelos de comunicação, que mantêm íntima relação com a noção de esfera pública. Importante ressaltar que, para Miège, não necessariamente os modelos são excludentes entre si: podem inclusive se sobrepor. Além disso, a cada passo histórico em direção a um modelo subsequente, há o alargamento do espaço público e do número de indivíduos incluídos.

O primeiro modelo de Miège se refere à esfera pública presente nas democracias modernas nascentes no século XVIII, onde é desaconselhado o uso da força ou outros modos de brutalidade. Este primeiro momento é marcado pelo debate sobre temas literários ou políticos; o segundo modelo tem lugar no século XIX, com o advento da imprensa comercial, onde Jornalismo e Literatura se separam e a "opinião pública" se configura mais como uma construção dos veículos informativos; a presença marcante dos *media* audiovisuais de massa no cotidiano social a partir da segunda metade do século XX é o cerne do terceiro modelo, onde prevaleceria o *infotainment* (informação + entretenimento), a emergência e a consolidação da diversão através dos recursos mediáticos, da informação frívola, em detrimento da argumentação racional; o quarto espaço seria localizado a partir da década de 70, com a ampliação das técnicas de gestão de imagem, estratégias e demais instrumentos utilizados por Estados, empresas e

outras instituições sociais. Em suma, este último modelo identifica o fenômeno das relações públicas.

Miège (1995) ainda fornece uma reflexão importante, alegando que a complexidade das sociedades modernas conduziu a um aumento (evolução) das competências do espaço público (inclusive porque novos atores foram inseridos no debate), ou seja, o espaço público não mais pode se limitar a temas exclusivos de natureza política.

Wilson Gomes (1998) busca fornecer um *status* mais rigoroso ao conceito de esfera pública contemporânea, afirmando que, mesmo em assuntos que se referem à política e demais afazeres concernentes ao seu campo, nem tudo visa argumentação e formação de opiniões. Para isso, ele apela para o conceito de "cena política", no sentido de permitir uma melhor distinção entre os escritos de Lipovetsky (1991), presentes no livro *O Império do Efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*, e os escritos de Habermas presentes em *Mudança Estrutural*.

À primeira vista, Habermas e Lipovetsky parecem discordar dos fundamentos da análise da política na contemporaneidade. Enquanto o primeiro condena a política e seu caráter de publicidade manipulativa nas sociedades modernas, o segundo procura relativizar a noção de influência total sobre os espectadores, afirmando que tais conteúdos "sedutores", além de não serem maléficos por total, geram efeitos diferentes entre os receptores. Os dois acabam por concordar, entretanto, em relação ao fato de que aumentou consideravelmente a dosagem de espetáculo nas estratégias e atitudes políticas do tempo atual⁵⁵.

Na verdade, Gomes pondera que Habermas e Lipovetsky apenas parcialmente tratam do mesmo tema, pois aquele considera em seus estudos o espaço destinado à argumentação, o lugar do desenrolar do discurso. Por outro lado,

"[Lipovetsky] Refere-se àquilo que talvez fosse conveniente chamar de *cena política*. A metáfora teatral da cena, espaço onde os atores realizam a representação, *locus* da ação dramática ou do espetáculo em face da platéia, parece dar conta de maneira adequada daqueles aspectos da política contemporânea

55 "Justamente esta banalização dos discursos que Lipovetsky vê como produzindo a perda da aura política, das possibilidades dos engajamentos férreos em discursos sistemáticos, enfim, que forma o homem contemporâneo para a tolerância e a abertura para o outro." (Gomes, 1998)

essencialmente vinculadas à exposição pública. Já Habermas não trata da cena política *tout court*, mas do seu aspecto argumentativo, deliberativo, em que as posições se fazem mediar por discursos e se submetem à discussão. É isso, afinal, a *esfera pública política*." (Gomes, 1998)

Deste modo, pode-se concordar com Gomes que "cena política" é uma categoria mais dilatada que "esfera pública política". Wilson Gomes (1999) ainda adiciona contributos ao debate ao postular que, quando se fala em esfera pública na contemporaneidade, na verdade pode-se fazer referência a dois fenômenos diferentes: (1) uma esfera de visibilidade pública⁵⁶ (os *mass media* funcionam como um espaço de visibilidade sem igual nas sociedades contemporâneas) e (2) uma esfera de discussão pública⁵⁷.

Há uma outra inquietação de ordem conceitual: se a esfera pública reúne cidadãos particulares, não ligados à administração, interessados em discutir a coisa pública e, em termos, buscar as melhores saídas para os problemas que afetam a vida em sociedade, influenciando políticas governamentais e organizando os cidadãos desprovidos de investidura, então o que diferenciaria tal categoria da sociedade civil? Schudson (1995) alega que Habermas acaba aproximando o conceito de esfera pública e sociedade civil e, por este motivo, trata de buscar uma melhor distinção entre estas duas categorias. Isto é, se a esfera pública inglesa do século XVIII se estabeleceu em contraposição ao Estado absolutista, poderia, sem maiores dificuldades em um primeiro momento, ser identificada com a sociedade civil. O problema com esta aproximação é que sociedade civil e Estado nem sempre estão em posições opostas; a sociedade civil seria apenas uma das estruturas de socialização, não abarcando todo o domínio social, não se referindo ao "sistema", institucionalizado por excelência; deve-se ainda acrescentar que, nas democracias modernas, o próprio Estado passou a incorporar uma

56 Mais ligada à cena social: "... âmbito da publicidade social que podemos nomear «esfera de visibilidade pública», é a cena ou proscênio social, aquela dimensão da vida social ("política" ou "civil" diriam os antigos) que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos. [...] A esfera (da visibilidade) pública responde a demandas de sociabilidade e comunicação. [...] ganha nas sociedades modernas um papel importante para a vida democrática que, como sabemos, comporta uma série de demandas cognitivas que só aí são satisfeitas." (Gomes, 1999)

57 Mais ligada aos argumentos em disputa: "Nela se mantém como fundamental a idéia de exposição, visibilidade. As posições em disputa se expõem para que todos saibam delas e possam se dar conta do que se disputa. O propósito, entretanto, é outro: não se expõe para provocar um mero conhecimento comum que se esgote no ato de saber e gerar sociabilidade, mas para que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes, para que os que fazem

modalidade de esfera pública, através do Parlamento, com caráter deliberativo, e não apenas opinativo. A idéia defendida por Michael Schudson, então, é a de que o Estado, através do Parlamento, vem complementar, e não se opor ao conceito de esfera pública⁵⁸.

Além disso, a sociedade civil, como afirma Habermas em reflexões posteriores, deve ser identificada como um *agente*, e não um *espaço*, que contribui para influenciar o público e suas opiniões⁵⁹.

Estas diferentes observações sobre a esfera pública geraram, por sua vez, estudos que procuram organizar o estudo do tema de modo a identificar, em quadros distintos, as compreensões dos especialistas no assunto.

Seyla Benhabib (1992) procurou identificar as tendências concorrentes no que concerne à compreensão de esfera pública: um primeiro modelo *republicano*, que teria como uma de suas fontes Hannah Arendt e sua idealização sobre a vida política grega (Ribeiro, 2001); um segundo modelo, qualificado de liberal e cujos expoentes são Bruce Ackerman e John Rawls; um último modelo denominado "discursivo" e que tem em Habermas boa parte de seus pressupostos.

Em outra tentativa de agrupar as diferentes concepções sobre o conceito e características de esfera pública, Sérgio Costa, pelo menos em duas oportunidades (1995 e 2002), procurou encaixar em dois quadros distintos as visões de esfera pública

parte do âmbito de alcance de uma matéria possam fazer-se valer enquanto a discussão ainda procede." (Gomes, 1999)

58 Jorge Almeida (1998) adiciona a seguinte consideração a esta reflexão: "... a relação entre Estado e esfera pública é indissolúvel porque não existe opinião pública fora do Estado e muito menos em estado puro. Além disso, não é possível existir opinião pública sem partidos, ocorrendo, neste caso, apenas tendências vagas de opinião."

59 Habermas conforma a seguinte concepção de sociedade civil: "Il [sociedade civil] s'agit donc d'associations qui contribuent à la formation d'opinions. Elles n'appartiennent donc pas au système administratif comme les partis politiques fortement étatisés, mais elles visent cependant des effets politiques grâce à une influence publique, soit parce qu'elles participent directement à la communication publique, soit parce qu'elles apportent une contribution implicite au débat public, comme, par exemple, par des projets alternatifs, en raison de l'aspect programatique de leurs activités." (Habermas, 1992: 185). T.A.: "Refere-se, então, a associações que contribuem para a formação de opiniões. Elas não pertencem ao sistema administrativo como os partidos políticos fortemente estatizados, mas visam, não obstante, efeitos políticos graças a uma influência pública, seja porque elas participam diretamente da comunicação pública, seja porque elas trazem uma contribuição implícita ao debate público, como, por exemplo, através de projetos alternativos em razão do aspecto programático de suas atividades."

compartilhadas pelos pensadores nos últimos anos, isto é, propõe identificar as reflexões sobre a categoria em dois modelos de esfera pública.

A primeira abordagem englobaria as contribuições que tratam a esfera pública como um *mercado de opiniões*, ou seja, a esfera pública seria essencialmente ligada aos meios de comunicação de massa e a luta não se daria, prioritariamente, pela disputa argumentativa, mas pela presença nas arenas mediáticas, pela "encenação política" (Costa, 2002). Se os meios de comunicação se configuram como modos fundamentais de visibilidade, então o fato de aparecer, estar em evidência nos media, dá a políticos, movimentos sociais, entidades de classe e outras personalidades a oportunidade de integrar o espaço de formação da opinião pública (*status* de existência), apresentando suas posições ou teses e, assim, influenciando o jogo político-deliberativo. "Conforme essa visão, as perspectivas de que certo problema se torne um tema público depende menos de seu conteúdo e relevância do que de certos requisitos prático-estratégicos." (Costa, 2002: 17). Em outro escrito, Sérgio Costa continua:

"Para o modelo funcionalista, que projeta a imagem de uma esfera pública inteiramente 'apoderada' pelos diversos grupos de interesses, a questão relativa à atribuição de um *status* política e analiticamente diferenciado para os atores da sociedade civil certamente não se coloca. Trata-se de uma definição puramente empírica da esfera pública, que considera unicamente a aparente feição mercadológica desta esfera em detrimento da investigação da origem dos vários *inputs* que a alcançam." (Costa, 1995: 61-62)

Como autores incluídos neste modelo, Costa indica F. Neidhardt e Barbara Pfetsch.

O segundo modelo enquadrado por Sérgio Costa ressalta "o mérito discursivo da esfera pública", e está mais ligado à proposta inicial de Habermas que apela para um entendimento discursivo entre os concernidos do processo político-decisório. Além da simples querela por ganhar espaço ou reconhecimento social, característica da compreensão anterior, este modelo emprega bases normativas para estabelecer os critérios do que considera esfera pública, preferindo adotar uma postura em consonância com o que Costa (2002: 16) chama de "espaços de comunicação interpessoal, redes informais de intercâmbio". Sérgio Costa afirma que:

"... os trabalhos reunidos nessa segunda vertente analítica não pretendem, obviamente, recusar a 'mudança estrutural' da esfera pública burguesa, nem os processos apontados anteriormente – que são empiricamente iniludíveis – de espetacularização e conseqüente perda substância argumentativa da comunicação pública. Busca-se, contudo, mostrar que tais transformações não preenchem todo o 'volume' da esfera pública. [...] Ao lado do crescimento incontrolado da grande mídia e da penetração da cultura pelas lógicas do dinheiro e do poder que dele decorre, verifica-se um processo coetâneo de modernização do mundo da vida, possibilitado pela desprovincialização, expansão e criação de 'novos públicos' e novos *loci* de realização de formas críticas de comunicação..." (Costa, 2002: 22-23)

Costa (2002) inclui entre os pertencentes a este segundo modo de compreensão, além de Habermas, Cohen e Arato.

A proposta de Gomes (1999) de classificação das tendências teóricas no trato com a esfera pública identifica quatro grupos de autores especializados na questão: (1) os que caracterizam a cena pública das sociedades atuais como inconciliável com a conformação de uma esfera pública argumentativa, posição que se identificaria com a proposta do primeiro Habermas; (2) um outro grupo de especialistas que também não admite a existência de uma esfera pública contemporânea, mas não porque ela se desestruturou ou perdeu consistência, mas porque tal categoria não funciona como um operador teórico válido, ou seja, a argumentação não existiria, apenas o espetáculo que se desenrola na cobertura mediática; (3) na terceira categoria há reflexões que apostam na idéia de que existe sim uma esfera pública, mas que a argumentação racional e centrada não é seu forte, dando importância também aos conteúdos proferidos na já comentada esfera de visibilidade pública (Wolton, 1995); (4) finalmente o quarto grupo, que além de considerar a existência da esfera pública, toma-a contemporaneamente como um espaço argumentativo por excelência, ou seja: a parte do jogo político que não se submete à sabatina pública não pode constar entre os requisitos para se diagnosticar a existência de uma esfera pública.

O Habermas subseqüente e seus críticos

Habermas já admitiu, no prefácio da 17^a edição alemã de *Mudança Estrutural*, de 1990, a pertinência de algumas das considerações supracitadas. Na tradução francesa do prefácio, intitulado *O 'espaço público' 30 anos depois*⁶⁰, ele diz o seguinte:

"Bref, mon diagnostic d'une évolution linéaire d'un public politiquement actif à un public 'privatiste', d'un 'raisonnement sur la culture à la consommation de la culture', est trop réducteur. J'ai évalué de façon trop pessimiste la capacité de résistance, et surtout le potentiel critique d'un public de masse pluraliste et largement différencié, qui déborde les frontières de classe dans ces habitudes culturelles. Du fait de la perméabilité croissante des frontières entre culture ordinaire et haute culture, et de la 'nouvelle intimité entre politique et culture', elle-même tout aussi ambivalente et n'assimilant pas simplement l'information à la distraction, les critères de jugement eux-mêmes ont changé." (Habermas, 1992: 174)⁶¹

Após o impacto de diversas leituras e críticas, Habermas (1992) admitiu a contribuição das pesquisas oriundas do campo da comunicação e da sociologia. Porém, ele não altera por completo suas conclusões presentes no *Mudança Estrutural*, alegando que, se errou em alguns dos aspectos que dizem respeito ao receptor e suas características, pelo menos as transformações históricas diagnosticadas ainda funcionam, em boa medida, de forma coerente com suas investigações⁶².

60 Este texto se chama "Prefácio à nova edição de 1990" (em alemão, Vorwort zur Neuauflage 1990); em francês, foi publicado na revista *Quaderni* (n. 18, automne 1992), com o título de "«L'Espace public», 30 ans après"; em inglês, no livro de Craig Calhoun (1992), como "Further Reflections on the Public Sphere".

61 T.A.: "Em suma, meu diagnóstico de uma evolução linear de um público politicamente ativo até um público 'privatista', de um 'raciocínio sobre a cultura até ao consumo da cultura', foi excessivamente redutor. Eu avalei de modo bastante pessimista a capacidade de resistência, e sobretudo o potencial crítico de um público de massa pluralista e largamente diferenciado, que alarga as fronteiras de classe dentro de seus hábitos culturais. O fato da permeabilidade crescente das fronteiras entre cultura popular e alta cultura, e da 'nova intimidade entre política e cultura, ela mesma também ambivalente e não assimilando simplesmente informação à distração, os critérios de julgamento são eles mesmos se modificaram."

62 Nas palavras de Habermas: "Le contraste entre la première forme de la sphère publique politique jusqu'au milieu du XIX^e siècle et celle des démocraties de masse de l'État-social peut donc de cette manière atténuer cette opposition entre un passé valorisé de façon idéaliste et un présent déformé par la critique de la culture. Ce clivage normatif implicite a déconcerté de nombreux critiques. Celui-ci ne résulte pas seulement d'une perspective de critique de l'idéologie, sur laquelle je reviendrai, en tant que telle, mais de l'omission des aspects que j'ai mentionnés mais dont j'ai soutenu l'importance. Bien sûr, une évaluation erronée n'altère pas les grandes lignes du processus de transformation que j'ai décrit." (Habermas, 1992: 168). T.A.: "O contraste entre a primeira forma da esfera pública política até a metade do século XIX e aquela das democracias sociais do Estado social podem portanto desta maneira atenuar a oposição entre um passado valorizado de modo idealista e um presente deformado pela crítica da cultura. A clivagem normativa implícita fez cair por terra numerosas críticas. Esta não resulta somente de uma perspectiva de crítica da ideologia [...] mas da omissão dos aspectos que eu mencionei porém subestimei a importância. Obviamente, uma avaliação errada não altera em grandes linhas o processo de transformação que eu descrevi."

Se, em um primeiro momento, Habermas considera que o desenvolvimento das sociedades capitalistas fez prevalecer uma *racionalidade instrumental* por parte dos principais atores políticos e econômicos, ou seja, uma racionalidade com o intuito de estabelecer metas na busca de seus objetivos, já em um momento posterior de suas reflexões, ele passa a admitir a idéia de uma racionalidade comunicativa (complementar à instrumental), desta vez ligada à interação social quotidiana das pessoas comuns, gerando reflexos na organização social. Habermas vai continuar a se preocupar com a esfera pública, mas vista de um outro ângulo, levando em consideração o avanço das sociedades modernas e a complexificação das engrenagens do Estado.

Um dos primeiros pensadores a se preocupar com a especialização do Estado é Max Weber. Autor clássico da teoria social, em suas preocupações com relação à forma democrática de governo, Weber diagnostica a crescente separação entre economia, administração e sociedade perceptível nos campos do trabalho, produção industrial ou desenvolvimento científico⁶³ já no século XIX. Neste contexto, propõe o conceito de "racionalização" para tentar dar conta dos processos que demandam apreciações técnicas sobre determinada matéria do âmbito estatal. Weber acredita, desta maneira, não ser possível colocar em um mesmo conjunto sociedade e administração pública (Avritzer, 1996).

Habermas dá crédito à idéia de Weber com reservas. Admite, por exemplo, que os fundamentos das sociedades ocidentais se modificam, sim, graças ao processo de especialização, entretanto, gerando, duas formas de estruturas não obrigatoriamente antagônicas: o "sistema", onde se dão as querelas relativas à administração do Estado e à economia; e o "mundo da vida", onde ocorreriam as trocas comunicativas, onde funcionaria uma esfera da sociabilidade interativa, convivial (o que ainda "obriga" a democracia a não se voltar apenas para o lado do indivíduo, pois sozinho este não

63 Anos depois, o desenvolvimento da ciência passa a ser também uma preocupação dos pensadores da teoria crítica, inclusive de Habermas: "O que caracteriza o limiar entre a sociedade tradicional e a sociedade que entra no processo de modernização não é o fato de que uma mudança estrutural do quadro institucional seja forçada pela pressão das forças produtivas relativamente desenvolvidas – pois isso é um mecanismo da história do desenvolvimento da espécie, desde o início. A novidade está antes no nível de desenvolvimento das forças produtivas, responsável por uma ampliação permanente dos subsistemas do agir-racional-com-respeito-a-fins que, por esse meio, põe em questão a forma, própria às culturas avançadas, de legitimar a dominação por interpretações cosmológicas do mundo." (Habermas, 1983: 324)

consegue conformar um entendimento dialógico no que toca às questões coletivas)⁶⁴. São, por conseguinte, duas instâncias interdependentes e que conciliam a diagnosticada burocratização da máquina com o referencial moral da forma democrática de governo.

Ou seja, se em um primeiro momento a esfera pública teve sua existência comprometida ao ser institucionalizada, nesta fase seguinte, Habermas passa a considerar que a interação entre as pessoas comuns que ocorre no mundo da vida tem sim capacidade de gerar participação política; inclusive estas redes de sociabilidade passam a ser consideradas indispensáveis para o entendimento da democracia moderna⁶⁵. Estes espaços de conversação podem conviver com as estruturas formais de um Estado especializado, quer dizer, depois de debatidos na base, em diversas instâncias comunitárias, estas conclusões, uma espécie de "opinião pública", têm a possibilidade de serem institucionalizadas. Este espaço do mundo da vida pressupõe liberdade de reunião, formação e exposição de uma opinião pública por parte de grupos sociais.

Exatamente este entendimento entre os indivíduos que se dispõem a participar do debate sobre as questões coletivas vai ser chamado de "ação comunicativa" (em oposição à "ação estratégica", concernente à razão instrumental), um ato essencialmente de fala, onde a linguagem é o fundamento da compreensão mútua⁶⁶.

"O ponto de partida prático-moral adotado por Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa* remete a duas dimensões importantes da política: 1) A primeira dimensão é a do reconhecimento do outro enquanto um igual. A igualdade prático-moral entre indivíduos membros de uma comunidade de participação implica para Habermas o reconhecimento tanto do modo de vida particular do outro... [...] 2) Existe uma segunda dimensão política decorrente do ponto de partida prático-moral que é a idéia de democracia. A obra habermasiana supõe uma dimensão comunicativa e interativa na qual os atores sociais,

64 Não se pretende aprofundar a discussão sobre as fases posteriores de Habermas em relação à compreensão de esfera pública, menos ainda tratar com maior dedicação as diferenciações entre sistema e mundo da vida (sendo esta última noção trabalhada primeiramente pela Fenomenologia de Husserl).

65 Rousiley Maia aprofunda esta compreensão: "A comunicação informal, que se desdobra livremente entre indivíduos e comunidades, fora das arenas políticas formais, deve ser vista como um recurso importante para uma interpretação produtiva de preocupações políticas e formulações de demandas a serem enviadas aos corpos administrativos e deliberativos do sistema político. Assim sendo, nas obras recentes do autor [Habermas], há uma mudança crucial na percepção de um esfera pública única e singular, para uma multiplicidade de esferas públicas..." (Maia, 2002: 111)

66 A proposta de divisão da sociedade moderna em subsistemas, apesar de dar conta dos problemas colocados por Weber em relação à especialização e racionalização da máquina administrativa, não faz com que Habermas seja poupado de críticas. Almeida (1998) vai apreciar negativamente esta idéia ao afirmar que não há limites organizacionais tão rígidos entre sistema e mundo da vida, a ponto de se poder afirmar que são domínios estritamente apartados.

através da utilização da linguagem, participam de um debate crítico-racional acerca da organização normativa e política da sociedade em que eles vivem." (Avritzer, 1996: 46-47)

Em suma, o caráter *exclusivamente* burguês que caracterizou a categoria histórica à qual Habermas dedicou sua primeira fase de estudos dá lugar a um modelo de esfera pública não circunscrito a uma classe social específica, onde, a partir do entendimento possibilitado pela linguagem e de um encontro das subjetividades dos indivíduos no mundo da vida (reprodução cultural), uma opinião pública política poderia, sim, ser formada. As análises sobre o tema vão atribuindo importância a diferentes atores sociais que se vão inserindo com o intuito de exercer influência nas políticas oficiais. Além disso, deve-se levar em consideração as ponderações sobre variados âmbitos geográficos e simbólicos que passam a compreender as interpretações dadas à esfera pública. Almeida (1998) vai considerar que:

"Em outro de seus textos mais recentes, Habermas (1996) vai valorizar a existência histórica da esfera pública plebéia e, por outro lado, reforçar o papel do receptor (a partir da leitura de Stuart Hall, 1980) segundo o qual, além de leituras dominantes do código da produção midiática, pode haver também uma leitura negociada ou oposicionista. Mesmo que as duas primeiras estejam dentro do campo do discurso hegemônico, a existência da leitura oposicionista e mesmo da negociada, abre espaço para a construção de alternativas políticas contra-hegemônicas. Assim, estas duas revisões, vão deixar mais claro a sua posição de construir uma esfera pública autêntica a partir de novos sujeitos sociais solidários e em contraposição ao Estado burocrático e o capital" (Almeida, 1998).

Assim, a esfera pública, para o Habermas seguinte ao *Mudança Estrutural* e boa parte de seus intérpretes, se tornaria uma categoria menos rígida, a ponto de Habermas abrir espaço para ser novamente criticado ao manifestar uma posição permissiva em relação a considerar como esfera pública praticamente qualquer conversação cotidiana, inclusive sobre temas frívolos.

Há estudiosos (Gomes, 2001; Keane, 1996) que se preocupam com a abertura indiscriminada do conceito, o que retira rigor da compreensão da categoria e, nesse sentido, a torna inútil. Se qualquer tipo de conversa, sobre qualquer assunto e sem ordem alguma for considerada esfera pública, parece não haver grandes motivos para se dedicar a uma problematização tão controversa. Como argumenta John Keane:

"Supor que as controvérsias públicas sobre o poder podem e devem desdobrar-se por meio de uma variedade de modos de comunicação não significa cair na armadilha relativista e concluir que qualquer discussão de poder conta como uma esfera pública legítima. [...] O ponto essencial é este: o apelo por um entendimento pluralista das formas variáveis de comunicação que constituem atualmente a vida pública, partilha uma afinidade eletiva com uma compreensão não funcionalista da democracia como um tipo de regime que permite a uma genuína pluralidade de indivíduos e grupos de expressarem abertamente sua solidariedade com, ou oposição a, outros ideais ou formas de vida." (Keane, 1996: 24)⁶⁷

Entretanto, passa a obter validade o entendimento de que a esfera pública não mais se restringe a uma classe ou a um modo específico de formação discursiva da opinião e da vontade. A constatação de que existe contemporaneamente uma "variedade de modos de comunicação" (Keane, 1996) permite conformar a compreensão de que a noção de esfera pública, para estudiosos como Maia (2002a), pode tanto se referir às interações quotidianas, às conversas informais (que ocorrem na sala de jantar, nas filas dos bancos) quanto aos debates no parlamento nacional que visam decidir sobre a aprovação de determinada lei, passando ainda pelos debates estimulados no âmbito das organizações da sociedade civil. Estas diferentes instâncias, em maior ou menor escala, são "abastecidas" de conteúdo informativo preferencialmente pelos meios de comunicação de massa, que em determinados momentos ganha também a configuração de um ambiente discursivo⁶⁸.

Sérgio Costa (2002), na busca por um modelo de análise da formação da vontade política em âmbito municipal, realizou estudos empíricos em duas cidades do Estado de Minas Gerais (Uberlândia e Juiz de Fora). A partir de suas conclusões, Costa propõe quatro modos de se organizar a informação, a argumentação e a deliberação no cenário específico de uma municipalidade: (a) **espaço público vinculado à mídia**, fortemente influenciado pela instrumentalização dos meios de comunicação por seus proprietários, geralmente grupos políticos tradicionais regionalizados, não obstante

67 Wilson Gomes demonstra concordar com esta reflexão: "Parece, contudo, que tais princípios fundamentais, quando transformados em atitudes culturais, em *habitus*, em esquemas e grades de valores para a orientação dos indivíduos no **mundo da vida** [grifo do autor], tendem a perder a referência conceitual que os gerou e explicou e a se converter em material afetivo, emocional, em crenças fundamentais situadas para além da discussão e do exame argumentativo." (Gomes, 2001)

68 A esta altura do texto ganha sentido a observação de Keane sobre a relação entre democracia e esfera pública: "O máximo que pode ser dito, falando normativamente, é que um regime democrático saudável é aquele no qual vários tipos de esferas públicas são prósperas, sem que nenhuma delas de fato desfrute de um monopólio nas disputas públicas pela distribuição de poder. Em contraste, um regime dominado por programas televisivos de entrevistas ou por eventos espetaculares de mídia iria comprometer a integridade de seus cidadãos. Isso pode ser tão sufocante quanto um regime no qual a 'discussão racional', no estilo de

Costa diagnosticar uma mudança neste comportamento instrumental após a redemocratização brasileira, com maior grau de profissionalização, de prestação de contas e aproximação entre veículos de comunicação e audiência, além da maior variedade de temas discutidos. De certa forma, é questionável a conclusão deste estudioso no sentido de que os grupos dominantes, em determinadas regiões do Brasil, são pouco flexíveis em abrir mão no que se refere ao uso destes meios de comunicação, que, inclusive em muitos casos, geram prejuízos financeiros, mas ganhos políticos, para além de interesses imediatos.

Uma segunda modalidade de esfera pública seria (b) um **espaço parlamentar-estatal**, caracterizado nas arenas destas cidades pelo tom oficial, afinal são os vereadores e o prefeito que possuem a prerrogativa de implantar os projetos em entendimento com a comunidade. Esta, por sua vez, por se manter mais intimamente ligada, convivialmente, a seus representantes, teria a possibilidade de reivindicar diretamente melhorias, inclusive cooperando efusivamente com o poder público. Também esta visão de Sérgio Costa conta, aparentemente, com a fragilidade de não levar em consideração a polarização comum entre grupos políticos e econômicos nas diversas pequenas e médias cidades das regiões brasileiras. Nem sempre os vínculos comunitários são tão pacíficos, ou os vereadores, por mais próximos que estejam dos cidadãos, encaminham prontamente as demandas da esfera civil.

Um terceiro modo de esfera pública em escala municipal seria (c) um **espaço associado aos grupos organizados**, ou seja, aos movimentos sociais, sindicatos e associações de bairros que lutam pela satisfação do interesse de um tema ou coletividade específica. O estudioso aponta, acuradamente, que tais movimentos ganham legitimidade e, por sua dedicação a um assunto, podem servir de fonte privilegiada para os media locais. Alguns destes movimentos percebem a importância de uma boa política de comunicação e já se preocupam em colocar à disposição veículos próprios de divulgação de idéias ou eventos⁶⁹.

seminário, ou pregação política demagógica, serviu como o único padrão 'civilizado' de disputa sobre quem fica com o que, quando e como." (Keane, 1996: 24)

69 Costa esclarece melhor esta proposição: "Enquanto as aparições na grande imprensa estão orientadas para a divulgação e, eventualmente, exercício de pressão sobre políticos locais, os veículos próprios de comunicação estão voltados, fundamentalmente, para o 'público interno': eles constituem, antes de tudo, instrumento de *formação interna de opinião* e de consolidação da legitimidade e reconhecimento das associações, junto a seus próprios participantes." (Costa, 2002: 91-92)

No entanto, Costa pouca consideração dá ao fato de que, em pequenas cidades, a sociabilidade prevaiente é a comunitária, isto é, os vínculos entre os cidadãos muitas vezes são afetivos e confundem-se com os políticos, econômicos ou culturais. Em uma campanha para prefeito de um pequeno município, por exemplo, o candidato vai dar *preferência* ao corpo a corpo a aparecer na televisão ou jornal tupiniquim, apesar desta última modalidade de visibilidade não ser descartada.

Por fim, Costa (2002) propõe as (d) **esferas públicas primárias**. Aproximam-se da perspectiva Habermasiana de "mundo da vida", privilegiando as conversações quotidianas e comuns entre os indivíduos, muitas vezes sem uma ordem pré-estabelecida e em alguns casos mesmo sem tais indivíduos se conhecerem.

Para encerrar este tópico, restam ainda mais duas considerações sobre a noção de esfera pública. É lícito perguntar, em termos conceituais, se toda esfera pública é deliberativa e de grande porte. De pronto, pode-se defender que não, a partir da perspectiva de que as decisões e atitudes concretas a serem tomadas institucionalmente sobre determinado assunto são características de apenas uma modalidade de esfera pública, a parlamentar-estatal. Mas pode-se pensar, por exemplo, em um Conselho Superior Universitário, que restringe suas argumentações e deliberações a um agrupamento específico; existe a possibilidade de espaços destinados ao debate não conclusivo ou apenas para fins de informação dos concernidos.

Não seria excesso também dizer que a esfera pública, entendida para além de sua manifestação parlamentar-deliberativa, é uma instância que não pode ser implantada por decreto governamental, embora tais decretos e estruturas administrativas possam orientar a formação de processos discursivos e deliberativos que vão potencializar uma esfera pública atuante. A categoria se refere a um espaço simbólico, a uma situação de debate onde diferentes atores sociais, expondo seus pontos de vista e valores, buscam a reflexão e o reconhecimento para suas causas⁷⁰. Das exposições aos pares resulta a efetividade do que se chama opinião pública.

70 Wolton oportunamente coloca que a noção de esfera pública é antes de tudo simbólica: "Não é possível decretar a existência de um espaço público da mesma forma que se organizam as eleições. Constata-se, ou não, a sua existência. O espaço público não é tributário de uma lógica de vontade. Ele simboliza simplesmente a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão contraditória de informações, de opiniões, de interesses e de ideologias." (Wolton, 2001: 199-200)

A importância do conceito de esfera pública

As contribuições dos pensadores dedicados ao assunto acabaram gerando modelos de entendimento da esfera pública, conforme apresentado. Érik Neveu (1995) sugere que muitas das críticas esboçadas acima já deram sua contribuição e, por serem sempre retomadas em muitos dos trabalhos acerca da cultura política moderna, acabam se tornando "rotinizadas". Neveu, assim, se posiciona de modo contrário aos que acreditam no esgotamento teórico do livro de 1962.

Algumas das observações expostas parecem não levar em conta a tensão característica do início da década de 60, ou seja, o contexto social em que a obra de Habermas se insere. Fatalmente, o livro é afetado pelos acontecimentos de então e pelas pesquisas vigentes à época⁷¹. Um mérito que não se pode negar ao escrito em questão, no entanto, foi o de dar à comunicação um papel maior do que uma mera peculiaridade quando se trata do estudo das sociedades modernas.

Não é porque a esfera pública não mais atinge o perfil traçado por Habermas que se deve tomá-la como um conceito desnecessário. Pelo contrário, pois a esfera pública constitui-se justamente o fórum destinado a receber as demandas dos diversos atores sociais, onde estes buscam influenciar os processos de tomada de decisão⁷².

Isto é, independentemente dos alargamentos, das diferenças entre compreensões, as modificações da esfera pública de acordo com o contexto sócio-

71 O próprio Habermas admite esta influência: "La recherche sur les médias, et surtout les analyses de la sociologie de la communication concernant les effets sociaux de la télévision sont aussi importantes pour l'étude des transformations structurelles de l'espace public. A l'époque, j'étais sous influence des conclusions de la tradition de recherche fondée par Lazarsfeld, tradition qui était critiquée violemment dans les années 70, en raison de sa conception individualiste et béhavioriste, réduite à la psychologie des petits groupes." (Habermas, 1992: 174). T.A.: "A pesquisa sobre os meios de comunicação, e sobretudo as análises da sociologia da comunicação no que se refere aos efeitos sociais da televisão, são do mesmo modo importantes para o estudo das transformações estruturais do espaço público. Àquela época, eu estava sob influência das conclusões da tradição de pesquisa fundada por Lazarsfeld, tradição que foi duramente criticada durante os anos 70, em razão de sua concepção individualista e comportamental, reduzida à psicologia dos pequenos grupos."

72 E apesar de reconhecer as características "depreciativas" das sociedades modernas, Habermas considera a categoria esfera pública como fundamental na teoria social. "Entretanto, seus fundamentos sociais estão, no entanto, há cerca de um século novamente se diluindo; tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente,

histórico afetam de modo sem igual a configuração da forma democrática de governo (Gomes, 1999).

"O conceito de esfera pública permanece útil. Realça o fato de a democracia representativa popular ser uma arena de discussão e não um conjunto de leis eleitorais, como sugerem freqüentemente as definições formais da ciência política, nem um estilo sociopsicológico, como têm dito antigos estudos da cultura política. A sua abstração é de certo modo uma virtude, lembrando-nos que a democracia política que procuramos não é necessariamente caracterizada pela discussão acesa e elevado grau de participação, mas pelas estruturas, instituições, enquadramentos e normas que tornam possível essa discussão e participação." (Schudson, 1995: 164)

Neste sentido, grande parte dos pensadores, mesmo os mais ferrenhos críticos de Habermas e da Escola de Frankfurt, admitem a importância deste conceito para a compreensão do caráter político-democrático das sociedades modernas. Logo, descartá-lo ou esgarçá-lo a ponto de compará-lo a qualquer interferência comunicativa são posicionamentos extremos⁷³.

a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político." (Habermas, 1984: 17)

73 O que os defensores da importância deste conceito evocam ainda não são, em um primeiro momento, os fenômenos e dificuldades do modelo quando aplicado ao plano da prática política inerente a cada sociedade, mas sim seu caráter normativo, pois a categoria esfera pública seria pertencente, de fato, ao plano das reflexões, da construção de quadros ideais. Conforme explica Wilson Gomes: "Um conceito normativo não é construído a partir dos fenômenos e para deles dar conta, mas a partir daquilo que se considera como sendo a essência dos fenômenos e para justamente normatizar os fenômenos reais e concretos, como critério para a sua avaliação. Por isso mesmo, não se poderia desqualificar um conceito normativo indicando a sua inadequação aos fenômenos historicamente dados ou sua incapacidade de descrevê-los - já que não é essa a sua pretensão ou destinação - mas desqualificando os pressupostos teóricos em que se funda. [...] o normativo se refere ao dever-ser [...] tem em mira o ideal, a prescrição, a ética." (Gomes, 1998)

PARTE 2

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A NATUREZA DAS REDES TELEMÁTICAS

Notas sobre a relação entre *Mass media* e democracia

Cada conquista tecnológica no campo da comunicação atíça reflexões sobre as dimensões políticas das sociedades, se seriam renovadas ou não. Foi assim com o advento do telégrafo, do rádio e, sobretudo, da televisão. À parte as considerações sobre o grau de modificações experimentadas a cada advento (se seriam de conseqüências mais ou menos graves, a depender da perspectiva teórica de quem faz a reflexão), o fato é que não se pode negar a influência destas evoluções de técnicas mediáticas no jogo político. Por exemplo, os eventos contemporâneos relativos à política, quando comparados aos eventos das sociedades tradicionais (do século XV, por exemplo, onde a interação primordial se dava em escala comunitária, face a face), se dão de modos diferentes, no sentido de organização, produção de conteúdo, modalidades de emissão (distribuição) e recepção.⁷⁴

Em outras palavras, após o advento da imprensa, e mais acentuadamente com o surgimento dos *media* audiovisuais, as condições de visibilidade política sofreram alterações⁷⁵. Isto significa que, se até o século XVIII, os cidadãos tinham condições de perceber seus administradores políticos sobretudo a partir de uma relação de certa proximidade física, como uma parada militar ou outras ocasiões pomposas (pouco

74 Sobre isso, Thompson afirma de modo pertinente: "Antes do advento da telecomunicação, a extensão da disponibilidade das formas simbólicas do espaço geralmente dependia de seu transporte físico; [...] Mas com o desenvolvimento das primeiras formas de telecomunicação, o distanciamento espacial não mais exigia fisicamente o transporte das formas simbólicas e, portanto, evitava os atrasos no tempo devido a tais deslocamentos. [...] Tornou-se possível experimentar eventos simultâneos, apesar de acontecerem em lugares completamente distintos. Em contraste com a concretude do aqui e agora, emergiu um sentido de 'agora' não mais ligado a um determinado lugar.." (Thompson, 1998: 36-37)

75 "... a visibilidade mediada é uma faca de dois gumes. Se os novos meios de comunicação criaram novas oportunidades para a administração da visibilidade, possibilitando aos líderes políticos uma exposição pública diante de seus reais ou potenciais eleitores, numa escala e intensidade que nunca existiram antes, eles também trouxeram novos riscos. A arena mediada da política moderna esta aberta e acessível de uma forma que as assembléias tradicionais e as cortes nunca conheceram. Além disso, dada a natureza da mídia, as mensagens produzidas pelos líderes políticos podem ser recebidas e entendidas de maneiras que não se podem monitorar ou controlar diretamente. Daí que a visibilidade criada pela mídia pode se tornar uma fonte de um novo tipo de *fragilidade*." (Thompson, 1998: 126-127)

frequêntes, diga-se)⁷⁶, com o advento da fotografia, do rádio e da televisão, personalidades de maior destaque social, e não apenas do mundo político, passaram a fazer parte da realidade quotidiana de cada cidadão em contato com a informação mediada massivamente, isto é, ganharam uma existência para além do "aqui e agora" (Thompson, 1998).

Importante salientar que as mudanças na estruturação política das sociedades promovidas desde a Era Moderna não ocorreram apenas no plano técnico da comunicação. Elas foram fruto de transformações institucionais e administrativas que se aprofundaram sobretudo na Europa a partir do século XV, como a incipiente interligação dos processos econômicos e ajuntamento dos principados em Estados soberanos, acontecimentos que inclusive tiveram início antes do convívio efetivo com a reprodutibilidade permitida pelas máquinas de comunicar.

Com o fim dos regimes absolutistas, berço dos Estados nacionais, e o advento da noção moderna de democracia de massas (agora uma democracia representativa em oposição à sua correspondente, a democracia direta da Antigüidade clássica), houve uma outra mudança no que se refere aos atores políticos⁷⁷ institucionais e à sua relação com a esfera que deixou de ser dos plebeus (por definição desprovidos de quota de poder) para ser dos cidadãos. A representatividade política, artifício criado para viabilizar a administração democrática de áreas territoriais extensas e a participação dos

76 Em mais uma oportunidade Thompson oferece observações de cunho comparativo: Não se pode deixar de levar em consideração as esculturas, pinturas, obras de tapeçaria, cunhagem de moedas, dentre outras modalidades de política de imagem (que, se não tiveram a mesma organização das políticas de imagem características da época contemporânea, pelo menos servem como referência histórica para a incipiente relação entre comunicação e política) verificadas desde a época em que Luís XIV governava a França, durante o século XVII, conforme examinado por Jean-Marie Apostolidès (1993) e Peter Burke (1994).

77 Dahl (2001), em sua visão particular, enumera um conjunto de princípios e instituições a serem implantados para que uma sociedade possa ser considerada democrática. Desta forma, é possível avaliar, através de escalas qualitativas, em que medida uma sociedade possui instituições mais transparentes e legítimas ao público e favorece a participação em relação a outra. É importante destacar que Dahl, assim como a grande maioria dos pensadores da área de Teoria Democrática, não sonha com uma realização plena do ideal democrático, onde todas as peças se encaixariam e as engrenagens funcionariam perfeitamente, ou onde todos os cidadãos demonstrassem vivacidade na sua vida pública e na decisão sobre os rumos da vida comum. Dahl enumera seis exigências de uma democracia em larga escala: (1) Funcionários eleitos; (2) Eleições livres, justas e frequentes; (3) Liberdade de expressão; (4) Fontes de informação diversificadas; (5) Autonomia para associações; (6) Cidadania inclusiva. Dentro deste contexto, não se deve omitir que, apesar de ser na maior parte das vezes a instância à qual os pensadores políticos dedicam seu esforço heurístico, o Estado nem sempre é a instância contemplada com estas contribuições teóricas, ou seja, pode-se ainda pensar na democracia como forma de governo para associações ou pequenas comunidades. Complementa-se ainda que nem todas essas exigências listadas são passíveis de aplicação a unidades de administração comparativamente menores que um país ou estado (um sindicato, por exemplo, não necessariamente precisa se adequar a todas as regras do jogo democrático).

civis, vem evidenciar que o funcionamento razoável de uma democracia de grandes proporções, para além de uma comunidade ou cidade-estado (modelo este predominante no mundo Antigo), está comprometido a partir do momento em que não lançar mão do recurso da representatividade, no instante em que não se dá voz a comunidades menos próximas ao comando central, conforme já explicado anteriormente.

Deste modo, a esfera civil não foi prevista no arranjo institucional da administração do Estado democrático moderno enquanto ente deliberativo de projetos e demais iniciativas implantadas pelo governo; foi prevista, sim, enquanto ente com capacidade para deputar o mandato, escolher seus representantes (o "governo do povo"). Entretanto, a última palavra em termos decisórios no que concerne à administração do Estado, por mais força que o voto exerça, que a pressão das ruas forneça, é dos representantes políticos. Assim, se por um lado aos políticos parece ser concedida a capacidade única de atender a demandas da população (verbas e poder de fazer), por outro lado eles só ganham esta função se autorizados por esta mesma esfera civil. Nestes termos, explica-se a importância da comunicação de massa em sociedades democráticas: é o modo de se chegar ao cidadão (eleitor) e buscar seu apoio e atuação em prol de determinada causa.

Os meios de comunicação, assim, tornaram-se, sobretudo ao longo do século XX, elementos capitais na estruturação política das sociedades⁷⁸. Mas não se deve omitir a intenção de atores individuais ou grupos apartados do Estado de também fazer uso destas formas de comunicação para alcançar um público mais amplo. Em outras palavras, graças ao avanço tecnológico, a natureza do alcance a que se sujeita determinado conteúdo modificou a própria disposição dos indivíduos frente ao que se comunica⁷⁹.

78 "A democracia sempre comportou uma demanda cognitiva que na sociedade de massa não poderia ser resolvida de outra forma a não ser através dos meios de comunicação, particularmente do sistema informativo. [...] A demanda cognitiva da democracia se apresenta, então, sob dois aspectos. Em primeiro lugar, os cidadãos em princípio precisariam saber das decisões que se processam na esfera pública no momento em que estas decisões ainda estão sendo tomadas, isto é, no momento em que as pretensões concorrentes se apresentam e discutem [...] sem satisfação dessa demanda a democracia corre perigo." (Gomes, 1995)

79 De fato, pode-se perceber, por exemplo, a intenção histórica da esfera governamental de se aproveitar dos meios de comunicação para propagar suas idéias e iniciativas. Isso aconteceu, para efeitos de ilustração, quando Getúlio Vargas instituiu o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939, e quando os governos militares brasileiros (1964-1985) censuraram os meios de comunicação, atrelando seus funcionamentos aos interesses do Estado, utilizando como álibi a defesa da Segurança Nacional.

É nestes termos que, mais recentemente, surgem análises que vão procurar dar conta dos fenômenos postos no jogo político por parte das novas tecnologias de comunicação e informação. As TICs poderiam ser a resposta ideal para problemas inerentes ao fazer democrático, como a reversão da apatia ao possibilitar voz, conexão e ação por parte de indivíduos ou organizações (sejam elas políticas ou pré-políticas, pré-existentes à difusão das redes telemáticas ou não, de cunho permanente ou efêmero), ao coagir governos a se mostrarem mais abertos e transparentes, e também por significar o advento de um meio de comunicação sem a chance de ser abarcado em sua totalidade por um dono ou administrado por um grupo específico regido por interesses.

Estas tecnologias vêm afetando, de variados modos e intensidades, diferentes dimensões sociais, provocando conseqüências no mundo do trabalho, com o fechamento de postos (mas também abertura de outros, ainda que em menor proporção); no campo social, com mudanças ao inaugurar novas plataformas de sociabilidade, seja através de salas de conversa ou ao pôr em contato pessoas a quem antes só se tinha acesso remotamente; no que se refere à cultura, com a propagação dos *sites* pessoais ou o compartilhamento e armazenamento de músicas sem passar pela mesma relação de consumo com a indústria fonográfica; no campo econômico, através da praticidade e rapidez permitida aos fluxos da capitais.

O acesso aos dados sobre praticamente todos os assuntos parece mais fácil. Se um médico, por exemplo, diagnostica determinada enfermidade e receita ao paciente o remédio "maleato de enalapril, 10mg", este hipertenso não mais obrigatoriamente precisa se reportar aos livros da área específica para saber os efeitos de tal medicamento; isto é, a primeira opção, para os mais familiarizados com as novas tecnologias de comunicação e informação, não é mais necessariamente procurar nas pilhas de livros das bibliotecas ou apelar a profissionais do ramo: recorre-se ao uso das redes de dados abertas pela comunicação via Internet. Em poucos segundos, como se vê, pode-se enumerar as facilidades trazidas pelo advento da informação e comunicação em bases digitais aos que têm acesso a um terminal conectado.

Mas há outras questões que tornam problemática a apreensão social destas novas tecnologias: se a indústria fonográfica, por exemplo, precisa rever boa parte de suas estratégias e maneiras de distribuição (luta contra pirataria, originais dos discos guardados em cofres para que não sejam disponibilizados antes do lançamento oficial e

trocados via programas gratuitos) pode-se estender a mesma qualidade e grau de modificação a outros campos sociais?

De fato, o campo político também é afetado pelas redes telemáticas. Através destas redes, por exemplo, diversos indivíduos, em diferentes localidades, podem se filiar a uma Organização Não-Governamental, planejar ações ambientalistas, de educação a distância, de pressão sobre Estados ou empresas, ou ainda dar voz a minorias oprimidas. Os partidos políticos passam a competir em modalidades diferentes e buscam estratégias para se aproximar do eleitor conectado; mesmo o Estado tende a adotar as dinâmicas concernentes ao digital, barateando seus custos logísticos ou provendo informações à sua maneira.

Assim, entende-se a comunicação mediada pelo computador como um novo espaço de intervenção pública que vem se destacando por duas características principais: interatividade e agilidade dos processos comunicativos. Existe a possibilidade de se constituir agregações de natureza política, sem barreiras territoriais, a partir de recursos multimidiáticos. A Internet (em momento mais oportuno se esclarece o que se entende deste termo) interessa a esta dissertação enquanto um espaço de produção contínua de conteúdos, emissão e recepção de tais conteúdos por públicos que antes dependiam exclusivamente de outros meios de comunicação de massa (considerados "verticais", com um ou poucos emissores para milhões de receptores) para se manterem informados ou adquirirem o saber no que se refere a temas de interesse coletivo.

Abre-se ainda a possibilidade de os próprios cidadãos se organizarem e produzirem conteúdos a serem distribuídos entre os usuários das redes telemáticas, configurando-as como ferramentas políticas. Entretanto, como se pretende compreender, nem sempre tais modificações trazem benefícios ou parecem se realizar de acordo com a descrição "triumfalista" (Palacios, 2001). Em muitos casos, estas manifestações de cidadãos ou entidades são de caráter xenófobo (cf. Buchstein, 1997), abrem oportunidades de monitorar comportamentos dos usuários ou reproduzem as desigualdades com as quais já se convive no "mundo real". Assim, o trabalho busca um

maior cuidado quando se discute as conseqüências sociais e políticas que o novo advento técnico vem gerando⁸⁰.

2.1 Apontamentos em Comunicação e Cibercultura

A rede mundial de computadores é constituída, para além de seu aspecto comercial, por formas de representação, convívio, interação, ser e estar não apenas de indivíduos, mas de instituições de naturezas diversas. Termos como ciberespaço, interatividade ou impacto da comunicação mediada pelo computador permeiam os discursos sobre a recente modalidade de comunicação permitida pela interconexão dos computadores.

O espaço digital caracteriza-se como realidade ainda "embrionária", de acordo com o que sugere André Lemos (1997). Um ambiente com centralidades indeterminadas no que toca à possibilidade de emissão e recepção de conteúdos e que por isso mesmo aparenta ser mais favorável à manifestação de multiplicidades.

Se for válido o argumento de que existe uma nova relação entre tempo e espaço, pode-se perguntar se as modificações experimentadas se ligam essencialmente à velocidade de transmissão de dados (uma conquista técnica) ou se há substanciais transformações sociais a partir do momento em que a diminuição do tempo que uma mensagem leva para cruzar certo espaço geográfico faz com que esse espaço seja descontextualizado do fator físico⁸¹.

80 Castells faz as seguintes considerações sobre as relações entre técnica, cultura e sociedade: "... uma técnica se torna instrumento importante de práticas sociais somente quando a sociedade em seu conjunto tem necessidade dela para avançar. Hoje as pessoas constroem a web à sua imagem. É uma baderna, pois tudo coexiste na Internet: utilizações sociais, expressões políticas, rede de sociabilização pessoal, pesquisa de informações, movimentos associativos, mas também propaganda nazista, pedofilia e pornografia. Isso preocupa os políticos, pois esse espaço não pode ser totalmente controlado. Mal pode ser reprimido. O grande público tem, portanto, papel a exercer em seu desenvolvimento. Aliás, ele não se privou disso. Os internautas realmente produziram os bate-papos, os grupos de notícias, os fóruns... Os leilões *online*, a arte digital ou o *download* de música foram inventados, dessa maneira, e depois adotados por empresas." (Castells, 2002)

81 Paul Virilio trata, em uma obra dos anos 70, da importância da velocidade para o mundo Ocidental. Relaciona as conquistas técnicas ao sucesso e poderio militares. "O estreitamento das distâncias transformou-se numa realidade estratégica com conseqüências econômicas e políticas incalculáveis pois equivale à negação do espaço. A manobra que consistia ontem em ceder terreno para ganhar Tempo perde qualquer sentido; atualmente, o ganho de Tempo é questão exclusivamente de vetores e o território perdeu seu significado ante o projétil. De fato, o valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou

A dissertação, então, apresenta reflexões mais gerais sobre as novas tecnologias de comunicação e informação, mostrando que a origem de tais inquietações está há poucas décadas, e que muito da euforia relacionada a potenciais novas formas de mediação tem ligação com a noção de meios de comunicação de massa incutida na teoria social construída ao longo do século XX.

2.1.1 Dados acerca da história da Internet

Se o que se pretende é compreender melhor a estrutura em rede que hoje mantém influência nos processos sociais quotidianos, é importante destacar em que contexto esse advento aconteceu.

A Internet e todas as outras tecnologias que acompanham o seu ritmo tiveram início com o surgimento dos primeiros computadores, que, na verdade, não passavam de máquinas de calcular. Depois do sistema de válvulas eletrônicas e de transistores, estas máquinas evoluíram até a utilização de circuitos integrados, já na década de 60.

No cerne da explicação técnica, pode-se afirmar que o que aconteceu foi um processo de mudança simples (desconsiderando-se a teoria da computação e seus pressupostos), isto é, determinada informação passou a ser codificada por seqüências de combinação dos números "0" e "1" (daí o nome binário, digital). Em termos matemáticos, a combinação desses dois números em várias "casas" pode representar, por exemplo, não só as 26 letras do alfabeto ocidental e suas representações gráficas, mas uma imensidão de dados, desde um ponto que forma uma imagem na tela (pixel) até o funcionamento de um *software* (ou programa de computador), como o editor de textos.

Os primeiros computadores foram inventados na Inglaterra e nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e tinham o objetivo de ajudar os militares daqueles países em suas operações e incrementar estratégias. Pouco depois, pesquisadores universitários perceberam o potencial do uso destas máquinas não só para

definitivamente o do lugar, e a questão da posse do Tempo renovou o da posse territorial. [...] Com o vetor supersônico (avião, foguete, massa de ondas), a penetração e a destruição se confundem, a

funções militares, mas também para uso acadêmico e pessoal. O financiamento vinha das forças armadas, mas o conhecimento era dos professores universitários, como expõe Castells (1999).

As pesquisas da área de computação continuaram incentivadas pelo governo norte-americano nos anos subseqüentes, e despontaram mais fortemente na Califórnia, na região que ficou conhecida como Vale do Silício. Uma das principais razões sugeridas para o forte investimento em tecnologia foi a bipolarização geopolítica que marcou a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Com o lançamento do Sputnik 1 e 2, satélites soviéticos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou, em 1969, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançados (Advanced Research Projects Agency – ARPA), com a função de buscar a liderança nas pesquisas em ciência e tecnologia e aplicar os conhecimentos obtidos para uso das forças armadas.

Um dos primeiros desafios da Agência foi possibilitar o desenvolvimento de projetos em conjunto com outros centros dentro dos Estados Unidos, sem o inconveniente da distância física, nem o risco da perda de informações no caso de um confronto nuclear. A idéia do grupo de pesquisadores era desenhar um sistema de computadores que pudesse continuar a operar, permitindo a transferência de informação e códigos, mesmo que alguma parte do caminho fosse perdida ou afetada. "O resultado foi uma arquitetura em rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas" (Castells, 1999: 26).

Nos anos seguintes, a atuação da ARPANET (a rede da agência de projetos americana) foi estendida às universidades, que também passaram a funcionar como centros de desenvolvimento: o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) e o laboratório Lincoln da Universidade de Utah são exemplos desta extensão. Em 1971, 23 universidades já estavam em rede.

Um dos avanços marcantes deste processo foi a criação do correio eletrônico, em 1972. Na verdade, os precursores da tecnologia do correio eletrônico tiveram a idéia de criá-lo a partir da capacidade restante de processamento já possível àquela época em

instantaneidade da ação à distância corresponde à derrota do adversário surpreendido mas também, e sobretudo, à derrota do mundo como campo, como distância, como matéria." (Virilio, 1996: 123)

suas máquinas. A partir de 1973, a ARPANET começa a se tornar internacional, dada a troca de mensagens via satélite entre instituições militares. Esta agregação dá origem à SATNET, uma rede de satélites. No anos seguintes, surgiram também outras estruturas em redes menores que acabaram se unindo à ARPANET⁸². Em 1983, todo o setor militar foi separado da ARPANET (já mais extensa que as proporções iniciais) e deu origem à MILNET.

Os primeiros domínios (.edu, .org e .gov) começaram a surgir em 1985, na mesma época em que teve início o uso do termo Internet para se referir ao conjunto de redes da ARPANET, que vinha há alguns anos atuando internacionalmente. Com o setor militar posto à parte e o uso já comum do termo Internet, a ARPANET (inicialmente ligada ao Estado norte-americano) deixou de existir em 1990.

A popularização da Internet ganhou maior impulso a partir de 1990. A rápida expansão da computação pessoal foi a principal responsável pelo aumento no número de usuários da rede. Além deste fato, a facilidade de navegação auxiliou na difusão desta tecnologia de comunicação e informação. Ainda por volta de 1989, pesquisadores do CERN⁸³, centro de estudos relacionados à Energia Nuclear, na Suíça, desenvolveram a WWW (*World Wide Web*), que permitiu o gerenciamento de textos, imagens e sons no computador conectado à rede mundial. A WWW trouxe ainda endereços "amigáveis". O que se tem hoje é a convergência dos serviços antes oferecidos pela Internet em diferentes plataformas para a WWW⁸⁴.

82 Com o intuito de uniformizar a linguagem utilizada nas transmissões dos pacotes de informação destas estruturas, o que otimizaria o processo, foi implementado, em 1982, o TCP/IP (Transmission Protocol/Internet Protocol), um protocolo padrão da rede.

83 Liderados por Tim Berners-Lee, cientista da computação.

84 Sobre este fenômeno, leia-se Salter: "The web was initially just one part of the Internet, linking text documents together via hyperlinks. Hypertext mark-up language and the hypertext transfer protocol used for the www has evolved so that it can now be used to access most other Internet applications. Thus the web has not only made Internet access available to millions more people than any other Internet application, but it has also made the Internet easier to use in a technical sense, and has reduced the number of separate applications required in order to access it. Further to this, the web is now the main access point to the Internet, the application that people are most familiar with." (Salter, 2003: 119). T.A.: "A web era inicialmente apenas uma parte da Internet, conectando documentos em conjunto via hiperlinks. O *Hypertext mark-up language* [HTML] e o *hypertext transfer protocol* utilizados para a www evoluíram de tal maneira que atualmente pode ser utilizado para acessar a maioria das aplicações da Internet. Deste modo, a web tem tornado o acesso à Internet disponível para milhões de pessoas do que qualquer outra aplicação, mas tem também feito a Internet mais fácil de se usar no sentido técnico, e tem reduzido o número de aplicações requeridas para se dar condições de acesso à rede. Além disso, a web é agora o principal ponto de acesso à Internet, a aplicação com a qual os usuários estão mais familiarizados."

Foi criado um novo tipo de programa de computador em confluência com a WWW, conhecido como browser ou navegador. Dentre os pioneiros, o mais famoso foi o Mosaic, inventado por Marc Andreessen, que mais tarde fundaria a Netscape Communications Corporation. A partir desta invenção, mais usuários se conectaram à rede, tornando a WWW conhecida rapidamente, o que levou à multiplicação da quantidade de páginas disponíveis. O ciclo continuou e, há até alguns anos, a quantidade de usuários crescia em progressão geométrica⁸⁵.

Em suma, o desenvolvimento de interfaces amigáveis e uma certa baixa nos custos dos equipamentos provocou a adesão de mais indivíduos ao uso do computador. Em 1995, o número de usuários de Internet crescia cerca de 10% ao mês. Se essa taxa persistisse, o número de indivíduos com conexão disponível teria excedido a população mundial no ano de 2003, como constata Negroponte (1995).

André Lemos propõe o estabelecimento de fases de desenvolvimento das redes telemáticas, em sintonia com a apropriação social destas redes:

"... a formação da micro-informática deve-se ao desenvolvimento de domínios científicos diferentes a partir dos anos 40: a cibernética (1948), a inteligência artificial (1956), a teoria da auto-organização e de sistemas (dos anos 60), a tecnologia de comunicação de massa (rádio, televisão e telefone) e a telemática (de 1950). Os primeiros passos no tratamento automático da informação foram dados entre 1940 e 1960. Aqui os princípios essenciais e as inovações estratégicas são influenciados fortemente pela cibernética. A segunda etapa, de 1960 a 1970, caracteriza-se por sistemas centralizados ligados às universidades e à pesquisa militar. A terceira etapa, de 1970 aos nossos dias, marca o surgimento dos micro-computadores. Proponho uma quarta fase que seria aquela surgida na metade dos anos 80, caracterizada pela popularização do ciberespaço e sua inserção na cultura contemporânea. É a fase do computador em objetos e de tudo em rede. Se a terceira fase foi a do computador

85 Sobre a aceitação social de uma determinada tecnologia, pode-se concordar com a assertiva seguinte: "The benefits of adoption clearly are higher when a new technology provides a distinctly more flexible and informative communication channel and when it is compatible with existing organizational or individual values or patterns of behavior. The costs of adoption decline as technologies become less complex and, as such, require lower up-front learning. Moreover, new technologies that are more compatible with existing technologies are attractive because they are less disruptive to work patterns. Finally, the uncertainty involved in adopting new technology declines if it is easy to assess the experience of others and if the costs of abandoning an unsuccessful technology are low." (Weare, Musso, Hale, 1999: 9). T.A.: "Os benefícios da adoção [das tecnologias de comunicação] são claramente maiores quando uma nova tecnologia proporciona, de modo distintivo, um canal de comunicação mais flexível e informativo e quando esta tecnologia é compatível com valores individuais ou organizacionais já existentes ou ainda com modelos de comportamento previamente estabelecidos. Os custos desta adoção caem na medida em que as tecnologias se tornam menos complexas e, do mesmo modo, ao requerer menor esforço no aprendizado com o manejo. Além disso, as novas tecnologias que são compatíveis com tecnologias já em uso são mais atrativas porque rompem menos com modelos / padrões de ação. Finalmente, a incerteza envolvendo a adoção das tecnologias de comunicação diminuem se se torna fácil avaliar a experiência de outros usuários e se os custos de abandonar uma tecnologia mal sucedida forem baixos."

pessoal (PC), o milênio que começa será a fase do computador conectado (CC)." (Lemos, 2002: 55-56)

Como a estrutura de acesso da WWW havia sido projetada inicialmente apenas para atender a universidades, as condições de tráfego na rede passaram a se complicar devido o acesso de milhões de usuários, desde suas casas ou trabalho⁸⁶. Uma nova estrutura tornou-se, assim, necessária. A intermediação e conexão à rede passou a ser atributo dos provedores. Geralmente essas empresas têm uma conexão permanente, de grande capacidade de processamento⁸⁷.

Não se pode deixar de admitir que ainda é uma minoria privilegiada no mundo que tem acesso à Internet e às novas tecnologias em geral. Geralmente quem possui um computador pertence às classes mais altas da sociedade e usufrui de maior nível de escolaridade. Esta discussão será realizada no próximo tópico.

2.1.2 Da Exclusão digital

86 Mesmo reconhecendo a importância dos governos no desenvolvimento deste novo canal de comunicação, Castells destaca o papel dos usuários da rede: "... os fundadores da tecnologia Internet foram fundamentalmente seus usuários, ou seja, houve uma relação direta entre produção da tecnologia por parte dos inovadores e, depois, uma modificação constante de aplicações e novos desenvolvimentos tecnológicos por parte dos usuários, em um processo de feedback, de retroação constante, que está na base do dinamismo e do desenvolvimento da Internet. [...] ... o desenvolvimento da Internet com base nas redes libertárias comunitárias – que criaram todo tipo de novas aplicações, como as conferências, os boletins ou as listas de correio eletrônico – não saiu do Departamento de Defesa, mas dos grupos libertários que se organizaram através e em torno das redes de Internet. Estes grupos eram desde o princípio – ou seja, desde 1978 e 1980, quando começou a USENET [uma coleção de grupos de discussão que serviu a princípio para comunicação entre cientistas e acadêmicos] – internacionais e desenvolveram-se de forma mais global precisamente porque a Arpanet pertencia ao governo norte-americano." (Castells, 2003: 258-260)

87 Para se entender um pouco mais sobre o uso da Internet com finalidades lucrativas, caso da competição entre os provedores leia-se Salter (2003): "It can be seen, then, that organization of the technical bodies that direct the development of the Internet mean that latter can be considered to be open to a range of interests. Indeed, such concepts can be seen as constitutive of 'Internet culture', or 'computer culture'. For example, Free *Software* Foundation (FSF) was founded in 1985 as a response to the continued commercialization of *software* and supposed decline of the original computer culture. Before the 1980s, the 'computing community' did not regard the concept of 'free' *software*, as that was all there was." (p. 128). T.A.: Salter (2003): "Como pode ser visto, então, esta organização de corporações técnicas que direcionam o desenvolvimento da Internet significam que a rede pode ser considerada aberta a uma variedade de interesses. Na verdade, tal concepção pode ser vista como constitutiva de uma 'Cultura da Internet' ou 'Cultura do computador'. Por exemplo, a *Free Software Foundation (FSF)* foi fundada em 1985 como uma resposta à crescente comercialização de programas de computador, o que supõe um declínio da cultura do computador em sua essência [onde havia trocas comunitárias, livres, de conteúdo e

O presente tópico tem por propósito ilustrar os argumentos principais em relação ao tema "exclusão digital", oferecendo uma proposta de organização de suas diferentes modalidades, conseqüências e abrangência, pondo luz sobre os aspectos mais relevantes, destacadamente os que podem irradiar implicações no ambiente político contemporâneo. Para os objetivos desta dissertação, o questionamento do tópico recai sobre a incoerência em se afirmar a Internet como espaço democrático por natureza enquanto o acesso a esta rede é ainda restrito a uma pequena parcela da população.

Em outros termos, concentrando-se no plano político, a partir do momento em que se pretende estabelecer, através do emprego da tecnologia digital, espaços de participação política, uma maior aproximação entre governo e esfera civil, articulações de movimentos sociais, dentre outras iniciativas, seria contra-senso um desejo de maior igualdade política se, ao mesmo tempo, nem todos têm os equipamentos e as capacidades suficientes para utilizá-los. O advento das novas tecnologias de comunicação e informação não traz, assim, apenas vantagens e um leque de potencialidades.

Um outro problema relativo à característica da rede mundial de computadores se refere ao dilúvio informacional (Lévy, 1999) que cerca seus usuários. Deve-se atentar para a relevância cultural do que é oferecido nas mais diversas plataformas de comunicação possibilitadas pelo medium digital.

Considera-se que, apesar de não esgotar a literatura concernente ao *digital divide*, a presente discussão encontra seu lugar na medida em que esta segunda parte da dissertação busca apresentar diferentes subsídios com a característica comum de abordar a natureza das redes telemáticas e suas dimensões que influenciam as reflexões sobre as novas modalidades de mediação política.

As potencialidades das tecnologias digitais podem ser enumeradas sem grandes dificuldades. Não seria leal, entretanto, apresentar tais potencialidades sem examinar questões rotineiramente levantadas pelos especialistas que tomam, de modo pouco simpático, a Internet como a nova ideologia. Isto é, no lugar de resolver problemas, a

ferramentas]. Antes dos anos 80, a 'comunidade computacional' não reconhecia o conceito de software 'livre', exatamente porque todo o programa era livre."

rede telemática apontaria para novas exclusões (Trivinho, 2003); os céticos argumentam, ainda, que tais redes só serviriam para favorecer ao capitalismo na medida em que estimulam o ciclo de consumo dos últimos equipamentos digitais; ou as redes ainda seriam prejudiciais, em termos políticos, porque tirariam a atenção dos indivíduos para temas de interesse coletivo transmitidos pelos meios de comunicação convencionais (como a televisão e o rádio) (Wolton, 2001).

As críticas às desigualdades no plano digital podem ser divididas em duas grandes vertentes: uma primeira destaca as dificuldades tecnológicas (plano técnico), enquanto a segunda guarda relação com os fatores culturais. Na vertente primeira, discute-se preferencialmente a questão do acesso aos equipamentos, aos terminais de computadores, às máquinas em si, por parte dos cidadãos com necessidade de utilizar estas ferramentas para fazer uma transação financeira, trocar mensagens ou criar vínculos de amizade; ainda nesta vertente, estão as disparidades de domínio tecnológico entre os países e entre os centros de pesquisa, isto é, a dependência tecnológica das regiões menos avançadas em relação aos desenvolvedores de ponta do sistema de redes telemáticas. Esta categoria engloba ainda as características relativas ao domínio do desenvolvimento e aplicações de tecnologia de comunicação por grandes empresas de comunicação pertencentes a poucos grupos econômicos⁸⁸.

Por outro lado, as críticas apontadas na segunda vertente ressaltam as dificuldades relativas ao capital cultural dos usuários e suas formas de aquisição, isto é, sublinha-se o pouco nível de instrução para adentrar a essa nova dimensão tecnológica e aproveitar suas conveniências, além, também, da dependência cultural em relação aos provedores de conteúdo de maior envergadura e à sua credibilidade reconhecida no mercado, nacional ou internacional.

Conforme definição de Anthony Wilhelm:

"O termo exclusão digital [digital divide] possui características que se alteram, tendo sido apropriado por grupos com as mais diversas agendas; [...] é uma expressão proteiforme em

88 Sobre esta questão, ver Postman: "Harold Innis, o pai dos estudos da comunicação moderna, falou repetidas vezes dos 'monopólios do conhecimento' criados por importantes tecnologias [...] aqueles que têm o controle do funcionamento de uma tecnologia particular acumulam poder e, de maneira inevitável, formam uma espécie de conspiração contra aqueles que não têm acesso ao conhecimento especializado, tornado disponível pela tecnologia [...] os benefícios e os déficits de uma tecnologia nova não são distribuídos por igual." (Postman, 1994: 19)

termos de sua definição e sentido. Em seu sentido mais restrito, o termo refere-se ao acesso diferenciado às modernas ferramentas da telecomunicação, focalizando de forma mais exclusiva a Internet, já que este meio tem capturado nosso imaginário coletivo. [...] [É] algo que não irá se resolver simplesmente através de computadores mais baratos ou de correios eletrônicos gratuitos." (Wilhelm, 2002: 237)

Aliada a estas críticas, há uma outra que se refere ao oferecimento de conteúdos na Internet: o excesso de informações, ou seja, a gigantesca quantidade de dados a serem processados, digeridos e avaliados para que sejam úteis aos usuários. Esta dissertação explora, em linhas gerais, estas críticas.

São essas formas diversas de acesso, por máquinas díspares em termos de plataforma operacional, capacidade, velocidade de conexão, periféricos, dentre outras diferenças, que fazem alguns estudiosos acreditarem ser a Internet e as demais tecnologias de comunicação e informação patrocinadoras do "abismo social", reforçando a dessemelhança entre pobres e ricos, entre instruídos e indivíduos com pouca educação formal.

Trivinho (2003) chega a condicionar a existência do usuário na cultura ligada ao digital à categoria que ele denomina "senhas infotécnicas de acesso", isto é, os usuários seriam definidos a partir de gradientes relativos ao equipamento com o qual acessam, seus capitais cognitivos, suas classes econômicas, lugar de conexão (casa ou trabalho). Assim, um outro enfoque é dado à questão da desigualdade, não mais concernente à relação entre países centrais e periféricos, mas entre camadas sociais com acesso (e em que graus de acesso) e sem acesso dentro de uma mesma sociedade⁸⁹.

Elie (2002), em trabalho que versa sobre o acesso à informação, critica não apenas o domínio da tecnologia de ponta quase que exclusivamente pelos países desenvolvidos⁹⁰, mas rechaça também o fato de que as empresas destes países não têm

89 De acordo com matéria da Agência Estado (acessada em 06 de outubro de 2003): "Apenas 8% da população brasileira tem acesso à internet, segundo pesquisa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgada hoje. Do total, 42% pertencem à classe A, que tem 5% da população. A classe B, que representa 19% dos brasileiros, tem 48,7% dos internautas e as classes C, D e E, onde vivem 76% da população, tem apenas 9,3% dos internautas. O diagnóstico da Anatel para a pequena quantidade de internautas no Brasil em relação à população é de que o problema para aumentar o acesso não está na telefonia, mas nos preços dos microcomputadores."

(<http://www.estadao.com.br/tecnologia/internet/2003/out/06/135.htm>)

90 Não se descarta, obviamente, países como Índia, China e Brasil que, cada vez mais, ganham espaço no que se refere à produção de programas de computador e índices crescentes de uso e desenvolvimento de pesquisas na área de novas tecnologias de comunicação.

como foco clientes de regiões periféricas, apesar do caráter planetário que a tecnologia de comunicação reivindica. Elie afirma o seguinte:

"Para ingressar num mercado promissor, os fornecedores lançaram-se numa corrida tecnológica. Seus esforços são dirigidos à satisfação das necessidades solventes dos consumidores dos países ricos (comércio eletrônico, jogos, imagens animadas) e não levam em consideração as dos países menos desenvolvidos. Eles concebem soluções técnicas cada vez mais sedutoras e custosas em investimentos e funcionamento. As técnicas anteriores, geralmente mais simples, e mais facilmente transferíveis são abandonadas aos poucos." (Elie, 2002: 284)

Paralelamente a essas dificuldades encontradas no plano do acesso aos equipamentos, convive-se, sobretudo nos países com acesso escasso ao estado de bem-estar social, com realidades que de certo modo podem constranger os mais eufóricos quanto ao uso e proliferação das novas tecnologias de comunicação e informação (ou, pelo contrário, fazer depositar mais confiança na expectativa de uma mudança social por meio do uso de computadores). Canclini (1999) e Barbero (1996) documentam que as metrópoles latino-americanas, por exemplo, continuam tendo problemas como favelização, crescimento dos índices de violência e escassos recursos a serem aplicados em áreas sociais por parte dos governos. Desta forma, como aponta Lemos, os problemas sociais contemporâneos não seriam, em sua maioria, de ordem técnica, mas de ordem política (Lemos, 2002).

Pesquisas recentes⁹¹ revelam que, *nos países desenvolvidos*, a grande barreira em relação ao acesso à Internet não é a falta de recursos financeiros, mas a idade, ou seja, o intervalo de gerações que permite a usuários de certa faixa etária terem mais facilidade que outros para lidar com o recente fenômeno técnico-social⁹².

91 Para maiores detalhes sobre este assunto, pode-se ler a seguinte matéria: "Idade é fator determinante de padrões de uso da internet", publicada na Folha Online. Endereço :

<http://noticias.bol.com.br/internet/2003/09/19/ult124u13948.jhtm> (visitado em 04 de dezembro de 2003).

92 Uma situação hipotética no que se refere à perspectiva comercial da exclusão digital: tome-se uma família, composta por pai, mãe e filhos adolescentes com bom padrão financeiro. Muito provavelmente, os filhos vão dominar a tecnologia da navegação, passando horas fazendo pesquisa ou conversando em bate-papos. Os pais, que são quem pagam a conta de telefone no final do mês, quem compram os equipamentos, enfim, quem detêm o poder de consumo, não "se arriscam" nesse tipo de "aventura", pelo menos em sua maioria. Isso dificulta, de alguma forma, a popularização não só da tecnologia, mas do uso e das facilidades que essa tecnologia pode trazer. Muitos *sites* de comércio eletrônico estão fracassando por esse "medo" dos que têm poder aquisitivo. Este é um problema geracional, ressalte-se.

Se o número de usuários continua crescendo, não obstante uma previsível saturação no número de conectados pertencentes às classes mais favorecidas economicamente, por outro lado, muitos, sem condições de acesso, são compelidos a criarem intimidade com essas ferramentas sob o perigo de ficarem alijados de processos sociais, econômicos, governamentais ou mesmo políticos que passam a se relacionar com o ambiente telemático⁹³.

Não se pode compelir um indivíduo a utilizar a Internet, provar de seus conteúdos ou possuir um endereço de correio eletrônico. Entretanto, serviços, como, por exemplo, o pedido de bolsas de estudo e pesquisa às agências de fomento do governo brasileiro, bem como o envio de propostas de projetos, acontecem preferencialmente através da rede mundial de computadores. Apesar de existirem documentos a serem remetidos pelo correio, com o desenvolvimento de tecnologias de certificação digital, a tendência é que o "formulário eletrônico de propostas" seja uma das mais importantes maneiras de contato entre pesquisadores e governo para a implantação de investigações científicas. Quem não está conectado, deve procurar um modo de se alinhar⁹⁴.

Eugênio Trivinho reforça esta concepção ao afirmar que:

"Força de condução à periferia, segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de se estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital democrático cibercultural. Nessa perspectiva, o indivíduo, a instituição, a empresa ou mesmo o país que não dispõe (ou dispõe de maneira

93 Neste sentido, Daniel Bounoux e Stephen Coleman fazem ponderações em relação às críticas de que a Internet apenas vem sedimentar as desigualdades sociais (Trivinho, 2003): "A Web estende-se por toda a parte onde vão as linhas de telefone ligadas a um computador. Dir-se-á que é pouco se se considerar que um homem sobre dois, no mundo de hoje, não dará nenhum telefonema na vida; ou que a Ilha de Manhattan sozinha abriga mais linhas telefônicas do que toda a África subsaariana. Mas pode-se achar isso um exagero, se lembrarmos que o espaço público no século XVIII era ainda mais 'censitário', e que isso não o impediu de conduzir a França à Revolução." (Bounoux, 1999: 169). Em outra contribuição, Coleman reafirma que: "At present, it is easy to dismiss the need for such reflection by arguing that access to the Internet is so limited that none of its practices can be held up to serious democratic scrutiny. This is a mistaken view. It is no different from saying that because the majority of the world's population have never had the chance to make a telephone call one should ignore questions of public service and democratic regulation in telecommunications sector." (Coleman, 1999: 21). T.A.: "Atualmente, é fácil rejeitar a necessidade por este tipo de reflexão argumentando que o acesso à Internet é tão limitado que nenhuma de suas práticas pode ser levada à sério no que toca ao escrutínio democrático. Esta visão é equivocada. É a mesma coisa de que dizer que porque a maioria da população mundial nunca teve a chance de fazer uma chamada telefônica deveria-se ignorar contendas relativas ao serviço público e à regulação democráticas do setor de telecomunicações."

94 Sobre Governo Eletrônico, um dos tópicos à frente, não se descarte as dificuldades de, em alguns casos, fazer requerimentos do modo tradicional, o que prejudica os poucos íntimos da tecnologia de comunicação e informação.

insatisfatória) do *capital dromocrático cibercultural* está fadado a amargar a *morte simbólica própria da cibercultura*, vale dizer, sem trocadilho, a *castração de direitos* no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época." (Trivinho, 2003)

Há até pouco tempo esses serviços e formulários estavam disponíveis apenas para os usuários de um sistema operacional específico. Ou seja, volta-se à crítica sobre o monopólio de grandes grupos econômicos sobre o gerenciamento dos sistemas que servem de base funcional à rede⁹⁵.

A pergunta a se fazer é se, ao oferecer necessariamente atendimento digital, os governos não acabariam aumentando a exclusão social (não apenas revelando a digital). Foram registrados os empregos destas tecnologias por usuários que, devido à pouca intimidade com as máquinas de auto-atendimento dos bancos, por exemplo, enfrentam dificuldades ao procurar usufruir de determinado serviço. Daí vem a noção de que as redes de computadores não vêm sempre para substituir trabalhadores, ou aniquilar os meios de comunicação de massa anteriores, mas, em muitos casos, complementar os tipos de serviços já existentes.

No que tange à perspectiva de acesso cultural, ressalta-se também que a popularização dos equipamentos de conexão à Internet não pode acontecer apenas no plano material, mas deve ser acompanhada da formação intelectual dos usuários⁹⁶. Um dos argumentos postos em questão, no sentido de atenuar as críticas à exclusão digital, é o de que toda grande mudança no plano informacional traz seus analfabetos.

Pierre Lévy⁹⁷ vem, mais recentemente, desenvolvendo um modelo de Inteligência Coletiva com o intuito de se avaliar o potencial de uso das tecnologias de comunicação, seja por empresas, governos ou outros agentes. Este modelo se baseia em quatro capitais, a saber, o *técnico* (estruturas de acesso, terminais com conexão rápida,

95 Apesar de ser um problema de natureza técnica e de solução previsível, Ciro Marcondes Filho (2001) alerta para um outro fenômeno pertinente: a pouca confiabilidade dos suportes que armazenam as informações hoje disponíveis na rede e em computadores particulares. Os registros atualmente guardados em informação binária podem desaparecer ao toque de um botão, com a pane de um equipamento ou ainda a partir da inauguração de um outro sistema operacional ou programa que detenha hegemonia.

96 Como propõe Klaus Frey: "O grande desafio deste tipo de campanha [de educação em linguagem digital] é evitar que tais cursos limitem-se a ensinar apenas as habilidades técnicas necessárias ao uso dos novos instrumentos de comunicação. É necessário enfatizar as potencialidades culturais e sociais inerentes a essas tecnologias, que podem ser exploradas e usadas em benefício do aumento da cidadania." (Frey, 2002: 152)

desenvolvimento de softwares), o *cultural* (relativo à documentação, preservação de tradições, histórico de determinada localidade ou empreendimento, relação com centros culturais), o *social* (mais ligado às manifestações dos agentes no sentido de atuação política, reivindicação e discussão sobre temas coletivos) e o *intelectual* (oferecimento de cursos, reciclagem de conhecimentos, desenvolvimento de competências específicas para determinada comunidade). Lévy acredita que a eficácia dos projetos envolvendo as novas tecnologias de comunicação e informação está condicionada à articulação entre estes quatro capitais, e que a omissão de algum deles ou a exacerbação de outro poderia acabar prejudicando a performance geral de tais iniciativas.

De acordo com este entendimento, não trará grandes modificações a implantação de um sistema de informatização de última geração em determinada repartição se não for dada a instrução adequada de uso por parte dos funcionários, ou se a inserção dos equipamentos não for pensada conjuntamente com o hábito de trabalho da empresa ou setor. Esta conclusão, se não parece aplicável a todo tipo de situação (foi preciso, do mesmo modo, treinar datilógrafos com a inserção de máquinas nas repartições públicas há décadas), é importante por sistematizar conhecimentos e balizar os processos a serem implantados daqui em diante.

Um exemplo ainda aliado a esta idéia dos quatro capitais: se a Internet pode trazer maior transparência à administração da coisa pública, através do estímulo à participação, estabelecimento de fóruns, divulgação de dados, emissão de diferentes pontos de vista, suas potencialidades pouco adiantam a partir do momento em que os atores institucionalizados, pouco acostumados à "velocidade" do avanço técnico, não derem a devida importância a essas instâncias, fazendo com que as proposições criadas nesses ambientes dificilmente sejam institucionalizadas. Não basta, assim, investir em capital técnico (implantação de computadores, redes de fibras ópticas) ou fornecer instrução aos cidadãos sobre o uso das redes de computadores se as instâncias administrativas do Estado não estiverem abertas a avaliar ou implementar as demandas geradas na esfera civil.

Assim, além de fornecer o simples acesso, as realizações na intenção de combater a exclusão digital devem se apoiar no favorecimento dos demais capitais. Não

97 Em palestra proferida no mês de setembro de 2002, a convite do Centro Internacional de Estudos em Cibercultura, da Universidade Federal da Bahia.

adiantaria prover acesso a terminais de computadores conectados se o usuário não tem instrução suficiente para utilizar as ferramentas disponíveis, avaliar criticamente as mensagens que recebe ou mesmo criar e difundir conteúdos que digam respeito às suas particularidades e opiniões. É de pouca valia, ainda, o fato de possuir acesso à biblioteca de informações se estes dados não apresentam ligação com a realidade do usuário. Em outras palavras:

"A falta de conteúdo dotado de relevância cultural mínima na web é uma outra preocupação, principalmente para as minorias étnicas e lingüísticas. Embora tenha sido relatado que as populações hispânicas e afro-americanas estejam conectando-se à rede de forma proporcionalmente mais rápida do que os brancos, tal relato não menciona que os hispânicos (que estão de maneira desproporcional entre os quartis inferiores de renda) têm proporcionalmente menos habitantes conectados do que os afro-americanos." (Wilhelm, 2002: 252)

Paralelamente às dificuldades no plano do acesso técnico e no plano cultural, o excesso de informações consiste em outro problema trazido pelo acesso aos conteúdos em base digital. Do mesmo modo que a Internet possibilita o contato com o remoto ou permite interconexões entre indivíduos de diferentes contextos geográficos, provê também conteúdos com os quais muitas vezes não se desejaria manter proximidade (propaganda em caixas de correio eletrônico, por exemplo) ou informações irrelevantes e de credibilidade duvidosa (cartas-corrente, denúncias).

Deste modo, é lícito perguntar se, necessariamente, o nível de vida dos usuários melhora quando se pode saber mais sobre determinado assunto, apesar da ausência de maiores critérios de escolha da informação ou sem censura. Outro questionamento se refere aos modos como os usuários de Internet podem lidar com o volume de informação disponível. Ao mesmo tempo em que dá voz aos que a elas têm acesso, as redes de computadores inserem seus usuários em um universo que demanda habilidades para manejar estas novas ferramentas, saber por onde ir, no que visitar e confiar⁹⁸.

98 É fácil publicar um conteúdo através das redes telemáticas, mas difícil tornar público o que se produziu, sejam opiniões ou serviços. Dada a proliferação de endereços, de empresas, governos ou indivíduos querendo expor sua personalidade, seu cotidiano, opiniões, como o usuário comum vai acessar um *site* se não sabe que ele existe, se a cada dia novas páginas são postas *online*? O excesso de informações mantém relação com as capacidades dos usuários em saber lidar com um novo mediador cultural. Por sua vez, esta capacidade mantém relação com a exclusão digital.

Os veículos de comunicação com nomes já consolidados, com uma imagem que goza de confiança junto à audiência, não precisam demonstrar de modo enfático, a não ser em termos de concorrência com outros grandes veículos, sua seriedade aos usuários; estes, ao ler uma notícia no *site* de uma grande empresa jornalística, por exemplo, dão tanta credibilidade a esta notícia como se tivessem acesso à mesma informação via outro meios de comunicação de massa tradicionais⁹⁹.

É justamente na disputa para se ganhar credibilidade que são empregadas estratégias no sentido de tornar um *site* conhecido e acessado pelos usuários, transformando-os em audiência. Afinal, na Internet, sem a anuência do usuário, sem que ele busque determinado endereço, não há acesso, não há possibilidade de troca. Nesse sentido, pode-se afirmar sim, como pretende André Lemos¹⁰⁰, que o internauta "faz parte" da rede, constrói o ambiente digital a cada clique e fornece, assim, um sentido de realidade, de percurso, nem sempre previamente estabelecido.

Outros especialistas defendem, ainda sobre a questão do dilúvio informacional, que os usuários não são tão desprotegidos (podem inventar maneiras de resolver problemas para encontrar determinada informação, dotada de credibilidade e relevante¹⁰¹) e que o excesso seria exatamente a essência do caráter caótico das redes

99 Conforme explica Suely Frago: "A força das evocações familiares se manifesta também na maior confiabilidade aparentemente atribuída por muitos usuários aos Websites identificados com veículos 'tradicionais' (por exemplo, jornais e revistas impressos) ou a empresas midiáticas amplamente conhecidas. Na contramão dos sonhos democratizantes que previam a utilização da Web para a circulação horizontal e irrestrita de informações, um número cada vez maior de usuários evita o terreno movediço das páginas independentes direcionando seus navegadores para endereços enraizados em instituições conhecidas e, preferivelmente, nascidas 'fora da rede'. Constrói-se assim, para esses usuários, uma World Wide Web que difere do padrão irradiativo das mídias de massa apenas na disponibilização de alguns links entre textos e imagens de um mesmo domínio (ou entre *sites* predominantemente associados a uma única empresa ou grupo empresarial)." (Fragoso, 2003)

100 Em debate durante aula no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, em setembro de 2002. Lemos diz que não se "entra" na Internet: conecta-se e passa-se a fazer parte, a integrar a rede. Isso porque, depois que se "sai" da Internet, os conteúdos com os quais se contribuiu permanecem disponíveis.

101 "Mais on peut élever une autre objection à la thèse selon laquelle le développement de l'Internet accompagne une libération de la parole humaine. Cette objection ne consiste plus à nier le fait mais à le condamner au nom de la défense de la 'vérité' contre le chaos. Comme si la vérité ne fleurissait pas mieux dans l'atmosphère de la liberté! [...] Mais cet argument présente comme une catastrophe la disparition des anciens processus de sélection et d'intermédiation traditionnels sans montrer les nouveaux modes émergents de hiérarchisation et d'orientation. [...] Les internautes ne sont pas seuls face à l'océan informationnel. Ils se regroupent en communautés virtuelles souvent organisées autour des *sites* ou de portails aidant à la navigation dans des zones particulières de l'espace sémantique." (Lévy, 2002: 65-66). T.A.: "Mas pode-se propor uma outra objeção à tese segundo a qual o desenvolvimento da Internet acompanha a uma liberação da palavra humana. Esta concepção não consiste mais em negar o fato mas em condenar em nome da defesa da 'verdade', contra o caos. Como se a verdade não florescesse melhor envolta pela atmosfera da liberdade! [...] Porém, este argumento apresenta como uma catástrofe a queda

telemáticas, próximo ao que se convencionou chamar de "pós-moderno" (ou, como sugere Cebrián, 1999: 56, esta liberdade de opção seria a qualidade maior que atrai os indivíduos à Internet)¹⁰². André Lemos insiste que muito da essência das redes perderia sentido caso passasse a ser controlado o volume de informações tornadas disponíveis:

"O que chamam de excesso não é novo e tem mesmo uma conotação negativa e moralista. Ora, a imprensa causou esse mal-estar ao aumentar o volume de informações disponíveis; e podemos falar o mesmo das bibliotecas ou da nossa banca de jornal da esquina, onde não conseguimos tratar e compreender todas as informações que estão ali. Qual o limite para que algo seja considerado excessivo? Qual a solução para esse suposto excesso? Instituir editores e Portais-currais que nos levariam a informações já consagradas e estruturadas pela nova ordem digital? É isto o que nos dizem os arautos da segurança e da mediocridade. [...] Devemos insistir na perda do afogamento, do naufrágio e não da navegação simplória rumo a um porto seguro." (Lemos, 2002: 67-68)

A partir das proposições acima, pode-se postular sobre a necessidade de intermediários cujo objetivo seria selecionar informações. De acordo com Pierre Lévy (1996), a tendência em relação aos intermediários da informação (chamados por ele de "parasitas") é de que suas atividades sejam extintas, pois qualquer internauta poderia, sem maiores dificuldades, perambular no mundo de informação que é a Internet. Munido de um computador, um modem e de programas de filtragem, associando-se a outros usuários em redes de trocas cooperativas de serviços e de informações quase gratuitas, o usuário final estaria cada vez melhor equipado para refinar a informação. "O 'produtor' habitual (professor, editor, jornalista, produtor de programas de televisão) luta assim para não se ver relegado ao papel de simples fornecedor de matéria-prima." (Lévy, 1996: 63-64). A intermediação de conteúdos digitais, como constata Lévy (2002) não tem mais o caráter institucional de *a priori*. Isto significa que espaços como os fóruns eletrônicos seriam as alavancas para uma seleção *a posteriori*, provendo maior liberdade de seleção para o usuário.

dos processos de seleção e intermediação tradicionais sem mostrar os novos modos emergentes de hierarquização e orientação [...] Os internautas não estão sozinhos frente ao oceano informacional. Eles se reagrupam em comunidades virtuais na maioria das vezes organizadas em torno de *sites* ou de portais que auxiliam a navegação dentro de zonas particulares do espaço semântico."

102 Sobre a questão do excesso de informações na Internet e seu pouco controle de publicação, Castells traz um exemplo interessante: "O Supremo Tribunal dos Estados Unidos, na realidade a Corte Federal que foi logo referendada pelo Supremo Tribunal, declarou que é verdade que na Internet existe todo tipo de problemas, que na Internet a livre expressão conduz a excessos; é certo que a Internet é o caso da expressão, porém, acrescenta textualmente: 'Os cidadãos têm direito constitucional ao caos'. A idéia de um direito constitucional ao caos é profundamente inovadora..." (Castells, 2003: 281-282)

Lévy (2002) destaca também o enfrentamento entre a seleção de informações feita por um internauta pouco instruído e a qualidade da seleção destas mesmas informações feita por elites intelectuais. Para justificar seu argumento de liberdade e da Internet como um ambiente eminentemente cooperativo, ele procura apoio na noção de democracia, voto universal e liberdade de imprensa:

"Notons d'abord que le contrôle des moyens d'information par une petite minorité, même si cette minorité se considère elle-même comme l'élite de la connaissance et de la culture, n'est rien une garantie de la qualité de l'information sélectionnée. [...] Prétend-on que les scientifiques sont des gens capables de curiosité et d'esprit critique et qu'ils peuvent donc 'tout lire' et 'tout voir', mais que le commun des mortels a besoin d'une information simple, pré-digérée et sans contradictions? Je réponds que ces arguments ont été tour à tour employés contre la démocratie, contre le suffrage universel, contre la liberté de la presse et pour la censure, et qu'ils consistent finalement toujours à traiter les citoyens comme des mineurs et, qui plus est, des mineurs isolés." (Lévy, 2002: 67-68)¹⁰³

Aqui, parecem residir dois equívocos. Um é evidenciado por Dominique Wolton (2001) quando ele se dá conta de que "Há uma certa fanfarronice na crença de que uma pessoa pode autocultivar-se desde que tenha acesso às redes informatizadas e a bases de dados." (Wolton, 2001:79). O segundo equívoco é a aparência de tal argumento em querer "nivelar por baixo" ou "nivelar por cima" todos os sujeitos de uma dada sociedade, quer dizer, ao se suprimir as desigualdades argumentativas e de instrução chegaria-se à democracia plena. Em outras palavras, o acesso não suprime a hierarquia já existente do saber, dos conhecimentos entre diferentes indivíduos. Se um grupo possui, reconhecidamente, maior capacidade de compreensão dos fenômenos, passaria a ser considerado anti-democrático porque tende a se considerar superior no julgamento de determinadas questões? Talvez o uso do termo "anti-democrático" neste caso careça de rigor conceitual.

Pôr em segundo plano os avanços tecnológicos e a reflexão sobre sua influência por causa dos problemas sociais não é a saída mais inteligente. Além disso,

103 T.A.: "Notemos que o controle dos meios de informação por uma pequena minoria, mesmo se essa minoria considera a si mesma como elite do conhecimento e da cultura, não significa uma garantia da qualidade da informação selecionada. Pretende-se que os cientistas são as pessoas capazes de curiosidade e espírito crítico e que eles podem assim 'tudo ler' e 'tudo ver', mas que um mortal comum tenha necessidade de uma informação simples, pré-digerida e sem contradições? Eu respondo que esses argumentos tem sido com seguidamente empregados contra a democracia, contra o sufrágio universal, contra a liberdade de imprensa e pela censura e que eles consistem finalmente sempre a *tratar os cidadãos como menores* e, mais do que isso, como menores isolados." (Lévy, 2001: 67-68)

os diferentes usos destas tecnologias não devem ser rechaçados em si por ainda estarem restritos apenas à camada mais rica e instruída das populações. Trazem facilidades e a tendência é de que aumente o número de participantes e a difusão de serviços¹⁰⁴.

2.2 A Teoria da Comunicação à luz das novas tecnologias

As novas formas, linguagens e processos de comunicação devem ser levadas em consideração se o que se pretende é compreender de modo fértil as configurações da cultura contemporânea. Os meios de comunicação são, reitera-se, condição estruturante da atual vida social.

A comunicação é uma área relativamente nova de estudos, influenciada principalmente pela invenção de máquinas de comunicar, isto é, de equipamentos que possibilitam a disseminação de idéias e informações a proporções cada vez maiores de pessoas em contextos de espaço e de recepção, logo de interpretação, mais diversos e dispersos. Não obstante, a importância da cultura mediática apenas recentemente foi reconhecida como merecedora de um maior estatuto na teoria social, como observa John B. Thompson:

"... nos escritos dos teóricos sociais, o interesse pelos meios de comunicação prima pela ausência. Qual a causa deste esquecimento? Parte é devida, sem dúvida, a uma certa suspeição para com a mídia. [...] Quando teóricos sociais hoje refletem sobre os largos contornos de desenvolvimento da modernidade, geralmente o fazem profundamente informados e formados pelo legado do pensamento social clássico. Seus termos de referência provêm de trabalhos de autores que, escrevendo no século XIX e em princípios do século XX, lutavam para dar sentido às sociedades industriais que se formavam em torno deles. Com raras exceções, os pensadores sociais clássicos não atribuíam um papel significativo ao desenvolvimento dos meios de comunicação. [...] Tenho tentado reparar o desinteresse da teoria social para com os meios de comunicação, mostrando que, se levarmos a mídia a sério, descobriremos a profunda influência que ela exerce na formação do pensamento político e social." (Thompson, 1998: 12-15)

104 "O que nos revela a reivindicação do 'acesso para todos'? Mostra que a participação nesse espaço que liga qualquer ser humano a qualquer outro, que permite a comunicação das comunidades entre si e consigo mesmas, que suprime os monopólios de difusão e permite que cada um emita para quem estiver envolvido ou interessado, essa reivindicação nos mostra, a meu ver, que a participação nesse espaço assinala um direito, e que sua construção se parece com uma espécie de imperativo moral (...) A conexão é um bem em si" (Lévy, 1999: 119)

A comunicação passa a reivindicar a condição de área de conhecimento autônoma a partir do momento em que as produções de conteúdo e as diferentes modalidades de difusão modificam de maneira decisiva o cotidiano do indivíduo e das coletividades (sociabilidade, economia, entretenimento, formação de opinião política, dentre outros temas), permitindo inclusive se falar de "cultura mediática". Porém, é preciso perceber que, ao se abordar a comunicação, não se pode ter em mente apenas o processo de emissão e recepção de conteúdo simbólico, mas também um setor industrial (avanços tecnológicos), um setor empresarial (instituições jornalísticas e, de certa forma, entidades de classe), um campo social (partilhamento de uma cultura comum), e, conseqüentemente, novas maneiras de ter acesso ao que está distante, ou seja, relações de espaço e tempo modificadas.

Isso significa que não apenas o fator velocidade ganha importância no contexto mediático contemporâneo: o uso que se faz das novas tecnologias de comunicação não pode ser considerado neutro (Buchstein, 1997), no sentido de estar subsumido apenas ao arbítrio de quem faz este uso; o próprio fato de serem desenvolvidas dentro de determinado contexto econômico já influencia os modos de produção e emprego destas tecnologias. Como propõe Mark Poster:

"Muitos concluem que meios de comunicação são simples ferramentas, aparelhos neutros que nada mudam nas estruturas de dominação predominantes antes deles. Essas posições deixam de lado as profundas mudanças culturais e sociais subseqüentes aos meios de comunicação, ainda que sejam lamentáveis em vez de utópicas. Quem pode duvidar do papel da imprensa e da televisão na formação da sociedade moderna, cada uma produzindo, por uma infinidade de práticas de apropriação, alterações profundas da maneira como as pessoas pensam, fantasiam e se comportam? [...] perguntem a um executivo da indústria da música sobre a diferença entre suas mercadorias (LPs, fitas, CDs) e arquivos MP3 [...] os humanistas, com frequência excessiva, se inclinam a diminuir o significado cultural de inovações técnicas..." (Poster, 2003: 332-333)

A natureza dos conteúdos propagados pelos diferentes meios e instituições, interesses empresariais e demais injunções, traz implicações ao que é emitido, logo, aos modos de estruturação do cotidiano social na medida em que a ligação entre os agentes (econômicos, culturais, políticos, educacionais) e a esfera civil tem nos meios de comunicação sua concretização.

Deste modo, o objetivo desta seção é procurar pensar a concatenação destes eventos com teoria da comunicação à luz dos *media* digitais, na busca de ampliar a compreensão de uma recente classe de fenômenos.

De fato, assim como aconteceu com a TV, sobretudo a partir da década de 70, a difusão do computador se dá de forma acelerada, ao mesmo tempo em que a adoção desta ferramenta, seja por provedores de conteúdos ou por usuários, propõe novas feições, através de uma convergência mediática, aos "antigos" ou convencionais meios de comunicação. O fato é que nenhum meio de comunicação se expandiu tão rapidamente em escala planetária e permitiu de modo prático o oferecimento de conteúdos por qualquer agente (minimamente equipado) quanto o computador conectado às redes digitais.

O ponto inicial a se destacar com o advento da comunicação via redes telemáticas é a junção entre comunicação massiva e interatividade (Palacios, 1996). O telefone é interativo, mas não é massivo, além de ser arbitrário por exigir que o indivíduo chamado atenda ao aparelho em determinada hora e que esteja em determinado lugar (pelo menos a telefonia fixa); a televisão, o rádio e o jornal impresso são massivos, mas não interativos (ou pouco interativos, a depender de como se define esta categoria, na medida em que as impressões por parte do público mais amplo não são tomadas instantaneamente e com frequência). A comunicação mediada pelo computador dá essa oportunidade de junção das duas grandezas aos seus usuários, de acordo com Marcos Palacios¹⁰⁵.

É importante destacar ainda que, para assistir televisão ou ouvir rádio, não são necessários maiores graus de instrução (ler um jornal implica ser, pelo menos, alfabetizado). Já a utilização dos novos meios de comunicação requer, além do acesso aos próprios equipamentos (cada vez menos custosos, é verdade, mas ainda longe de serem tão populares como a televisão ou o rádio), competências específicas no que toca

105 A capacidade interativa é um diferencial das redes telemáticas: "Technology possesses no inherent capacities to organise social power. But the qualitatively distinctive feature of the new information and communication technologies (ICTs) is their interactive capacity: one which [...] changes the relationship of communication in an unprecedented way that could radically impinge upon the process of governing / informing and being governed / informed uninformed." (Coleman, 1999: 17). T.A.: "A tecnologia não possui capacidades intrínsecas de organizar o poder social. Entretanto, a marca distintiva de qualidade das novas tecnologias de comunicação e informação (ICTs) é a capacidade interativa: modifica-se a relação de comunicação de uma maneira sem precedentes, o que poderia radicalmente estabelecer um confronto com o processo de governar / informar e ser governado/ informado / pouco informado."

à busca pela informação e à interação com a máquina, com a interface dos programas. Ou seja, enquanto se pode ligar a televisão e permanecer inerte, os conteúdos só estão disponíveis no computador caso sejam buscados.

Há de se abordar ainda o que se vem chamando de convergência mediática, isto é, não se pode determinar antecipadamente o que se está fazendo (lendo, ouvindo, assistindo, trabalhando) ao se utilizar um terminal ligado à Internet¹⁰⁶.

Não obstante a exclusão social e digital (a maioria dos brasileiros não tem como comprar os equipamentos, ou manter conexão com a rede freqüentemente), mesmo indiretamente essas tecnologias fazem parte do cotidiano de grande parte dos cidadãos, visto que perpassa os sistemas bancários, educacionais ou até mediáticos (por sua característica de aliar som, texto e imagem – multimedia – instantaneamente em qualquer ponto do globo, a Internet acaba pautando outros meios de comunicação, como a televisão ou o rádio, e ainda influenciando em termos tecnológicos nas transmissões – digital ou analógico¹⁰⁷).

106 André Lemos ressalta esta característica da natureza digital: "A comunicação de massa vincula forma e conteúdo, suporte e forma de transmissão da informação. Ela publiciza fatos a partir de centros editores fazendo com que a indústria cultural opere por fluxo de comunicação 'um para todos', garantindo o poder sobre a emissão. Já as tecnologias digitais geram processos de comunicação que conectam usuário a usuário, gerando um fluxo que, virtualmente, coloca todos em contato com todos. Não é á toa que o problema da napsterização afeta as indústrias fonográficas e da imagem. O ciberespaço não formata o fluxo da informação nem o centraliza. [...] E nossa prática também é diferente. Não navegamos a Rede como assistimos TV, ouvimos rádio ou lemos jornais e revistas. Ligar a TV é ver televisão, ligar o rádio é ouvir emissões... Mas, e a Internet? Não sabemos o que o internauta está fazendo: ele pode estar em um chat com alguém do Sri Lanka, navegando um *site* americano, lendo um jornal russo, ouvindo uma rádio francesa... e tudo ao mesmo tempo. Nas mídias de massa existe um foco sensorial privilegiado (audição - rádio/telefone, visão – televisão/impresso...), sendo o fluxo da informação unidirecional. No ciberespaço não. Ele possibilita a simultaneidade sensorial e o fluxo bidirecional da informação (todos-todos)." (Lemos, 2002: 35-36)

107 Sobre a comparação entre os diferentes meios de comunicação, diversos autores (Ramonet, 1999, explora o tema) tomam como ponto de partida de suas análises a alegação de que a Guerra do Golfo foi a "guerra da televisão", isto é, na qual se pôde acompanhar as imagens dos confrontos ao vivo, no front, explosões e tomada de prédios importantes pela coalizão aliada. Já a última Guerra do Iraque, em 2003, teria sido a "guerra da Internet", onde os jornalistas, a partir de seus laptops e webcams podiam enviar suas matérias para suas empresas, que prontamente as divulgavam e, assim, tornavam as informações referentes ao evento disponíveis, com riqueza de detalhes, inclusive, para qualquer parte do mundo em questão de segundos. Além dos recursos televisivos, a Internet permitiu a inserção de imagens (inclusive a repetição controlada pelo usuário), gráficos, tabelas e informações direcionadas que a televisão dificilmente tornaria possível na mesma proporção (ainda que em vários momentos haja dificuldades técnicas, como congestionamento de servidores).

Ressalte-se que a Internet não permite um controle rígido dos conteúdos divulgados, fato defendido pelos ativistas libertários¹⁰⁸ (ou *libertarians*), para quem a liberdade individual é o valor fundamental da experiência democrática. Este pouco controle dos conteúdos oferecidos no ambiente telemático acontece em muitos casos por impossibilidade técnica (ao mesmo tempo em que protegem dados confidenciais dos governos, os programas de criptografia¹⁰⁹ podem servir a grupos xenófobos e terroristas) ou mesmo pelo o caráter planetário da Internet, cuja característica é permitir o armazenamento e divulgação de determinado material em qualquer servidor, em qualquer lugar que possua um ponto de conexão.

Deve-se, então, do ponto de vista da teoria da comunicação, levar em conta as demandas antes reprimidas dos indivíduos de se mostrarem, de escreverem, de colocarem sua opinião para um público amplo, acessível a partir de qualquer terminal conectado, ainda que os leitores mais assíduos sejam do ciclo de convivência de quem publica (fenômeno que acontece com os *weblogs*, por exemplo, uma espécie de diário disponível na rede de computadores que pode ser individual, coletivo, ou institucional).

As diferenças da comunicação no plano digital, nestes termos, são imediatamente duas no tocante aos meios de comunicação convencionais: ela não mais se sujeita ao discurso de poucos emissores (ou não apenas, pois é forte a influência das grandes empresas de comunicação mesmo na Internet, visto que os portais, juntamente com os motores de busca, concentram o maior número de acessos) e ainda existe a chance de intercomunicação entre atores singulares de modo prático e menos custoso.

Abre-se, assim, a perspectiva de uma produção independente de informações (de certa forma semelhante à expectativa de emancipação dos movimentos populares quando as câmeras de vídeo caseiras passaram a ser vendidas em menor custo), a possibilidade aberta da cobertura de determinado evento feita pelo próprio indivíduo e compartilhada pela rede. As notícias "amadoras", fotografias, enquetes, já que nem sempre são produzidas por jornalistas, levam, então, a dúvidas sobre se há ou não uma quebra do monopólio da emissão de notícias pela já estabelecida indústria do entretenimento e da informação; sobre a possibilidade dos textos postados em páginas

108 Para maiores esclarecimentos sobre liberdade na Internet, consulte-se Jordam, Tim (2001). *Language and Libertarianism: the politics of cyberculture and the culture of cyberpolitics*. In: *The Sociological Review*, Oxford, 49 (1), p. 1-17.

peçoais influírem na cobertura feita pelos meios de comunicação de massa, sejam como fonte de informações, sejam como propostas de pauta; ou ainda geram observações sobre o que pode ocorrer na estrutura social no instante em que é posta em xeque a supremacia da televisão e dos demais meios generalistas, condição para um entendimento e ligação simbólica entre os indivíduos. Aparentemente, o que os conteúdos postados na Internet por indivíduos e entidades excluídos do ciclo de cobertura regular dos grandes veículos de comunicação representam são canais e visões complementares sobre determinada questão, o que, de alguma forma, é benéfico para os que são vítima deste tipo de marginalização.

É interessante a perspectiva de cobertura mediática de eventos feita pelos próprios cidadãos, desde blogs na Internet até mensagens e testemunhos difundidos via grupos de discussão. Em alguns casos, como nos atentados de 11 de setembro de 2001, a postagem nos *weblogs* de usuários localizados perto do incidente acabaram pautando jornalistas de outros lugares, dada a ubiqüidade característica da rede.¹¹⁰

A Internet como meio de comunicação

109 Nome aplicado a programas de computador que visam manter a confidencialidade de determinada informação através de um código de segurança.

110 Stuart Allan faz um estudo sobre a produção de notícias pelos próprios cidadãos a partir de suas páginas na Internet. "Many ordinary people felt compelled to post their eyewitness accounts, personal photographs, interpretations and analyses. Such 'citizen produced coverage', to use a term frequently heard, was being produced by people who were transforming into 'amateur newsies', or instant reporters, photojournalists and opinion columnists. Their contributions to 'personal journalism', or 'do-it yourself reporting', appeared from diverse locations, so diverse as to make judgements about their accuracy difficult if not impossible. These types of personal news items were forwarded via *e-mail* many times over by people who did not actually know the original writer or photographer. [...] The contrast between citizen-produced coverage and mainstream reporting was stark." (Allan, 2003: 32) T.A.: "Muitos indivíduos comuns se sentem compelidos a publicar seus relatórios de testemunhos, fotografias pessoais, interpretações e análises. Tal 'cobertura produzida pelo cidadão', para se utilizar um termo costumeiramente ouvido, estava sendo produzida [referindo-se aos atentados às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em setembro de 2001] por pessoas que estavam se transformando em 'emissores de notícias amadores', ou repórteres intermitentes, fotojornalistas e colunistas opinativos imediatos. Suas contribuições ao 'jornalismo pessoal', ou 'faça sua própria reportagem', apareceram de diversas localidades, do mesmo modo que seria difícil fazer julgamentos sobre a precisão dessas coberturas, se não impossível. Estas modalidades de notícias pessoais foram levadas à frente através de correio eletrônico, em muitos momentos por usuários que na verdade nem mesmo conheciam o autor ou fotógrafo do conteúdo propagado. O contraste entre a cobertura produzida pelo cidadão e as reportagens dos grandes veículos de comunicação era evidente."

Uma outra questão fundamental no contexto desta seção diz respeito à dúvida sobre se a Internet pode ou não ser considerada um meio de comunicação. As perspectivas teóricas mais difundidas geralmente se polarizam, isto é, para alguns especialistas do tema, a Internet seria essencialmente um meio de comunicação e, além disso, englobaria outras funções intimamente ligadas ao contemporâneo ou ao "pós-moderno" (segundo Marcondes Filho, 2001, "os meios de comunicação [convencionais] ainda pertencem ao quadro anterior da modernidade e do humanismo")¹¹¹.

Já Dominique Wolton, em *Internet et après?* (2001), insiste que os meios de comunicação convencionais, como a televisão, por serem "generalistas", criarem vínculos de sociabilidade, estabelecerem uma pauta comum de preocupações e não favorecerem apenas às necessidades individuais, seriam o genuíno elo social e, por isso mesmo, os meios de comunicação de real importância. Sua crítica em relação à Internet se baseia na compreensão de que:

"... não existem meios de comunicação social sem a representação *a priori* de um público. Esta característica fundamental da comunicação mediática habilita-nos a compreender por que razão um sem-número de actividades na Internet não se inscreve numa lógica apropriada a um meio de comunicação social. Com efeito, a Internet possui como uma das suas condições de sucesso o tratar-se de uma rede para a qual não existe público pré-definido [...] os meios de comunicação estão sempre ligados a uma determinada comunidade de língua, valores e referências. Não existem meios de comunicação mundiais pela boa razão de não existir leitor, ouvinte ou telespectador mundial [...] Com a Net, estamos do lado da emissão, da capacidade de transmissão sem reflexão *a priori* sobre o receptor (que poderá ser qualquer internauta, em qualquer parte do mundo) [...] No essencial, a Net não é um meio de comunicação social, é um formidável sistema de transmissão e acesso a um número incalculável de informações." (Wolton, 2001: 90-91)

Wolton indica também sua dúvida em se pensar a Internet como fenômeno da teoria da comunicação pela natureza instável do ambiente digital. Enquanto as teorias buscam fundar suas bases em fatos com certa durabilidade, permitindo generalizações

111 As considerações de Marcondes Filho podem ser observadas a seguir: "Além do comportar meios de comunicação (jornalismo, rádio, canais de televisão, etc.), a internet é um grande sistema de referência para buscas, pesquisas, localizações; um espaço para apresentação de pessoas, empresas, órgãos públicos e não-governamentais; espaço de diálogo em tempo real, de correio eletrônico, de constituição de comunidades; espaço de discussão, de lazer, encontros, passatempos; espaço de compras, de informações bancárias, em suma, todo um mundo paralelo que reconduz a *ágora* para dentro de casa, agora não mais como *representação/preocupação* mas como *projeção/reconstrução*. Por isso, a internet não pode ser analisada como um meio mas como um mundo próprio em que a constelação de atividades se acha deslocada e condensada no meio eletrônico." (Marcondes Filho, 2001)

com maior validade e alcance analítico, o caos e a esquizofrenia gerados pela rede aparentemente inquietam Wolton¹¹².

Dominique Wolton insiste que a Internet, exatamente por não ter uma organização formal, um público pré-estabelecido e não estar circunscrita a regras de produção e controle de conteúdos, tenderia a se concentrar na escala individual, favorecendo uma lógica da procura em detrimento de uma lógica da oferta. Isto significa que os meios de comunicação generalistas, apesar de não impossibilitarem também uma apreensão *individual* da realidade, permitem um compartilhamento cultural coletivo (através da lógica da oferta, o que daria segurança e conforto identitário); já os "novos meios de comunicação" (grifo do próprio Wolton) favoreceriam a uma lógica da procura, onde cada usuário buscaria apenas o que lhe convém¹¹³, minando uma das funções da comunicação de massa, que seria justamente a significação compartilhada de valores.

"A televisão serve para dialogar. A televisão é um formidável instrumento de comunicação entre os indivíduos. O mais importante não é o que se vê, mas o facto de se falar do que se vê. A televisão é um objecto de conversação. É neste sentido que afirmo a televisão como elo social indispensável a uma sociedade em que os indivíduos estão muitas vezes isolados e por vezes solitários [...] A individualização dos comportamentos é apresentada como o contrapeso necessário à existência de uma sociedade de massas, mas esta, ao contrário do que se pensa, é menos ameaçada pelos processos de 'massificação' do que pelos efeitos perversos da individualização e da segmentação social. O nome da ameaça é solidão organizada, egoísmo institucionalizado e narcisismo generalizado." (Wolton, 2001: 64-66)

À primeira vista, o problema com a idéia de Dominique Wolton, além de subestimar as capacidades dos indivíduos que utilizam primordialmente os terminais de computadores para se informarem, é tratar a Internet como algo pouco sério, tanto na

112 Ele destaca que "o essencial da comunicação não é de ordem técnica, mas de ordem antropológica e cultural, e é por essa razão que o desempenho das tecnologias nunca poderá substituir a lentidão e a imperfeições da comunicação humana" (p. 175), ou seja, não se pode atribuir à tecnologia a função de resolver por si só problemas de ordem social ou política. Na verdade, Dominique Wolton se interessa menos pela querela entre aceitar ou não as novas tecnologias e prefere se dedicar a pensar os modos pelos quais se dá a ruptura social em termos tecnológicos (isto, se tal ruptura realmente se concretizar) e como tal modificação altera o caráter individual e coletivo da apreensão dos conteúdos

113 Em suas palavras: "Sucede que cada nova geração tecnológica resolve alguns dos problemas anteriores, substitui outros e, a maior parte das vezes, cria novos problemas. A moda dos meios de comunicação temáticos, e depois a dos interactivos, não constitui a 'superação' da problemática dos meios de comunicação social das massas, ela sinaliza, antes, uma adaptação à evolução actual, em direcção a uma individualização dos gostos e dos comportamentos." (Wolton, 2001: 32)

sua configuração enquanto meio de comunicação, quanto nas reflexões que são feitas sobre o assunto¹¹⁴.

André Lemos (2002) parece dar pouca credibilidade ao ceticismo de Wolton ao propor que a Internet, além de funcionar como um meio de comunicação, englobar os anteriores (mas não necessariamente destruí-los), cria novos canais, novos instrumentos, configurando-se, assim, como um ambiente de potências cujo impacto ainda é imprevisível.

"A simultaneidade (hipertexto) e a descentralização fazem da Internet algo bem diferente das mídias de massa. Ela não é uma mídia, mas um (novo) ambiente midiático, uma incubadora espontânea de instrumentos de comunicação, um sistema auto-organizante criativo. [...] Além de criar novos instrumentos, a Rede acolhe também as mídias de massa, como os jornais, as rádios, as TVs, agora em formato digital. Neste sentido, a Internet é um ambiente (midiático) cuja vitalidade encontra-se na circulação de informação ponto a ponto (não massiva), na conexão generalizada, na universalização do acesso e na liberação do pólo da emissão. As redes telemáticas permitem que todos possam se conectar a todos, em um mesmo ambiente, agora e em qualquer lugar, o que não era possível com as mídias clássicas. Os impactos desta transformação estão em todas as áreas da cultura contemporânea." (Lemos, 2002: 36)

Pierre Lévy (1996; 1998; 2002) não concorda com Wolton. E justamente por rechaçar o caráter generalista de meios como a televisão e o rádio, pois as formas de mediação geradas por tais modalidades de comunicação seriam opressoras, estabeleceriam uma cisão entre emissores e receptores (e destes entre si), além de realizar "uma forma grosseira de unificação cognitiva do coletivo ao instaurarem um contexto comum. Todavia, esse contexto é imposto, transcendente, não resulta da atividade dos participantes no dispositivo, não pode ser negociado transversalmente entre os receptores" (Lévy, 1996: 113)¹¹⁵.

114 A aparência obtida através da leitura do livro de Wolton é que ele trata a Internet como um "brinquedo": "A prova do tempo foi vencida, sem necessidade da presença de mais ninguém. E podemos assim navegar até o infinito, com uma mobilidade extrema. [...] Escrever, corresponder-se, arquivar, apagar, sem limite, sem esforço, em contínuo, fora dos constrangimentos do tempo e do espaço, constitui o maior triunfo dos sistemas informatizados. É bem certo que o utilizador é seduzido tanto pela autonomia como pelo desempenho. Cada um faz o que quer, quando lhe apetece: sem Deus, nem mestre. Aqui, está-se no cerne do ideal liberal de indivíduo. [...] O mundo do multimédia está em contínua ebulição, transmitindo a ideia – exacta – de constituir um campo de aventuras ilimitado." (Wolton, 2001: 77-89)

115 "Mas, se propagam emoções, irradiam imagens e dissolvem com eficiência esses redutos culturalmente isolados, os meios de comunicação de massa pouco ajudam os povos a elaborar coletivamente soluções para seus problemas e a pensar em conjunto [...] O ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de

O que não se leva em conta em muitos dos discursos, dentre os quais os mais difundidos no Brasil são os de Pierre Lévy, desde o livro *Cibercultura* (1999), é que essa abertura possibilitada pelos novos meios de comunicação nem sempre gera compartilhamento ou compreensão entre os que interagem. Esta idéia é reforçada pelos fundamentalismos que não fazem questão de absorver as contribuições de outras culturas, na tentativa de se protegerem, em muitos países, contra as injunções do "mundo Ocidental". Ou seja, admite-se que a face simbólica, e não apenas a técnica ou o desempenho, precisa ser levada em consideração ao se diluir fronteiras em termos de comunicação, mas evitando a preferência pelos prognósticos, a ânsia pelo porvir (Papacharissi, 2002).

Wilson Gomes, em texto datado de 2001, no intento de evitar distorções em relação ao entendimento do fenômeno da comunicação digital, atenta para a necessidade de se fazer uma reflexão cuidadosa sobre o que se vem chamando de Internet. O artifício utilizado permite cessar certas discordâncias teóricas. A preocupação com o rigor se dá na compreensão da Internet em pelos menos três dimensões: (1) como uma rede de computadores estabelecida mundialmente, uma *infra-estrutura* que possibilita uma volumosa circulação de informações; nesse sentido, "*A internet seria, então, nada mais nada menos que um meio ou ambiente de interconexão [...] a internet*, nessa perspectiva, não pode propriamente ser considerada um meio de comunicação, mas a própria conexão ou conectividade material à disposição dos computadores, estes sim funcionando como instrumentos de comunicação" (Gomes, 2001)¹¹⁶; (2) pode-se tomar ainda a Internet como uma biblioteca gigantesca de conteúdos, com informações disponíveis a qualquer terminal sobre diversos temas, e que a cada dia cresce em quantidade, permitindo uma reprodução rápida, além do registro em máquinas privadas; (3) a terceira dimensão identificada estaria nas formas de *interação* possibilitadas a

tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas." (Lévy, 1998: 60-61)

116 Aqui outro texto com reflexão semelhante à desenvolvida por Gomes (2001). "The Internet is, at base, merely a network of computer networks. However, who can use it, for what purposes, and with what restrictions or support are all questions that advertisers companies, governments, and civil society organizations are trying to answer at the moment. [...] when referring to the Internet, I am not restricting myself only to the technical definition of a computer network, but rather to the social construction of it..." (Salter, 2003: 118-119). T.A.: "A Internet é, em termos simples, uma rede de computadores em rede. Entretanto, quem pode usá-la, com quais objetivos, e com que restrições ou suporte são todas questões que empresas publicitárias, governos, organizações da sociedade civil estão tentando responder no momento. [...] quando me refiro à Internet, não estou me restringindo apenas à definição técnica de uma rede de computadores, mas também à construção social realizada através da Internet..."

partir da conexão e do acesso ao mundo de informações; a troca de mensagens particulares, ou a participação em listas de discussão, as salas e programas de bate-papo, onde seriam problematizadas emissão e recepção a partir de "vínculos interpessoais" (Gomes, 2001). O argumento ganha viabilidade ao demonstrar que várias das acusações entre os pensadores do assunto muitas vezes não se referem ao mesmo fenômeno.

Mais uma característica surgida ao se trabalhar analiticamente em Ciências Sociais com as redes telemáticas é quanto à metamorfose da Internet e de seus usos em períodos relativamente pequenos de tempo, o que transforma algumas análises em meras descrições de acontecimentos. Salter assinala esta dificuldade:

"There is, then, a methodological difficulty in comparing, for instance, Poster's comments on the applications of the Internet in 1995 with the applications of the Web in 2002. One such difference is that between the 30 million Internet users that Posters wrote of, a large proportion of whom were computer enthusiasts, and the 300 million users of the Web today. Such difference consists not merely in a quantitative sense, but also in the notion of qualitative difference between constituencies. In addition to this, as earlier, the web connects up other Internet applications so that it is more difficult to make distinctions between them. Nevertheless, it is still important to recognize which applications is the object of analysis; that is, an analysis must note whether and when it is addressing the Internet as a whole, or a particular application." (Salter, 2003: 119-120)¹¹⁷

As diferenças, com o passar dos anos, não são apenas de ordem quantitativa (número de usuários e de máquinas conectadas, tempo despendido *online*), mas também qualitativa, na medida em que diversas aplicações são aposentadas e outras criadas, novos modos de uso são inventados pelos próprios utilizadores.

Críticas à "sociedade da informação"

117 T.A.: "Existe, deste modo, uma dificuldade metodológica em comparar, por exemplo, as reflexões de Poster acerca das aplicações da Internet em 1995 com as aplicações da Web em 2002. Uma única diferença está entre os 30 milhões de usuários da Internet sobre a qual Poster escreveu, uma maioria de entusiastas dos computadores, e os 300 milhões de usuários da Web de hoje. Tal diferença consiste não apenas no viés quantitativo, mas também na diferença qualitativa entre estas configurações. Além disso, a Web de hoje põe em conexão outras aplicações antes apartadas em diferentes plataformas, o que dificulta especular distinções maiores. Ainda assim, ainda é importante reconhecer que aplicação é o objeto de uma análise; ou seja, uma análise deve levar em consideração se e quando está tomando a Internet como um todo, ou trabalhando com uma plataforma específica."

Ainda no quadro de discussões sobre a interface entre novas tecnologias e teoria da comunicação, não se pode omitir a discussão do conceito de "sociedade da informação". Um dos pioneiros a se dedicar à idéia de sociedade da informação foi Daniel Bell, no livro *The Coming of Post-Industrial Society*, de 1973. Como não se pretende esgotar a literatura sobre o tema, que inclui discussões mais aprofundadas sobre economia política da comunicação, este tópico tem apenas o objetivo de expor, em linhas gerais, os debates em torno do tema "sociedade de informação".

Ao analisar as transformações econômicas dos países do hemisfério norte, durante a década de 70, Bell considerava o crescimento do setor de serviços (sobretudo os baseados no conhecimento, como educação), cujo destino seria ganhar, inclusive, maior importância do que o setor de bens industrializados. Neste contexto, a informação obtém um patamar de destaque na economia. A tecnologia exerce um papel fundamental no processamento e distribuição destas informações.

Conforme referenciado por Manuel Castells, "Já é tradição em teorias do pós-industrialismo e informacionalismo, começando com os trabalhos clássicos de Alain Touraine e Daniel Bell, situar a distinção entre pré-industrialismo, industrialismo e informacionalismo (ou pós-industrialismo) num eixo diferente daquele em que se opõem capitalismo e estatismo (ou coletivismo, segundo Bell)" (Castells, 1999: 32)

Não é sem conseqüências, sobretudo acadêmicas, a admissão de que, por causa do advento das tecnologias de informação, uma Era tenha sido iniciada na história humana (o que chamam de "pós industrialismo", "sociedade da informação", "terceira onda"). Acatar uma asserção deste tipo poderia ser identificado como "determinismo tecnológico"¹¹⁸. No entanto, há eventos que se desenrolaram em grande parte graças a esse conjunto de equipamentos.

118 Cevoli (2002) afirma que "A análise proposta por Bell não é determinista. O desenvolvimento da sociedade industrial pode também seguir caminhos diferentes, em conseqüência de fenômenos incontroláveis (em especial guerras ou conflitos constantes) que perturbam ou detêm a evolução do sistema". Dominique Wolton busca rechaçar a compreensão de que "Hoje em dia, é surpreendente o número de autores que consideram, por exemplo, que a Internet é uma verdadeira revolução e que ipso facto dará lugar ao nascimento de uma 'nova sociedade'. Apoiam este argumento na suposição de que a tecnologia irá mudar directamente a sociedade e os indivíduos! Ao fazê-lo, engrossam a corrente da tese do determinismo técnico, segundo a qual uma revolução no domínio tecnológico provocaria uma revolução na estrutura global das sociedades. Assim se passa de uma concepção materialista da comunicação a uma verdadeira ideologia – a ideologia técnica – da comunicação. Todavia, a história mostra bem os limites das teses deterministas." (Wolton, 2001: 14)

O pós-industrialismo propõe estudar a diferença entre a sociedade atual e todas as outras anteriores. Seus pensadores, como constata Guedes (1998), geralmente ressaltam quatro perspectivas de sociedade da informação, cada uma apresentando seus critérios para identificar o novo. Estas dimensões são também indicadas por Bell:

Fatores tecnológicos: a definição mais difundida de sociedade da informação dá ênfase às inovações tecnológicas. O avanço no processamento, armazenamento e difusão da informação levaria o uso das novas tecnologias a todas as esferas sociais. A crítica mais recorrente a esta perspectiva busca questionar os modos de se definir uma escala tecnológica, um parâmetro para afirmar se determinada sociedade entrou ou não na sociedade da informação. Além desta objeção, o outro contraponto levantado se refere ao determinismo tecnológico: a tecnologia isoladamente não poderia ser vista como propulsora única da dinâmica social (Guedes, 1998); **Fatores econômicos:** as características da sociedade da informação são mensuradas em termos econômicos, dos fluxos financeiros, bem como dos modos de produção associados ao digital. Os problemas apontados a esta linha de pensamento se referem à subjetividade das interpretações do que se deve incluir ou excluir do setor informacional; outra crítica é a homogeneização das diferentes atividades econômicas, tendendo a quantificar categorias e a colocar em segundo plano a questão qualitativa da informação; **Fatores ocupacionais:** nesta perspectiva, ter-se-ia uma sociedade inédita a partir do momento em que a predominância de ocupações se encontrasse na área da informação. Esta maneira de se pensar a sociedade da informação tem combinação com a definição econômica; **Fatores culturais:** o aumento da circulação de informação no mundo social provocaria, a partir deste ângulo, uma invasão dos espaços domésticos, influenciaria sobremaneira os estilos de vestir e comportar, além da proliferação de instituições preocupadas em enxertar a vida social de conteúdos e significados simbólicos, como a publicidade. Geralmente estes pensadores cuja ênfase está sobre os fatores culturais têm a pós-modernidade como guia teórico.

Há especialistas que não se satisfazem com a expressão "sociedade da informação", por considerar como característica central da sociedade atual uma continuidade com os pressupostos sociais de há até poucos anos. Inclua-se aqui os "neo-marxistas" (Herbert Schiller, desde a década de 70, e mais recentemente Peter Golding, 1990), que admitem um significado especial da informação na era contemporânea, mas

subordinada aos princípios de uma velha ordem social¹¹⁹. Stephen Coleman argumenta que não se pode diagnosticar transformações sociais necessariamente por causa no maior fluxo de informações produzidas e distribuídas.

"The increased significance of information circulation to everyday life need not lead to exaggerated claims about social transformation. There is no inherent relationship between the enhanced organisational role of social information and the end of industrial capitalism; indeed, the most compelling analyses to date perceive this phenomenon as being rooted within the evolving structure of advanced capitalism." (Coleman, 1999: 16)¹²⁰

Apesar das modalidades diversas de mediação em um mesmo equipamento, não é fácil de se admitir uma ruptura cultural. Mas negar que há modificações não se configura melhor opção¹²¹. Neste contexto, são diversos os discursos sobre potencialidades e possibilidades das redes telemáticas, alguns deles inclusive fomentado o que se vem chamando de "imaginário tecnológico", tendo em seus pressupostos o uso de metáforas como metodologia de pesquisa¹²².

119 Pode-se aprofundar a compreensão das idéias de Schiller a partir deste trecho enunciado por Thompson: "O argumento desenvolvido por Schiller [Mass Communication and American Empire, 1969] e outros é geralmente descrito como a 'tese do imperialismo cultural'. Teve uma influência enorme: muitas pesquisas sobre comunicações internacionais na década de 70 e início de 80 [...] foram influenciadas direta ou indiretamente por ele. [...] O resultado é uma 'invasão eletrônica' que ameaça destruir as tradições locais e submergir a herança cultural das nações menos desenvolvidas sob a avalanche de programas de TV e de outros produtos da mídia provenientes dos poucos centros de poder do Ocidente. Estes programas são permeados de valores do consumismo, pois são guiados sobretudo às necessidades dos produtores que patrocinam a televisão através da propaganda." (Thompson, 1998: 148-149)

120 T.A.: "A crescente importância da circulação da informação na via cotidiana não aponta para as exageradas defesas sobre transformação social. Não há relação necessária entre uma melhora organizacional do papel social da informação e o fim do capitalismo industrial;

121 "... a crítica às tecnologias não tem futuro se se posicionar teimosamente no terreno da desistência, do isolamento, do autofechamento. [...] O erro dos ideólogos, mesmo o de bem intencionados críticos da tecnologia - foi sempre o de se distanciar defensivamente, o de recusar in totum a nova realidade, fixando-se em posições que jamais poderiam interferir criticamente no desenvolvimento das tecnologias, constituindo-se exatamente isso sua maior fraqueza." (Marcondes Filho, 2001)

122 Para maiores detalhes sobre o assunto, consulte-se Felinto, 2003.

PARTE 3

A INTERNET COMO AMBIENTE POLÍTICO: CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS FUNDAMENTAIS

As expectativas de democracia digital

"Is there something qualitatively different about digital democracy that gives it a new conceptual status? As we have seen, at present the notion of digital democracy is used to refer to a range of technological applications and experiments. Whilst such experiments are useful for improving existing representative democratic institutions, and the huge increase in local, regional and state government web-sites should be welcomed as attempts to improve the citizen-government interface, they do not seem to us to constitute an entirely new democratic system. As is frequently the case, ICTs are often used to augment existing practices rather than revolutionize institutions. [...] Welcome though existing initiatives are, democracy is about more than voting or providing better public information to citizen: electronic plebiscites and public information kiosks are simply not sufficient conditions to affirm the existence of digital democracy. Democracy has at its heart self-determination, participation, voice and autonomy. It is a political culture that includes a wide range of realms for self-development and mutual collective expression" (Hague e Loader, 1999: 6-7)¹²³

As chances para uma maior legitimação e vivacidade da forma democrática de governo poderiam ser influenciadas pela Internet na medida em que o ambiente digital oferece modalidades outras de comunicação massiva. Diversos especialistas do assunto levantam como implicações ao processo de produção da deliberação a maior interatividade agora possível entre cidadãos, entre cidadãos e governo e entre as próprias instituições da estrutura governamental (agilidade dos processos em tramitação e transparência) (Maia, 2002a, 2002b; Papacharissi, 2002; Clift, 2003).

123 T.A.: "Há algo qualitativamente diferente no que concerne à democracia digital que dá a ela um novo status conceitual? Como tem sido visto, a presente noção de democracia digital é usada para se referir a uma série de aplicações tecnológicas e experimentos. Enquanto tais experimentos são úteis para aperfeiçoar instituições democráticas de cunho representativo já existentes (o vasto aumento de portais governamentais em escala local, regional e nacional deveria ser acolhido como tentativas de melhorar a interface governo-cidadão), eles não nos parecem constituir um sistema democrático completamente novo. Como freqüentemente é o caso, as ICTs são costumeiramente utilizadas para ampliar práticas existentes em vez de revolucionar instituições. [...] Embora as iniciativas existentes sejam bem acolhidas, democracia é mais do que votar ou prover informação pública de melhor qualidade: plebiscitos eletrônicos e quiosques públicos de informação não são condição suficiente para se afirmar a existência da democracia digital. A democracia tem no seu coração autodeterminação, participação, voz e autonomia. Ela é uma cultura política que inclui um variado alcance de domínios para um auto-desenvolvimento e expressão coletiva mútua."

Os meios de comunicação, de acordo com o já exposto, são condição para que os cidadãos se mantenham informados sobre a realidade política das sociedades, e ainda unificados simbolicamente ao redor de temas coletivos. Conforme presumem Fallows (1997), Ramonet (1999)¹²⁴ e Halimi (1998), porém, a credibilidade destes meios em contextos democráticos estaria sendo posta cada vez mais em dúvida pelas disposições da audiência, que não mais acreditaria na imprensa como "cão de guarda" intocável, que não mais conferiria ao campo jornalístico o poder de fiscalizador imparcial e fiel, em todos os momentos, do Estado.

À parte as discussões sobre ética e validade das assertivas desconfiadas em relação à informação propagada pelos meios de comunicação de massa, o diferencial em relação aos meios de comunicação convencionais é que a Internet oferece, através de visita a *sites*, recebimento de informativos, participação em salas de bate-papo ou assinatura de listas de discussão, acesso direto ao agente e não apenas aos intermediários informativos (usos permitidos pelas diferentes plataformas), ou seja, a capacidade de não mais se estar preso a determinada cobertura, a dado enfoque predominante. Este fenômeno seria possível graças à horizontalidade natural de um sistema de comunicação disposto em rede.

Pode-se dizer que a tecnologia da Internet traz, então, duas contribuições para a noção de democracia: o acesso à informação, essencial para a formação cívica; a capacidade interativa, a troca dialógica, também essencial para a noção em jogo, agora liberta de constrições de espaço, tempo ou censura¹²⁵.

124 Segue um trecho que demonstra as considerações pouco otimistas de Ramonet em relação à qualidade dos conteúdos divulgados através dos meios de comunicação: "Ceticismo. Desconfiança. Descrença. Eis os sentimentos dominantes dos cidadãos em relação à mídia. [...] Ninguém nega a indispensável função da comunicação de massa numa democracia, pelo contrário. A informação continua sendo essencial ao bom andamento da sociedade, e sabe-se que não há democracia possível sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informações livres. [...] E, não obstante, a suspeita pesa sobre a mídia. [...] Se o público sente muito bem que de uma informação de qualidade depende sua maior ou menor participação na vida cívica – e conseqüentemente a qualidade da democracia – nem por isso deixou embalar pela lisonja da televisão que lhe prometia informá-lo divertindo-o e apresentando-lhe um espetáculo cheio de ressaltos, apaixonante como um filme de aventuras. Esta contradição inicial se resolve finalmente pela consciência atual que esses cidadãos têm do perigo induzido por uma informação sedutora, que segue, até o paroxismo, a lógica do suspense e do espetáculo. Eles descobrem que informar-se é cansativo e que este é o preço da democracia." (Ramonet, 1999: 24-38)

125 Abre-se ainda a possibilidade dos próprios cidadãos se organizarem e produzir conteúdos a serem distribuídos entre os usuários das redes telemáticas.

Mas são contribuições a serem relativizadas. É importante que se enfatize serem muitos desses benefícios promessas ainda não realizadas *por completo*. Como se pretende fazer perceber nesta dissertação, ao analisar as experiências fundamentais em ciberdemocracia (ou democracia digital), muitas iniciativas realmente contam para uma maior abertura dos governos, de suas estruturas e acabam incentivando a organização por parte dos cidadãos, mas muitas outras ainda não saíram do plano retórico.

Deve ser exposto ainda que, do mesmo modo que oferece uma maior diversidade de canais de informação e o direito de voz (apesar de nem todos escutarem os muitos que falam¹²⁶), as redes telemáticas podem atuar como auxiliares da concentração de poderes, seja por empresas ou governos. Assim, Castells propõe que a Internet não é um meio de comunicação criado para trazer liberdades, como pode ser constatado no seguinte trecho:

"In the case of the Internet, democratic and authoritarian possibilities are but different sides of the same coin, and because no technology has uniform effects, the precise nature of social structure and configuration of power relations influence the outcomes at particular locations in space and time. As such, general ahistorical formulations about the relationship between the Internet and democratization are not of much help in making sense of diversity of outcomes depending on the social context at hand." (Barber, Zaheer, 2003: 125-126)¹²⁷

Adicionalmente, como propõe Maia (2002a), tornar disponível a tecnologia digital para a maior parte dos cidadãos (terminais públicos, barateamento de custos de acesso ou mesmo cursos de capacitação) não vai fazer com que os cidadãos necessariamente participem do processo democrático, pois, além da própria vontade de cada um, "o problema da participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade, que diz respeito, também, a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. [...] Por certo, o interesse político e o engajamento cívico não são elementos dados. Não há mecanismos automáticos que levem à democratização da vida pública." (p. 52-66).

126 Miguel, 2002, considera que a *isegoria* não se refere apenas ao direito de falar, mas também de ouvir os outros.

127 T.A.: "No caso da Internet, as possibilidades democráticas e autoritárias são lados diferentes da mesma moeda, e porque a tecnologia não possui efeitos uniformes, o contexto específico de uma estrutura social, juntamente com sua configuração de relações de poder, influencia os resultados em localidades particulares de espaço e tempo. Desta maneira, reflexões sem levar em conta a história a relação entre

A participação política ou demais modos de agregação em vários países, mais recentemente no Brasil, à primeira vista não sofre grandes constrangimentos ou censuras, o que comprova ser a apatia não o resultado da falta de espaços comunicativos ou impossibilidades inerentes ao contexto institucional, mas relativa à cultura política de cada sociedade, ao estímulo à participação e ao diálogo intrínsecos aos cidadãos. A simples consciência da existência de um espaço propício à discussão e atuação, entretanto, já é elemento para se postular uma maior participação civil.

Se os adventos tecnológicos de comunicação não têm a capacidade por si só de tornar os cidadãos mais cívicos, mais interessados nos processos de decisão que afetam a coletividade, pois antes de tudo é necessária uma predisposição em fazer uso das ferramentas, parece prematuro avaliar que estes mesmos equipamentos, por outro lado, prejudicam ou põem em perigo as instituições e suas relações com o conjunto social (panóptico, monopólio de sistemas operacionais, cibernética), conforme pode ser tomada a perspectiva de autores como Postman (1994) e, de certa forma, Wolton (2001). A reflexão feita por Buchstein, nestes termos, parece se mostrar mais coerente:

"What the Internet means for democracy, indeed, what, exactly, computer democracy might mean, is unclear and controversial. While some regard the Internet as an information-gathering tool, others praise its deliberative potential. Some emphasize its role in the process of political will formation. Still others want to use it as a tool for decision-making. [...] Thus, some view the net as a complementary to existing representative democracy, while others argue more radically that electronic *media* will conquer many of the problems of scale that made direct democracy an impracticable ideal." (Buchstein, 1997: 248)¹²⁸

Conforme já dito na introdução deste trabalho, muitos dos discursos que abordam a relação entre tecnologia de comunicação e democracia parecem atribuir os problemas da democracia atual aos governantes e à sua ineficiência em se aproximarem do cidadão comum, pois os representantes empregariam, na maioria das vezes, artifícios

Internet e democratização são de pouca valia considerando-se a diversidade de conseqüências a depender do contexto social."

128 T.A.: "O que a Internet significa para a democracia, na verdade, o que a democracia via computadores pode implicar, é pouco claro e controverso. Enquanto alguns vêem a Internet como uma ferramenta para coleta de informações, outros idolatram seu potencial deliberativo. Alguns enfatizam seu papel no processo de formação da vontade política. Outros ainda querem utilizar a rede de computadores enquanto uma ferramenta para tomada de decisões. [...] Desta forma, alguns percebem a rede como complementar à democracia representativa já existente, enquanto outros argumentam mais enfaticamente que o meio eletrônico vencerá muitos dos problemas referentes à escala [populacional] que fazem da democracia direta um ideal impraticável."

suspeitos na tentativa de se manter no poder o máximo de tempo possível. Parte-se do pressuposto de que a democracia contemporânea é repleta de defeitos e que não se deveria hesitar em empregar as novas ferramentas de comunicação para alcançar transparência institucional e fomentar a atividade cívica. Este é o argumento, por exemplo, de Lévy:

"A democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas. [...] A democracia representativa pode ser considerada uma solução técnica a (sic) dificuldades de coordenação. Mas, uma vez que as melhores soluções técnicas são apresentadas, não há motivo algum para não explorá-las a sério. [...] O ideal da democracia não é a eleição de representantes, mas a maior participação do povo na vida da cidade. O voto clássico é apenas um meio. Por que não conceber outros, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitiriam uma participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositada nas urnas?" (Lévy, 1998: 62-64)

É certo que uma melhor comunicação faz progredir a compreensão entre os agentes e, logo, aperfeiçoa a administração política das sociedades. O que se deve procurar, entretanto, é relativizar a apreensão social destas tecnologias, especulando sobre em que medida e de que modos os benefícios (ou malefícios) das redes telemáticas alcançam a deliberação democrática. Se fosse tão simples o uso de técnicas no aperfeiçoamento institucional da política, poderia-se inquirir por qual motivo, então, não se empregou o voto por telefone, disponível há décadas, como suporte ao processo democrático.

O que o rigor aconselha evitar é a euforia do determinismo tecnológico¹²⁹ ou o pessimismo¹³⁰, levando em conta que os problemas e carências das formas democráticas

129 Interessante a seguinte ilustração trazida por Buchstein: "History has proven notoriously unkind when it comes to predictions concerning the impact of technologies. After witnessing the demonstration of television in 1939, a reviewer for The New York Times concluded: 'The problem with television is that people must sit and keep their eyes glued on a screen; the average American family hasn't time for it'. [...] the danger involved in making predictions regarding the impact of the new technologies." (Buchstein, 1997: 251). T.A.: "A história tem se revelado cruel quando do aparecimento de prognósticos no que concerne ao impacto das novas tecnologias. Após testemunhar a demonstração do aparelho de televisão em 1939, um crítico a serviço do The New York Times concluiu: 'O problema com a televisão é que as pessoas devem sentar-se e manter seus olhos grudados na tela; a família americana média não tem tempo para isso'. [...] o perigo envolvido em fazer previsões em relação ao impacto das novas tecnologias."

130 Em uma outra passagem, Postman afirma que: "O tecnopólio elimina alternativas para si, exatamente à maneira como Aldous Huxley esboça em Admirável Mundo Novo. Ele não as torna ilegais. Não as torna imorais. Nem ao menos as torna impopulares. Ele as torna invisíveis e, por conseguinte, irrelevantes. E o faz redefinindo o que entendemos por religião, por arte, por família, por polícia, por

de governo não apenas mantêm relação com as estruturas comunicacionais de cada sociedade, mas também são influenciados pela cultura política, pelo interesse dos cidadãos, pela capacidade de absorção das disposições da esfera civil por parte dos agentes da administração estatal e pela própria estruturação do Estado.

3.1 A Teledemocracia e as diferentes compreensões de democracia digital

Se a democracia representativa foi criada com o intuito de permitir que interesses de diferentes grupos e indivíduos, originários de diferentes regiões geográficas, tivessem modos de serem colocados em pauta nas instâncias deliberativas superiores, cogitou-se, desde 1970, a possibilidade da democracia direta através dos meios de comunicação (conforme documentado por Gimmler, 2001). Desde aquela década, os pensadores dedicados à teoria democrática já se inquietavam com a pouca participação cívica no campo político. A esperança dos defensores da teledemocracia era a de que os indivíduos pudessem decidir os rumos da coletividade a partir de suas casas, sem mais precisar de representantes ou sofrer o desconforto de se deslocar a uma urna eleitoral (Toffler, 1996). Isto significa dizer que, há algumas décadas, já existe a *possibilidade técnica* de uma empreitada desta natureza.

Mais recentemente, a expressão teledemocracia voltou a ser utilizada por especialistas da interface comunicação e democracia (Kinder, 2002). A idéia central é a de que terminais de computadores interconectados, além de permitirem a emissão massiva de conteúdos, oferecem a chance a cada indivíduo de refutar a idéia difundida por outrem ou formar grupos autônomos para estabelecer diálogo com seus pares, sem constrangimentos de tempo ou espaço.

De acordo com Gimmler (2001), a diferença entre a noção de teledemocracia das décadas anteriores e a teledemocracia possibilitada mediante redes telemáticas é que o formato contemporâneo traz modificações menos visionárias no sentido de não mais defender soluções estritamente técnicas (o voto à distância, por exemplo), mas também valorizar o processo de formação da decisão. Isto é, a idéia contemporânea de

história, por verdade, por privacidade, por inteligência, de tal modo que nossas definições se adaptem às suas novas exigências. Em outras palavras, o tecnopólio é a tecnocracia totalitária." (Postman, 1994: 57)

teledemocracia teria como meta obter uma maior participação política dos cidadãos, não necessariamente reinaugurando a democracia direta (ou seja, sem igualar o campo político ao campo comercial, onde parte dos intermediadores foi substituída pelos fornecedores diretos), mas estabelecendo maneiras de encaminhar o processo político por modalidades diferentes. Como explica Kinder:

"... the term tele-democracy encompasses the use of particular technologies, in a problem-centred manner, interacting between government (would-be government) and citizens (and their collective groups). Tele-democracy is [...] the use by those with power resources or those seeking such power, of ICT supported or enabled ways of influencing political processes and outcomes, situated in concrete social space and relating to particular choices (elections or services and their associated opportunity costs). [...] Tele-democracy, therefore, is not simply about elections, or the speed and quantity of information flow. Tele-democracy encompasses the quality of decision-making, the quality of services and the quality of citizen's interactions with local government." (Kinder, 2002: 559-563)¹³¹

As diferentes visões de democracia por meio das redes telemáticas ressaltam aspectos para reforçar suas preferências. Os que alertam para os perigos ou pouca eficácia do ambiente digital para fortalecer a forma democrática de governo argumentam que a Internet, além de, inicialmente, segregar os que têm acesso e os que não têm, permite o monitoramento dos cidadãos pelos governos e é marcada sobretudo pelo forte caráter comercial¹³². Jodi Dean (2003) refere-se à Internet como uma das ferramentas para se fortalecer o que denomina "capitalismo comunicativo", ou seja, as supostas potencialidades democráticas da Internet na verdade não passariam de estratégias para legitimar a adoção do ambiente digital e, assim, favorecer o crescimento dos grandes grupos econômicos. Neste sentido, as declarações sobre a Internet como esfera pública ou como fomentadora do debate entre os cidadãos e da aproximação

131 T.A.: "... o termo teledemocracia abrange o uso de tecnologias particulares, de maneira a dar enfoque a determinado problema, promovendo interação entre governo (ou quem pretende ser governo) e cidadãos (e seus grupos coletivos). Teledemocracia quer dizer [...] o uso, por parte daqueles que têm recursos / poder ou aqueles buscando tal poder, de tecnologias de comunicação e informação, com o intuito de favorecer oportunidades de influenciar os processos políticos e seus resultados, situado [este uso] em um espaço social concreto e relativo a escolhas particulares (eleições ou serviços e os seus custos intrínsecos). [...] Teledemocracia, portanto, não se refere apenas às eleições, ou à velocidade e à quantidade do fluxo de informações. Teledemocracia abarca também a qualidade da tomada de decisões, a qualidade dos serviços e a qualidade das interações dos cidadãos com o governo local."

132 A Internet não pode deixar de ser considerada um meio de comunicação nascido do capitalismo, como sua trajetória histórica demonstra. Papacharissi faz as seguintes observações acerca deste fato: "For a vast majority of corporations the internet is viewed as another mass enterprise..." (Papacharissi, 2002: 19). T.A.: "Para a maioria das grandes corporações, a Internet é vista como um outro empreendimento de massa".

destes com a máquina administrativa pública seriam o pano de fundo para reforçar uma "ideologia da tecnocultura".

"Technoculture, as I mentioned, is often heralded for the ways it enhances democracy by realizing the conditions for an ideal public. From virtual town halls to the chat and opining of apparently already politicized netizens, computer mediated interaction has been proffered as democracy's salvation. New technologies seem to solve the old republican worry about whether deliberative democracy can work in societies too big for face-to-face discussion. In technoculture we can have the privilege and convenience of democracy without the unsightly mess as millions and millions of people participate in a great big public sphere. Or at least that's the fantasy. [...] But instead of leading to more equitable distributions of wealth and influence, instead of enabling the emergence of a richer variety on modes of living and practices of freedom, the deluge of screens and spectacles undermines political opportunity and efficacy for most of the world's people." (Dean, 2003: 101-102)¹³³

Por outro lado, os principais argumentos a favor das promessas de democracia digital fazem alusão ao acesso irrestrito à informação, à maior dificuldade dos governos em controlar a emissão de conteúdos ou, a depender do caso, em manter o monopólio mediático, e ainda ao fato de que se torna possível a formação de arenas discursivas sem constrangimentos espaço-temporais (Papacharissi, 2002; Lévy, 2002; Mitra, 2001). Entretanto, a maior parte dos defensores das novas tecnologias de comunicação e informação enquanto propulsoras da democracia parecem aderir à suposição de que as redes telemáticas estão mais aptas a exercer o papel de *reforçar* os laços entre representantes e cidadãos, em estimular uma maior transparência estatal.

Lincoln Dahlberg (2001) propõe sua própria sistematização das visões de democracia através das redes digitais e discorre sobre três perspectivas para se analisar o assunto: a visão liberal-individualista, a visão comunitária e, por último, a visão da democracia deliberativa.

133 T.A.: "Tecnocultura, de acordo com o que mencionei, é em muito momentos anunciada como a maneira de reforçar a democracia porque possibilita as condições de se alcançar um ideal público. Desde as câmaras municipais virtuais até as conversas e opiniões de netizens aparentemente já politizados, a comunicação mediada pelo computador tem sido proferida como a salvação da democracia. As novas tecnologias parecem resolver as velhas preocupações republicanas sobre se a democracia pode funcionar em sociedades muito extensas na modalidade de discussão face a face. Na tecnocultura nós podemos ter o privilégio e a conveniência da democracia sem a terrível confusão característica de milhões e milhões de pessoas participando de uma enorme espera pública. Ou pelo menos esta é a fantasia. [...] Mas, em vez de levar a uma distribuição mais equitativa de riqueza e influência, no lugar de possibilitar a emergência de uma variedade mais rica de modos de vida e práticas libertárias, a inundação de telas e espetáculos vem solapar a oportunidade política para a maioria das pessoas do mundo."

Nestes termos, de acordo com Dahlberg, a vertente liberal-individualista se identifica com a noção de teledemocracia, que tenderia a preferir o individual, a preservação das liberdades individuais, o sujeito isolado politicamente, capaz de expressar e defender seus interesses sem valorizar laços coletivos. O caráter competitivo da política legitimaria, assim, a democracia. Dahlberg explica com maior precisão:

"The internet has now become a central component in liberal individualist visions of electronic democracy. The net offers the most powerful communications medium yet for maximizing information flows and thereby the competition of interests. It enables the efficient promotion of political options and provides individuals with access to a huge amount of up-to-date information by which to make their choices. Further, the internet promises a means by which to register these choices.[...] Democracy is once more seen as complementary (and often conflated) with consumer capitalism. Cyber-democracy means that consumers are at liberty to freely move around cyberspace and make the choices they desire without the restrictions found in 'real' space, whether bodily, geographical, cultural or political." (Dahlberg, 2001: 160-161)¹³⁴

Já a perspectiva comunitarista defende a legitimação política a partir do compartilhamento de valores, de relações estruturadas no sentido de garantir a liberdade de expressão, mas também na busca do diálogo e não do concernimento exclusivamente privado.

"Unlike the unencumbered self of liberalism, the communitarian self is understood to be constituted within relationships structured by social roles and shared subjectivity. The community comes before and enables individual freedom, expression and democracy. Democratic dialogue serves the common life of the group, rather than the interests of a private individual. It enables members of a community to discover their shared identity and purpose. [...] Computer networks promise to be the best medium yet for community building, given that they offer cheap, decentralized, two-way, communication." (Dahlberg, 2001: 163)¹³⁵

134 T.A.: "A Internet tem se transformado no componente principal das visões liberal-individualistas de democracia eletrônica. A Internet oferece o mais poderoso meio de comunicação, maximizando os fluxos de informação e ainda a competição de interesses. Ela permite a promoção eficiente de opções políticas e possibilita a indivíduos com acesso à gigantesca quantidade de informações atualizadas fazer suas escolhas. [...] A democracia é uma vez mais vista como complementar e muitas vezes adicionada ao capitalismo consumista. Ciberdemocracia significa que os consumidores estão na liberdade plena de se mover pelo ciberespaço e fazer as escolhas que desejam sem as restrições encontradas no espaço 'real', sejam elas corporais / físicas, geográficas, culturais ou políticas."

135 T.A.: "Ao contrário do ser liberal sem restrições, o ser comunitarista é compreendido como constituído dentro de relacionamentos estruturados por papéis sociais e subjetividade compartilhada. A comunidade vem previamente e autoriza a liberdade individual, a expressão e a democracia. O diálogo democrático proporciona a vida comum do grupo, em vez dos interesses de um indivíduo privado. Ele autoriza aos membros de uma comunidade descobrir seus objetivos e identidade compartilhados. [...] As redes de computadores prometem ser o melhor meio de comunicação para uma construção comunitária,

A terceira visão de democracia nas redes telemáticas seria a deliberativa, que rejeita, de acordo com Dahlberg, a redução à unidade política pressuposta pelo comunitarismo (ou seja, reconhece-se que a política é feita de disputas e interesses nem sempre convergentes) e também descarta o modelo liberal-individualista, por apresentar uma versão fraca de democracia, pouca apegada às instâncias normativas que cercam o tema.

É neste sentido Dahlberg indica Barber¹³⁶ como defensor do uso das novas tecnologias de comunicação e informação para criar o que este último denomina "strong democracy" (democracia forte), com as plataformas digitais devendo ser utilizadas para o diálogo "forte", tanto entre indivíduos quanto entre indivíduos e gestores públicos, como pode ser observado em:

"Rather than the self-seeking utility maximizer of liberal individualism, the deliberative model relies 'upon a person's capacity to be swayed by rational arguments and to lay aside particular interests and opinions in deference to overall fairness and the common interest of the collectivity' (Miller, 1992: 56). At the same time, the deliberative model can be distinguished from the communitarian conception. In the latter, dialogue is intended to help discover an already existing common good. In contrast, deliberation democracy sees dialogue as helping participants move towards understanding and agreement despite their differences." (Dahlberg, 2001: 167)¹³⁷

dadas suas características de serem baratas, descentralizadas e estabelecerem um fluxo de comunicação em duas vias."

136 O relevância no emprego dos conceitos de sociedade civil e de participação popular é uma contribuição de Barber: "Houve um tempo em que, entre os pólos do Estado e do mercado, existia uma possibilidade de via intermediária, mas vital. Era sobre a sociedade civil que repousavam, nos primeiros tempos, a energia democrática e o militantismo cívico americano. Uma de suas grandes virtudes era a de partilhar com o Estado o sentido da coisa pública e o respeito pelo interesse geral e pelo bem comum. A sociedade civil poderia servir de mediador entre o Estado e o setor privado, entre a identidade ferozmente salvaguardada de uma tribo fechada sobre si mesma e aquela, em vias de extinção, do consumidor solitário. Entre a Jihad e o McWorld. Se não for encontrada uma terceira via entre o Estado e o mercado, talvez sobrevivamos como consumidores, mas não mais existiremos como cidadãos." (Barber, Benjamin 2003: 55)

137 T.A.: "Em vez de uma utilidade de auto-busca que maximiza o individualismo liberal, o modelo deliberativo conta com 'a capacidade das pessoas de serem convencidas pelo argumento racional e sua disposição de pôr à parte interesses e opiniões em consideração à proibidade do todo e ao interesse comum da coletividade'. (Miller, 1992: 56). Ao mesmo tempo, o modelo deliberativo pode ser distinto da concepção comunitarista. Nesta última, o diálogo é planejado para ajudar a descobrir um bem comum já existente. De outro modo, a democracia deliberativa vê o diálogo como auxiliar para levar os participantes em direção a um entendimento comum apesar de suas diferenças."

Do mesmo modo que as possibilidades de democracia via redes digitais são avaliadas em graus diferentes, a própria definição de democracia digital, democracia virtual ou ciberdemocracia (neste trabalho, tais termos serão tomados como sinônimos), ganha interpretações diferentes¹³⁸. A compreensão deste termo na literatura corrente é a de que:

"Electronic democracy can be understood as the capacity of the new communications environment to enhance the degree and quality of public participation in government. For example, the Internet can enable certain citizens (namely, those with access to IT) to vote electronically in elections, referendums, and plebiscites. The Internet also can facilitate opinion polling. Therefore, it has the potential to strengthen interaction between government and citizens and between political candidates and voters and affect the changing nature of democratic governance." (Kakabadse, A.; Kakabadse, N.K.; Kouzmin, A., 2003: 47)¹³⁹

Steven Clift (2003) define democracia eletrônica em uma perspectiva um pouco diferente, sendo que sua contribuição está no fato de enunciar que as novas tecnologias devem ser tomadas como um auxílio às experiências democráticas, sobretudo na medida em que se percebe que os atores políticos já previamente estruturados no campo político, exercendo cargos ou não, ou agregados em partidos e corporações de interesse, têm a capacidade de absorver estas tecnologias e promover suas políticas de comunicação¹⁴⁰.

138 O termo democracia eletrônica também seria válido para esta compreensão, desde que não associado prioritariamente a meios de comunicação convencionais como a televisão e o rádio (meios também eletrônicos). O digital estaria, então, ligado ao uso de números binários no que se refere à linguagem técnica (cuja discussão este trabalho não possui competência). Está sendo estabelecido também um padrão para televisão digital, que teria maior qualidade ou possibilidade de convergência mediática. Porém, quando esta dissertação se refere ao digital, na verdade quer significar a relação de comunicação mantida por computadores conectados às redes telemáticas. Há autores que consideram estes termos incômodos porque não permitem distinção entre democracia digital e democracia, no sentido tradicionalmente compreendido; ou seja, a democracia digital seria apenas um complemento da forma de governo estabelecida há três séculos em senso moderno.

139 T.A.: "Democracia eletrônica pode ser compreendida como a capacidade do ambiente de novas tecnologias de comunicação em reforçar o grau e a qualidade de participação pública no governo. Por exemplo, a Internet pode permitir que certos cidadãos (a saber, aqueles com acesso às tecnologias de informação) votem eletronicamente em eleições, *referenda* e plebiscitos. A Internet pode também facilitar a votação / coleta de opiniões. Por conseguinte, ela tem o potencial de fortalecer a interação entre governo e cidadãos e entre candidatos políticos e eleitores, o que afeta a natureza da mudança da forma democrática de governar."

140 O texto completo de Clift está disponível em: <http://publicus.net/articles/edempubli-network.html> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

"... the use of information and communications technologies and strategies by 'democratic sectors' within the political processes of local communities, states/regions, nations and on the globalstage. [...] The 'democratic sectors' include the following democratic actors: Governments, Elected officials, *Media* (and major *online* Portals), Political parties and interest groups, Civil society organizations, International governmental organizations, Citizens/voters, Current E-Democracy Activities". (Clift, 2003)¹⁴¹

Em uma perspectiva menos cuidadosa em termos de emprego dos conceitos advindos da ciência política e filosofia política, Pierre Lévy (2003) busca definir o que entende por ciberdemocracia, título de seu mais recente livro, apelando para os pressupostos da ciência que pretende implantar, denominada Inteligência Coletiva.

"A ciberdemocracia seria o regime no qual a potência (logo, a transparência simétrica) é sistematicamente preferida ao poder (isto é, à opacidade ou à transparência assimétrica) e para o qual a inteligência coletiva é ao mesmo tempo o meio e o objetivo da ação política. Nesse sentido, a passagem ao governo eletrônico constitui uma etapa importante na via da ciberdemocracia e acelera a passagem das políticas de poder às políticas de potência." (Lévy, 2003: 380)

São imprescindíveis as críticas aos discursos das possibilidades, do porvir, dos prognósticos. Repete-se que, além de (1) não provocarem respostas automáticas, os benefícios trazidos pelas novas tecnologias de comunicação e informação (2) não influem do mesmo modo em diferentes sociedades nem (3) instalam necessariamente artifícios para se aperfeiçoar a forma democrática de governo.

Com a mesma cautela, porém, deve-se levar em consideração que, pelo menos agora, tem-se um equipamento mais apto para promover fenômenos como interação e transparência governamental através do acesso a informações, mesmo que ainda muitas das tentativas de democratização através do emprego das plataformas digitais de comunicação não funcionem perfeitamente, ou que nem todos os cidadãos queiram participar de modo espontâneo e cívico¹⁴².

141 T.A.: "... o uso das tecnologias de comunicações e informação e estratégias por 'setores democráticos' nos processos políticos de comunidades locais, regiões / estados, nações no plano global. [...] Os 'setores democráticos' incluem os seguintes atores: governos, funcionários públicos / representantes eleitos, meios de comunicação (e os maiores portais *online*), partidos políticos e grupos de interesse, organizações da sociedade civil, organizações governamentais internacionais, cidadãos / eleitores, atividades correntes de democracia digital."

142 Como admite Castells: "Em geral, temos escassíssimos exemplos de prática interativa cotidiana do sistema político com os cidadãos. [...] na realidade todos os Parlamentos têm websites, todos os partidos têm Internet em todos os países desenvolvidos. No entanto, são vias, repito, unidirecionais de informação,

Projetos e iniciativas que visam gerar modificações em campos sociais amplos e complexos (como a configuração da política) nem sempre são implantados de maneira perfeita, dadas as contingências típicas de cada sociedade. Não se pode afirmar com certeza as conseqüências das tecnologias de comunicação para a democracia. Isso seria futurismo. O início da investigação é refletir sobre o contexto cultural no qual a tecnologia é inserida com fins políticos. Este é um fator indispensável para esclarecer se tais tecnologias serão utilizadas para fortalecer a democracia ou o autoritarismo¹⁴³. Buchstein (1997), por exemplo, parte da perspectiva de que os usos das novas tecnologias de comunicação devem ser situados no contexto das instituições democráticas já existentes, e não o contrário (ou seja, mais uma vez, o problema é antes político do que técnico)¹⁴⁴.

A partir do próximo tópico, serão analisadas as classes de fenômenos mais próximos à prática política nas plataformas digitais. As considerações a seguir levam em conta que se pode apreender o ambiente digital como espaço político por diversos ângulos.

3.2 Governo eletrônico

para captar a opinião, simplesmente para converter os cidadãos em eleitores potenciais e para que os partidos obtenham informação para ajustar sua publicidade. Nesse sentido, o problema não é a Internet, e sim o sistema político. [...] lá onde existe burocratização política e política estritamente midiática de representação cidadã, a Internet é simplesmente um quadro de anúncios. É preciso mudar a política para mudar a Internet e, então, o uso político da Internet pode converter-se em uma mudança da política em si mesma." (Castells, 2003: 279-280)

143 Em outras palavras, mais importante do que dar vazão às colocações a favor ou contra o uso de novas tecnologias para sofisticar a forma democrática de governo é buscar a entender a inserção destas tecnologias em cada sociedade, analisando a cultura específica e as estruturas pré-existentes, investigando de que modo são inauguradas, se são, novas modalidades e canais de comunicação politicamente eficazes.

144 Aqui um trecho de Malina para reforçar esta idéia: "Technologies do not just happen, however; according to Sclove, they are 'contingent social products' (Sclove, 1995). That is, one design is chosen over another and development is influenced by prevailing norms, beliefs and social structures. Whilst other designs are always possible, citizens are increasingly urged to use ICTs routinely billed as emancipatory. Those ICTs used ostensibly or emancipatory purposes can also support structures that represent anti-democratic formations. Development is dependent on which set of beliefs is most dominant." (Malina, 1999: 27). T.A.: "As tecnologias não apenas acontecem, entretanto; de acordo com Sclove, elas são 'produtos sociais contingentes' (Sclove, 1995). Ou seja, uma configuração é escolhida em vez de outra e o desenvolvimento é influenciado por normas prevalecentes, crenças e estruturas sociais. Enquanto outras configurações são sempre possíveis, os cidadãos são cada vez mais incitados a usar as tecnologias de comunicação e informação costumeiramente anunciadas como emancipatórias. Estas tecnologias de comunicação e informação usadas ostensivamente ou com objetivos emancipatórios podem ainda auxiliar estruturas que representam formações anti-democráticas. O desenvolvimento depende de qual quadro de crenças é o dominante."

Dentro do conjunto de trabalhos que têm como tema a relação entre democracia e comunicação digital, pode-se diagnosticar a existência de uma sub-área cujo foco é o tratamento de questões inerentes à adoção destas tecnologias pelos Estados e suas instituições.

O governo eletrônico se relaciona sobretudo com o serviço prestado pelos governos, local, estadual ou nacional, ou por outros Poderes (Legislativo e Judiciário) aos cidadãos, como o fornecimento de informações sobre instituições ou o oferecimento de espaço para debates e denúncias. O governo eletrônico compreende, assim, uma série de processos, desde a relação da administração estatal com seus próprios "braços" até chegar aos cidadãos, passando por empresas fornecedoras e demais atores sociais.

A democracia digital, conforme se discutiu, vai além da esfera administrativa na qual está localizado o governo eletrônico). Obviamente, estas duas categorias, democracia digital e governo eletrônico, estão muito próximas (a questão da transparência ou *accountability* exigida dos governos por empresas e cidadãos, por exemplo, é fundamental para se afirmar uma democracia forte), mas há de se marcar essa diferença. O governo eletrônico pode ser considerado, então, um dos instrumentos que convergem para a orquestra da ciberdemocracia.

A expectativa da maioria dos defensores das iniciativas de governo eletrônico é de que, à parte o lado técnico, seja inaugurada uma nova fase no que se refere à prestação de serviços, integrando instituições e não mais se relacionando com os cidadãos apenas verticalmente, mas buscando parceiros. Pierre Lévy argumenta que:

"Dans la plupart des pays avancées, les initiatives se multiplient pour simplifier les procédures administratives, rendre les 'processus de production de la loi' plus transparents et rapprocher le gouvernement du citoyen au moyen d'Internet. La plupart des chambres législatives dans le monde offrent maintenant des services en ligne afin de rendre leur fonctionnement accessible au plus grand nombre. [...] la mutation vient de la société, et notamment du marché et des entreprises. Une fois que l'on s'est habitué à l'efficacité, à la simplicité et à la transparence dans l'univers en croissance de l'économie de l'information, l'opacité, le cloisonnement et l'inefficacité des administrations publiques deviennent choquants. [...] La doctrine anglaise du *e-gouvernement* a le mérite d'être fort claire. Il s'agit tout simplement d'appliquer au service public les méthodes du *e-business*, qui ont fait leur preuve en matière d'efficacité et de transparence accrue." (Lévy, 2002: 113-114)¹⁴⁵

145 T.A.: "Na maior parte dos países avançados, as iniciativas se multiplicam para simplificar os procedimentos administrativos, tornar os 'processos de produção da lei' mais transparentes e aproximar o

A proposta brasileira de governo eletrônico se insere no contexto de reformas do Estado, assunto em pauta há pelo menos três décadas mas que apenas nos últimos anos vem se configurando como uma preocupação maior nos ambientes institucionais. Existem iniciativas exemplares de facilitação da vida dos cidadãos com o uso das novas tecnologias de comunicação: não mais se precisa, por exemplo, preencher inúmeras páginas para entregar a declaração do imposto de renda ou esperar de pé em uma fila a manhã inteira na tentativa de descobrir qual o formulário correto para solicitar determinado benefício ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Com as ferramentas à mão e habilidades no manejo dos sítios governamentais, os documentos são encontrados pelos próprios interessados.

De fato, são interessantes as funções sociais (não apenas propagandísticas) que estes novos *media* podem exercer. No ano de 2003, foram entregues cerca de 16,5 milhões de declarações de imposto de renda de pessoa física via Internet no Brasil (entre preenchimento *online* no próprio *site* da instituição ou através do *download* do programa para posterior envio dos dados, também via Internet), o que corresponde a 95% dos contribuintes¹⁴⁶. Em 2000 esse número era de 10,1 milhões¹⁴⁷. Em 1997, apenas 475 mil pessoas informaram seus rendimentos *online*. Esses dados demonstram (a) os diferentes papéis sociais que as tecnologias de comunicação e informação podem assumir (servir de meio de sociabilidade, de intermédio entre um jornal e seu leitor, de acesso a produtos de outros lugares, de acesso à própria informação, dentre outros) e que (b) o uso desta tecnologia pelo público brasileiro vem aumentando, não obstante a dificuldade de aquisição dos equipamentos¹⁴⁸. Cebrián admite, assim, a possibilidade de aproximação entre governo e cidadãos a partir do uso de redes de computadores:

governo do cidadão por meio da Internet. A maior parte das casas legislativas no mundo oferece agora serviços *online* com o objetivo de fazer seu funcionamento acessível a um maior número [de cidadãos]. [...] a mutação vem da sociedade, destacadamente do mercado e das empresas. Uma vez que se esteja habituado à eficácia, à simplicidade e à transparência no universo crescente da economia da informação, a opacidade, o enclausuramento e a ineficiência das administrações públicas se tornam ofensivos. [...] A doutrina inglesa do governo eletrônico tem o mérito de ser bem clara. Trata-se de simplesmente aplicar aos serviços públicos os métodos do *e-business*, que tem se mostrado accrue em matéria de eficácia e transparência."

146 De acordo com notícia publicada em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u13306.shtml> (19/09/2003)

147 De acordo com a revista Isto É, edição nº 1647, ano de 2000.

148 Aqui se expõe a pertinente opinião de Postman adaptável ao assunto em questão, não no intuito de se desejar relativizar sempre os benefícios trazidos pela tecnologia (há facilitações, sem dúvida), mas com o objetivo de demonstrar as diversas perspectivas apreendidas durante a revisão bibliográfica: "Na verdade,

"As possibilidades [da rede] estendem-se muito além do comércio. O setor público está sitiado no mundo inteiro. Os contribuintes de todas as partes querem um Estado maior e mais barato [...] Os programas governamentais podem distribuir-se eletronicamente pela *rede* e, com isso, melhorar a qualidade e reduzir os custos. Pode-se facilitar o acesso à informação oficial e criar, assim, um governo mais aberto. Os departamentos virtuais podem combinar o trabalho de muitos organismos para oferecer aos cidadãos um canal de comunicação único. Pelas redes, pode-se acabar com a burocracia." (Cebrián, 1999: 17)

O portal do governo brasileiro (www.governoeletronico.gov.br ou www.redegoverno.gov.br), por exemplo, tem o objetivo de centralizar desde informações sobre conjuntura nacional (economia, política, cultura, defesa, turismo, dentre outros temas)¹⁴⁹ até facilitar a emissão de documentos e busca de empregos.

Isso não obstante, há quem considere que, ao mesmo tempo em que dá a impressão de descentralizar os serviços e desfavorecer uma burocracia existente na administração estatal há décadas, a proposta de governo eletrônico, e nesse ponto não apenas a brasileira, pode acabar facilitando, por parte do Estado, um controle mais eficaz em relação ao uso que cada cidadão faz dos serviços disponíveis na rede. Ou seja, algumas contribuições especulam sobre o fato de o governo eletrônico facilitar o monitoramento da atividade dos cidadãos¹⁵⁰, comprometendo sua privacidade à medida em que eles precisam do auxílio de uma autarquia conectada.

a maioria das pessoas acredita que a tecnologia é uma amiga leal. Há duas razões para isso. Primeiro, a tecnologia é uma amiga. Torna a vida mais fácil, mais limpa e mais longa. Pode alguém pedir mais de um amigo? Segundo, por causa de seu relacionamento longo, íntimo e inevitável com a cultura, a tecnologia não convida a um exame rigoroso de suas próprias conseqüências. É o tipo de amigo que pede confiança e obediência, que a maioria das pessoas está inclinada a dar porque suas dádivas são verdadeiramente generosas. Mas, é claro, há o lado nebuloso desse amigo. Suas dádivas têm um pesado custo. Exposto nos termos mais dramáticos, pode-se fazer a acusação de que o crescimento descontrolado da tecnologia destrói as fontes vitais de nossa humanidade. Cria uma cultura sem uma base moral. Mina certos processos mentais e relações sociais que tornam a vida humana digna de ser vivida. Em suma, a tecnologia é tanto amiga como inimiga." (Postman, 1994: 12)

149 O governo brasileiro criou, em 2001, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, responsável pela preparação do projeto do governo eletrônico no âmbito federal. Atualmente, estes endereços recebem mensalmente 35 milhões de acessos por mês.

150 André Lemos aborda a questão em seu livro de ensaios "Cultura das Redes" (2002): "Echelon é uma rede anglo-americana de espionagem internacional, podendo monitorar telefones, fax ou *e-mail*, em qualquer lugar do planeta. Estão envolvidos os membros de uma aliança UKUSA como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Os EUA e a GB negam a existência da rede, mesmo que a BBC e intelectuais, políticos e ativistas tenham mostrado evidências do sistema. [...] Agora o FBI revela a existência de um devorador de *e-mails*, batizado com o singelo nome de Carnivore, um rápido sistema de interceptação de mensagens. O sistema pode monitorar milhões de *e-mails* por segundo e permite obter informações sobre práticas de consumo e navegação na Web. [...] Echelon e Carnivore mostram que a centralização de informações privadas em mãos de empresas e governos pode criar um panóptico eletrônico planetário, cujo centro de controle observa potencialmente qualquer usuário" (Lemos, 2002:

Há a possibilidade de vigiar o comportamento dos usuários, suas máquinas, versões de navegadores, por quais páginas navegaram, se fizeram o *download* de algum arquivo, quanto tempo permaneceram na página, dentre outros fatores de ordem técnica. Por outro lado, este monitoramento pode ser visto benéficamente, ao permitir que o Estado busque melhorar o serviço onde o *site* receber menos acessos ou direcionar a atenção do usuário para um conteúdo específico através de estratégias de comunicação.

A segunda consideração sobre o tema tem relação com o tipo de serviço oferecido. Dentre os *sites* mais visitados e propícios à manutenção, agora no que se refere ao caso do governo brasileiro, estão o da Receita Federal, Departamentos de Trânsito Estaduais, bancos, Previdência Social e a área de licitações para obras e demais realizações governamentais. Ou seja, a intenção primordial no caso não seria de fomentar a participação democrática, mas apenas de fazer evoluir uma máquina administrativa menos onerosa e mais dinâmica, privilegiando as iniciativas arrecadatórias.

Ao se dar preferência a uma visão de governo menos custoso, abre-se a perspectiva de que as iniciativas de governo eletrônico não sejam mais do que gerenciadores "high-tech" de tarefas, mostrando-se como ferramentas automatizadas de licitações e demais compras, sem buscar abertura em relação à participação popular, conforme postulam os modelos de democracia orientados pela idéia de soberania popular (cf. Katz 2001).

As propostas mais ousadas visam tornar o ato de governar mais aberto às disposições populares, não se administrando apenas para dentro dos gabinetes. A inclusão de documentos antes inacessíveis, como declarações, licitações, atas de reuniões, em alguma medida promovem o que a literatura sobre este tema, como herança teórica da academia norte-americana, vem chamando de "governança", ou seja,

25-26). O jornalista José Arbex Júnior publicou uma matéria na revista Caros Amigos que ganhou repercussão por seu alerta. "Imagine um país cujo governo tivesse acesso a todos os dados eletronicamente registrados de sua vida privada: gastos com cartão de crédito, saques de dinheiro em caixas eletrônicos, históricos escolares, compras em supermercados, livros retirados em bibliotecas, *sites* visitados na Internet, números de telefone discados, registros de pedágios, fichas de vídeos alugados. [...] Não é ficção, mesmo que você tenha pensado em 1984, de George Orwell. O Departamento da Defesa dos Estados Unidos anunciou, no fim de 2002, um vasto programa estratégico, intitulado Conhecimento Total de Informações (TIA, Total Information Awareness), com o objetivo de permitir ao governo rastrear os movimentos dos 290 milhões de cidadãos estadunidenses, para "prevenir ataques terroristas". (Arbex Júnior, 2003.

http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed71/jose_arbexjr.asp)

a atitude, por parte das administrações, de tornar disponível ao cidadão-usuário as informações sobre projetos e demais trâmites relativos à burocracia, permitindo que se possa fiscalizar a atuação dos poderes constituídos¹⁵¹.

"Por Governança Eletrônica (e-Governance) entende-se a união dos cidadãos, pessoas-chave e representantes legais para participarem junto ao governo das comunidades por meios eletrônicos. Nesse sentido, governança eletrônica incorpora a democracia eletrônica. Por sua vez, a Prestação Eletrônica de Serviços volta-se para a garantia e a prestação de serviços do governo por meios eletrônicos." (Ferguson, 2002: 104)

Os projetos mais avançados buscam¹⁵² não apenas uma melhora no ritmo de trabalho e de produção dos escritórios governamentais (através de redes internas de intercâmbio de informações e logística), mas também popularizam o acesso à rede mundial de computadores (promovendo cursos de instrução, venda ou aluguel de equipamentos, através também do oferecimento de terminais públicos ou de financiamentos), fazendo questão de ouvir os cidadãos. Um exemplo se encontra no recebimento de denúncias por parte da Previdência Social¹⁵³.

De certa forma, essa adesão dos governos ao eletrônico pode ser vista como o resultado de uma pressão da sociedade civil, exigindo transparência e facilidades, e de setores comerciais, industriais e financeiros (que também exigem transparência para que seus investimentos sejam seguros, desfrutando de agilidade por parte da burocracia)¹⁵⁴.

151 As instituições governamentais oferecem diretamente um tipo de informação e os cidadãos podem buscar determinado conteúdo sem necessitar de mediadores, seletores de dados. Se a televisão não responde a demandas de informação da população, por não considerar de interesse jornalístico, a Internet serve como fonte de busca complementar. O *site* do Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br), por exemplo, disponibiliza o Sistema de Fiscalização de Obras, onde é possível obter informações sobre etapas já concluídas de obras com participação de recursos federais, valor estimado, tempo de execução, fotografias das obras, agências financiadoras.

152 Os projetos mais bem sucedidos de governo eletrônico na verdade são diferentes iniciativas de um mesmo governo para atender a públicos e necessidades distintas. Nos Estados Unidos por exemplo, há sites dedicados à questão do idoso, que oferecem serviços na área de Seguridade Social (www.seniors.gov); a disponibilização de informações de utilidade pública, em Cingapura, encontra-se no endereço www.gov.sg; em Portugal, uma rede pública de informações aos cidadãos foi montada em www.infocid.pt, podendo ser citado, ainda neste país, um portal dedicado aos usuários mais jovens: <http://juventude.gov.pt>.

153 Endereço: www.previdenciasocial.gov.br/fale.asp

154 Aqui uma outra contribuição: "From the perspective of political economy, the provision of municipal information through the Web has public good characteristics in that it is relatively nonexcludable and nonrivalistic (Samuelson, 1954). Once it is posted, all have access to it (nonexcludability), and access by one user does not prevent use by another (nonrivalness). Thus, the creation of a Web *site* represents a decision by some agent, perhaps a political official, bureaucrat, or private entrepreneur, to supply a public good. Because nonexcludability permits free riders, theory predicts that the market (private, for-profit

De acordo com Moon (2002), a utilidade das novas tecnologias de comunicação e informação para a administração pública acontece de dois modos: internamente, através da coleta de dados, compartilhamento de recursos, organização institucional e agilidade; e externamente, através de um relacionamento idealmente mais próximo ao cidadão (no sentido de oferecer facilidades e absorver sugestões) e possibilitar o acesso a informações antes confinadas a escritórios e demais órgãos da burocracia¹⁵⁵. É neste sentido que Moon tenta traçar uma tipologia de estágios de governos eletrônicos adotados em diferentes localidades, mas se esquivando de admitir uma linha evolutiva, um modelo a ser seguido.

"... there are various stages of e-government, which reflect the degree of technical sophistication and interaction with users: (1) simple information dissemination (one-way communication); (2) two way communication (request and responde); (3) service and financial transactions; (4) integration (horizontal and vertical integration); (5) political participation [...] promotion of web-based political participation, in which government websites include *online* voting, *online* public forums, and *online* opinion surveys for more direct and wider interaction with the public. While the previous four stages are related to web-based public services in the administrative arena, the fifth stage highlights web-based political activities by citizens. It should be noted that the five stages are just a conceptual tool to examine the evolution of e-government. The adoption of e-government practices may not follow a true linear progression." (Moon, 2002: 426-427)¹⁵⁶

firms) will not supply municipal Web *sites* at a socially optimal level unless the public goods can be provided jointly with a private good." (Weare, Musso, Hale, 1999: 7). T.A.: "Da perspectiva da economia política, o fornecimento de informação municipal através da Web tem características benéficas, como o fato de não ser excludente e não ser rivalística (Samuelson, 1954) [o ano desta publicação foi confirmado nas referências do texto citado]. Uma vez postada, todos têm acesso à informação (não excludente), e o acesso por um usuário não impede o uso do material por outro (não rivalidade). Desta forma, a criação de um site Web representa a decisão por parte de algum agente, talvez um político eleito, um burocrata ou empreendedor privado, para suprir o bem público. Porque a não-excludência permite o trânsito livre, a teoria prevê que o mercado (privado, corporações em busca de lucro) não deverá suprir os sites web em um nível social aceitável a menos que os bens públicos possam ser providos juntamente com um bem privado."

155 Um exemplo de consulta aos cidadãos pela Internet pode ser encontrado no Canadá. Consulting Canadians (<http://www.consultingcanadians.gc.ca>) permite a participação dos cidadãos através de fóruns e fornecimento de material informativo sobre determinada questão, que pode ser encontrada por assunto ou ministério onde esteja sendo discutida. A proposta afirma que as sugestões e críticas dos cidadãos são adicionadas ao relatório ministerial final, e é possível que os participantes, ao inserirem seus endereços de correio eletrônico, possam se manterem informados do trâmite. A Nova Zelândia disponibiliza um sistema semelhante de participação. <http://www.govt.nz/en/participate>.

156 T.A.: "Existem vários estágios de governo eletrônico, que refletem o grau de sofisticação técnica e interação com os usuários: (1) a disseminação simples da informação (comunicação em mão única); (2) comunicação em duas mãos (requisição e resposta); (3) transações financeiras e serviços; (4) integração (integração horizontal e vertical); (5) participação política [...] promoção da participação política via Web, na qual os *sites* dos governos incluem votações *online*, fóruns públicos *online*, e pesquisas de opinião *online* no sentido de se aproximar de uma interação mais ampla com o público. Enquanto os quatro estágios anteriores são ligados aos serviços público oferecidos através da Web pela esfera administrativa, o quinto estágio destaca as atividades via Web desenvolvidas pelos cidadãos. Deve ser ressaltado que os cinco estágios são apenas um artifício conceitual para se examinar a evolução do governo eletrônico. A adoção de práticas de governo eletrônico pode não seguir uma progressão linear."

Em outra tipologia, agora de acordo com Scott-Morton (citado em Ferguson, 2002), os governos buscariam a manutenção de suas estruturas através do uso das novas tecnologias de comunicação e informação basicamente a partir de três processos: (1) *automação*, onde a tecnologia tem a função de gerar eficiência no sentido de cortar custos, fortalecer o controle sobre a informação e demais processos relativos à coisa pública; (2) *informatização*, que visa dispor informações qualificadas para posterior apropriação por parte dos cidadãos e disponibilizar serviços sem obrigatoriamente os usuários terem de pegar filas ou preencher dezenas de páginas de formulários; (3) *transformação*, que se constitui no último estágio, no qual se desenvolveria, de acordo com os proponentes, uma plena "democracia eletrônica", estimulando a participação dos cidadãos, que teriam elementos para se engajarem nas decisões governamentais; aqui deixa de existir um fluxo de informação de mão única procedente do governo e dirigido ao cidadão. Esta "linha do tempo" é passível de críticas, sobretudo porque pressupõe um etnocentrismo no sentido de querer impor aos países que apenas se iniciam na implantação de um governo eletrônico formas de desenvolvimento específicas (marcadamente européias).

Não se pode deixar de dizer que muitas dessas propostas de governo eletrônico (publicação de um *site* da prefeitura local, por exemplo) são modismos. Ao estabelecer sua política de comunicação, muitas autoridades locais percebem a Internet apenas como mais uma maneira de se mostrar à população, não tomando o ambiente telemático como algo que vá modificar a infraestrutura da administração. As iniciativas são implantadas, neste caso, sem um bom estudo antecipado das demandas da população e de outros atores sociais em relação a que modelo de governo eletrônico perseguir¹⁵⁷. Os *sites* sem planejamento quase sempre apresentam informações sem profundidade ou

157 Malina adverte que muitos dos projetos de governo eletrônico têm o objetivo de agregar qualidades à imagem pública de determinada administração: "Thus, ICTs are implemented to gain crucial social and economic advantages for well-off areas, and technological answers to social, cultural and economic problems in poorer, marginalised areas. Even if the technology fails to be utilised to its full potential to improve outcomes, the appearance alone of 'high-tech' can be advantageous. An advanced ICT system can greatly enhance place image and attract positive attention to areas." (Malina, 1999: 36). T.A.: "Deste modo, as tecnologias de comunicação e informação são implementadas para se obter vantagens econômicas e sociais para áreas já prósperas, e oferecer respostas tecnológicas para problemas sociais, culturais e econômicos nas áreas mais pobres e marginalizadas. Ainda que a tecnologia falhe ao ser utilizada no seu inteiro potencial e melhorar resultados, a aparência isolada de que se está a par da alta tecnologia pode ser vantajosa. Um sistema de tecnologias de comunicação e informação eficientes pode fortemente reforçar a imagem de determinado lugar e atrair atenções positivas."

irrelevantes, e apenas visam marcar o que se chama de "presença institucional" do poder político. Em boa parte dos casos há um endereço de correio eletrônico para o *webmaster*¹⁵⁸ e não existem formas de contato com as lideranças nem representantes políticos. Iniciativas desta natureza são criticadas por Guidi:

"... a mera divulgação *online* de ações e documentos, ainda que utilizada como forma de acompanhar e controlar a estrutura de procedimentos e/ou estágios de planejamento de um projeto, antes de sua implementação, assim como a publicação de endereços de *e-mail*, notícias e fóruns, que buscam promover interações com a administração, a fim de obter o feedback adequado, podem tornar-se operações inúteis e às vezes demagógicas. Isso pode ocorrer independentemente da boa vontade e do esforço da administração em conferir transparência para suas ações através do *site*, devido ao fato de os textos serem incompreensíveis, desarticulados entre si e sem sentido para os leitores. [...] Os cidadãos expressam a necessidade de que haja uma transparência efetiva, e não a mera possibilidade de acesso a documentos indecifráveis." (Guidi, 2002: 169-175)

Certamente, há dificuldades, tanto de ordem técnica quanto de ordem social e cultural, no curso das tentativas de implantação dos governos eletrônicos (o problema de financiamento de projetos desta natureza persiste praticamente no mundo todo). Estes problemas variam, do mesmo modo, de região para região. Por exemplo, países como Inglaterra ou Japão, graças ao domínio de tecnologia de ponta em telecomunicações, não se abatem com os mesmos problemas do Brasil, ainda com dificuldades como exclusão social.

A cultura política de determinada sociedade se configura como fator fundamental para se compreender que conseqüências as tecnologias de comunicação poderão provocar¹⁵⁹. Em outros termos, o governo eletrônico não se desenvolve nos mesmos moldes em todos os países do mundo¹⁶⁰, tanto no que tange à capacidade de

158 O responsável pela criação e manutenção de determinado *site*.

159 Conforme observam Weare, Musso e Hale: "... the diffusion literature argues that innovation requires dramatic behavioral changes, and as such, social and psychological factors shape individual or organizational choices to adopt new technologies. Diffusion theory argues that the adoption of a new technology depends on three primary factors: the characteristics of the technology itself, the characteristics of the individual or organization making the adoption decision, and the social system in which the adopter resides." (Weare, Musso, Hale, 1999: 9). T.A.: "... a literatura corrente argumenta que a inovação requer mudanças dramáticas de comportamento, e, como tal, os fatores sociais e psicológicos dariam forma a escolhas individuais e organizacionais para se adotar as novas tecnologias. A teoria difundida argumenta que a adoção das novas tecnologias depende de três fatores principais: as características da tecnologia em si, as características do indivíduo ou organização que tomam a decisão de adotar a tecnologia, e o sistema social ao qual o que faz a adoção está habituado."

160 Nem mesmo dentro de uma região específica. Conforme pesquisa em andamento no grupo Cibercidades, da Faculdade de Comunicação da UFBA, os *sites* governamentais são heterogêneos em

financiamento do empreendimento (infra-estrutura já instalada), quanto no concernente aos serviços oferecidos (suas necessidades, políticas, econômicas ou sociais), como ainda à própria cultura política de cada sociedade. Conforme considera Junhua Zhang (2002), a especificidade de cada cultura política dificulta, assim, o estabelecimento de um conceito comum de governo eletrônico¹⁶¹.

Pode-se ainda perguntar que conseqüências a adoção das novas tecnologias de comunicação e informação pelas administrações estatais implicará aos funcionários públicos, acostumados a possuir a tutela sobre, por exemplo, o carimbo de determinada autarquia (sem o qual não é possível validar um documento), ou a liberação de uma guia¹⁶². O certo é que apenas o fato de oferecer computadores conectados não vai modificar as relações já existentes no que se refere à estrutura administrativa, ou seja, se

relação aos serviços oferecidos, tipos de informação sobre a administração, estrutura e formas de interatividade. As diferenças não se encontram apenas entre países, mas entre regiões de países. Para maiores detalhes, consulte-se www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/ciberidades.

161 Enquanto em algumas localidades o conceito de governo eletrônico se liga a uma maior abertura da administração e estímulo à participação popular, tanto na confecção quanto na manutenção das iniciativas, na China, por exemplo, o governo eletrônico é visto pela administração central como mais uma ferramenta de controle de emissão dos conteúdos midiáticos, de pauta para os assuntos considerados "relevantes". "... the government considers the internet to be [...] a very effective medium of communication. The Chinese leadership knows that the internet as a global network poses a great threat to the authoritarian regime. [...] It is no surprise for observers of China that, in mid-2000, the central government made the decision to invest Rmb.1bn to set up five new internet-based information agencies, each with its own mega-news website.[...] Not only are telecom operators compelled to subsidize their profit-making operations, but also the ISPs [Internet Service Providers] are imposed upon to follow the style and orientation of their 'information websites', while the independent release of any politically relevant information is forbidden. [...] In short, one of the main elements in the understanding of e-government promoted by the Chinese authorities is the view that official websites should set the agenda in establishing practice guidelines for all other *media* and outlets." (Zhang, 2002: 167-168). T.A.: "... o governo julga a Internet [...] como um meio de comunicação bastante efetivo. Os líderes chineses sabem que a Internet enquanto uma rede global comporta uma grande ameaça ao regime autoritário. [...] Não é surpresa para observadores da China que, em meados de 2000, o governo central decidiu investir no Rmb.1bn para inaugurar cinco novas agências de informação baseadas na Internet, cada uma com seu mega portal de notícias. [...] Não apenas as operadoras Telecom foram compelidas a subsidiar suas operações com vistas aos lucros, mas também aos provedores de Internet foi imposto seguir o estilo e orientação de seus 'sites de informação', ao mesmo tempo em que a divulgação independente de qualquer informação politicamente relevante é proibida. [...] Em suma, um dos principais elementos na compreensão do governo eletrônico promovido pelas autoridades chinesas é a visão de que os sites oficiais deveriam estabelecer uma agenda em linhas gerais para servirem de guia para todos os outros meios de comunicação e demais distribuidores."

162 Em resposta aos que admitem o fim da burocracia estatal a partir da adoção das novas tecnologias de comunicação, Dominique Wolton faz a seguinte observação: "E nada será mais falso do que imaginar uma sociedade na qual a burocracia teria desaparecido a partir do momento em que cada um poderia tratar tudo a partir do seu terminal. Seria esquecer as lições da história: os homens, as organizações e as instituições inventam incessantemente processos burocráticos porque a transparência da vida social é impossível. Cada um, apesar dos discursos que clamam pela necessidade de relações mais directas, introduz sempre novos intermediários burocráticos, filtros, regras, interdições, sinais de distinção, para proteger a sua relação com outrem. As relações sociais simplificam-se aqui para se obscurecerem ali..." (Wolton, 2001: p. 95-96)

realmente há a disposição do governo em modificar sua relação com os cidadãos, seria de bom grado que os funcionários fossem treinados dentro desta perspectiva.

Por último, é importante que os projetos de governo eletrônico sejam vistos do ângulo dos cidadãos, e não da burocracia¹⁶³. Torna-se importante a participação da sociedade para dizer que serviços deveriam ser oferecidos, exigir transparência e mesmo fomentar a conversação dos cidadãos entre si. Campanhas divulgando o oferecimento de serviços, informações relevantes, terminais de acesso gratuitos e contas de correio eletrônico podem ser passos para se fortalecer o interesse dos cidadãos pelas iniciativas de governo eletrônico. Para além disso, é preciso que os próprios governos (parlamentos, por exemplo) dêem importância às disposições advindas da esfera civil, estimulando, assim, o caráter de debate que marca alguns modelos de democracia¹⁶⁴.

3.3 Voto eletrônico

As reflexões desenvolvidas nesta parte do trabalho têm o intuito de examinar, afastando as idéias ligadas à teledemocracia (entendida como democracia direta), as principais considerações relativas à interface entre voto eletrônico e democracia digital. A função deste tópico está em sintonia com a busca da presente dissertação em fundamentar a noção de que os problemas e dificuldades experimentados pela democracia devem tomar como ponto de partida um ângulo sócio-político em vez de

163 Frey destaca a importância da participação da esfera civil na conformação dos projetos de governo eletrônico. "A rejeição dos telereferendos e às pesquisas de opinião foi defendida [...] pois os processos de consulta devem ser baseados na interatividade aberta. Os cidadãos devem ter a possibilidade de discutir as questões elaboradas pelo governo, pedir mais informações, responder de modo condicional, na sua linguagem própria. Os cidadãos devem também ter a possibilidade de anular o referendo caso não se sintam representados no leque de opções. [...] o diálogo não deve limitar-se à interação guiada por menus, mas explorar todas as possibilidades de interação entre administradores e cidadãos (Tambini, 1998)." (Frey, 2002 : 156)

164 Frey adiciona uma consideração interessante quanto à adoção das novas tecnologias de comunicação e informação por parte das estruturas governamentais: "Não deve haver dúvidas de que a utilização emancipatória e democrática das TICS não ocorrerá automaticamente. Dependerá, sobretudo, de vontade política. Não será a Internet que potencializará a participação política. A World Wide Web não foi criada com a finalidade de promover cidadania democrática, mas possui, sem dúvida, grandes potencialidades democráticas, e pode ser usada para renovar modos de participação política e tomada de decisões. [...] ... do ponto de vista das autoridades locais e da política municipal, a promoção de um ciberespaço político local somente trará benefícios ao desenvolvimento político se o engajamento dos cidadãos na esfera pública virtual tiver conseqüências para o real processo de tomada de decisão local. A fim de fomentar o estímulo mútuo entre as esferas públicas virtual e real, também devem ser criados mecanismos institucionais correspondentes." (Frey, 2002: 148-159)

técnico. Em outras palavras, não se deve diminuir a importância que os artifícios tecnológicos (como o voto eletrônico) adicionam à noção de democracia, mas o aperfeiçoamento desta forma de governo deve se ligar primordialmente à resolução de problemas institucionais (Wilhelm, 2002).

A crítica que se intenta construir não é ao voto eletrônico em si, mas à suposição de que apenas o estatuto do voto (seja ele o tradicional ou o eletrônico) garante uma prática democrática de governo¹⁶⁵. Em outras palavras, a democracia eletrônica só poderá ser mais efetiva na medida em que não se restringir ao processo digital de votação, procurando aliar também ao processo democrático o caráter discursivo dos debates.

O Brasil é um dos países pioneiros no que se refere à eleição eletrônica, isto é, ao uso de dispositivos que permitem uma totalização rápida, prática e, de acordo com as autoridades, mas contra a opinião de alguns estudiosos, segura¹⁶⁶. A oportunidade dada pela primeira vez a todos os aproximadamente 115 milhões de eleitores brasileiros de votar por meio da urna eletrônica, durante as eleições de 2002, tornou o país referência na automação da votação, estimulando congratulações e pedidos de auxílio por parte de

165 Conforme expõe Chevret sobre os discursos que adotam a perspectiva de democracia direta a partir do voto eletrônico: "Les partisans d'une démocratie directe voient dans le vote électronique par Internet la réalisation de la démocratie telle que l'envisageait Rousseau, dans *Du Contrat social*. [...] Cependant, tout partisan de la démocratie directe n'est pas nécessairement rousseauiste. [...] ... Ian Budge, qui ne rejette pas le rôle des partis, voit dans la démocratie représentative les limites suivantes: 'La représentation pourrait ainsi produire des effets exactement opposés à ceux revendiqués par Madison en excluant précisément du processus de décision la plupart des personnes appartenant à l'élite sociale et culturelle.' (Budge, 2000, p.767) [Budge, Ian. *The new Challenge of Direct Democracy*. Cambridge, Polity Press, 1996]. C'est la raison pour laquelle il voit dans le Web un instrument de démocratie directe et insiste sur la meilleure accessibilité à la connaissance, ainsi que l'expression plus exhaustive des différents points de vue" (Chevret, 2003). T.A.: "Os partidários de uma democracia direta vêem no voto eletrônico por Internet a realização de uma democracia tal como considerava Rousseau, em *Do Contrato Social*. [...] Entretanto, nem todo partidário da democracia direta é necessariamente rousseauísta. [...] ... Ian Budge, que não rejeita o papel dos partidos [políticos], vê na democracia representativa os limites seguintes: 'A representação poderia produzir efeitos exatamente opostos àqueles reivindicados por Madison, excluindo do processo decisório exatamente a maior parte das pessoas que não pertencem à elite social e cultural.' (Budge, 2000, p. 767). Esta é a razão pela qual ele vê na Web um instrumento de democracia direta e insiste sobre a melhor acessibilidade ao conhecimento [gerada por este meio], favorecendo deste modo uma expressão mais exaustiva dos diferentes pontos de vista".

166 Michael Stanton, professor do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense, produz críticas sistemáticas à transparência na segurança do sistema eleitoral eletrônico brasileiro. Uma de suas colunas pode ser acessada em: <http://www.estadao.com.br/tecnologia/coluna/stanton/2003/set/17/91.htm> (capturado em 12 de outubro de 2003). Há ainda um site dedicado a discutir os riscos que envolvem o voto eletrônico: www.votoseguro.org.

outros países ou entidades internacionais, como Estados Unidos¹⁶⁷ e Organização das Nações Unidas. Com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, passou-se a postular o uso de métodos eleitorais mais avançados, práticos e que diminuíssem ao mínimo as chances de fraude.

Neste contexto, as reflexões apresentadas no presente tópico buscam dar conta, em linhas gerais, dos prós e contras de se adotar o procedimento eletrônico de sufrágio, mas não apenas em termos de viabilidade técnica. Objetiva-se discutir que valor o voto eletrônico adiciona ao funcionamento dos sistemas políticos democráticos, através de um exame sobre a validade das principais iniciativas neste sentido, não apenas do ângulo da segurança, criptografia ou má fé por parte de funcionários responsáveis pelo gerenciamento das estruturas do sistema; busca-se uma reflexão sobre as diferenças qualitativas entre o voto eletrônico e o voto tradicional em cédulas.

Para dar início efetivo a esta discussão, uma distinção. Apesar de fortemente relacionados, voto eletrônico e voto *online* não compreendem, em todas as ocasiões, o mesmo fenômeno. Este último é uma espécie de voto eletrônico, mas que tem sua concretização, sua consumação, através da Internet; a idéia do voto *online* pressupõe que os cidadãos habilitados possam exercer seu direito de escolha mediante computadores instalados em suas próprias casas, escritórios ou por algum outro modo digital que não implique, necessariamente, em deslocamento a uma urna "*offline*" fornecida por autoridades (como acontece atualmente). Este processo pode se dar de várias maneiras: o importante, de acordo com a iniciativa do voto *online*, é a possibilidade dada ao eleitor de se livrar de constrangimentos espaço-temporais (suprimir a fatalidade de ir aos locais de votação e esperar na fila) e de que sua escolha seja remetida diretamente ao órgão apurador. Com a dificuldade ainda existente, entretanto, de que não há como realizar a certificação *in persona* do eleitor¹⁶⁸.

Uma outra espécie de voto eletrônico é o atual sistema utilizado no Brasil, operado através de urnas *offline* que vão totalizando parcialmente as opções dos

167 Principalmente depois da celeuma gerada a partir da apuração de votos quando da disputa entre Bush e Gore pela presidência daquele país em 2000, onde foram utilizados métodos antiquados de votação. Quanto às características das eleições norte-americanas, pode-se visitar a matéria: "Por favor, chamem o TSE!", em: http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-11-09/mat_16152.htm

168 De acordo com a indicação de Chevret (2003), deve-se lembrar que a comodidade do voto *online* não livra o cidadão de pressões externas, como a da família que opta por um candidato diferente do que havia sido escolhido pelo eleitor.

cidadãos para, em um segundo momento, tais opções serem reunidas em um computador central e, a partir daí, contadas para efeitos de deputação dos representantes.

De modo simplificado, a urna eletrônica utilizada no Brasil não difere muito dos terminais particulares de computadores no seu funcionamento prático: um equipamento programado por técnicos e que, como qualquer outro microcomputador, pode estar sujeito a problemas comuns, desde mau funcionamento do *software* até danificação devido o pouco cuidado ao manusear. A caneta e a cédula de cada eleitor dão lugar, neste novo procedimento, a uma memória magnética, para onde, logo depois de confirmar sua opção, o voto singular do eleitor se "locomove" e se junta aos já direcionados ao mesmo candidato. A consequência é a seguinte: os votos individuais desaparecem e perdem-se em um mesmo conjunto¹⁶⁹ atribuído a um pretendente a cargo político, o que elimina a possibilidade de recontagem.

Para os suspeitos do voto eletrônico através da urna *offline* e de sua impossibilidade de aferição depois do resultado da contenda, uma solução encontrada foi a impressão, no ato da confirmação perante a urna, da opção política atribuída pelo eleitor, ainda que, no caso brasileiro, este fenômeno tenha tido lugar apenas em fase experimental. Outra solução possível, dada a alegação de aumento de custos causados pela impressão, seria uma individualização de cada escolha do eleitor, através de uma assinatura digital (garantindo, obviamente, o anonimato), não mais agregando todas as opções políticas em um mesmo conjunto¹⁷⁰.

De acordo com as autoridades eleitorais, o próximo passo envolvendo a questão do voto eletrônico no Brasil é permitir que todos os cidadãos com acesso à Internet, a partir de suas casas ou não, possam ser compelidos o mínimo possível a se

169 Stanton, em texto já referido, ataca o PL 1503/03, chamado de Projeto do Voto Virtual - de autoria do Senado Federal, cuja tramitação na Câmara dos Deputados se encerrou em outubro de 2003 por ter sido aprovada em plenário (http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=124899). Stanton alega que o PL visa eliminar o voto impresso e o substitui por um "voto virtual cego", que o eleitor não tem como verificar o conteúdo". <http://www.estadao.com.br/tecnologia/coluna/stanton/2003/set/17/91.htm> (capturado em 12 de outubro de 2003).

170 Outra peculiar objeção à urna eletrônica alerta que ela dificulta o ato de votar para certos cargos majoritários, como presidente, governador ou senador, pois, na tela, ao contrário da cédula de papel, não consta o nome do candidato antecipadamente. Apenas depois de digitados os números referentes, o eleitor pode visualizar foto e partido do concorrente ao cargo público. Se não levar anotado ou não souber os números de antemão, o processo de votação pode não ser tão simples ou rápido como imaginado. Este é um dos motivos de, no dia das eleições, haver em cada seção eleitoral uma lista com o cargo, nome, número e partido de cada candidato.

deslocarem quando o assunto for este dever constitucional (relembrando que, no Brasil, o voto é compulsório), realizando o ato de escolha *online*, em terminais próprios ou espalhados por pontos estratégicos das cidades (neste último caso o deslocamento do eleitor acontece de qualquer maneira). Já há planos para que, a partir de 2004, algumas pequenas localidades recebam o projeto piloto deste empreendimento. Há registros de experiências realizadas com sucesso, principalmente em pequenas comunidades norte-americanas¹⁷¹.

Assim, a idéia defendida em alguns estudos é a de que, à vontade, a partir de casa, enquanto toma café ou lê a sucessão de jornais disponíveis nas redes telemáticas, cada cidadão poderá clicar na foto do candidato preferido ou preencher um formulário referente a um Projeto de Lei e decidir as melhores formas de se implantar os projetos políticos que considerar importante. Abre-se a possibilidade de cada cidadão votar eletronicamente que emendas à constituição devem ser aprovadas ou proposições efetivamente instituídas. De fato, dentro de pouco tempo, não haverá grandes estorvos técnicos sobre o assunto.

Registrar os cidadãos aptos a votar, preparar as cédulas, convocar voluntários para atuar como mesários e auxiliares, além da demora na apuração e necessidade de deslocamento por parte dos eleitores, são apontados (Dictson e Ray, 2002) como incômodos a serem superados com a chegada das novas tecnologias de comunicação. Além disso, o voto eletrônico tornaria o processo menos oneroso. O voto *online* facilita ainda a participação de deficientes físicos ou idosos com problemas de locomoção, sem causar danos aos demais eleitores¹⁷².

As propostas dos adeptos do voto *online* vão desde votar a partir de casa, por meio de correio eletrônico ou através de uma página conectada ao servidor da Justiça Eleitoral, até o de deslocamento dos eleitores a pontos da cidade com terminais instalados especificamente para a escolha do candidato preferido (esta última opção não

171 Nos Estados Unidos, em cidades do Arizona e da Califórnia, o voto via web já funciona desde 2000, porém, sem efeitos sobre a totalização de votos. O objetivo é testar a confiabilidade do sistema e a viabilidade de tal mudança. Os principais partidos norte-americanos, o Republicano e o Democrata, já utilizam tal esquema de votação pela Internet em suas primárias. Naquele país, cidadãos que moram no exterior podem votar via correio comum, porém, muitas vezes as cédulas chegam com atraso ou simplesmente os eleitores não recebem a carta do governo convocando-os à eleição. Maiores detalhes podem ser conferidos em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0508200309.htm> (05/08/2003)

172 Sobre este assunto, pode-se visitar o seguinte endereço: "Voto eletrônico ajuda analfabetos", em: http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2209/po2209h.htm (visitado em 03/12/2003)

causaria grandes diferenças em relação ao sistema atualmente adotado no Brasil, a não ser pelo fato de o voto ser remetido diretamente à Justiça Eleitoral). Outras considerações sobre o benefício do voto eletrônico são feitas por Dictson e Ray:

"Talvez o argumento mais forte em favor do voto via Internet relacione-se ao fator conveniência. A conveniência é um estímulo à participação que conduzirá a um eleitorado mais forte. Num artigo recente do USA Today, o colunista Kevin Maney comparou a ida às urnas, com o propósito de participar de uma eleição, com a obrigação de ir ao correio para enviar um *e-mail* (Maney, 1999) [...] Trazer as eleições, registros de eleitores e abaixo-assinados para o ciberespaço, legalizando o voto pela Internet e empregando certificados digitais será uma maneira de 'pegar carona' na crescente universalização da Internet. Isto permitirá que se faça *online* aquilo que as pessoas gostariam, mas não têm tido condições de fazer pessoalmente, ou por estarem muito ocupadas, ou porque o processo tradicional é inconveniente para elas, e não porque estejam apáticas (Strassman, 1999b)." (Dictson e Ray, 2002: 199)

Motivado por exemplos como estes, muitas vezes o voto eletrônico é confundido, inclusive em propagandas governamentais, com a realização de uma democracia eletrônica, beneficiando a participação direta dos cidadãos, trazendo de volta a possibilidade da remissão de uma cidadania à moda antiga, onde a voz dos interessados seria traduzida diretamente em disposições decisórias.

Alvin Toffler, autor de *O Choque do Futuro* (1969), ao contrapor democracia representativa com democracia plebiscitária (ou democracia de referendo, ou semi-direta ou cesarista¹⁷³) afirmou em suas obras que a tendência dos sistemas políticos seria de que eles se transformassem em uma seqüência de plebiscitos contínuos e que os cidadãos poderiam, assim, implantar o que lhes fosse aprazível.

Sartori (1994) já afirmou que o voto é um instrumento democrático de singular importância, mas que, isoladamente, não garante o funcionamento democrático de uma

173 Ao avaliar os prós e contras em se adotar o voto eletrônico, Chevret faz a seguinte consideração: "Les dérives populistes et démagogiques représentent les premières raisons d'une critique du vote électronique sous sa forme de référendum. On appelle effet "*push button*" la conséquence d'une logique référendaire électronique, lequel priverait le citoyen [...] du débat public. Reprenant Bernard Manin, Dominique Schnapper souligne que l'avènement d'une "démocratie du public" a pour conséquences la personnalisation du pouvoir, la "volatilité" de l'électeur et comporte le risque d'une communication de masse qui "privilégie le superficiel et l'instantané" (2000, p.168)" (Chevret, 2003). T.A.: "As vertentes populistas e demagógicas representam as primeiras razões de uma crítica do voto eletrônico em seu formulário do referendo. Chama-se o efeito 'push button' a consequência de uma lógica referendária eletrônica, que privaria o cidadão [...] da discussão pública. Fazendo um outro exame de Bernard Manin, Dominique Schnapper reforça que o advento de uma 'democracia do público' tem como consequências a personalização do poder, a 'volatilidade' do eleitor e envolve o risco de uma comunicação da massa que 'privilegia o superficial e o instantâneo' (2000, p.168)" (Chevret, 2003).

sociedade. Nada impede um governo autoritário de utilizar eleições, em alguns casos até com certa frequência, para adicionar um tom de legitimidade ao regime, transformando o recurso do voto em um mero procedimento¹⁷⁴.

Assim como o ato de delegar o mandatário, isto é, a deputação dos representantes, constitui-se uma das bases da forma democrática de governo, não se pode descartar o fato de que a democracia pressupõe que o exercício do mandato e a administração pública devem estar permeados pelo poder que emana do povo (pelo menos para os que acreditam na soberania popular). O voto, sozinho, não fornece esta característica essencial, apesar do fato de que o sufrágio universal é uma das diferenças marcantes entre a democracia contemporânea e todas as outras formas de democracia estabelecidas anteriormente. É nestes termos que, do mesmo modo, o voto online também não pode ser considerado como apto a satisfazer todos os requisitos para o alcance de uma plena democracia contemporânea.

Afirma-se, então, que um outro amparo da forma democrática de governo é a constituição de uma esfera de argumentação pública, onde são debatidos os temas relativos ao interesse comum de modo justo. Se uma das críticas de Habermas quanto à decadência da esfera pública foi a apreensão individual dos conteúdos, deve-se oferecer, então, maior importância ao debate com os pares no sentido de buscar atender ao caráter normativo correspondente ao modelo de democracia deliberacionista¹⁷⁵. Ainda há o argumento de que a qualidade do ato de votar perderia sentido¹⁷⁶ (caso o voto *online* fosse adotado), de acordo com o que afirma Chevret:

174 Não são poucos os exemplos deste fenômeno no cenário geopolítico contemporâneo. Pouco antes da invasão americana ao Iraque, em outubro de 2002, Saddam Hussein se utilizou deste artifício para se manter por mais sete anos no poder (permaneceu como chefe daquele país por pelo menos 23 anos). Hussein, candidato único, obteve todos os 11.445.638 votos.

<http://www.jornaldigital.com/noticias.php/7/43/0/5946/> (14/09/2002)

175 Conforme argumenta Schudson: "Considere-se o voto como uma forma de participação. [...] O significado desse voto tem vindo a alterar-se dramaticamente ao longo das épocas. O cidadão do século XVIII votava para afirmar a sua posição numa ordem social estabelecida em que a política era um aspecto e a expressão política uma evocação ritual; o cidadão do século XIX votava para afirmar a sua ligação partidária a um corpo organizado com o qual partilhava uma identificação simbólica e com que conquistava a sua simpatia pela proximidade aos seus interesses étnicos, religiosos, ideológicos e de classe. [...] O cidadão do século XX, a quem é dado o boletim de voto preparado pelo Estado para ser utilizado na privacidade das cabines de voto, passa por uma experiência muito mais solitária e individualista da prática da escolha política, e o seu voto é uma obrigação cívica mais ou menos alegremente assumida. [...] o significado da participação de voto ter-se-ia alterado dramaticamente de um período para outro." (Schudson, 1995: 161-162)

176 Valelly, professor de ciência política no Swarthmore College, é uma das referências americanas mais comuns sobre voto eletrônico. "Now is the time to stop and think before we make what could be a big mistake. Not only will e-voting fail to reverse electoral apathy, it will actually lead us in the wrong

"La confusion récurrente entre la virtualité et la matérialité ainsi que celle de l'espace public avec l'espace intime doit aussi amener à s'interroger sur la pérennité du sentiment d'appartenance à une communauté politique. L'adoption du vote électronique par Internet impliquerait le passage de l'isoloir, lieu symbolique où se réalise un acte concret fruit d'une délibération intérieure, à un procédé instantané depuis un lieu concret, éventuellement intime, par lequel la matérialité n'est plus mesurée. Le vote matériel renvoie à un espace politique abstrait où règne l'égalité de droit des citoyens. La dimension virtuelle du vote électronique par Internet risquerait de conduire à l'effet inverse. On a pu insister sur l'aspect symbolique de l'isoloir parce que le vote est un rite et en tant que rite il est d'essence tribale. Lui ôter la symbolique dont il est chargé, c'est prendre le risque de participer à la désagrégation de la communauté politique." (Chevret, 2003)¹⁷⁷

Percebe-se o quanto o voto eletrônico *isoladamente* (insiste-se) não adiciona muito ao funcionamento das instituições democráticas. Possibilita, sim, com maior rapidez, a realização de plebiscitos ou consultas públicas, ocasiões extraordinárias por natureza¹⁷⁸. Assim, ganham força os argumentos de que os problemas e dilemas em torno da democracia não são de ordem técnica, conforme Wilhelm observa de maneira pertinente:

direction. Voting is more than the simple act of indicating one's political preference. It's a vital public ritual that increases social solidarity and binds citizens together. The history of voting in America clearly shows that the physical mechanics of voting have a huge impact on the quality of our public life." (Valelly, 1999). T.A.: "Agora é hora de se parar e pensar antes que façamos o que poderia ser um grande engano. Não apenas o voto eletrônico vai falhar em reverter a apatia eleitoral, mas ele na verdade nos leva na direção errada. Votar é mais do que o simples ato de indicar uma preferência política. Votar é um ritual público vital que faz crescer a solidariedade social e vincula os cidadãos, torna-os juntos. A história do voto nos Estados Unidos claramente mostra que artefatos físicos de votar tem uma grande importância na qualidade de nossa vida pública." O trecho citado foi retirado da revista *The New Republic*, publicada em setembro de 1999 e cujo texto na íntegra pode ser acessado em: (http://wp.rutgers.edu/courses/101/link_o_mat/henderson_voting_alone.html (capturado 19 de março de 2003).

177 T.A.: "A confusão recorrente entre a virtualidade e a materialidade ainda que aquela do espaço público com o espaço íntimo deve também levar a se interrogar sobre a perenidade do sentimento de pertença a uma comunidade política. A adoção do voto eletrônico por Internet implicaria a passagem do isolamento do eleitor na cabina de votação, lugar simbólico onde se realiza um ato concreto fruto de uma deliberação interior, a um procedimento instantâneo a partir de um lugar concreto, eventualmente íntimo, pelo qual a materialidade não é mais medida. O voto material remete a um espaço público abstrato onde reina a igualdade de direitos dos cidadãos. A dimensão virtual do voto eletrônico pela Internet poria isso em risco ao conduzir à direção contrária. Pôde-se insistir sobre o aspecto simbólico do isolamento na cabina de votação porque o voto é um rito e na medida em que o rito é de essência tribal. Retirar-lhe o simbólico do qual é carregado, é tomar o risco de participar da desagregação da comunidade política."

178 E mesmo tais consultas devem ser bem pensadas antes de sua concretização. "A democracia plebiscitária tem sido, além disso, superada historicamente pelo pluralismo representativo. Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*, coloca-nos de sobreaviso com respeito às deformações do *cibervoto*, como ele o chama, mesmo reconhecendo seus atrativos. 'Imaginemos um *referendum* sobre a pena de morte organizado alguns dias depois de um assassinato especialmente monstruoso e amplamente

"A euforia causada pelo voto *online* insere-se num rush social mais abrangente que busca soluções tecnológicas para problemas políticos antigos. Embora a tecnologia da informação seja vista, sob o pretexto do voto *online*, como uma bala de prata, é mais provável que uma revisão geral do sistema eleitoral seja a única maneira segura de corrigir o que está errado no processo democrático. Esta revisão deverá incluir: (1) A redução do papel do dinheiro na política, através de mecanismos como a reforma financeira das campanhas; (2) A garantia de que os candidatos tenham livre acesso à mídia; (3) O oferecimento de financiamento público para as eleições, a fim de permitir aos candidatos uma oportunidade justa de competir." (Wilhelm, 2002: 258)

Há ainda duas outras observações em relação ao tema. Como apontam Dictson e Ray (2002), os proventos de se adotar ou não o voto eletrônico reverberam decisivamente no campo político, pelo menos em países onde o voto não é obrigatório. Ou seja, para estes dois especialistas, se a cada eleição os índices de participação são menores (os eleitores não se sentem compelidos a participar), a conveniência de votar a partir de casa poderia, em alguma momento, fornecer um maior estímulo aos eleitores, influenciando, assim, no resultado direto de uma eleição¹⁷⁹.

Aliado a essas considerações, não se deve perder de vista, por último, que o impulso para se adotar o voto eletrônico, seja por meio da internet ou urnas eletrônicas, vem prioritariamente do setor privado, isto é, de empresas que fabricam os programas, os equipamentos, e oferecem seus serviços ao governo. Dictson e Ray (2002), apesar da impressão conspiratória que passam, alertam para este perigo e se perguntam em que medida os interesses comerciais seriam conflitantes com o ideal político democrático.

3.4 Ativismo digital

Este tópico dedica-se à investigação das formas de ativismo político oferecidas pelas redes digitais de comunicação. Dos trabalhos que têm como tema a investigação sobre as possibilidades democráticas oferecidas pelas redes digitais de comunicação, certamente os que tomam como interesse o ativismo político são os de maior

coberto pelos meios de comunicação. O resultado seria evidente. A democracia eletrônica pode conduzir, assim, diretamente ao linchamento eletrônico. A interatividade do cebercretinismo'." (Cebrián, 1999: 79)

179 As redes telemáticas podem ainda contribuir para uma maior participação dos eleitores, sobretudo os jovens (que são os que menos participam dos pleitos nos países onde o voto é facultativo), ao permitir não apenas a comodidade do voto *online*, mas também a conformação de espaços discursivos, a busca por informações sobre determinado candidato a partir de instrumentos próprios (motores de busca ou informações compartilhadas através de listas de discussão).

repercussão e que geram superior número de reflexões. Isso acontece exatamente porque a Internet, dada sua rapidez, capacidade de publicação de opiniões e de notícias por enfoques autônomos, além de favorecer a articulação a baixo custo e sem levar em consideração fronteiras geográficas, é vista como o grande meio a ser utilizado por entidades ou indivíduos isolados e marginalizados politicamente. Desta feita, se, em um primeiro momento, a comunicação de massa era marcada por sua verticalidade, agora existiria a possibilidade do usuário comum se tornar provedor de informação (Allan, 2003).

No ciberespaço, há lugar para manifestações de diversas naturezas, sejam elas acadêmicas, artísticas, religiosas, pessoais, sexuais ou políticas. Movimentos sociais, por exemplo, são contemplados com *sites* de ambientalistas (Greenpeace e World Wound Found for Nature¹⁸⁰); há espaço para os céticos em relação à globalização ou feministas¹⁸¹, graças aos recursos tornados disponíveis através de um meio que lhes dá voz independente de fronteiras ou de empecilhos relativos ao tempo de transmissão de uma mensagem¹⁸². Bounoux destaca que:

"Durante muito tempo, a humanidade não pôde conceber sua reunião ou comunicação universal consigo mesma senão por intermédio de uma grande mensagem, religiosa ou ideológica [...] Ora, o universal que triunfa hoje com a Web não é o da mensagem, nem de conteúdos particularmente racionais, mas o do simples meio [...] A finalidade última da rede não é, com efeito, a mensagem, mas a disponibilidade do contato: a rede é primeiramente fática, e não tem no fundo outra finalidade: toda a sua utopia esgota-se em ligar os correspondentes entre eles." (Bounoux, 1999: 197)

É sem dúvidas que o modelo rizomático da rede telemática possibilita uma maior autonomia no tocante às normas culturais e barreiras impostas por determinados Estados. Na China, por exemplo, o Ministério da Indústria da Informação determinou, desde 2001, que os provedores do país vasculhem salas de bate-papo e o correio

180 Os endereços respectivamente das representações destas entidades no Brasil são www.greenpeace.org.br e www.wwf.org.br.

181 Notícias sobre o movimento anti-globalização podem ser conferidas em www.midiaindependente.org; exemplos de entidades feministas estão nos seguintes endereços: www.cfema.org.br; www.sof.org.br.

182 Aqui não se deve deixar de dizer que a grande novidade da Internet encontra-se nas possibilidades abertas. Não é por ter um *site* na rede mundial de computadores que se está estabelecendo obrigatoriamente a comunicação no sentido estrito da palavra: quem garante que algum usuário vai acessar determinado conteúdo, quem garante que se terá um interlocutor?

eletrônico dos usuários em busca de material considerado "subversivo", infiltrado por ativistas contra o regime político imposto pelos dirigentes daquele país¹⁸³.

A partir do acesso ao ambiente telemático, diversos pontos de vista são ofertados, instantaneamente. A hipótese levantada por Gomes (2001) é a de que o usuário passaria a depender menos da imprensa tradicional para formar sua opinião política, ou seja, não deixaria de ler o jornal impresso ou assistir ao telejornal da noite com a família, mas passaria a contar com um maior número de fontes alternativas, desde governos e sindicatos, diretamente, até informações providas por particulares¹⁸⁴.

Desta maneira, é diferente, por exemplo, acompanhar a cobertura de uma manifestação anti-globalização ou das passeatas durante as edições do Fórum Social Mundial a partir das grandes redes de televisão ou através do jornal *online* disponibilizado pelos respectivos movimentos (sem descartar os *sites* agregados de colaboradores¹⁸⁵). Deve-se levar em consideração a questão da credibilidade destas informações, mas o que se ressalta é o fato de o próprio agente social agora ter um canal de interlocução direto com a sociedade¹⁸⁶.

183 Sobre a questão do acesso por parte de cidadãos chineses a informações oferecidas na Internet, pode-se obter maiores esclarecimentos em: "China cria novas normas para regular endereços de internet" <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u14539.shtml> e também em "Governo chinês xereta todos os e-mails", disponível em <http://www.webinsider.com.br/vernoticia.php?id=1145> (endereços visitados em 04 de dezembro de 2003).

184 Nas palavras de Gomes: "Sendo tais materiais alcançáveis pelos aparatos tecnológicos de busca online, um determinado repertório de opinião publicado num site de um megaportal e outro disponível numa página de um obscuro provedor de um lugar qualquer na "periferia" do mundo têm praticamente as mesmas chances de "audiência". Ora, a tal característica correspondem pelo menos duas conseqüências importantes para a natureza da opinião política disponível na internet: (a) a diminuição da importância da mediação do jornalismo tradicional na formação da opinião política e (b) o pluralismo de opiniões" (Gomes, 2001).

185 As redes são estruturas cada vez mais factíveis com o avanço tecnológico, havendo menos barreiras à livre circulação de informações. Em se tratando do emprego que os guerrilheiros (como os zapatistas, um caso clássico) dão às redes de comunicação, alguns estudiosos ressaltam que os exércitos convencionais são necessariamente piramidais, hierárquicos, enquanto guerrilheiros tendem a se horizontalizar em rede: "Para Arquilla e Ronfeldt a luta pelo futuro que faz o cotidiano de nossas manchetes não está sendo travada por exércitos liderados por Estados ou sendo conduzida por imensas e milionárias armas feitas para os tanques, aviões ou esquadras. Elas se desenvolvem através de grupos que operam em unidades pequenas e dispersas, podendo se desdobrar repentinamente em qualquer lugar ou tempo como uma incontável infecção por afluência popular (swarming). Eles sabem como enxamear e dispersar, penetrar e romper ou eludir e evadir. Os combatentes podem pertencer a redes de terroristas como a Al Qaeda, redes de traficantes como Cali, redes de militantes anarquistas como o Black Bloc, redes de luta política como o Zapatismo ou redes de ativistas da sociedade civil global como o DAN (Direct Action Network)." (Antoun, 2002)

186 O canal já era possível com a possibilidade de se montar uma rádio comunitária (apesar da legislação ser um obstáculo no caso brasileiro), um jornal ou inserir VTs na televisão. O que se destaca, porém, é a agilidade, o número de pessoas potencialmente atingidas e o baixo custo do uso da Internet se comparada à utilização dos *media* convencionais.

O que vem acontecendo, entretanto, não seria a superação do poder hegemônico dos gigantes mediáticos, mas a emergência de diferentes canais de comunicação, descentralizados, sem necessariamente passar pelos processos de seleção costumeiros dos *mass media* convencionais. São espaços alternativos, geralmente funcionando como complementares, dada sua pouca difusão entre a maioria dos indivíduos, pelo menos por enquanto. Neste contexto, Ananda Mitra destaca que a presença de uma pluralidade de vozes na Internet não tem como ser contida:

"There is thus a series of factors that help to 'structure' the internet around the fundamental characteristics of the technology – those of openness and decentralization – and make it uniquely adapted to be used by anyone who can gain access to the technology. As of now, there is no single entity that can uniquely control the voices on the internet. In spite of the growing presence of commercial influences, and some governments attempting to curb the access and use of the internet, its structure does not allow for that control. Technologically it presents a constantly growing and metamorphosing entity that is within the reach of people independent of their location within the traditional structures of global power." (Mitra, 2001: 38)¹⁸⁷

O emprego político da Internet por ativistas de diversas causas (não necessariamente ligados a entidades políticas, mas cujas atitudes visam influenciar os atores institucionais, ou seja, são manifestações pré-políticas) compreende uma gama relativamente ampla de fenômenos, desde a distribuição de material de propaganda (direcionada ao público interno e externo de dada organização), aglutinação de novos adeptos, pressão sobre atores institucionais, aproximação entre os ativistas envolvidos através de trocas de conteúdos até a realização de conversações. Do ângulo civil, estas tecnologias podem servir tanto como ferramenta de acesso à informação e ao contato com os diversos cidadãos espalhados geograficamente, quanto para estabelecer formas de contato com os representantes políticos.

Os ativistas digitais utilizam-se das mais diversas plataformas para fazer suas campanhas obterem êxito: informativos e listas de discussão, propagandas em salas de

187 T.A.: "Existe portanto uma série de fatores que ajudam a 'estruturar' a Internet em torno de características fundamentais da tecnologia – aquelas relativas à abertura e à descentralização – e fazem-na excepcionalmente adaptada para ser usada por qualquer um a quem tenha acesso à tecnologia. Do modo atual, não há uma simples entidade que possa exclusivamente controlar as vozes na Internet. Apesar da crescente presença de interesses comerciais, e dos esforços de alguns governos em reprimir o acesso e o uso da Internet, sua estrutura não permite este tipo de controle. Tecnicamente ela apresenta um crescimento constante e uma entidade em metamorfose, isto é, ao alcance de pessoas independente de sua localidade dentro das estruturas tradicionais de poder global."

bate-papo, postagens em *weblogs*, confecção de *sites* ou *banners* (propagandas em formato de imagem) para serem colocados em outros *sites*, disponibilização de endereços de correio eletrônico de autoridades, protestos através de cartas pré-fabricadas por determinada entidade e ainda outros canais como mensagens por meio de telefone celular, quando das manifestações de rua.

Uma outra iniciativa relativa ao ativismo promovida por entidades não-governamentais, hackers e internautas isolados é atacar, através de acessos em massa ou "bombardeio" de mensagens eletrônicas, o *site* de empresas e governos, como ocorreu durante a última guerra no Iraque, quando endereços norte-americanos se tornaram indisponíveis, já que era daquele país de onde provinha a proposta de invasão para pôr fim ao regime de Saddam Hussein¹⁸⁸.

De modo complementar, deve-se procurar entender o ativismo, por sua maior amplitude, não apenas enquanto movimento político organizado de entidades já existentes *offline*¹⁸⁹. Em outras palavras, o uso das novas tecnologias de comunicação, para efeitos de ativismo político, pode ter diversas faces: desde o ativismo organizado (de entidades não-governamentais e demais órgãos de classe) até o ativismo efêmero, às vezes levado à frente por um indivíduo (ativismo, por exemplo, feito por Hackers, fenômeno que foge à perspectiva do protesto como argumentação) apenas e em torno de causas pouco convencionais (a carta-corrente "Tragédia dos ursos na China", estudada por Albuquerque e Sá, 2001, por exemplo). Envolve-se no conceito, então, desde o ativismo pré-existente ao uso das redes telemáticas até o ativismo que tem sua existência essencialmente ligada à natureza das redes digitais de comunicação.

Para efeitos de ilustração, com o intuito de pôr luz sobre um dos aspectos passíveis de estudo sobre o ativismo digital, se se prende apenas à influência das redes

188 Maiores informações podem ser obtidas em "Hackers e vírus usam guerra como tema", disponível no endereço: <http://idgnow.terra.com.br/idgnow/internet/2003/03/0055>, visitado em 04 de dezembro de 2003. É interessante ainda observar a apropriação cultural que cada segmento internauta faz da Internet. Boa parte destes ataques a *sites* norte-americanos, de acordo com a empresa de segurança britânica Mi2g (<http://mi2g.com/cgi/mi2g>, acessado em 03 de dezembro de 2003), foi patrocinada por usuários indonésios e paquistaneses, países nos quais a maioria da população é muçulmana.

189 Apesar de não se configurar como uma modalidade típica de ativismo (a não ser quando o usuário repassa a iniciativa aos seus contatos no ambiente digital), uma outra maneira de solicitar participação via Internet tem como meta a captação de recursos para entidades filantrópicas (veja-se o exemplo do ClickFome, cujo *slogan* é "Doe sem colocar a mão no bolso", endereço: <http://www.clickfome.com.br/> (acessado em 03 de dezembro de 2003). Não se pode deixar de dizer, porém, que é essencial uma campanha fora do ambiente virtual para que um *site* com determinados objetivos dê certo, torne-se conhecido.

telemáticas no ambiente organizacional de determinada entidade ligada ao que se convencionou chamar de "novo movimento social"¹⁹⁰, podem ser objetos de investigação os motivos que levam determinada entidade a estabelecer uma base virtual; as modificações, se ocorrem, internamente à entidade e em relação à comunicação que ela realiza com o público externo; os modos de atuação diversificados e a eficácia das campanhas virtuais; a questão da visibilidade permitida pelos meios digitais quando confrontados (ou complementados) aos meios de comunicação convencionais¹⁹¹.

190 Ainda é um conceito vago e polêmico dentro das ciências sociais, mas pode-se pontuar uma compreensão geral a partir de Guedes, 2001: "The Twenty first century social movement is characterised by a common objective of transforming the values and institutions of society through collective actions and it has manifested itself on and by the Internet. The new social movement is a movement of opposition to global capitalism and although it has a global scope tends to be manifest locally. They challenge the transnational corporations, oppose the transnational capitalist class and its local affiliates in the political sphere, and promote cultures and ideologies of anti-consumerism. In most capitalist societies, social movements [...] have united those who are hostile to capitalism, those who struggle to alleviate the worst consequences of capitalism, and those who simply want to ensure that capitalism works with more social efficiency than the so called free market allows. They are characterized by the unmistakable novelty of their practices, for example the use of credit cards for donations and the *media* and new *media* for mobilization, and the appeal of some of the most prominent social movements of recent decades, notably the women's movement and environmental movement." (Guedes, 2002). T.A.: "O movimento social do século XXI é caracterizado pelo objetivo comum de transformar valores e instituições da sociedade através de ações coletivas e ele tem assim se manifestado na e pela Internet. O novo movimento social é um movimento de oposição ao capitalismo global e apesar de ter um alcance global tende a se manifestar localmente. Eles [os movimentos] desafiam as corporações transnacionais, se contrapõem à classe transnacional do capitalismo e seus afiliados locais na esfera política, e promove culturas e ideologias do anti-consumismo. Na maioria das sociedades capitalistas, os movimentos sociais [...] têm unido aqueles que são hostis ao capitalismo, aqueles que lutam para aliviar as piores conseqüências do capitalismo, e ainda aqueles que simplesmente querem assegurar que o capitalismo funciona socialmente com maior eficácia do que o chamado livre mercado permite. Eles são caracterizados pela novidade indiscutível de suas práticas, como por exemplo o uso de cartões de crédito para doações e o uso de meios de comunicação e dos novos meios para fins de mobilização, além do apelo de alguns dos mais destacados movimentos sociais das décadas recentes, sobretudo o movimento das mulheres e dos ambientalistas."

191 Sobre o emprego de formas alternativas de comunicação no sentido de influenciar a agenda e os rumos do debate na esfera pública dos meios de comunicação de massa, Downey e Fenton argumentam da seguinte forma: "A central question for Habermas is whether these groups in civil society can intervene in the *mass media* public sphere and change the agenda through bringing about a critical process of communication. This can be exceedingly difficult to do in a market-led, mass-mediated system enveloped in its own professional ideologies about what is and is not newsworthy, about who is a credible source of opinion and information and who is not (Fenton et al., 1998). Furthermore, the ability of alternative forms of communication to encourage progressive social change must be set in the context of the global dominance of multi-*media* conglomerates, such as News Corp and AOL/Time Warner." (Downey e Fenton, 2003: 188). T.A.: "Uma questão central para Habermas é se esses grupos na sociedade civil podem intervir na esfera pública dos meios de comunicação de massa e desafiar o processo de agendamento através do colocação de temas / fomento de uma comunicação crítica. Isto pode ser extramamente difícil de fazer em um sistema de comunicação massiva dominado pelo mercado, envolvido em suas próprias ideologias profissionais sobre o que é ou não uma notícia valorosa [ou tenha valor de notícia], sobre quem é fonte crível de opinião e informação e quem não é (Fenton et al., 1998). Ademais, a habilidade de formas alternativas de comunicação para encorajar o processo de mudança social deve ser posto no contexto da dominância global dos conglomerados multimidiáticos, como a NewsCorp e a AOL / Time Warner."

Lemos reitera que o ambiente da Internet é propício à atuação dos movimentos sociais exatamente por não se sujeitar a critérios de seleção de conteúdos a serem divulgados.

"O ciberativismo refere-se a práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas. Grupos como o Electronic Disturbance Theatre ou o Critical Art Ensemble, por exemplo, fazem protestos pela rede (ataques DoS, desfigurações, etc) contra a globalização, contra os transgênicos, etc. O principal objetivo, como de todo ciberativismo, é difundir informações e reivindicações sem mediação, e organizar ações independentes e livres." (Lemos, 2003)

Em um dos maiores portais de notícias da Internet, o espanhol "El Mundo"¹⁹², uma notícia divulgada em março de 2002¹⁹³ faz refletir sobre a eficácia da Internet enquanto suporte de uma comunicação alternativa para trocar e tornar públicos conteúdos, prover opiniões ou dar visibilidade a acontecimentos omitidos pelos *media* convencionais. Os "panelaços" (ou *cacerolazos*, em espanhol) organizados pelos populares argentinos contra o "corralito" (congelamento dos depósitos bancários para evitar a fuga de capitais do país), apesar de pacíficos na maioria das vezes, foram reprimidos pelo governo platino, e, por este motivo, ganharam uma versão *online*. Sites como o Elcacerolazo.com, o Cacerolazo.info e o Cacerolazo.unlugar, trouxeram à época editoriais e fóruns *online*, estimulando a participação e o debate políticos, contribuindo para a organização do movimento de rua¹⁹⁴.

Um outro *site* espanhol organizado por membros da *Campaña Ropa Limpia* (CRP)¹⁹⁵, criado em 2000, protesta contra as condições dos trabalhadores da Nike e da Adidas nas fábricas da Ásia e da América Latina. Esta rede de solidariedade tenta sensibilizar os usuários, esclarecendo, nas milhares de mensagens de *e-mail* enviadas, as condições de trabalho nestas linhas de produção, que, de acordo com a entidade, são desumanas, com funcionários recebendo salários irrisórios, sem poder se organizar ou gozar de direitos trabalhistas elementares.

192 Endereço: www.el-mundo.es (acessado em 03 de dezembro de 2003).

193 http://busca.terra.com.br/wired/politica/02/03/12/pol_1.html

194 Deve-se salientar que, após a realização do movimento, muitos destes *sites* simplesmente deixam de existir, o que prova que a Internet serviu, em muitos casos, apenas como ferramenta complementar.

195 Endereço: <http://www.ropalimpia.org/> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

De acordo com o que argumentam Albuquerque e Sá (2001), entretanto, nem sempre as mensagens que chegam às caixas de correio eletrônico com denúncias são dotadas de credibilidade. Albuquerque e Sá (2001) ainda propõem que uma das ferramentas mais utilizadas por ativistas, os protestos através de cartas-corrente, constitui um novo recurso na comunicação política contemporânea, com um diferencial em relação às formas tradicionais de mediação: as cartas-corrente necessitam que o usuário repasse o conteúdo à sua lista de contatos para surtir efeito. Por isso, estas mensagens atuam mais no plano do que os autores chamam de "política simbólica", isto é, apelariam para o lado emocional dos que recebem o conteúdo por meio de correio eletrônico (através de relatos de absurdos contra animais, etnias ou gentes exploradas com finalidade lucrativa)¹⁹⁶. Nas palavras de Albuquerque e Sá:

"O ponto mais importante é que a participação dos destinatários/repassadores das mensagens fornece um fechamento à narrativa de horror apresentada por elas. Um fechamento simbólico e virtual, é verdade mas, de qualquer modo, um fechamento: ao enviar as mensagens para seus conhecidos, o recebedor da mensagem poderá se consolar com o fato de que fez a sua parte para resolver o problema. No que lhe concerne, *ele terá resolvido o problema*. A distância existente entre a magnitude do problema e a simplicidade da sua solução - um simples 'clique' no *mouse* - chama a atenção." (Albuquerque e Sá, 2001)

Salter (2003) concorda com Downey e Fenton (2003) e considera que os meios de comunicação convencionais não são as melhores plataformas para reunir cidadãos dispostos a se mobilizar porque são canais marcados por condicionantes que dificilmente permitem uma melhor apreensão por parte dos movimentos sociais: altos custos, necessidade de domínio técnico, concessão governamental, dentre outros complicadores. É nestes termos que inúmeros movimentos e seus idealizadores consideram a Internet como um espaço por excelência de mediação entre suas manifestações e a esfera civil e entre suas manifestações e o quadro administrativo do

196 Tome-se a campanha do Greenpeace, na qual, através de um clique no *mouse* ou preenchimento de um formulário, uma carta pré-concebida é enviada à autoridade governamental relacionada a determinado assunto. Durante dezembro de 2003, uma das campanhas exigia do Poder Executivo brasileiro maior seriedade no tratamento da Lei sobre Biossegurança. As informações sobre a campanha, bem como o formulário a ser lido e apenas assinado pelo usuário, para em um segundo momento ser remetido à Casa Civil da Presidência da República, está disponível em:

<http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/transgenicos.php?cyber=1&codigo=22>),

Estado¹⁹⁷. Salter considera as diferentes modalidades de uso dos meios de comunicação digitais por movimentos sociais:

"That NSMs [New Social Movements] have taken to making good use of the Internet is not only theoretically consistent, insofar as NSMs seem to have a similar culture but empirically clear by the number of Web *sites* they have produced, as well as the range and extent of content. There are numerous forms of political, and therefore NSM, activity on Internet. These include what Resnick (1998) has termed 'political uses of the Net', 'politics within the Net', and 'politics which impacts upon the Net'. NSMs have engaged each of these forms." (Salter, 2003: 129)¹⁹⁸

A tipologia de Resnick evidenciada por Salter demonstra que a Internet, além de não totalizável em seu conteúdo, não pode ser analisada como um fenômeno de face única, ou seja, sujeita-se a várias propensões, admite diversas perspectivas que se sobrepõem: por exemplo, se a Internet é essencial para se criar determinado tipo de movimento em torno da defesa de um valor específico (contra a "globalização selvagem", por exemplo), torna-se, também, ferramenta de destaque para favorecer movimentos já existentes, como o Greenpeace¹⁹⁹.

197 Conforme oportunamente propõe Moore: "In the *mass media*, rather than voluntary contributors, we have 'content owners' and 'content producers'. Instead of free mailing-lists, web links, and voluntary forwarding agents, we have 'content distributors' – including broadcast networks, cable operators, satellite operators, cinema chains, and video rental chains; and instead of an audience of participants or netizens, we have 'consumers'. [...] The *mass media* does not serve discourse, education and democracy particularly well; it is designed instead to distribute corporate-approved products to 'consumers', and to manage public opinion. [...] Whereas the Internet precedent suggests the potential of cyberspace to connect citizens with one another on a participatory basis, a corporate-dominated *mass media* industry sees cyberspace primarily as a product distribution system and a means of opinion control." (Moore, 1997). T.A.: "Nos meios de comunicação de massa, em vez de contribuidores voluntários, nós temos 'detentores de conteúdos'. Em vez de listas de contatos gratuitos, links e agentes voluntários que repassam mensagens, nós temos 'distribuidores de conteúdos' – incluindo as redes de protos, operadores de cabos de satélites cadeias de cinema e cadeias de aluguel de vídeos; em vez de uma audiência de participantes ou netizens, nós temos 'consumidores'. [...] Os meios de comunicação de massa não oferecem / servem ao discurso, educação e democracia de modo aceitável; eles são designados, de fato, para distribuir produtos preparados por determinada corporação a consumidores e para controlar a opinião pública. [...] Enquanto as características da Internet sugerem o potencial do ciberespaço para conectar cidadãos uns com os outros em um modo participatório, os meios de comunicação de massa dominados por corporações vêem o ciberespaço primeiramente como a sistema de distribuição de produtos e uma modalidade de controle da opinião."

198 T.A.: "O que os novos movimentos sociais têm feito em relação a um bom uso da Internet não é apenas teoricamente consistente, tanto que os novos movimentos sociais parecem ter uma cultura semelhante mas empiricamente transparente pelo número de *sites* que eles produzem, quanto como o alcance e extensão de conteúdos. Existem várias formas de atividade política, portanto de novos movimentos sociais, na Internet. Essas incluem o que Resnick (1998) tem chamado 'usos políticos da Internet', 'política dentro da Internet' e 'política com impacto sobre a Internet'. Os novos movimentos sociais tem se engajado em cada uma destas formas."

199 Que inicialmente preferia manter distância destas tecnologias de comunicação por considerar sua forma de atuação legitimadora de determinado modelo de desenvolvimento econômico.

Burch (2002) defende que a utilização da Internet pelos movimentos sociais teria a incumbência de ressuscitar a ligação entre comunicação e ação, posta em segundo plano graças à onipresença dos *mass media* a partir da segunda metade do século XX, o que teria transformado os cidadãos mais em espectadores e menos em ativistas.

Richard Barbrook (2002), por sua vez, chega a considerar que a Internet faz reviver certos ideais comunistas, ao permitir a tomada dos meios de produção de comunicação pelos desfavorecidos e marginalizados e por favorecer uma formação cívica mais consistente. Ou seja, através da pesquisa científica e demais iniciativas levadas adiante pelos Estados Unidos, país símbolo do capitalismo, o comunismo teria a possibilidade de ser restabelecido:

"A spectre is haunting the Net: the spectre of communism [alusão ao Manifesto Comunista de Marx e Engels]. Reflecting the extravagance of the new *media*, this spectre takes two distinct forms: the theoretical appropriation of Stalinist communism and the everyday practice of cyber-communism. Whatever their professed political beliefs, all users of the Net enthusiastically participate in this left-wing revival. Whether in theory or practice, each of them desires the digital transcendence of capitalism. [...] A much more open and spontaneous society was needed to develop the Net. Excited by the libertarian potential of further digital convergence, the proponents of almost every radical ideology have recently updated their positions. [...] Although promoting liberal capitalism, American propagandists enthusiastically mimicked the theoretical rhetoric of Stalinist communism. The power of the minority of capitalists was in the long-term interests of the majority of the population. (Barbrook, 2000: 5)²⁰⁰

No Brasil, um dos pioneiros no estudo sobre ativismo digital foi Dênis de Moraes (2001, 2003), que concentrou sua investigação no uso da Internet por diversos movimentos, sobretudo em relação aos Zapatistas (um caso clássico, ao lado das manifestações de Praga, Seattle e Washington²⁰¹). Para ele,

200 T.A.: "Um espectro está assombrando a Internet: o espectro do comunismo. Refletindo a extravagância do novo meio de comunicação, este espectro toma duas formas distintas: a apropriação teórica do comunismo Stalinista e a prática quotidiana do cibercomunismo. Quaisquer que sejam suas crenças políticas professadas, todos os usuários da rede participam entusiasticamente desta ressurreição esquerdista. Seja na teoria ou na prática, cada um deles deseja a transcendência digital do capitalismo. [...] Uma sociedade muito mais aberta e espontânea foi necessária para desenvolver a Internet. Estimuladas pelo potencial libertário da convergência digital posterior, os proponentes de quase todas as ideologias radicais tem recentemente atualizado suas posições. [...] Apesar de promover o capitalismo liberal, os propagandistas americanos entusiasticamente imitaram a retórica teórica do comunismo Stalinista. O poder da minoria de capitalistas era a longo prazo os interesses da maioria da população."

201 Muitos dos *sites* de ativismo digital, dada a reverberação e prejuízo causado aos atores institucionais combatidos (quando não financeiro, pelo menos a perda de tempo ao se ter de apagar milhares de

"O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social" (Moraes, 2001: 128).

As reflexões de Moraes sobre ativismo digital vêm ao encontro de suas últimas produções, mais exatamente *O Concreto e o Virtual* (2001) e a coletânea *Por uma outra Comunicação* (2003), onde os grandes conglomerados de comunicação, as fusões entre empresas de informação e entretenimento e o oligopólio das demais cadeias de produção de conteúdo mediático são atacados²⁰². Especificamente sobre ativismo digital, Moraes, entretanto, parece se dedicar pouco à problematização do que entende por movimentos sociais na rede, isto é, dá a entender que suas causas seriam sempre justas e que a compreensão destes movimentos e os usos que faz das redes pode se dar de modo homogêneo (há também usos diversos por diferentes entidades), não diferenciando de modo claro as modalidades de ativismo digital (*online*, *offline*, efêmero, duradouro, dentre outras características).

Henrique Antoun (2002), por sua vez, argumenta que o (1) "o espaço real é apenas um caso do ciberespaço" (Fragoso, 2003, já expôs que há complicações maiores no que se refere à diferenciação entre "espaço concreto" e "espaço virtual") e que (2) a Internet teria todas as feições de uma "arma" a ser utilizada pelos oprimidos, através de

mensagens ou tornar novamente o *site* disponível), acabam ganhando maior projeção por se tornarem moda entre os usuários comuns, virarem notícia pelas estratégias utilizadas para chamar a atenção dos *media* convencionais.

202 Um exemplo de tal concentração é feita com propriedade por Keane (1996): "A atual globalização da mídia representa uma projeção deste processo de concentração em um plano internacional. Envolve a propriedade de cadeias de jornais, a propriedade em cruz de jornais, a aquisição da mídia por interesses industriais comuns, e, significativamente, o desenvolvimento regional e global de sistema de comunicação ligados via-satélite. [...] Não obstante a pesquisa sobre os motivos e benefícios observados da globalização permanecer limitada, está claro que o processo, que praticamente não tem precedentes na história, é impelido por razões de política econômica. [...] eventos globais de mídia como reuniões de cúpula são processos altamente simbólicos cobertos pela mídia mundial e orientados primordialmente a uma 'audiência mundial' fictícia. Nas três maiores reuniões de cúpula auspiciadas por Reagan e Gorbachev – Genebra em 1985; Washington em 1987, e Moscou em 1988 – telespectadores espalhados pelo globo assistiram quando canais de televisão como CNN, Nightline da ABC, e o programa soviético matinal 90 minutes, retransmitiram versões de uma reunião de cúpula que assinalou o fim da Guerra Fria." (Keane, 1996: 18-19)

uma insurreição da "cidadania pós-moderna" contra o autoritarismo do Estado e das grandes corporações financeiras²⁰³.

É de se questionar como se deu esse processo de transição até o ativismo diagnosticado nestas passagens, na medida em que os mesmos autores parecem tomar a televisão, o rádio ou o jornal impresso como pouco efetivos no que toca ao engajamento político. Questiona-se se o mero aparecimento da comunicação *online* seria o grande fomentador de uma mudança comportamental cívica.

Se se toma o emprego das redes telemáticas por organizações não-governamentais, percebe-se que a forma de atuação de muitas destas entidades não se restringe às fronteiras políticas de países (muitas inclusive têm atuação internacional, como o Greenpeace), o que levanta a questão sobre os meios que seus colaboradores utilizam para troca de informação e difusão de medidas ou organização de protestos e ações.

Para um uso mais eficaz das ferramentas digitais de comunicação, diversas entidades têm estabelecido estratégias para atrair atenção mediática, caracterizando o quarto modelo de comunicação proposto por Bernard Miège (1995) conforme exposto na primeira parte desta dissertação, e que se identifica com a gestão de imagem e outras técnicas com o objetivo de se conquistar a opinião pública. A necessidade de um planejamento de qualidade no que toca à difusão de determinada informação se mostra maior na medida em que a Internet se caracteriza como um ambiente propenso a todo o tipo de idéias, por isso mesmo concorrencial, no sentido de permitir a publicação de qualquer material por qualquer agente. Rousiley Maia destaca a importância da formulação de políticas de comunicação para entidades da sociedade civil:

"Os atores da sociedade civil devem, sobretudo, ser *competentes* para elaborar uma metalinguagem civil, a fim de relacionar os problemas práticos de suas causas ao conjunto de categorias simbólicas da sociedade, bem como ao sistema normativo. Devem *estabelecer pontes comunicativas* entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento. Devem ser *convincentes* para interferir nos consensos éticos que orientam a co-existência

203 Antoun parece se aproximar de Bounoux, como pode ser comprovado no trecho: "Uma cidadania ou uma identidade nova, planetária, começa a invadir os vínculos locais e os velhos chauvinismos. Uma comunicação tornada mundial quebra o isolamento das ilhas e corrói os antigos parapeitos. Esta consciência nova, que se associa doravante o termo vago de globalização, pode tomar, ao menos, duas direções: a preocupação ecológica com uma solidariedade planetária; um apetite renovado frente à abertura das trocas e as atraentes promessas do world market." (Bounoux, 1999 : 173)

social e articular, de modo conseqüente, demandas específicas, a fim de que possam ser mais facilmente encampadas pelas instituições políticas." (Maia, 2002b: 123-124)

Algumas Organizações Não-Governamentais, como o WWF, por serem internacionais, terem milhares de afiliados e possuírem recursos financeiros mais fartos, acabam conseguindo um maior poder de divulgação e de influência, sustentando campanhas não apenas na Internet, investindo parcelas de suas verbas em outros meios de comunicação. No próprio *site* do Greenpeace pode-se, a partir de conteúdos multimedia disponibilizados, assistir, por exemplo, os anúncios que a entidade produziu para a televisão. Desta forma, a rede mundial de computadores acaba se tornando mais um canal de divulgação²⁰⁴.

Geralmente, para essas entidades com maiores orçamentos, a Internet não é colocada como principal veículo de comunicação, conforme sugere o estudo de Cairrão (1999). Para pequenas ONGs, entretanto, que não podem gastar com impressão de material ou veicular publicidade em rádio e televisão, a Internet inaugura uma nova condição na comunicação (isso quando não representa o próprio fator que permitiu a criação de determinada entidade).

De acordo com Patrick Champagne (1998), por não terem controle sobre a agenda de temas expostos nos meios de comunicação de massa (a esfera de exposição pública, já comentada), os movimentos sociais de maior porte, além de terem interesse na manutenção da esfera do debate, apelam para estratégias espetaculares, ao mesmo tempo em que têm a intenção de inserir determinadas pautas nas preocupações dos editores mediáticos e da audiência.

204 Ainda sobre a importância da formulação de boas políticas de comunicação, leia-se Burch: "An increasing number of social organizations assume that a pending challenge is to develop communication policies and strategies, in order to more powerfully influence public opinion and debate, as well as strengthening their organization in-house. This dual concern leads them to address communication activities on two levels: those geared for the grassroots and those oriented toward national and international public opinion. Developing policy implies a transition from the predominant instrumental (*media*) vision of communication to one oriented to objectives in which the *media* (Internet included) are the means and not the end." (Burch, 2002: 39). T.A.: "Um número crescente de organizações sociais assumem que um desafio pendente é desenvolver políticas e estratégias de comunicação, a fim de influenciar mais fortemente a opinião pública e o debate, tanto quanto sua própria organização. Este duplo concernimento leva-as a planejar atividades de comunicação em dois níveis: aqueles engrenados pelas bases e aqueles orientados em direção à opinião pública nacional e internacional. Uma política de desenvolvimento implica uma transição do modelo que vê a comunicação predominantemente como instrumental (meios de comunicação) para um modelo orientado para objetivos nos quais os veículos de comunicação (inclusive a Internet) são os meios, e não os fins."

O objetivo, além de conseguir a simples exposição, é direcionar a interpretação a ser feita pelo público de modo a obter apoio às suas causas, permitindo também o contato com outros atores sociais, para refutá-los ou corroborá-los, aquecendo o espaço da argumentação pública. A Internet, neste contexto, é mais uma ferramenta na articulação destas arenas que visam informar fazer os cidadãos debaterem com outros agentes interessados.

Dadas as facilidades de organização oferecidas pelas redes telemáticas, em muitos casos os protestos *online* acabam encontrando resistências dos agentes que recebem, por exemplo, mensagens em massa ou têm seu site atacado. O Departamento de Agricultura e Serviço Florestal do governo dos Estados Unidos (Department of Agriculture Forest Service) passou a considerar a hipótese de ignorar manifestações cujo teor seja inundar suas caixas de correio eletrônico com a mesma mensagem. Isto significa que, se uma organização realiza um protesto através do envio em massa de determinada mensagem para o endereço eletrônico alvo, esta atitude perderia a eficácia ao não mais atingir ou incomodar este ator. Dada esta disposição do Departamento de Agricultura americano, os representantes de grupos de ativistas digitais passaram a questionar a constitucionalidade do ato de ignorar as mensagens em massa, alegando que esta é a única maneira de cidadãos ocupados com negócios particulares exporem sua opinião²⁰⁵.

Da mesma maneira, uma pesquisa realizada pela entidade não-governamental norte-americana *OMB Watch*²⁰⁶ mostra que, apesar de fácil, a manifestação através de mensagens de correio eletrônico em massa é pouco efetiva. Durante o ano de 2000, mais de 70 milhões de mensagens foram enviadas aos congressistas norte-americanos, e alguns membros do parlamento chegaram a afirmar que dão mais atenção às cartas e visitas pessoais do que ao tipo de protesto onde apenas se pressiona determinado botão²⁰⁷.

Para encerrar o tópico, mais duas observações a relativizar os benefícios trazidos pelas redes de comunicação digital para os movimentos com motivação política.

205 Leia-se detalhadamente sobre este assunto em:

<http://www.pcworld.com/news/article/0,aid,110305,00.asp> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

206 Endereço na Internet: www.ombwatch.org.

Se permite a formação de coalizões, uma nova perspectiva para se pensar o civismo²⁰⁸ e a fuga de uma visão totalizante e editada dos conteúdos propagados por poucos emissores, o ambiente digital se constitui também em um espaço de indivíduos desinteressados em temas coletivos. Wellman et al. (2001) defendem que há uma ligação essencial entre o comportamento dos ativistas *online* e *offline*.

"The more people engage in political activities *offline*, the more they engage in political discussions *online*. The more people use the Internet, either asynchronously or synchronously, the more they are politically involved *online*. As is the case for organizational involvement, the length of time one has been on the Internet is not associated with political involvement. [...] people active in organizations and politics *offline* are also active *online*. Moreover, those more involved with the Internet in general are more involved in discussing politics *online*. [...] *Online* political discussion appears to be an extension of *offline* activity and general involvement in the Internet. High Internet use is associated with high participatory involvement in organizations and politics. [...] When the Internet engages people primarily in asocial activities, then even more than television, its immersiveness can turn people away from community, organizational and political involvement, and domestic life. By contrast, when people use the Internet to communicate and coordinate with friends, relatives, and organizations—near and far—then it is a tool for building and maintaining social capital. Our research has shown that there are no single Internet effects." (Wellman et al, 2001: 447-451)²⁰⁹

Paralelamente, como propõe Manuel Castells (2001), as organizações formais vêm perdendo espaço para mobilizações mais espontâneas e de caráter emocional²¹⁰. Deste modo, para Castells, a Internet funcionaria como uma revolução em termos políticos porque fugiria da lógica dos partidos de massa, das entidades sindicais e da demais maneiras de integração verticalizada típica das organizações que teriam marcado

207 Conforme pode ser conferido em: <http://www.pcworld.com/news/article/0,aid,48788,00.asp> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

208 Maia (2002b) considera que a nova realidade do esquema comunicativo indica ser necessária uma nova reconsideração sobre o que já se pensou em relação ao processo de aprendizagem e formação cívica.

209 T.A.: "Quanto mais as pessoas se engajam em atividades políticas *offline*, mais elas se engajam em discussões políticas *online*. Quanto mais as pessoas utilizam a Internet, tanto assincronicamente quanto sincronicamente, mais elas estão envolvidas politicamente *online*. Como é o caso do envolvimento organizacional, a duração de tempo que se tem estado na Internet não é associada com o envolvimento político. [...] as pessoas ativas em organizações e em política *offline* são também ativas *online*. Além disso, aqueles mais envolvidos com a Internet em geral são mais envolvidos em discussões políticas *online*. [...] A discussão política *online* parece ser uma extensão da atividade *offline* e do envolvimento geral com a rede. O alto uso da Internet é associado com alto envolvimento participatório em organizações e política. [...] Quando a Internet engaja as pessoas primariamente em atividades sociais ainda mais que a televisão, sua imersividade pode tornar as pessoas distantes da comunidade, do envolvimento político e organizacional e da vida doméstica. Pelo contrário, quando as pessoas utilizam a Internet para se comunicar e planejar atividades com os amigos, parentes e organizações – perto ou longe – então ela é uma ferramenta para a construção e manutenção do capital social. Nossa pesquisa tem mostrado que não existem efeitos simples da Internet."

a Era Industrial. Movimentos que pregam a defesa de valores sociais ou particularistas (como os próprios sindicatos) perderiam espaço para movimentos que defendem a preservação de valores ligados à cultura, como o feminista, ou mesmo a defesa de direitos, mas não apenas para uma classe específica²¹¹. Nas palavras de Castells:

"In fact, this informality and relative spontaneity are what have usually characterized the most productive social movements. The novelty is their networking via the Internet, because it allows the movement to be diverse and coordinated at the same time, to engage in a continuing debate and yet not to be paralyzed by it, since each one of its nodes can reconfigure a network of its affinities and objectives, with partial overlappings and multiple connections. [...] they transform the Internet as well: from organizational business tool and communication medium, it becomes a lever of social transformation as well – although not always in the terms sought by the social movements or, for that matter, in defense of the values that you and me would necessarily share." (Castells, 2001: 142-143)²¹²

O movimento antiglobalização, por exemplo, é formado por iniciativas que, em sua maioria, não possuem uma mobilização constante e um quadro profissional de membros organizados, mas consiste em agregações que contam a cada movimento com novos ativistas, desistência de outros, reunindo uma diversidade de origens e maneiras díspares de realizar protestos, violentos ou não (Castells, 2001)²¹³.

Deve ser levado em conta, por último, o uso destas tecnologias por movimentos que não têm causas consideradas politicamente corretas. Iniciativas

210 Giddens (2000) concorda argumentando que os indivíduos em países como a Grã-Bretanha vêm cada vez mais se filiando a associações e menos a partidos políticos.

211 Papacharissi constata uma certa modificação na natureza dos movimentos sociais; mudança esta destacada pelo advento das redes de comunicação digital: "The virtual sphere allows the expression and development of such movements that further democratic expressions, by not necessarily focusing on traditional political issues, but by shifting the cultural ground. In other words, it would seem that the internet and related technologies have managed to create new public space for political discussion" (Papacharissi, 2002: 22). T.A.: "A esfera virtual permite a expressão e o desenvolvimento destes movimentos que promovem expressões democráticas, mas não necessariamente destacando temas da política tradicional, mas dando ênfase ao fundamento cultural. Em outras palavras, deve-se perceber que a Internet e suas tecnologias correlatas têm levado à criação de um novo espaço público para discussão política".

212 T.A.: "De fato, esta informalidade e relativa espontaneidade são o que têm usualmente caracterizado a maioria dos movimentos sociais mais produtivos. A novidade é sua forma de atuação em rede através da Internet, porque ela permite ao movimento ser diverso / disperso e coordenado ao mesmo tempo, por engajar em um debate contínuo e ainda para não ser paralizado por ela, desde que cada um de seus nós possa reconfigurar uma rede de afiliados e objetivos, com sobreposições parciais e conexões múltiplas. [...] eles [movimentos sociais] transformam a Internet também: desde uma ferramenta para negócios organizacionais e como meio de comunicação, ela se transforma igualmente em um catalisador de transformação social – apesar de nem sempre nos termos buscados pelos movimentos sociais ou, ainda quanto a isso, na defesa de valores que você e eu poderíamos necessariamente dividir."

neonazistas²¹⁴, por exemplo, são costumeiramente excluídas da cobertura dos *mass media* e, por isso mesmo, proliferam no ambiente telemático graças à capacidade de absorção e articulação possibilitada aos movimentos marginais.

3.5 Comunicação político-partidária na Internet

O ciberespaço enquanto plataforma de atuação política não poderia deixar de interessar ao campo partidário. A comunicação político-partidária na Internet parece se mostrar um fenômeno digno de peculiaridades outras em relação aos eventos analisados até aqui, porque (1) demonstra lidar (pelo menos no que se refere a agremiações consolidadas), com instituições essencialmente pré-existentes ao uso comum das redes telemáticas (haveria, assim, tendencialmente, uma transposição de conteúdos antes divulgados por outros canais e a utilização da Internet se configuraria puramente como mais um instrumento de comunicação política²¹⁵) e também por (2) implicar necessariamente em concorrência pela atenção dos usuários, pela conquista do eleitor, não apenas no plano das idéias e propostas, mas, inclusive, através de trocas de insultos entre as agremiações partidárias²¹⁶.

213 Lévy (2003) argumenta que o movimento antiglobalização chama mais a atenção por suas formas de articulação do que pela própria natureza de suas reivindicações.

214 Downey e Fenton trazem mais uma contribuição de destaque sobre este assunto: "It is clear that the internet permits radical groups from both Left and Right (the definition of 'radical' obviously depends on the particular sociopolitical context) to construct inexpensive virtual counter-public spheres to accompany their other forms of organization and protest. The opinions of these groups have traditionally been excluded or marginalized in the mass-media public sphere. The internet offers them a way not only of communicating with supporters, but also the potential to reach out beyond the 'radical ghetto' both directly (disintermediation) and indirectly, through influencing the *mass media*." (Downey e Fenton, 2003: 198). T.A.: "Está claro que a Internet permite a grupos radicais tanto da direita quanto da esquerda (a definição de 'radical' obviamente depende do contexto sociopolítico particular) para construir contra-esferas públicas pouco custosas para acompanhar outras formas de organização e protesto. As opiniões destes grupos tem tradicionalmente sido excluídas ou marginalizadas na esfera pública mass mediática. A Internet oferece então uma forma não apenas de comunicação com outros adeptos, mas também o potencial de alcançar indivíduos além do 'gueto radical', tanto diretamente (desintermediação) e indiretamente, através de influência nos meios de comunicação."

215 O que seria uma ruptura menos flagrante em termos de experiência democrática. Talvez por isso a comunicação político-partidária seja menos estudada do que as modificações alegadas, por exemplo, em termos de ativismo político ou governo eletrônico.

216 Para ilustrar o argumento, expõe-se a seguinte notícia publicada na edição nº 163 do Boletim Tucano, órgão de comunicação do PSDB (26/12/2003): "Com a gente é diferente -2: O espetáculo do crescimento, a bravata de longa metragem que deu origem a série, não aconteceu e pelo visto não vai acontecer da forma como o Governo anuncia. Lula assumiu a presidência acreditando que, com um estalar de dedos, com apenas um gesto, transformaria farinha em pão, faria do virtual realidade e as maravilhas cairiam sobre as nossas cabeças. Qual o que. O Brasil social de hoje é caótico, difícil e ruim, e

Conforme já abordado na primeira seção, os partidos políticos nas democracias de massa têm a função de elo entre governo e esfera civil. Os interesses dos cidadãos comuns ou de grupos organizados chegam ao campo institucional através das demandas apresentadas pelos partidos, que encaminham formalmente o processo de implantação de determinado projeto, orquestram bancadas e grupos de pressão. Em outras palavras, o processo político não ocorre apenas nas arenas institucionais, mas é também influenciado pelas disposições da esfera civil.

De acordo com Römmele (2003), a história dos partidos políticos confunde-se com a história da comunicação política: primeiro, houve uma organização face a face, com uma relação mais próxima, pelo menos no que diz respeito ao plano geográfico, entre cidadãos e representantes ou candidatos a representantes (os comícios, por exemplo). Em um segundo momento, o relacionamento torna-se mais impessoal, com a mediação da televisão e a produção de discursos direcionados a um amplo conjunto de espectadores, a partir de perfis deste público evidenciados por pesquisas; o debate entre Kennedy e Nixon marca o início desta era, nos anos 60. A terceira fase poderia ser identificada com o que diversos estudiosos (Albuquerque, 1999, inspirado em Negrini) chamam de "americanização" das campanhas²¹⁷, onde os meios de comunicação têm função primordial no jogo político, isto é, tanto quanto a política legislativa, ou a partidária, ou ainda a busca pelos recursos do campo econômico, os agentes envolvidos na disputa pelo poder institucional valorizam a política mediática (Zaller, 2001)²¹⁸.

as perspectivas futuras não são animadoras, apesar de que as promessas continuam em cada discurso, em cada palanque armado em cenário de real grandeza. Vamos torcer para isso mudar. Gado, a gente tange, engorda e mata. Mas com gente é diferente.". Já o Diário Tucano costuma levar a seu público uma seção chamada "Fogo Amigo", onde são expostas declarações de cunho crítico por parte dos próprios aliados do governo do Partido dos Trabalhadores. A edição nº 170, de 03/02/2004 ilustra o argumento do seguinte modo: Fogo Amigo - "O governo [Lula] tem que tomar cuidado com algumas coisas que o PMDB coloca de contrabando, que vêm numa mala de corrupção." - Senador Cristovam Buarque (PT-DF), um pote até aqui de mágoas, sobre a entrada do PMDB no governo petista a convite do presidente Lula, que o despediu por telefone.

217 Gomes (2003) utiliza-se de referências internacionais para explicar este fenômeno: "Farrell et al. (2001: 24) explicam a rápida "americanização" da política nas novas democracias – ou nas democracias recentemente recuperadas, como a nossa – em contraste com as resistências da Europa Ocidental nos seguintes termos: 'As democracias da Europa Ocidental são produtos da era dos partidos de massa, onde as palavras-de-ordem eram ativismo político e densidade organizacional. Esses países atravessaram um processo gradual e, sob alguns aspectos, quase penoso de adaptação, com os partidos guardando de forma ciente o seu papel de principais máquinas de campanha. Por contraste, as novas democracias são produtos da era da televisão, onde as palavras-de-ordem são maximização dos votos e profissionalismo nas campanhas. Partidos e elites políticas nesses países não foram algemados por velhas estruturas. Mudança e adaptação foram coisas fáceis e os consultores políticos puderam emergir com poucas restrições aparentes'."

218 Em linhas gerais, Zaller toma política mediática como sendo um dos sistemas da política no qual os indivíduos, na busca por cargos e na tentativa de implantar projetos, utilizam estrategicamente os meios

Pode-se questionar, então, sob que novas condições as ações e decisões políticas, não apenas relativas à administração, são compelidas a negociar com as instituições midiáticas para chegar ao público.

O interesse deste tópico da dissertação está em buscar compreender de quais modos os partidos políticos, sobretudo os brasileiros, estão se comportando em relação aos usos das novas tecnologias de comunicação e informação.

Tkach-Kawasaki (2003) afirma que a Internet vem influenciando a política de comunicação partidária sobretudo em duas frentes: a primeira se refere ao processo eleitoral e ao contato que as agremiações tentam estabelecer com a esfera civil, a ser agraciada para que converta simpatia por determinada legenda em voto (mais ainda, pois a simpatia por um partido é algo que se leva tempo para construir e que deve ser preservado pelas instâncias em confronto pelo mando da esfera administrativa). Desta forma, a Internet é também utilizada como modo de conquista e manutenção de fidelidade das bases. A segunda frente de reflexão sobre o contato entre partidos políticos e novas tecnologias de comunicação busca questionar em que medida a competição entre as agremiações é afetada pelo recente advento técnico-comunicacional.

No entender de diversos especialistas em campanhas políticas digitais nos Estados Unidos (conforme comentado por Balz e Allen, 2003), um dos principais motivos para os partidos aderirem às campanhas eleitorais em ambiente digital está no fato de que, com a televisão, os cidadãos teriam se sentido à parte do processo político, ou seja, passaram ao estado de apenas espectadores a serem conquistados, convencidos por determinado discurso e programa de governo. Desta forma, as estratégias utilizadas em campanhas virtuais, ainda que apenas com fins eleitoreiros, condizem com o princípio de trazer os eleitores de volta às discussões e engajá-los fortemente no jogo político (através de informação privilegiada e direta, além de possibilidades de conformação de arenas conversacionais). É também uma forma de o partido chegar diretamente aos eleitores sem a mediação do jornalismo.

de comunicação como forma de chegar aos cidadãos. O conceito entra em contraste com a velha política partidária, onde os políticos ganhavam as eleições graças às máquinas dos partidos, cabos eleitorais, dentre outras estruturas inerentes exclusivamente a seu campo de alcance ou domínio. A política midiática funciona como mais um dos fundamentos do sistema político, estando no mesmo patamar da política legislativa ou partidária (Zaller, 2001).

A campanha à Presidência norte-americana para 2004 do democrata Howard Dean, por exemplo, vem empregando tenazmente plataformas multimidiáticas (sobretudo *weblogs*, pessoais ou institucionais, que permitem a postagem de sugestões e a difusão de informações, reservando-se o direito de apagar postagens ofensivas) para angariar uma rede de voluntários e recursos para sua eleição; pode-se diagnosticar ainda a busca pelo consentimento dos eleitores ao se estimular a participação através da exposição de opiniões em informativos do candidato. Chama a atenção o fato de que o próprio eleitor de Howard Dean pode fazer o *download* do material de campanha, específico para cada estado norte-americano, e distribuir entre sua comunidade no intuito de conseguir votos para o candidato²¹⁹. Deste modo, à recepção pura e simples do conteúdo seria adicionada a participação eleitoral, ainda que individual. Neste sentido, é válida a seguinte afirmação:

"Both parties [Republicano e Democrata] have rediscovered the importance of communicating personally with people, rather than assuming that television ads or direct-mail brochures will motivate someone to vote. From their analysis of previous contests, including this month's gubernatorial elections in Mississippi and Kentucky, GOP officials said someone who votes only infrequently is four times more likely to go to the polls after having a face-to-face conversation with a campaign volunteer about a candidate than after receiving a phone call or direct-mail brochure." (Balz e Allen, 2003)²²⁰

Em outra iniciativa, desta vez não apenas ligada à comunicação político-partidária, o jornal Washington Post²²¹, em novembro de 2003, a partir da "Conversation with the Candidates" (Conversa com os candidatos), ofereceu aos cidadãos conectados à Internet a oportunidade de enviarem perguntas aos possíveis candidatos à Presidência dos Estados Unidos, inicialmente sem restrição temática. As

219 O slogan da campanha de Dean é "The Great American Grassroots Campaign". Maiores informações podem ser acessadas no *site*: <http://www.deanforamerica.com/>.

220 Íntegra da matéria em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A20936-2003Nov29.html>. T.A.: "Ambos os partidos [Republicano e Democrata] têm redescoberto a importância de se comunicar pessoalmente com as pessoas, em vez de assumir que os comerciais televisivos ou mala direta irão motivar alguém a votar. A partir de suas análises das prévias eleitorais, incluindo as eleições para governador deste mês em Mississippi e Kentucky, representantes do GOP disseram que alguém que vota sem muita frequência está quatro vezes mais apto a votar depois de uma conversa face a face com um voluntário de campanha sobre um candidato do que receber uma ligação telefônica ou um folheto via mala direta."

221 Maiores detalhes podem ser consultados em:

<http://www.pcworld.com/news/article/0,aid,113147,00.asp> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

perguntas foram selecionadas por um moderador do jornal²²² e lançadas aos candidatos, que se dispuseram a respondê-las durante os 60 minutos a que cada um teve direito²²³.

A participação dos eleitores e correligionários modifica-se, então, no sentido de que as novas tecnologias de comunicação permitem, comodamente, a produção e distribuição de material de campanha pelos próprios eleitores ligados a dada candidatura, ou mesmo possibilitam a divulgação de denúncias que os meios de comunicação muitas vezes estão impedidos de divulgar (devido à legislação) ou ainda, a depender do caso, por interesse na omissão.

Além da disputa pelo eleitor (afinal, o voto é o objetivo das agremiações que buscam o poder de mando e implantação de projetos), um outro tipo de confronto se dá entre as modalidades de comunicação inerentes a cada partido.

No caso brasileiro, os partidos políticos vêm empregando, cada vez mais, a Internet como instrumento²²⁴ de comunicação, através de diferentes plataformas: oferecimento dos endereços de correio eletrônico dos líderes partidários, listas de

222 O fato das perguntas serem selecionadas por um moderador é passível de crítica, mas, antes de formular tal crítica, deve-se perguntar se a iniciativa é totalmente condenável apenas por este motivo, ou seja, ainda que todos não possam perguntar e que nem toda pergunta seja feita (algumas por serem ofensivas ou porque não condizem com a vida pública do entrevistado), a Internet e os usos dado pelo jornal a ela neste caso não vêm no sentido de prejudicar ou manipular o processo eleitoral, mas permitir mais uma forma de informação, participação e questionamento sobre temas diversos.

223 Aqui se considera a defesa do "jornalismo cívico" feita por James Fallows (1997), que pode ser relacionada a esta iniciativa: "Desde o princípio dos anos 90, um grupo de jornalistas reformadores havia lançado uma tentativa [...] para enfrentar as fraquezas básicas da instituição. [...] As pessoas envolvidas com o 'jornalismo público' (às vezes chamado de 'jornalismo cívico') sublinham sua natureza cooperativa. [...] Editores e repórteres dessas novas organizações tentaram produzir coberturas jornalísticas para fazer com que o público se sentisse ligado novamente às vidas públicas das suas comunidades. [...] O *Virginian-Pilot*, em Norfolk, recrutou repórteres e editores que cobriam as escolas, a prefeitura, a polícia e a política e, depois de reuni-los, transformou-os no 'time da vida pública'. [...] Essa filosofia teve um efeito imediato no modo do jornal cobrir as eleições locais. O time da vida pública foi informado que as coberturas anteriores eram realizadas do modo tradicional: políticos acusando uns aos outros e tentando se sobressair aos olhos do povo. Nessa cobertura, o jornal apresentou os políticos como 'candidatos em busca de um emprego'. E os empregos que postulavam eram de grande importância para o futuro da cidade. Ao invés de dar mais ênfase, como ocorria antigamente, aos comentários dos candidatos sobre seus oponentes, o jornal descreveu os deveres de cada cargo; fez um resumo da vida pública de cada candidato; publicou repetidamente como as pessoas podiam fazer contato com as diversas campanhas e coletou perguntas dos leitores, que eram passadas aos candidatos para serem respondidas. É claro que essa abordagem tem suas arapucas potenciais, mas elas também estão presentes na cobertura jornalística convencional e taticamente orientada. De qualquer modo, logo tornou-se óbvio que os cidadãos preferiam a nova abordagem." (Fallows, 1997: 300-313). Mais sobre a iniciativa do *Washington Post* em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/liveonline/candidates/>

224 E aqui utiliza-se intencionalmente o termo "instrumento", já que o uso de um veículo próprio de comunicação por um ator que tem interesse em determinado campo configura este meio como apenas um suporte de divulgação das posições e informações que quer dar relevância.

discussão sobre temas específicos, envio de notícias, entrevistas e divulgação de artigos de filiados, dentre outras formas de produção de conteúdo.

Na verdade, em linhas gerais, pode-se notar uma constante no que toca aos conteúdos básicos disponibilizados nos *sites* dos partidos políticos brasileiros de maior relevância: geralmente há o histórico da agremiação, seu estatuto, notas oficiais e discursos dos líderes. Em *sites* tecnicamente melhor elaborados, como os do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) e do PT (Partido dos Trabalhadores)²²⁵, os usuários podem ainda assistir a arquivos multimedia ou fazer o *download* de papéis de parede (para figurarem na área de trabalho de computadores), além de escutar músicas produzidas durante o período de campanhas.

De fato, o *site* do PSDB permite que o usuário interessado em receber notícias da Agência Tucana (órgão do partido para quem a Internet é um dos principais focos, oferecendo notícias atualizadas diariamente e em intervalos relativamente pequenos de tempo) possa fazê-lo através de correio eletrônico em pelo menos duas modalidades: no cadastro na distribuição do Diário Tucano (informativo proveniente das lideranças do PSDB, tanto na Câmara Federal quanto no Senado) e na distribuição do Boletim Tucano (que traz os principais fatos políticos do dia do ponto de vista do partido). Por demonstrar maior interesse e investimento em sua política de comunicação por meio das redes digitais, há pouco tempo o PSDB passou a vender produtos da marca do partido em seu *site*.

Já o PT é um dos pioneiros no que se refere ao comércio de camisetas, adesivos ou estrelas vermelhas (símbolos de fidelidade às plataformas defendidas pela agremiação) através da Internet. Para além desta forma de sustento, o Partido dos Trabalhadores, dentre seus pares, configura-se como a organização que mais busca a adesão do usuário de Internet, não apenas ao facilitar a filiação *online* (também disponível no *site* do Partido da Frente Liberal, PFL²²⁶, e de outros), mas na busca de conquistá-lo afetivamente (ao mesmo tempo fortalecer o vínculo eleitoral), permitindo, por exemplo, que se envie cartões virtuais com mensagens políticas. Andrea Römelle argumenta, desta forma, que não se pode admitir um único modelo que dê conta dos empregos que as diferentes agremiações partidárias fazem da Internet:

225 Endereços para acesso, respectivamente: www.psd.org.br, www.pt.org.br.

226 Endereço para acesso: www.pfl.org.br

"My central contention is that while some generic change will take place among parties, adaptation cannot be understood as a 'one-size-fits-all' model. Drawing on the party goals' literature and classic party typologies, I argue that new ICTs will play different roles for different parties. In brief, while some parties are expected to emphasize the participatory aspects of the new technology, others will focus on the possibilities for top-down information dissemination and broad monitoring of public opinion." (Römelle, 2003: 8)²²⁷

Pôde-se perceber, durante as eleições gerais de 2002, no Brasil, que a Internet exerceu um papel antes sem ocupação no que concerne à formação da opinião política por parte do usuário e também no que toca às políticas de opinião dos candidatos. O *site* de José Serra (que concorreu à Presidência pelo PSDB), por exemplo, continha materiais, acusações e projetos que não podiam ser expostos através dos meios de comunicação convencionais, como a televisão, seja pela gramática deste meio, seja pela impossibilidade ligada ao tempo disponível naquela circunstância. Isto é, a Internet é um espaço típico para a produção de materiais que visam influenciar opiniões, devendo-se reforçar seu diferencial em relação aos *mass media* tradicionais: todos os pontos de vista podem ser igualmente oferecidos, sem mediadores culturais ou selecionadores (inclusive a publicação de ofensas ou ridicularização de propostas e eventos realizados pelos oponentes). Adicionalmente, ao mesmo tempo em que se coloca material à disposição, é necessário que o usuário se prontifique a buscar este material de cunho partidário.

Se funciona como mais um modo de divulgar informações próprias (expondo propostas, estratégias de atuação e buscando demonstrar transparência), é importante destacar ainda que os partidos políticos empregam a Internet, em muitos momentos, para pautar os meios de comunicação de massa convencionais. Recentemente, repercutiu, nos principais canais de televisão e noticiários, uma entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, disponível na versão *online* do informativo do PSDB²²⁸, onde havia críticas ao governo Lula. Obviamente, tal entrevista poderia ter

227 T.A.: "Minha afirmação central é a de que enquanto algumas modificações genéricas terão lugar entre os partidos, a adaptação não pode ser compreendida como um 'modelo que caiba a todos'. Aproximando-me da literatura sobre os objetivos dos partidos políticos, e às tipologias clássicas de partido, eu argumento que as novas tecnologias de comunicação desempenharão diferentes papéis para diferentes partidos. Em resumo, enquanto de alguns partidos é esperado que enfatizem os aspectos participatórios da nova tecnologia, outros deverão focar nas possibilidades para a disseminação de informação de cima para baixo e para o franco monitoramento da opinião pública."

228 O endereço para se acessar a entrevista na íntegra é

sido concedida a um meio de comunicação já tradicional, como a um telejornal, mas o fato de a entrevista estar no *site* do partido implica que, além dos outros veículos de comunicação não precisarem citar o canal a que foi concedida a entrevista (um canal concorrente), este conteúdo poderia ser acessado na íntegra pelo o espectador interessado em ler com calma o material, armazená-lo, a qualquer momento.

Este fenômeno faz repensar conceitos já estabelecidos da área de comunicação e política onde, para ganhar visibilidade e atrair a simpatia dos jornalistas, os partidos se "curvariam" a um determinado *modus operandi* do fazer comunicacional, isto é, suas assessorias produziram notícias em formatos irresistíveis (Gomes, 2003), obedecendo à lógica jornalística e assim barganhando maiores possibilidades de publicação. Claro que esta estratégia continua, mas, de alguma forma, os novos *media* vêm complexificar uma relação estabelecida há anos.

À interface entre meios de comunicação e partidos políticos é adicionado o fato de que os noticiários partidários servem não apenas para divulgar informações e criticar o governo ou a oposição, a depender da deputação de cada agremiação, mas também para tentar desmentir outros veículos de comunicação (ou pelo menos oferecer uma versão alternativa), como o "Diário Tucano" procurou fazer, em sua edição nº 92, de 17 de setembro de 2003. Nesta mensagem, um dos líderes do partido, o deputado federal Jutahy Magalhães, rebate as críticas do jornal Folha de São Paulo de que o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, teria permitido que integrantes de seu governo criassem uma organização privada para administrar o "Banco do Povo", projeto criado com o objetivo inicial de emprestar determinadas quantias a micro-empresendedores²²⁹. Acontece ainda de determinado partido destacar notícias veiculadas em meios de comunicação tradicionais.

No que se refere a experiências internacionais (para além das ilustrações já feitas sobre as campanhas norte-americanas), pode-se citar o exemplo da Espanha, onde, recentemente, houve o registro de acusações entre agremiações políticas. O PP (Partido

http://www.psd.org.br/Partido/itv/noticias/entrevista_FHC03.htm (visitado em 15 de dezembro de 2003)

229 Oferece-se trecho da notícia publicada no informativo em questão, onde, apesar de defender o governador de Goiás, Jutahy Magalhães não nega a acusação feita pela Folha de São Paulo: "Jutahy repudiou a reportagem e destacou que Perillo tem dado um exemplo de inovação e eficiência nas suas ações políticas e administrativas.[...] O líder leu na íntegra a nota do Governo de Goiás publicada ontem na Folha de S. Paulo, informando que a rede de microcrédito já funciona na grande maioria dos 246 municípios goianos e deve alcançar todo o estado até o final deste ano, por meio da instituição de ONGs municipais."

Popular, ao qual pertence o atual primeiro ministro daquele país, José María Aznar) acusou a IU (Izquierda Unida, grupo opositor) de patrocinar, com a ajuda de ativistas, anônimos ou não, visitas em massa ao seu *site*, bem como o envio de mensagens eletrônicas em grandes quantidades, congestionando, assim, o servidor do partido de Aznar (a ponto de provocar a impossibilidade de acesso)²³⁰.

Há outros países, como por exemplo o Japão, onde a utilização partidária das novas tecnologias já vem sendo aplicada com frequência há alguns anos. Na verdade, a propaganda política no Japão é rigidamente controlada pela Justiça no sentido de proporcionar aos diferentes partidos políticos chances semelhantes de serem eleitos, não obstante o Liberal Democratic Party (LDP) exercer, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o domínio no que toca às instâncias legislativas e executivas daquele país. Exatamente por este constrangimento da lei à qual é submetida a comunicação político-partidária, "... networking and personal organizations have come to play a more important role for parties and candidates in terms of communicating their message (Akuto, 1996). One further logical consequence of particular relevance for our purposes is that such strict controls create a strong incentive for parties to use newer and more open forms of *media* such as the Internet." (Tkach-Kawasaki, 2003: 110)²³¹

Ou seja, dado o caráter disperso e global das redes telemáticas, não há como reconhecer se determinado conteúdo posto no ambiente digital foi ou não de autoria de uma agremiação, ou se foi obra de simpatizantes (sem levar em consideração o

230 O ataque foi gerado, na verdade, a partir do *site* 'www.noalaguerra.org', cujo objetivo declarado era pressionar, através de um envio em massa de mensagens pré-produzidas, em escala de milhares, o primeiro ministro espanhol, Aznar, a votar contra a invasão norte-americana ao Iraque. Atitude sem logro, diga-se de passagem. "Los organizadores de esta campaña pretendían enviar al menos 150.000 *e-mails* a la dirección 'madrid@pp.es'. "El texto lo pones tú", reza en la página web. La organización tiene en marcha otra campaña de envío de mensajes de correo electrónico al presidente del gobierno "para que vote en la ONU en contra de la guerra". Poco después de tener conocimiento del ataque, el coordinador de Comunicación del Partido Popular (PP), Rafael Hernando, ha asegurado que esta acción responde a una campaña "claramente de intimidación, de ataque a la libertad de expresión" orquestada, a su juicio, desde Izquierda Unida (IU) y su entorno."

(<http://www.elmundo.es/navegante/2003/03/27/esociedad/1048759167.html> acessado em 02/04/2003).

231 Ainda há discussões, sobretudo no plano judicial, sobre o uso da Internet enquanto instrumento político de partidos. Durante a eleição de 1996, por exemplo (desde aquele ano o uso da Internet é forte no país oriental), um dos ministros responsáveis pela legislação eleitoral proibiu atualizações de páginas de partidos durante o período oficial das campanhas (Tkach-Kawasaki, 2003). T.A.: "... a rede e as organizações pessoais vêm desempenhar um papel mais importante para os partidos e candidatos em termos de comunicação de suas mensagens (Akuto, 1996). Uma consequência lógica ulterior de particular relevância para nossos propósitos é que tais controles rígidos criam um forte incentivo para partidos utilizarem as mais recentes e abertas formas de comunicação como a Internet."

conhecimento ou anuência da legenda em questão, algo difícil de provar judicialmente)²³².

Da mesma maneira que os movimentos políticos realizados por ativistas têm interesse na manutenção de um espaço argumentativo forte, para que eles possam, assim, colocar na agenda mediática temas de seu interesse, teoricamente partidos políticos menores buscariam também empregar as novas tecnologias de comunicação e informação na intenção de ganhar mais espaço na esfera de visibilidade pública²³³ (agora não mais completamente dominada pelos meios de comunicação de massa e as instituições que os regem). Isso daria a partidos menos expressivos a oportunidade de se mostrar para um público composto de usuários de Internet que, antes de tudo (consumidor ou audiência), é formado por cidadãos. Pippa Norris faz a seguinte consideração sobre este fenômeno:

"Cyber-optimists are hopeful that party competition will be maximized through the Internet, given the lower financial barriers smaller parties face when contemplating creating, hosting and maintaining a website compared with the substantial costs necessary to reach the public via television, radio or newspaper advertising, or even the less onerous costs of the mass distribution of conventional printed materials like pamphlets, bumper-stickers and posters. [...] Another feature that could potentially benefit minor and fringe parties is the relative lack of gatekeepers in cyberspace; search engines and portals like Yahoo, AOL and InfoSeek are important ways for people to find *sites* but, on the other hand, the barriers to being listed are minimal compared with the difficulties of gaining sustained coverage in the mainstream news *media*. [...] As cyberpessimists argue, many parties have adapted only conservatively to the Internet, using it as a traditional tool of campaign propaganda rather than as an interactive way to strengthen and revitalize party organizations. Nevertheless the Internet does provide an environment where the traditional resources of money, manpower and members may be less important than technical know-how." (Norris, 2001)²³⁴

232 Pode-se contra-argumentar que a proliferação de panfletos anônimos obedeceria à mesma lógica deste tipo de comunicação política. Porém, deve-se levar em consideração, para além do alcance possibilitado pelas redes digitais (acesso inclusive por cidadãos residentes fora do país), que o ambiente telemático conta com a oportunidade de uma relação direta entre emissor e receptor, onde este último é interpelado em sua caixa de correio eletrônico, de modo mais pessoal.

233 Conceito já devidamente atribuído na primeira parte deste trabalho.

234 T.A.: "Os ciberotimistas estão esperançosos de que a competição partidária será maximizada através da Internet, dadas as menores barreiras financeiras às quais os pequenos partidos estão sendo expostos quando criam, hospedam e mantêm um *site* quando comparadas com os altos custos necessários para se alcançar o público através da televisão, rádio ou propagandas em jornal, ou mesmo custos menores da distribuição em massa de materiais convencionais impressos como panfletos, etiquetas e pôsteres. [...] Uma outra característica que poderia potencialmente beneficiar os menores e periféricos partidos é a relativa falta de seletores de conteúdo no ciberespaço; motores de busca e portais como o Yahoo, AOL, e InfoSee são caminhos importantes para os usuários encontrarem sites, porém, por outro lado, as barreiras a serem listadas são mínimas quando comparadas à dificuldades de ganhar cobertura consistente nos meios de comunicação generalistas. [...] Como os cyberpessimistas argumentam, muitos partidos têm se adaptado apenas de modo conservador à Internet, usando-a como uma ferramenta tradicional de propaganda de campanha em vez de uma maneira interativa de fortalecer e revitalizar as organizações

Não obstante as oportunidades trazidas pelas redes telemáticas, o fato é que os meios de comunicação convencionais, sem dúvida, ainda são os preferidos pelos especialistas em políticas de comunicação partidária e pelos próprios políticos. Isso acontece com grande força no Brasil, seja porque ainda é uma parcela pequena da população que tem acesso ao ambiente digital, seja porque o país se caracteriza por uma cultura audiovisual²³⁵.

Complementarmente, apesar da afirmação dos pensadores e teóricos de que a Internet já se constitui como veículo de comunicação que possibilita uma maior democracia eletrônica através do debate e do contato direto com representantes públicos²³⁶, muitos políticos e candidatos a cargos eletivos ainda não atentaram para esse potencial, ou não fizeram questão de percebê-lo²³⁷.

partidárias. Ainda assim a Internet provê um ambiente onde os recursos tradicionais do dinheiro, força de trabalho e membros são menos importantes que o conhecimento técnico / saber fazer."

235 Há de se levar em consideração, entretanto, a utilização da Internet enquanto instrumento político empregado internamente aos partidos, sobretudo em termos de sua estruturação e funcionamento: "New ICTs are successfully being implemented in the area of the party organization, too. Day-to-day administrative processes are simplified and accelerated via intranets; coordination of different party branches becomes easier. Above all, during election campaigns the intranet constitutes a strategically important tool because not only is it an additional channel for the distribution of material and a medium for campaign management, it also enables region-wide mobilization of the active party base. For new parties in particular, such developments provide the means to building an organizational infrastructure that avoids the usual costs of regional headquarters and physical participation in the party organization." (Römelle, 2003: 10). T.A.: "As novas tecnologias de comunicação e informação estão sendo implementadas com triunfo na área da organização partidária, também. Os processos administrativos quotidianos são simplificados e dinamizados via Intranets; a coordenação de diferentes diretórios partidários se torna mais fácil. Sobretudo, durante as campanhas para as eleições, a Intranet constitui uma ferramenta estratégica importante porque ela não é apenas um canal adicional para a distribuição de material e um meio de administração da campanha, mas também possibilita uma mobilização regional mais ampla da base ativa do partido. Para novos partidos especificamente, tais desenvolvimentos provêem os modos de se construir uma infraestruturização organizacional que evita os custos usuais de diretórios regionais e participação física na organização do partido."

236 Papacharissi adiciona uma observação interessante sobre o papel da Internet na formação política e esta possibilidade interativa com os representantes: "... voters were able to provide politicians with direct feedback through these websites. Of course, there is no guarantee that this direct feedback will eventually lead to policy formation. The political process is far too complex, to say the least, to warrant such expectations. Nevertheless, the internet opens up additional channels of communication, debatable as their outcome may be." (Papacharissi, 2002: 13). "... os eleitores estavam habilitados a ter acesso aos políticos com uma resposta direta às suas demandas através destes sites. Naturalmente, não há garantia de que esta resposta por parte do político leve a uma formação política. O processo político é por demais complexo, para dizer o mínimo, para se assegurar este tipo de expectativa. Contudo, a Internet abre canais adicionais de comunicação, aptos ao debate como suas conseqüências devem ser."

237 Um jornalista espanhol, Próspero Morán, empenhado em demonstrar tal desinteresse e o quanto personalidades entendem do mundo digital, adiantou-se e registrou os domínios relativos aos nomes, por exemplo, do primeiro ministro de seu país José María Aznar. Depois de ter comprado os endereços, a pergunta que o jornalista se fez foi a seguinte: "¿Hasta qué punto alguien que no se preocupa de su

Pode-se relacionar mais uma consideração quanto ao uso da comunicação através da Internet pelos partidos políticos, seus líderes ou candidatos: a política de comunicação estabelecida para o ambiente digital geralmente tenciona empregá-lo do mesmo modo que se faz com a televisão ou o rádio, isto é, considera o usuário apenas pronto a receber determinado conteúdo. O diagnóstico é de Lee Salter:

"Whereas on one hand the Web has allowed grater access to a greater number of communication technologies than before, on the other it might be said to have reduced the interactivity of the Internet as official political and business web *sites* are developed to act as one-way propaganda plataforms. Whereas it would be absurd to use the Usenet as a one-way communication mechanism, it is now becoming acceptable to use the web in such a way. So, rather than the users themselves providing the majority of content on the Internet, companies and governments are colonizing more and more." (Salter, 2003: 139)²³⁸

Acontece que, na Internet, os usuários se sentem mais compelidos a interagir (*tendencialmente*, reafirme-se), na medida em que este meio oferece a chance da busca de contra-informação ou a possibilidade de reclamar pela invasão das caixas de *e-mails* com propagandas políticas. A partir do momento em que recebem uma mensagem, os usuários podem arquivar, responder, repassar ou simplesmente jogar fora o material que chega.

Por outro lado, pode-se perguntar até que ponto a possibilidade de ter acesso diretamente aos partidos políticos e a seus projetos e opiniões expostos na Internet vai satisfazer a busca de determinado cidadão por notícias políticas relevantes. Ora, deve-se dizer que o jornalismo, como instituição, surgiu exatamente quando o público passou a dar preferência a consumir conteúdos preparados por analistas que se mostrassem à parte do jogo político, ou seja, quando preferencialmente passou a se buscar apoio cognitivo em veículos "imparciais", comprometidos com o interesse público. Conforme pode ser lido em Gomes:

imagen en Internet va a poder lidiar después con asuntos tan importantes como la firma digital o el comercio electrónico?"

(<http://www.elmundo.es/navegante/99/octubre/11/politicos.html>, acessado em março de 2003)

238 T.A.: "Se por um lado a Web tem permitido um maior acesso para um maior número de tecnologias de comunicação do que anteriormente, por outro deve ser dito que se tem reduzido a interatividade da Internet como agente político e de negócios; sites são desenvolvidos para atuar como plataformas de propaganda em via única. Se seria absurdo utilizar a Usenet como um mecanismo de comunicação unidirecional, agora está se tornando aceitável empregar a Web deste modo. Então, em vez de os próprios usuários proverem eles mesmos a maioria do conteúdo na Internet, as companhias e os governos estão colonizando este ambiente mais e mais."

"O fato é que havia sido formada na sociedade [principalmente a partir do século XX] uma demanda por informação atualizada, verdadeira, objetiva, imparcial, leiga e independente. A imprensa de partido não poderia produzir essa informação que se demandava porque gerava basicamente informação política e porque a informação era gerada por uma fonte interessada no jogo político, portanto, que não oferecia garantias de objetividade, imparcialidade e independência. Há espaço, então, para um mercado onde um consumidor pouco disposto ao engajamento político pode consumir informação "de qualidade" sobre o que deseja. Para atender este consumidor que não quer ser conduzido nem enganado e, sobretudo, é pouco interessado no proselitismo político, surge, então, uma imprensa empresarial, que se afirma como disposta a colocar à disposição do consumidor o tipo de informação que ele desejasse, na velocidade com que ele desejasse e sobre qualquer setor da realidade que fosse do seu interesse." (Gomes, 2003)

Nestes termos, onde ficaria a novidade trazida pelas redes telemáticas para o patamar político-partidário? As notícias de cunho jornalístico das quais são reféns as assessorias de comunicação política (não tão reféns, na verdade, pois as estratégias aplicadas são exatamente provas de que os agentes nesta disputa pelos recursos notícia e visibilidade não são vítimas) acontecem de determinado modo porque a esfera civil tende a atribuir maior credibilidade exatamente ao jornalismo, enquanto composto por instituições, em princípio, independentes. A novidade trazida, então, se configura, mais uma vez, na criação de canais complementares (com acesso irrestrito e direto ao ator implicado na querela), aptos a demonstrar aos usuários interessados as diferentes maneiras de perceber determinado evento político, na busca de direcionar a formação de sua opinião. Já para os que são adeptos ou simpatizantes de um partido, a comunicação direta com o "seu" grupo parece melhorar através das redes digitais.

Há de se convir que não parece haver uma revolução total tanto nas políticas de comunicação, quanto nas maneiras dos cidadãos se manterem informados. Não se deve ainda deixar de levar em consideração o fato de que partidos tradicionais e com maior estrutura, sobretudo financeira e profissional, continuam sendo os "cavalos" mais fortes a se apostar na concorrência pela deputação.

3.6 Esfera pública virtual

Quando um novo formato comunicativo passa a se expandir e estar ao alcance de um número maior de cidadãos e órgãos administrativos a partir de 1990, pergunta-se em que medida tais fenômenos ligados às plataformas digitais desafiariam a tradicional indústria do entretenimento e da informação contemporânea. A Internet, em princípio, funciona como uma rede que permite o contato e a difusão de informações sem necessariamente pedir permissão aos grupos mediáticos já consolidados. Apresenta-se como um espaço apto a atender demandas individuais, onde cada um busca a informação que deseja, modifica-a, adiciona suas considerações e as difunde sem grandes dificuldades.

A partir do momento em que favorece a troca de experiências, de conteúdos, as redes telemáticas também passam a atuar como um ambiente propício ao diálogo e ao entendimento: isso traria aos cidadãos interessados a possibilidade de, novamente, ter em suas mãos a influência nos rumos da esfera pública e, comodamente, encontrar outros cidadãos para discutir questões de interesse coletivo, sem necessariamente ter de se mostrar ao público; sem ter de sair de casa.

Em outras palavras, a Internet é tida, em diversos estudos, como revitalizadora da esfera pública argumentativa, pois (1) daria oportunidade de expressão a vozes marginais, sem as barreiras impostas pela censura governamental ou interesses econômicos das indústrias do entretenimento e da informação (Mitra, 2001: 45), abrindo ainda (2) a chance da reciprocidade discursiva advinda da esfera civil (Allan, 2003). Nas palavras de Lévy:

"A emergência da Internet a partir do final da década de 1980 e o surgimento da World Wide Web em 1994 prolongaram a precedente evolução da esfera pública, introduzindo ao mesmo tempo elementos radicalmente novos: a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos. Eu levanto a hipótese de que a revolução do ciberespaço vai reestruturar profundamente a esfera pública mundial, o que terá profundas repercussões sobre a vida democrática." (Lévy, 2003: 368-369)

A superação de barreiras como o espaço (uma comunicação que não leva em conta as fronteiras dos países) permite a participação de indivíduos em diversos contextos geográficos, ou seja, o usuário pode se situar mundialmente, debatendo, interagindo, agindo. Esta qualidade não se fazia presente nas outras esferas públicas pensadas por Habermas e Hannah Arendt. Diferentes pontos de vista e soluções a

determinados problemas podem, assim, ser colocados neste âmbito de discussão, o que favorece a integração de idéias, bem como um maior pluralismo.

O direito de uso da palavra, a *Isegoria*, o poder falar em "assembléia", daria à Internet, de acordo com os defensores da idéia de esfera pública virtual, a propriedade fundamental para o estabelecimento deste espaço argumentativo, o que torna o computador um meio de comunicação diferenciado por excelência por permitir o diálogo, a possibilidade do convencimento.

Se a sociedade de massa e seus meios de comunicação, que funcionam em uma relação de mão única, cujo vetor vai do emissor ao receptor, havia desestimulado o encontro face a face dos cidadãos para o debate racional com vistas a alcançar o bem comum, a questão é examinar se os recursos multimidiáticos (que empregam áudio, vídeo, permitem a interatividade em massa, em uma comunicação todos-todos, como sugere Pierre Lévy, 1999) fazem deslumbrar um novo espaço dialógico para o exercício livre da democracia.

Independente de admitir se tais modificações ocorrem ou não, e em que gradiente ocorrem, o fato é que as novas tecnologias de comunicação e informação vêm instabilizar a discussão conceitual sobre a categoria esfera pública, essencial para a compreensão da relação entre Estado e esfera civil nas sociedades democráticas contemporâneas. Esta seção da dissertação busca, então, investigar a noção de esfera pública à luz da influência do ambiente digital.

A questão é avaliar em que medida esta reflexão se mostra factível, expondo os diferentes posicionamentos dos especialistas; avaliando os modos de realização deste espaço discursivo, evidenciando alguns tipos de debate, que eficácia e benefícios podem gerar. Há ainda a preocupação em estudar as implicações e modificações trazidas ao conceito de esfera pública por um meio que não necessariamente exige a presença dos debatedores no mesmo contexto espácio-temporal e que tem a capacidade de fundir, durante a realização das discussões, o ambiente privado (de onde geralmente se acessa) e as disposições defendidas em público (seja em uma sala de bate-papo ou uma lista de discussão).

Antes de continuar qualquer outra análise acerca do tema esfera pública virtual, é importante aprofundar o entendimento que esta dissertação tem sobre esfera pública²³⁹. Muito da confusão sobre se a Internet pode ou não funcionar como espaço argumentativo com vistas a influenciar a deliberação (ou mesmo servir como espaço deliberativo) tem relação com o entendimento pouco eficaz desta categoria.

Nestes termos, o presente trabalho tem a compreensão de que a categoria esfera pública admite três aspectos enunciados em Gomes (1999): (a) *o debate deliberativo*, essencial à democracia, que pode ser exemplificado através das argumentações que se colocam nas casas parlamentares ou mesmo ligado a assuntos de um grupo particular, como uma associação de moradores ou acionistas de uma empresa, com o objetivo de definir sentenças; (b) *o debate não deliberativo*, na maioria dos casos com fins informativos, no intuito de gerar nos concernidos uma maior capacidade de reflexão dos prós e contras sobre determinada matéria, e assim prepará-los à deliberação (ou apenas mantê-los a par do assunto). Este debate também pode ser chamado de *conversação civil*, ocorrendo em situações quotidianas, sem a marca da formalidade; por último, o debate pode ser apenas (c) a esfera de exposição ou visibilidade públicas, quer dizer, quando não há uma argumentação entre quem emite e quem recebe determinado conteúdo, mas a exposição de materiais de forma impessoal acerca do que deverá habitar os setores deliberativos²⁴⁰. Complementarmente, Wilson Gomes considera que:

"Teremos de admitir, entretanto, que podem ser autêntica esfera pública, debates não conclusivos e não deliberativos. Pode-se realizar uma esfera pública mesmo que o seu resultado não seja capaz de vincular ou normatizar (no caso em que nos reunamos aqui para discutir a reforma da previdência, por exemplo). O resultado, nesse caso, será ajudar a produzir uma idéia a respeito da matéria ou, pelo menos, da pauta. Enfim, com relação ao alcance das decisões que se seguem à esfera pública temos também dois tipos de esfera pública: esfera pública deliberativa geral e esfera pública deliberativa específica ou setorial. Uma coisa é a assembléia nacional outra muito diferente a reunião deliberativa do meu grupo de pesquisa, mas ambas podem funcionar integralmente como esfera pública." (Gomes, 1999)

239 Em alguns trabalhos (Miranda, 1995), há o emprego das expressões espaço público e esfera pública como sinônimos. Torna-se necessário dizer que o espaço público no sentido atribuído neste trabalho pouco tem a ver com os lugares a que todos podem livremente ter acesso, como uma praça, por exemplo. A praça é um espaço público sim, mas não no sentido político estrito, de arenas voltadas para o debate.

240 Esta tipologia de debates parece manter proximidade com as compreensões mais recentes de Habermas. "Habermas propõe três tipos de esfera pública: 'Esfera pública *episódica* (bares, cafés, encontros na rua); esfera pública de *presença organizada* (encontro de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partido ou congresso de igrejas) e esfera pública *abstrata*, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente)' (Habermas, 1997)". (Maia, 2002b: 112).

A partir destas considerações, pode-se perguntar: há uma esfera pública configurada nas casas legislativas? Teoricamente, sim, pois, mesmo que os partidos defendam interesses de corporações, ou que determinadas bancadas votem sistematicamente contra si, aquele espaço é argumentativo e, em princípio, os representantes eleitos vão até lá para serem convencidos por seus pares quanto à melhor proposta (ainda que as argumentações não sejam as mais sinceras ou que não se vote de acordo com a convicção desejável).

Do mesmo modo, haveria uma esfera pública civil? Apesar de seu caráter pouco organizado, informal, sem uma ordem discursiva ou temática pré-estabelecida, além de não decidir que atitude tomar (pois este poder foi outorgado aos representantes), pode-se considerar que, no plano não institucionalizado existem, sim, *conversações civis*²⁴¹.

Sobre a viabilidade de uma esfera pública virtual

As disputas teóricas em torno de se aceitar ou não a Internet como esfera pública buscam investigar se, ao permitir o acesso a conteúdos e a interconexão entre usuários, as redes telemáticas poderiam funcionar: (1) como canal de expressão para esferas antes isoladas pela própria desorganização característica de conversações quotidianas, conformando um ambiente deliberativo viável; há uma vertente (2) mais cética quanto à eficácia destas tecnologias à luz da teoria democrática por elas serem tomadas como algo pouco sério, um espaço onde reinaria o caos e a experimentação adolescente, como postula Wolton, 2001 (adventos desenvolvidos de acordo com os interesses das indústrias de equipamentos eletrônicos e das indústrias de informação e entretenimento). Ou, por último, a Internet (3) apenas seria um complemento para uma melhor formação cívica, com debates sim, mas sem maior viabilidade de se aliar à deliberação plena. Em seguida serão mostrados os pressupostos de cada uma destas vertentes.

241 Terminologia discutida durante a disciplina *Media e Política*, semestre 2002.2, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Os discursos que aceitam a noção de esfera pública virtual

Há especialistas que aceitam sem maiores problemas a noção de esfera pública virtual (Lévy, 2002; Castells, 2001) isto é, que a Internet funciona como um espaço propício para a argumentação efetiva. A pluralidade de vozes e a combinação de esferas públicas (institucionais, temáticas, espontâneas, mediáticas) fariam com que a Internet estivesse apta a ser um ambiente discursivo por excelência. A facilidade para adquirir informação sem restrições e de interagir com os outros cidadãos são as principais conquistas evidenciadas por quem defende a Internet enquanto melhor meio de comunicação a favorecer a democracia deliberativa. Conforme considera Castells:

"Cyberspace has become a global electronic agora where the diversity of human disaffection explodes in a cacophony of accents. [...] the Internet is not simply a technology: it is a communication medium (as the pubs were), and it is the material infrastructure of a given organizational form: the network (as the factory was). On both counts, the Internet became the indispensable component of the kind of social movements emerging in the network society." (Castells, 2001: 138-139)²⁴²

Nestes termos, a discussão dos temas coletivos não estaria mais subsumida a uma lógica centrada no interesse dos partidos ou de organizações, mas este novo meio de comunicação poderia ser utilizado para devolver à esfera civil o poder de formulação da agenda pública (discussão dos temas) e, em uma perspectiva mais ousada, a decisão dos processos e planos a serem implantados. Estas potencialidades de remissão da esfera pública são destacadas por Pierre Lévy em pelo menos três momentos:

"A nova esfera pública tem três características essenciais [...] a inclusão, a transparência e a universalidade. O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente. [...] O ciberespaço [...] autoriza um grau de acesso à informação superior à

242 T.A.: "O ciberespaço se tornou uma ágora global eletrônica onde a diversidade de descontentamentos humanos explode em uma cacofonia de sotaques. [...] a Internet não é simplesmente uma tecnologia: ela é um meio de comunicação (como os bares / cafés foram), e ela é a infraestrutura material de uma dada forma organizacional: a rede (como a fábrica era). Em ambos os concernimentos, a Internet se torna componente indispensável da modalidade emergente de movimentos sociais na sociedade em rede."

tudo aquilo que se podia experimentar antes. Os internautas poderão se revelar cidadãos mais bem informados, politicamente mais ativos e socialmente mais conscientes do que os cidadãos *offline*. [...] Os cibercidadãos expõem as idéias em seus websites e a prática do diálogo nas comunidades virtuais habituou-os à discussão, à deliberação pública. Sendo capazes de exprimir-se, eles esperam agora ser ouvidos. As novas formas de governança deverão encontrar lugar para essa 'nova raça de cidadãos', educados, informados habituados a se exprimir..." (Lévy, 2003: 375-376)

Para Pierre Lévy, o espaço público virtual seria desterritorializado no sentido de permitir a participação dos interessados mesmo à distância, com suas autonomias para formar comunidades sobre os temas de seus agrados. Este espaço público ainda se alargaria pela não necessidade de mediadores de opinião, o que iria redefinir as condições de governança e estimular novas formas do fazer político e de formação cívica²⁴³ (Lévy, 2002).

Do mesmo modo, para Lévy (2002), não se poderia ainda apontar como problema para o estabelecimento de uma esfera pública virtual a questão do acesso restrito a essas tecnologias pela maioria da população, tendo em vista que, no século XVIII, a "idade de ouro" da esfera pública analisada por Habermas em seu *Mudança estrutural*, o acesso também era restrito aos "cidadãos", ou seja, apenas àqueles letrados, possuidores de bens materiais e aptos, de acordo com os ditames da época, a pensar a coisa pública²⁴⁴.

243 Pierre Lévy descreve longamente sua visão sobre a nova cidadania em seu livro *Cibredemocracia – Ensaio de Filosofia Política*. Esta dissertação reconhece a importância do tema cidadania contemporânea, porém, não dedica a ela reflexões mais pujantes ao tema. "Em contraste com o cidadão na nação, o nome muitas vezes dado ao sujeito político constituído no ciberespaço é 'netizen' (net + citizen) ou net-cidadão. Net-cidadão pode ser um termo apenas parcial porque ninguém vive permanentemente na Internet, pelo menos não ainda (quem sabe o que pode sair do Projeto Genoma e das experiências com vida virtual?). Mas o net-cidadão pode ser a figura formativa num novo tipo de relação política, que partilha a lealdade à nação com lealdade à Internet e aos espaços políticos planetários que ela inaugura. Certas características estruturais da Internet encorajam, promovem ou, pelo menos, permitem trocas através das fronteiras nacionais." (Poster, 2003: 328-329)

244 Neste ponto, parece residir uma dificuldade em se compreender a interpretação que Lévy faz da noção de esfera pública. Ao mesmo tempo em que critica a proposição habermasiana (1984) e diz que a esfera pública virtual é realizável não obstante as dificuldades de acesso pela maioria da população mundial, indiretamente admite a pertinência da análise de Habermas e de seu diagnóstico sobre o espaço argumentativo. Em outras palavras, Lévy caracteriza a esfera pública estudada por Habermas como excludente, por isso não a aceita. Mas como pode ele aceitar a esfera pública virtual se ela também é excludente no que toca acesso? Papacharissi aprofunda a compreensão desta discussão: "The fact that online technologies are only accessible to, and used by, a small fraction of the population contributes to an electronic public sphere that is exclusive, elitist, and far from ideal – not terribly different from the bourgeois public sphere of the 17th and 18th centuries" (Papacharissi, 2002: 14). T.A.: "O fato de que as tecnologias online são acessíveis somente a, e usadas por, uma fração pequena da população contribui para uma esfera pública eletrônica excludente, elitista, e longe do ideal - não muito diferente da esfera pública burguesa dos séculos 17 e 18" (Papacharissi, 2002: 14).

John Keane (1996) vai empregar uma tipologia própria da noção de esfera pública para chegar a seu posicionamento sobre a relação entre o espaço da argumentação e as novas tecnologias de comunicação. Keane considera que o termo esfera pública deva ser apreendido no plural, graças aos diferentes temas debatidos e às diferentes amplitudes que dada discussão pode alcançar. Deste modo, Keane realiza uma tipologia marcada por (1) *micro esferas públicas* (locais de encontros comunitários para o debate sobre temas coletivos; em um salão literário, por exemplo), (2) *médio esferas públicas* (que já alcançariam o nível do Estado-Nação e seus milhões de concernidos) e (3) *macro esferas públicas* (as disputas, na concepção de Keane, alcançariam bilhões de pessoas, em nível supranacional por causa da expansão das empresas de comunicação, que não mais se circunscrevem ao espaço nacional, e do avanço tecnológico, produzindo o que ele chama de "audiência mundial fictícia"). Às macro esferas públicas, para Keane, seriam adicionadas as redes telemáticas, onde os usuários não apenas buscam materiais de seus interesses, mas também procuram agir como cidadãos que se controvertem²⁴⁵.

Marcondes Filho (2001) argumenta que a Internet funciona, sim, como esfera pública, mas que tem sua referência inicial modificada na medida em que não implica o debate racional conforme a compreensão habermasiana, mas porque acrescenta às instituições (de governo, da imprensa), bem como ao próprio público, o caráter de *öffentlichkeit*, isto é, a abertura às vistas públicas das organizações e suas disposições.

Outros dois especialistas que dedicaram trabalhos para investigar a questão da esfera pública através das redes digitais foram Downey e Fenton (2003). Porém, eles trazem uma contribuição que se diferencia um pouco das anteriores, preferindo usar, em referência às redes digitais, o termo "contra-esfera-pública" a "esfera pública autônoma", no sentido de que esta contra-esfera provoca uma disputa com a esfera pública dominante (em vez de simples independência ou ruptura), ligada aos meios de comunicação de massa convencionais; isto é, a contra-esfera pública configura-se em

245 Keane compreende a multiplicidade de esferas públicas existentes: "... os movimentos [sociais] utilizam uma variedade de meios de comunicação (telefones, faxes, câmaras, vídeos, computadores pessoais) para questionar e transformar os códigos dominantes da vida diária. Esses laboratórios funcionam como espaços públicos nos quais os elementos da vida diária são misturados, remisturados, desenvolvidos e testados. Essas esferas públicas, como círculo de discussão – editora, igreja, clínica e um bate-papo político enquanto se toma um drink com amigos ou conhecidos – são os lugares nos quais os cidadãos questionam os pseudo-imperativos da realidade e se opõem a eles com experiências alternativas de tempo, espaço e relações interpessoais." (Keane, 1996 : 15-16)

oposição às argumentações postas nos espaços hegemônicos. Os meios digitais podem pôr em xeque esta esfera pública hegemônica na medida em que permitem focos de discussão outros²⁴⁶.

Ao mesmo tempo em que pode servir como ferramenta de mobilização, dizem Downey e Fenton, a Internet pode, entretanto, alimentar formas de fragmentação social. Isto porque, não obstante a promessa de que a nova tecnologia de comunicação torna os cidadãos mais próximos (sobretudo devido à supressão de dificuldades relativas ao envio de uma mensagem a um local distante, cf. Lévy, 1999), ela pode, do mesmo modo, levar seus usuários a diferentes direções, a buscar diferentes assuntos, em alguns momentos em uma perspectiva individualista. Como observa Papacharissi em relação à formação de grupos de discussão na Internet:

"The number of people that our virtual opinions can reach may become more diverse, but may also become smaller as the internet becomes more fragmented. Special interest groups attract users who want to focus the discussion on certain topics, providing opportunities for specialized discussion with people who have a few things in common. As the virtual mass becomes subdivided into smaller and smaller discussion groups, the ideal of a public sphere that connects many people online eludes us. On the other hand, the creation of special interest groups fosters the development of several online publics, which, as Fraser noted, reflect the collective ideologies of their members" (Papacharissi, 2002: 16-17)²⁴⁷.

246 Como observa Malina (1999), a descrição feita por Habermas da esfera pública refere-se a apenas um único espaço de argumentação, um público específico e uma opinião como resultado. "Joshua Meyrowitz (1985) argues that new electronic *media* have 'clouded the difference between stranger and friend', suggesting that new forms of human emotion are beginning to evolve from interactions in multiple discussion groups. This observation is markedly different to the involvement of only one 'elite' public in the Habermasian formulation of the public sphere, and highlights the interaction within distinct groups and between people belonging to different publics and oppositional groupings." (Malina, 1999: 26). T.A.: "Joshua Meyrowitz (1985) argumenta que o novo meio de comunicação eletrônico tem 'enevado a diferença entre o amigo e o inimigo', sugerindo que novas formas de emoção humana estão começando a evoluir a partir de interações em diversos grupos de discussão. Esta observação é essencialmente diferente para o envolvimento de apenas um público de 'elite' da formulação habermasiana de esfera pública, e destaca a interação dentro de grupos distintos e entre pessoas pertencentes a diferentes públicos e grupos de oposição."

247 T.A.: "O número de pessoas que nossas opiniões virtuais podem alcançar pode tornar-se mais diverso, mas pode também diminuir se a Internet se tornar mais fragmentada. Os grupos de interesse atraem os usuários que querem focalizar a discussão em determinados tópicos, oferecendo oportunidades para a discussão especializada com pessoas que têm poucas coisas em comum. Enquanto a massa virtual se subdivide em grupos de discussão cada vez menores, o ideal de uma esfera pública que conecte muitos indivíduos online nos ilude. Por outro lado, a criação de grupos de interesse promove o desenvolvimento de diversos públicos online, que, como Fraser notou, refletem as ideologias coletivas de seus membros" (Papacharissi, 2002: 16-17).

Para Salter (2003) a esfera pública analisada por Habermas buscava a formação de uma vontade comum através do consenso, enquanto que a Internet parece favorecer a esta fragmentação discursiva na medida em que dá vazão a uma grande quantidade de vozes, ou seja, diferenças inconciliáveis emergiriam do pluralismo possível, inviabilizando os processos de tomada de decisão em alguns momentos. Downey e Fenton avaliam, então, que nem sempre estas situações de pluralidade são benéficas:

"Such networks obviously then become extremely problematic from the standpoint of discourse ethics. Greater pluralism may be regarded as a risk for deliberative democracy rather than its saviour. Such a concern is echoed by Sunstein, who argues that the internet has spawned large numbers of radical websites and discussion groups allowing the public to bypass more moderate and balanced expressions of opinion in the mass *media* (which are also, he argues, subject to fragmentation for essentially technological reasons). Moreover, these *sites* tend to link only to *sites* that have similar views (Sunstein, 2001: 59)." (Downey e Fenton, 2003: 189)²⁴⁸

Kakabadse, Kakabadse e Kouzmin (2003) adicionam mais uma consideração importante ao argumentar que, sem os modos institucionalizados de participação, seria difícil de agregar as preferências mais relevantes, podendo esta pluralidade excessiva resultar, inclusive, em uma paralisia do processo deliberativo institucionalizado no Parlamento, em meio a tantas opiniões e vozes concorrentes.

Um argumento final dá conta de que apenas a Internet poderia realizar uma verdadeira esfera "pública", pois os outros meios de comunicação não permitem que todos os pontos de vista sejam colocados da maneira que cada ator bem desejar. Ou seja, o acesso a meios como a televisão, o jornal ou o rádio impresso, por serem caros, e por exigirem uma estrutura pesada de funcionamento (maquinaria e pessoal capacitado), além de uma licença governamental, jamais poderiam ser tomados como espaços "públicos"²⁴⁹.

248 T.A.: "Tais redes obviamente se tornam extremamente problemáticas do ponto de vista da ética do discurso. Um maior pluralismo pode ser visto como um risco para a democracia deliberativa em vez de sua salvação. Esta idéia é repercutida por Sunstein, que argumenta que a Internet tem gerado um maior número de sites radicais e grupos de discussão permitindo ao público um desvio mais moderado e balanceado de expressões de opiniões dos meios de comunicação de massa (que são também, ele defende, sujeitos à fragmentação por razões essencialmente tecnológicas). Além disso, estes sites tendem a oferecer conexões apenas a sites que têm visões de mundo semelhantes (Sunstein, 2001: 59)."

249 Pode-se ainda levantar a questão do que é público e do que é particular na Internet, ou seja, tanto faz se se navega no *site* de um grupo ativista ou no *site* de um governo quando o conteúdo pode ser armazenado e modificado pelo usuário comum. Os *sites* de governos, então, seriam públicos em dois sentidos, neste caso.

Os discursos que negam o conceito de esfera pública virtual

Jodi Dean (2003), no texto *Why the Net is not a Public Sphere*, em sistematização semelhante à feita neste trabalho, identifica duas tendências de teóricos cuja preocupação é o funcionamento da Internet como esfera pública e as conseqüências das novas tecnologias para a vida democrática: (a) os que não admitem a Internet como esfera pública geralmente prendem-se ao seu conceito normativo e têm como principais alegações a exclusão digital (que impossibilita a participação de todos os interessados), a carência de racionalidade (um ambiente sem ordem discursiva, debate sobre os temas de maneira pouco precisa e justa) e de civilidade (a Internet garante o anonimato que serviria para os usuários agredirem uns aos outros²⁵⁰, por exemplo), além da instabilidade das relações no plano digital, isto é, as interações face a face²⁵¹ seriam mais ricas do que as mediadas por equipamentos no que se refere à discussão da coisa pública, pois não deixam os indivíduos isolados no plano físico, como acontece na navegação solitária²⁵². A outra corrente de especialistas (b) já

250 Quanto à timidez ou anonimato dos cidadãos em participar, é de se levar em consideração que os governos estão cada vez mais se interessando em projetos de identificação digital, isto é, a tendência é a de que, para ter acesso aos serviços, cada um terá sua senha e, desta forma, tais vantagens perdem parte de sua força.

251 Mostrando-se uma estrutura de comunicação que difere das tradicionais, a Internet não permite o encontro físico, o que levanta alguns questionamentos sobre a estabilidade das interações, não obstante o desenvolvimento da tecnologia como a videoconferência. Os entes do discurso, entretanto, não podem fatalmente serem considerados "estranhos" entre si, ou seja, apesar de não se encontrarem face a face, os indivíduos podem aprofundar a discussão, voltar a se encontrar em outro dia, retomar o debate, criando, assim, maior intimidade. "Now the question of 'talk', of meeting face-to-face, of 'public' discourse is confused and complicated by the electronic form of exchange of symbols. If 'public' discourse exist as pixels on screens generated at remote locations by individuals one has never and probably will never meet, as it is in the case of the Internet with its 'virtual communities' and 'electronics cafés', then how is it to be distinguished from 'private' letters, printface and so forth? The age of the public sphere as face-to-face talk is clearly over: the question of democracy must henceforth take into account new forms of electronically mediated discourse." (Poster, 1997). T.A.: "Agora, a questão da 'conversa', do encontro face a face, do discurso 'público' está confundido e complicado pela forma eletrônica de troca de símbolos. Se o discurso 'público' existe enquanto pixels nas telas gerados em locais remotos por indivíduos que nunca e provavelmente nunca terão um encontro, como é o caso da Internet com suas 'comunidades virtuais' e 'cafés eletrônicos', então como ser distinto de cartas 'privadas', printface e assim por diante? A era da esfera pública como conversa face a face está claramente terminada: a questão da democracia deve doravante levar em conta as novas formas de discurso eletronicamente mediado."

252 Ratifica-se a posição de Dean de que encontro algum pode ser considerado puro, sem mediação. A instabilidade causada pela carência de relação face a face é problematizada por Dean (1997): "Traditional liberal and civic republican conceptions of the democratic public spheres stress that it is a public made up of individual persons. [...] Additionally, because personality is associated with the body, that is, because it is presumed to be embodied personality, actions and interactions enabling personalities to be projected

considera que a Internet é sim uma esfera pública, aliás, em excesso, como faz Esther Dyson:

"Dyson's horror at the thought of 'all kinds of people' entering it tells us, first, that the possibility of an inclusive public sphere conjures up anxieties around truth and trust; and, second, that what she defends as the public sphere relies on a conception of rational debate that excludes all but the reasonable few. [...] Moreover, she suggests, in light of the underlying epistemology of the public sphere, that there is one truth and that there are experts out there who know this truth and who should be empowered to enlighten the rest of us. [...] So, for Dyson, the problem with the Net is the very excesses that make it a public sphere - everyone is included: the ignorant, the ill-informed, the unauthorized. There is too much equality, too much inclusivity. Dyson's point boils down to the complaint that there are too many different opinions and ideas out there on the Net." (Dean, 2003: 99-100)²⁵³

Depois de identificar estas posições extremas, a saída apontada por Jodi Dean é a de que a noção de Internet como esfera pública é, antes de tudo, ideológica, ou seja, a idéia de que a internet serviria para dar aos cidadãos a capacidade de discutir e trocar idéias funciona como uma "camuflagem" do que está por trás das transformações

and / or fabricated in ways that are independent of specific specified bodies are deemed particularly dangerous... [...] Allucquère Rosanne Stone's notion of the 'socially apprehensible citizen' as a collection of 'physical and discursive elements' is useful here in that it draws attention to the ways in which these elements are linked together to produce the citizen within specific political location through medical and legal texts, cultural encodings of race and gender, spatial assignments such as addresses and telephone books, and statistical determinations of groups and populations. These techniques 'warrant' the citizen as an agent necessarily linked to a physical body. [...] Mutual trust and authenticity are held out as foundational to exchanges in the public sphere precisely because these interactions and discussions are presumed to have political and social effects." (Dean, 1997: 275-277). T.A.: "As concepções de esfera pública democrática liberal tradicional e cívica republicana enfatizam que ela é uma esfera feita por pessoas individuais. [...] Adicionalmente, porque a personalidade é associada ao corpo, ou seja, porque se presume ser uma pessoa corporificada, as ações e interações permitem às personalidades serem projetadas e / ou fabricadas por modos que são independentes de corpos específicos e por isso supostas particularmente perigosas... [...] A noção de Allucquère Rosanne Stone de 'cidadão socialmente apreensível' como uma coleção de 'elementos físicos e discursivos' é útil aqui porque chama a atenção aos modos pelos quais estes elementos estão ligados uns aos outros para produzir o cidadão dentro de uma localização política específica através de textos médicos e legais, códigos culturais de raça e gênero, tarefas espaciais tais como endereços e agendas de telefone, determinações estatísticas de grupos e populações. Essas técnicas 'asseguram' o cidadão como um agente necessariamente ligado a um corpo físico. [...] Confiança mútua e autenticidade são sustentadas como fundamentais para trocas na esfera pública exatamente por causa dessas interações e discussões que são presumidas a causar efeitos sociais e políticos."

253 T.A.: "O horror de Dyson sobre a reflexão de que 'todos os tipos de gente' estão na Internet nos diz, primeiro, que a possibilidade de uma esfera pública inclusiva evoca ansiedades em torno da confiança e da crença; e, segundo, o que ela defende enquanto esfera pública conta com a concepção racional de debate, o que exclui todos os outros poucos racionais. [...] Além disso, ela sugere, à luz da epistemologia básica da esfera pública, que existe uma confiança e que há especialistas que conhecem esta confiança e que deveriam ser compelidos a esclarecer o resto de nós. [...] Então, para Dyson, o problema com a Internet é o enorme excesso que faz dela uma esfera pública – cada um está incluído: o ignorante, o pouco informado, o desautorizado. Existe muita igualdade, muita inclusividade. O ponto de ebulição de Dyson cai com a queixa de que existem muitas opiniões diferentes e idéias circulando pela rede."

contemporâneas, sobretudo econômicas: o capitalismo global, as trocas comerciais, enfim, a construção do que ela chama de tecnocultura²⁵⁴. Tal conclusão, segundo Dean, faz com que a rede telemática não possa ser tomada como neutra ou apenas uma ferramenta a ser empregada a depender da vontade de determinado agente:

"New media present themselves for and as a democratic public. They present themselves for a democratic public in their eager offering of information, access, and opportunity. They present themselves as a democratic public when the very fact of networked communications comes to mean democratization, when expansions in the infrastructure of the information society are assumed to be enactments of a demos. But, as is becoming increasingly clear, the expansion and intensification of communication and entertainment networks yields not democracy but something else entirely-communicative capitalism.[...] So, we are at an impasse: the ideal of the public works simultaneously to encode democratic practice and market global technoculture. Precisely those technologies that materialize a promise of full political access and inclusion drive an economic formation whose brutalities render democracy worthless for the majority of people." (Dean, 2003: 102-103)²⁵⁵

Dean aceita o caráter normativo da esfera pública, e justamente esta aceitação faz com que ela não considere a Internet como esfera pública: o ambiente digital é desorganizado; podem ser formados espaços, sim, mas que apenas indiretamente podem ser efetivos. Além disso, Dean lança dúvidas sobre que tipo de razão seria predominante nestas arenas discursivas, acrescentando que a *web* não funciona como esfera pública porque esta última deve possuir uma unidade que busque o consenso em torno dos temas coletivos, ao passo que as redes são, antes de tudo, pontos de contestação em vez

254 Leda Guidi demonstra não concordar que o caráter comercial seja corrosivo em relação à conformação de espaços públicos. "Pensar na rede apenas como uma imensa área de comércio eletrônico, e não como uma nova esfera pública, é restritivo, enganoso e, a longo prazo, destrutivo, do ponto de vista puramente comercial. No espaço plural das redes urbanas, o conceito de venda está inserido no conceito mais amplo de troca de valores (portanto, não se trata apenas de negócios). Dentro desse espaço, os elementos mais necessários são a confiança e o conforto, o que, para o usuário, significa ser percebido como alguém mais do que um mero consumidor." (Guidi, 2002: 187).

255 T.A.: "Os novos meios de comunicação apresentam a si mesmos para e como um público democrático. Eles apresentam-se para um público democrático na sua ansiedade em oferecer informação, acesso e oportunidade. Apresentam a si mesmos como um público democrático quando o fato da comunicação em rede passa a significar democratização, quando as expansões na infraestrutura da sociedade de informação são assumidas para serem decretos de um povo. Porém, como está se tornando cada vez mais claro, a expansão e a intensificação de redes de comunicação e entretenimento concede não a democracia, mas também alguma outra coisa puramente de capitalismo comunicativo. [...] Então, nós estamos em um impasse: o ideal de público funciona simultaneamente para codificar práticas democráticas e a tecnocultura do mercado global. Exatamente aquelas tecnologias que materializam a promessa de um acesso político completo, onde a inclusão leva a uma formação econômica onde a brutalidade desvaloriza a democracia em favor da maioria do povo."

de convergência ao entendimento: apesar da aproximação entre diferentes atores possibilitada pelo medium digital, não se pode falar de consenso (Dean, 2003)²⁵⁶.

Hubertus Buchstein (1997) oferece pelo menos três razões para que a internet não seja tomada necessariamente como meio relacionado à democracia deliberativa: (1) a falta de competência dos cidadãos comuns para discutirem temas que demandam conhecimento específico e capacidade de julgamento, não apenas político, mas para lidar com a própria tecnologia de comunicação; a consequência disso é o (2) acesso elitizado às potencialidades das redes telemáticas; (3) a esfera pública teria sua natureza modificada a partir do momento em que não mais se dá face a face²⁵⁷. Em suas palavras:

"The democratic ideal does not consist of merely one public sphere, but in order to have a democracy we must overlapping issues which we regard as being politically relevant. Or, to rephrase a famous formulation by John Rawls: democracies need 'overlapping discourses'. [...] This idea of universal data access is based on a highly questionable diagnosis of the weakness of modern democracies. It assumes that modern democracies suffer from a lack of information. One could argue, however, that the problem is that citizens and modern politics are hardly exhausting the information already piled up. [...] I am not arguing that network surfing is a waste of time, sometimes it is exciting. My argument is that the credibility of information on the net gets lost as long as there are no substitutes for the traditional communication junctions." (Buchstein, 1997: 254)²⁵⁸

Buchstein, de certa forma, concorda com a idéia de Wolton (2001) de que é necessário um compartilhamento de valores para, aí sim, se afirmar a democracia como

256 Ainda de acordo com Dean, agora em um texto chamado *Virtually Citizens*, de 1997, admitir a Internet como "a" esfera pública é pôr em segundo plano outros tipos de identidades, engajamentos e culturas populares que não empregam as redes de comunicação digitais.

257 Keane (1996) parece desacreditar a tese de que uma esfera pública teria sempre de agregar a característica de face a face para ser considerada genuína. Para ele, a Internet e demais acontecimentos que geram discussões a nível planetário são provas de que o espaço simbólico de trocas e compartilhamento de pontos de vista não necessariamente está ligado a um território qualquer. "A vida pública, alguém poderia dizer, está, no presente, sujeita a um processo de 'desterritorialização', o qual assegura que o sentimento de proximidade, compartilhado por cidadãos de diferentes *milieux*, leva cada vez menos a relacionamentos com os lugares em que eles nasceram de fato, onde eles cresceram, se apaixonaram, trabalharam, viveram, e onde eles irão eventualmente morrer." (Keane, 1996: 25)

258 T.A.: "O ideal democrático não consiste meramente de uma esfera pública, mas em uma ordem a envolver a democracia nós devemos sobrepor temas que sejam vistos como politicamente relevantes. Ou, para exprimir novamente a famosa formulação de John Rawls: as democracias necessitam de 'discursos que se sobrepõem'. [...] Esta idéia de acesso universal aos dados é baseada em um diagnóstico questionável da fraqueza das democracias modernas. Ela assume que as democracias modernas sofrem de uma carência de informação. Poderia-se argumentar, entretanto, que o problema é que os cidadãos e a política moderna estão altamente exaustos de tanta informação já disponível. [...] Eu não afirmo que navegar na Internet é uma perda de tempo; algumas vezes é empolgante. Meu argumento é que a credibilidade da informação na rede é pouco crível enquanto não existe substituto para as conjunções proporcionadas pelos meios de comunicação tradicionais."

uma forma de governo passível de aperfeiçoamento. Isto é, a possibilidade do usuário poder consumir individualmente a informação que deseja graças à liberdade a que agora é submetido quando conectado não adiciona grandes qualidades ao funcionamento da democracia. Neste sentido, a Internet também guarda o potencial de minar a cidadania pública na medida em que a comodidade oferece aos usuários julgamentos ligados à sua existência privada (Buchstein, 1997). Adicionalmente, os autores mais céticos desconsideram que a formação de uma opinião se dê no mesmo nível nas agregações virtuais quando comparada às modalidades tradicionais²⁵⁹.

Uma das perspectivas mais caras a esta discussão vem de Zizi Papacharissi (2002), onde ela conduz sua reflexão a partir da distinção entre "espaço virtual" e "esfera virtual". Papacharissi propõe a apreensão da Internet sobretudo como um espaço virtual (mas ainda sem condições de aceder ao status de uma esfera pública virtual), ou seja, a idéia de que a Internet funciona como um espaço com a capacidade de facilitar, mas não determinar, uma renovação da esfera pública; a rede atua menos ainda (conforme o entendimento de Papacharissi, 2002) como um fator a reverter a apatia política por parte da maioria dos cidadãos. Mesmo uma maior participação dos cidadãos, de acordo com a autora, tem o potencial de ajudar a democracia, mas não assegura de antemão que ela se torne mais sadia²⁶⁰.

"It should be clarified that a new public space is not synonymous with a new public sphere. As public space, the internet provides yet another forum for political deliberation. As public sphere, the internet could facilitate discussion that promotes a democratic exchange of ideas and opinions. A virtual space enhances discussion; a virtual sphere enhances democracy [...] Despite the fact that the internet provides additional space for political discussion, it is still plagued by the inadequacies of our political system. It provides public space, but does not constitute a public sphere. [...] Our political experience online has shown that so far, the

259 Interessante a seguinte argumentação de Buchstein, que consolida sua aceitação da Internet como uma modalidade complementar para se obter informação: "If the net becomes the primary source of information, democracy will be deeply affected. The transformation of all information into saleable goods not only demages the egalitarian underpinnings of democracy, but also destroys the notion of a common public sphere. [...] not much empirical research has been collected on the alleged 'deliberative qualities' of political discourse on the net. The more or less impressionistic evidence currently at hand, however, does not support the paradise thesis at all." (Buchstein, 1997: 257). T.A.: "Se a Internet se transformar na fonte primária de informação, a democracia será profundamente afetada. A transformação de toda a informação em bens comercializáveis não apenas prejudica os underpinnings igualitários da democracia, mas também destrói a noção de esfera pública comum. [...] não tem sido realizada muita pesquisa empírica sobre as supostas 'qualidades deliberativas' do discurso político na Internet. A evidência mais ou menos corrente, porém, é a de que não se suporta esta tese visionária em seu todo."

260 Papacharissi ainda ressalta que a apatia política é *apenas um dos problemas* que cercam a atual cultura política das sociedades democráticas (Papacharissi, 2002: 22).

internet presents a public space, but does not yet constitute a public sphere." (Papacharissi, 2002: 11-23)²⁶¹.

No entender de Papacharissi, há uma extensão nos canais de comunicação a partir do advento do ciberespaço, sem, entretanto, poder ser constatada uma modificação radical quanto à comunicação política em si. Ela argumenta, por exemplo, que as redes digitais parecem, em muitos momentos, ser apropriadas pela política tradicional em vez de revolucionar suas estruturas, concordando, assim, com as considerações de Clift (2003).

Uma outra contribuição de Papacharissi em relação a esta questão tem a ver com a idéia de que, se o caráter anônimo dado a alguns dos debates realizados nas redes telemáticas e a condição de pôr à parte as fronteiras espaciais entre países podem estimular um senso de socialidade, por outro lado a falta deste contato concreto com quem se interage pode promover uma falta de solidariedade (Papacharissi, 2003). As agregações criadas e mantidas virtualmente tornariam mais difícil a construção de laços de confiança e de interdependência para a ação coletiva (Kinder, 2002). Um outro fator é a instabilidade das relações mediadas por telas, e não mais face a face. Esta última crítica é foco do livro *Resisting the Virtual Life*, de James Brook e Iain A. Boal, para quem:

"... virtual technologies are pernicious when their simulacra of relationships are deployed societywide as substitutes for face-to-face interactions, which are inherently richer than mediated interactions. Nowadays, the monosyllabic couch potato is joined by the information junkie in passive admiration of the little screen; this passivity is only refined and intensified by programmed 'interactivity'." (Brook e Boal, apud Dean, 1997: 268)²⁶²

261 T.A.: "Deve ser esclarecido que um espaço público novo não é sinônimo de uma nova esfera pública. Como espaço público, a Internet fornece um outro fórum para a deliberação política. Como esfera pública, a Internet poderia facilitar uma discussão que promove uma troca democrática das idéias e das opiniões. Um espaço virtual realça a discussão; uma esfera virtual realça a democracia [...] Apesar do fato que a Internet oferece um espaço adicional para a discussão política, ela é atingida ainda pelos vícios de nosso sistema político. Ela fornece o espaço público, mas não constitui uma esfera pública [...] Nossa experiência política online tem mostrado que a Internet apresenta um espaço público, mas não constitui ainda uma esfera pública" (Papacharissi, 2002: 11-23).

262 T.A.: "... as tecnologias virtuais são prejudiciais quando seus simulacros de relações são colocados como substitutos, na sociedade como um todo, das interações face a face, que são inerentemente mais ricas do que as interações mediadas. Hoje em dia, o monossilábico couch potato é acompanhado por informação de pouca qualidade / grosseira / superficial, em uma admiração passiva da telinha; esta passividade é apenas refinada e intensificada pela 'interatividade' programada'."

Dean (1997) argumenta que, apesar de serem mais ricas, as interações face a face não estão prontas a se despirem de preconceitos ou permitirem que qualquer indivíduo se expresse à vontade: a tecnologia oferece, assim, proteções que devem ser levadas em consideração²⁶³. Jodi Dean ainda se contrapõe à idéia de Brook e Boal ao afirmar que não obrigatoriamente as relações mantidas em ambiente digital vão substituir por completo as trocas face a face ou tornar os usuários apenas passivos, enquanto que, se inquiridos pessoalmente, eles teriam de necessariamente responder.

A esfera pública virtual como conversação civil

O termo conversação civil foi cunhado por Umberto Eco, em seu livro *Cinco Escritos Morais* (1998), quando o autor, em referência ao desenvolvimento da televisão e dos modos de produção das informações advindas do campo político (adequação de linguagem dos programas partidários, telecomícios, discursos menos ideologizados), analisa brevemente os talk-shows norte-americanos do início dos anos 70 como espaços destinados a atrair os telespectadores de maneira não entediante, empregando para isso entrevistas e disputas entre pontos de vista divergentes. A conversação civil seria estimulada por este tipo de programa ao atrair os cidadãos para temas de natureza pública política²⁶⁴.

263 De acordo com pesquisa empírica, Sampaio e Aragon tecem os seguintes comentários: "Em virtude do anonimato da web, os marcadores sociais e culturais tradicionais, como sexo, idade, raça, bem com os limites temporal e espacial que fixam a linguagem do dia-a-dia e que inscritos na mídia escrita e falada estão sendo desafiados. Ou seja, onde a comunicação oral ou escrita vinha embalada num contexto cultural que fornecia significados claros a formas de identidade, através da redução da comunicação a um complexo código de números binários e da reprodução da informação a partir daquele código, nós também reconfiguramos o contexto social ao nosso redor." (Sampaio e Aragon, 2002 : 76)

264 Eco, entretanto, alega que os talk-shows acabaram se transformando em espaço de confrontos em vez de debates, algumas vezes disputas físicas, o que, definitivamente, deixa de merecer a alcunha de política, no sentido de não apelar à argumentação e ao bom senso. Consulte-se a referência original completa retirada do livro. "Nos anos 60 os jornais ainda não sofriam tanto a concorrência da televisão. Apenas Achille Campanile, em uma conferência sobre a televisão em Grosseto, em setembro de 1962, teve uma intuição luminosa: antes os jornais eram os primeiros a dar a notícia e só depois as outras publicações intervinham para aprofundar a questão. O jornal era um telegrama que terminava com: 'Segue carta'. Assim, em 1962, a notícia era dada às 8 da noite pelo telejornal. O jornal da manhã seguinte dava a mesma notícia: era uma carta que terminava com: 'Segue, ou melhor, precede um telegrama'. Por que só um gênio da comédia como Campanile se deu conta dessa situação paradoxal? Porque na época a TV era limitada a um ou dois canais considerados pró-regime e, portanto, não era considerada (e em grande parte realmente não o era) confiável como fonte; os jornais diziam mais coisas e de maneira menos vaga; os comicos nasciam do cinema ou do cabaré e nem sempre aportavam na TV; a comunicação política acontecia na praça, cara a cara, ou através de cartazes nas paredes: um estudo sobre o telecomício nos

Esta dissertação concorda, nestes termos, com a consideração feita por Gomes de que a Internet pode *funcionar melhor* como espaço destinado à conversação civil do que como um espaço deliberativo *per si*, justamente porque as diferentes formas de mediação política possibilitadas pelas novas tecnologias de comunicação, apesar de (1) oferecer perspectivas de modernização administrativa, (2) possibilitar acesso fácil à informação, (3) dar voz a opiniões antes suprimidas pelos grandes veículos de comunicação, (4) possibilitar uma relação direta dos atores políticos (institucionais ou não) com os cidadãos, e (5) dos cidadãos entre si através da formação de grupos de debate, não funcionam como a solução de problemas outros relacionados à forma democrática de governo, como a apatia. Mesmo com o advento destas diferentes formas de mediação política, não há modificações na natureza institucional da política, isto é, na democracia representativa quem continua possuindo eficácia legislativa é a esfera política e não a esfera civil.

A conformação da esfera pública com fins decisórios necessita de uma ordem mínima de discussão, respeito mútuo e pauta de assuntos a serem discutidos, o que parece pouco viável dada a amplitude e dispersão típicas do ambiente digital. Em outras palavras, *é exatamente esta modalidade de esfera pública enquanto conversação civil que se pretende aplicar à noção geral de esfera pública virtual.*

De acordo com o que já foi exposto anteriormente, Gomes (2001) argumenta que, ao se falar de Internet, compreende-se pelo menos três fenômenos: a interconexão de computadores (rede telemática no sentido estritamente técnico); um repertório de conteúdos disponível ao usuário comum a partir dos mais diversos *sites*; e, em terceiro,

anos 60 apurou, através da análise de numerosas tribunas políticas, que, com a intenção de adequar suas propostas à média dos espectadores televisivos, o representante do PC acabava por dizer coisas muito semelhantes às que dizia o representante da DC, ou seja, anulavam-se as diferenças a cada um tentava parecer o mais neutro e tranquilizador possível. Portanto, a polêmica, a luta política, acontecia alhures e, na maior parte das vezes, nos jornais. Depois houve um salto quantitativo (os canais multiplicavam-se cada vez mais) e qualitativo: até mesmo no interior da TV estatal diferenciavam-se três canais orientados politicamente de modos diversos; a sátira, o debate aceso, a fábrica dos grandes furos de reportagem passou a ser a televisão, que ultrapassou até mesmo a barreira do sexo, de forma que alguns programas das onze da noite tornaram-se muito mais audazes do que as monásticas capas da *Espresso* ou *Panorama*, que não iam além da fronteira dos glúteos. *Ainda no início dos anos 70, lembro-me que publicava uma resenha sobre os talk-shows americanos, como espaços de uma conversação civil, espirituosa, que conseguia manter os espectadores vidrados na telinha até tarde da noite e propunha que se fizesse o mesmo na televisão italiana. Depois o talk-show começou a aparecer, cada vez de maneira menos triunfal, nos vídeos italianos, mas, pouco a pouco, tornou-se local de enfrentamentos violentos, às vezes até físicos, escola de uma linguagem sem meios-termos (honrando a verdade, uma evolução do gênero aconteceu parcialmente também nos talk-shows de outros países).* [grifado para este trabalho]" (Eco, 1998: 62-64)

um ambiente que permite a interconexão de usuários, seja através de salas de bate-papo ou listas de discussão pública via correio eletrônico. Para fins de análise de reverberação no campo político, deve-se assinalar que apenas as duas últimas dimensões podem ser consideradas nos estudos das arenas discursivas digitais (a primeira dimensão estaria subentendida à estrutura e pouco material oferece para explicar a qualidade discursiva das arenas em jogo).

Inicialmente, não haveria maiores resistências em chamar de democrática uma ferramenta que provê informação de todos os tipos de atores e a um custo relativamente baixo, permitindo ainda a interação e registro dos fatos pelas visões dos próprios interessados, através das mais diversas plataformas (*sites Web*, correio eletrônico, listas de discussão). A Internet viria adicionar mais um espaço comunicativo com capacidade de agregar cidadãos comuns.

Porém, o que se constata é que nem sempre todos os cidadãos possuem interesse na coisa pública, e os que demonstram interesse não tomam o exercício público da palavra mesmo quando o tema lhes apetece, por se considerarem inaptos, tímidos, ou porque já tiveram suas inquietações expostas por outros. Ou seja, como explica Dahl (2001), mesmo em uma assembléia popular ideal, assim como na maioria dos fóruns digitais, apesar de a palavra ser facultada a quem esteja presente (poder de voz), acontece com maior freqüência que poucos indivíduos argumentem por um período maior, em um jogo de réplicas e tréplicas, no intuito de convencer seus pares. Para explicar tal fenômeno, não apenas para os *media* digitais, mas em um contexto maior de abrangência do regime democrático, Dahl evoca o que chama de "Lei do tempo e dos números"²⁶⁵:

"A lei do tempo e dos números: quanto mais cidadãos uma unidade democrática contém, menos esses cidadãos podem participar diretamente das decisões do governo e mais eles têm de delegar a outros essa autoridade [grifo do autor]. [...] Contudo, se nossa meta é estabelecer um sistema democrático de governo que proporcione o maior terreno possível para tratar eficazmente dos problemas de maior importância para os cidadãos, então, em geral, a vantagem estará numa unidade de tal tamanho que será preciso um governo representativo. Este é o dilema da participação do cidadão versus a eficácia do sistema." (Dahl, 2001: 125)

265 Deve-se lembrar que no modelo de democracia adotado por Dahl, liberal-pluralista, a participação não é tão importante quanto o pluralismo das posições representadas.

Por este motivo não se pode atribuir à Internet a capacidade de, isoladamente, resolver os problemas que inquietam a forma democrática de governo e seus estudiosos, pois possibilitar a reunião dos indivíduos para debater determinado tema não garante (1) que todos queiram discutir, (2) que a discussão se dê de modo frutífero e nem que (3) o resultado da discussão consiga atingir as esferas deliberativas a quem foi concedido o poder de implantar os projetos públicos²⁶⁶. Desta forma, a Internet não viria no sentido de prejudicar a democracia, mas também não seria responsável por uma revolução em termos de compreensão desta forma de governo. É por este motivo que Buchstein, assim como Papacharissi²⁶⁷, insiste que o emprego destes meios de comunicação digitais devem ser analisados em sintonia com o contexto cultural de cada sociedade:

"In addition, the use of the Internet has to be carefully situated within the context of already existing democratic institutions. And finally, a change of perspective is necessary. This perspective reaffirms democracy and not technology as the starting point of any reform agenda. And so, let us ask: to which problems of modern democracies can the use of the Internet contribute a solution in accordance with deliberative democracy?" (Buchstein, 1997: 260)²⁶⁸

Ainda sobre a questão do estímulo para participar de debates de cunho político, a Internet se mostra apazível aos usuários porque eles podem se pronunciar comodamente, singularmente até (a partir de suas páginas ou *weblogs*), sem a necessidade do contato permanente ou sem que se tenha a sensação de que se está servindo de "bucha de canhão", isto é, sem a impressão de ser manobrado por líderes.

O modelo de esfera pública que exige dos cidadãos um engajamento e racionalidade constantes parece ser pouco correspondente à realidade social

266 Hill e Hugues (1998) levam em consideração que não necessariamente a possibilidade de interconexão entre usuários de diversas partes do planeta trará compreensão mútua, devido sobretudo aos diferentes quadros culturais de origem de cada um.

267 Papacharissi (2002) concorda e, especulando sobre a efetividade dos discursos e debates oferecidos online, afirma que "The power of the words and their ability to effect change, however, is limited in the current political spectrum. In a political system where the role of the public is limited, the effect of these online opinions on policy making is questionable" (Papacharissi, 2002: 16). "O poder das palavras e suas propriedades em repercutir as mudanças, entretanto, está limitado pelo spectrum político vigente. Em um sistema político onde o papel do público é limitado, o efeitos destas opiniões online no jogo político é questionável".

268 T.A.: "Adicionalmente, o uso da Internet tem de ser cuidadosamente situado no contexto das instituições democráticas já existentes. E, finalmente, a contingência da perspectiva é necessária. Esta perspectiva reafirma a democracia, e não a tecnologia, como o ponto de partida de qualquer agenda de reformas. E assim, perguntemos: a quais problemas da democracia moderna pode o uso da Internet contribuir com uma solução plausível em termos de democracia deliberativa?"

contemporânea. Mesmo na Internet, os usuários não têm, em sua maioria, disponibilidade e dedicação completas para se engajarem em debates (Papacharissi, 2002). Há usuários que, por não se sentirem à vontade para se expor ou não considerarem ter qualificação suficiente, querem apenas consumir informação, ter acesso ao material compartilhado por outros usuários mais ativos (como acontece com frequência em listas de discussão). Dá-se um consumo privado do material lançado para o público, ou seja, em inúmeras ocasiões, as listas funcionam apenas como repositório de conteúdos, onde notícias e eventos são divulgados, sem gerarem maiores polêmicas ou, quando estas acontecem, geram apenas uma participação momentânea e restrita²⁶⁹. De acordo com o que propõe Maia em relação à participação em listas e o debate realizado nestes espaços:

"Não obstante, se haverá ou não o processo de debate é algo que não pode ser decidido a priori, pois o debate, em si mesmo, depende da livre motivação e da ação dos próprios concernidos, que é contingencial e imprevisível. Além disso, o debate é mais do que uma mera pluralidade de vozes. Ele é focado e se caracteriza por discussões singulares. [...] Se todos falam e ninguém ouve, temos o resultado semelhante ao de uma torre de Babel. Conforme os estudos de Wilhelm (1999) e Hill e Hughes (1998) evidenciam, a grande maioria dos participantes em listas de discussão política e chats expressam a própria opinião, buscam e disponibilizam informação, sem que se vinculem a um debate propriamente dito." (Maia, 2002a: 55-56)

Se são desencadeadas formas de protesto *online*, pode-se levantar a hipótese de que isso ocorre porque uma parte dos cidadãos parece sim se sentir indignada com o que se chama de globalização excludente (para tomar um exemplo de movimento que bem utiliza os meios digitais), mas aparenta estar predisposta a se manifestar apenas se puder, comodamente, expor suas opiniões, sem constrangimentos, medo de ser vaiada pela multidão na rua ou fotografada e aparecer no outro dia na página de jornal. Há também o que Albuquerque e Sá (2001) afirmam como necessidade dos indivíduos de fazer algo por determinada causa (como repassar uma carta-corrente, fazendo sua parte e livrando-se da culpa pela omissão de possíveis tragédias), mas não necessariamente pôr sua vida em função daquele ideal.

269 Claro que há listas fechadas de especialistas em determinado assunto que podem funcionar mais ativamente, mas o que se procura traçar aqui é um diagnóstico panorâmico, ainda carente de maiores estudos empíricos rigorosos.

Além disso, uma outra hipótese a ser avaliada versa sobre o fato de que os cidadãos tenderiam a preferir escolher o movimento do qual desejam participar (talvez aqui a junção entre cidadania e consumismo feita por Canclini, 1999, possa ser aceitável), optar pela causa a que desejam dedicar seu tempo e conhecimento, sem necessariamente serem pressionados por companheiros de trabalho ou vizinhos, por exemplo. A Internet, assim, constitui-se numa possibilidade de acesso a recursos e instrumentos de mobilização para a sociedade civil desorganizada (a força da dispersão)²⁷⁰.

Tomando-se novamente a caracterização da Internet como espaço de conversação civil, pode-se dizer que, se a interação de caráter político mais próxima do ideal envolve o respeito ao outro com o objetivo de chegar a um consenso racional e aprovado pelo menos pela maioria, um grande número das arenas de debate via redes digitais não parece cumprir este preceito, essencial para se construir um resultado discursivo de qualidade. Em outras palavras, nos fóruns abrigados pelo ambiente digital, são comuns ofensas ou expulsões de usuários que não se dobram a determinado posicionamento, o que na verdade não caracteriza uma atitude democrática ou mesmo política, na medida em que se configura como uma forma de violência (expulsão dos pontos de vista discordantes em um canal de bate-papo, por exemplo)²⁷¹. Este fenômeno vai de encontro ao discurso libertário que cerca os que rechaçam qualquer forma de censura por meio das redes digitais. Pode-se contrapor que em relação aos debates face a face também podem ser apontados defeitos semelhantes, mas de algum modo o fato de se estar de frente ao oponente intimidaria o "agressor" verbal (o que seria menos provável quando os entes do discurso estão separados e têm como interface a tela do computador). De acordo com as contribuições de Buchstein, nesse sentido:

"As the story goes, in the classical *agora* there was competition for the most reasonable way to solve a problem and the best way to build consensus. In the electronic *agora*, competition is for the most outrageous, provocative, and crazy point of view. This attitude

270 Como propôs Wilson Gomes, em reunião do grupo de pesquisa Ciberdemocracia & Ciberpolítica, 2003.

271 Pode-se adicionar mais uma consideração sobre esta questão: "Jankowski and Van Selm (2000) expressed reservations that online discussions, much like real life ones, seemed to be dominated by elites and were unable to influence public policy formation" (Papacharissi, 2002: 13). T.A.: "Jankowski e Camionete Selm (2000) expressaram restrições em relação ao fato de que as discussões online, mais do que as discussões da vida real, pareciam ser dominadas por elites e foram incapazes de influenciar a formação da política pública" (Papacharissi, 2002: 13).

attracts the creation and expression of extreme political actions. [...] Previously, newspaper readers followed arguments which were longer than what can appear on a computer screen. Electronic interviews tend to shorten and simplify complex issues. The process of typing encourages short and simple questions and equally concise replies. As Stoll puts it: 'Just as TV gives us soundbites, the *online*-interview provides one-line answers. [...] In digital reality, there is no space for glances, physical expressions, gestures, intonation, and overtones. Digital communication stress the exchange of pure data and allows participants to cut off unwelcome communication with just a move of a finger.' (Buchstein, 1997: 258-259)²⁷²

Conforme Savigny (2002) defende, se a Internet apenas é observada como espaço de discussão política sem o estatuto da razão, onde seria praticamente impossível estabelecer um consenso apto a influenciar as decisões tomadas na esfera administrativa, então, na verdade, a rede pode influenciar muito pouco em uma mudança quanto ao domínio político por parte de uma elite social e cultural. Dean tece as seguintes considerações sobre esta questão:

"... Charles McGrath, like others who view the paucity of 'lengthy, reasoned arguments' on the net as symptomatic of its 'adolescence' dismissively remarks: 'Because everyone must be free to speak to what is on his or her mind, everyone is also presumed to have something worth-while to say'. Games, sex, role-playing, discussions of television shows, and speculation on alien possibilities and possible aliens are all deemed signs of the banality of the net, its 'overcrowding' by that which doesn't really belong, by that which detracts from the higher aims of public discourse." (Dean, 1997: 271)²⁷³

Há de se destacar ainda dois outros fatores com implicações na formatação do debate argumentativo mediante redes digitais. O primeiro diz respeito ao fato de a

272 T.A.: "Como a história mostra, a ágora clássica havia competição pela maneira mais racional de se resolver um problema e pelo melhor caminho para se construir um consenso. Na ágora eletrônica, a competição é pelo mais ofensivo, provocativo e desvairado ponto de vista. Esta atitude atrai a criação e expressão de ações políticas extremas [...] Previamente, os leitores de jornais seguiram / se basearam argumentos que foram maiores do que o que pode aparecer em uma tela de computador. Entrevistas eletrônicas tendem a diminuir e simplificar discussões complexas. O processo de digitação estimula questões pequenas e simples e respostas igualmente pequenas. Como Stoll coloca: 'Assim como a televisão nos dá *soundbites* [pequenos trechos de entrevistas com personalidades, representantes], as entrevistas *online* nos fornecem respostas de uma linha. [...] Na realidade digital, não há espaço para relances, expressões físicas, gestos, entonações, e harmonia de sons. A comunicação digital enfatiza a troca pura de dados e permite aos participantes jogar fora comunicações que não agradam com apenas um movimento de dedo."

273 T.A.: "... Charles McGrath, assim como outros que vêem a escassez de 'argumentos racionais, cansativos' na Internet como um sintoma de sua 'adolescência' destacam: 'Porque cada um deve ser livre para falar o que está em sua mente, de cada um também se espera ter algo de valor a dizer'. Jogos, sexo, desempenhos de papéis, discussões de shows na televisão, e especulação sobre possibilidades alienígenas são supostos sinais da banalidade da rede, sua 'super lotação' pelo que realmente não importa, pelo que prejudica as mais altas reivindicações de discurso público."

interação não ser face a face (já discutido nesta dissertação em outros momentos). A segunda observação tem relação com a natureza escrita, e não falada (na maioria das vezes), destes debates, o que limitaria a capacidade argumentativa, pois não se escreve tão rápido quanto se fala; ou nem todos têm disposição integral em escrever um argumento por completo quando conversa na Internet. São duas questões técnicas, é verdade, e que tendem a ser dissipadas dentro de alguns anos, mas ainda geram ressalvas para a qualidade do debate. Em consonância com esta consideração, Salter oferecer uma contribuição ao expor os requisitos para que a ação comunicativa, no entender de Habermas, seja eficaz:

"For communicative action to be successful, there are a number of requisite conditions. Without going into too much detail on this complex matter, Habermas takes communicative action to be premised on the existence of criticizable validity claims. That is, whenever we act communicatively, we raise claims that other party(s) in communication can question. In order for a speech act to be accepted, the hearer must be able to accept its truth, the corresponding normative basis, and the sincerity of the speaker. Of course, such criteria might be unattainable on the Internet. First, verification of information on the Internet, as with any medium, is a complex process requiring the will and time that many are not prepared to invest. Second, the lack of a shared lifeworld, or even a shared cultural background of international Internet users, causes problems for the acceptance of normative acceptability or rightness. Finally, the much-championed anonymity of the Internet makes the assessment of sincerity very difficult indeed." (Salter, 2003: 136)²⁷⁴

À suposição de que a Internet não é o melhor espaço para um debate racional se alia ainda o fato de que muitos dos casos de desentendimentos nas listas de discussão são gerados pelo envio repetido da mesma mensagem, ou anúncios do tipo classificados, procura por animais perdidos (quando a lista pertence a uma comunidade geográfica próxima) ou mesmo fofocas anônimas, o que pouco parece contribuir para um diálogo frutífero sobre temas coletivos (alguns destes entraves podem ser considerados ruídos de comunicação).

274 T.A.: "Para a ação comunicativa ser efetiva, existe um número de condições / requisitos. Sem entrar nos mínimos detalhes deste completo problema, Habermas toma a ação comunicativa a partir da premissa da existência de reivindicações de validade criticável. Isto é, sempre que nós agimos comunicativamente, nós revelamos pretensões que outros partidos em comunicação podem questionar. A fim de que um ato de discurso seja aceito, o ouvidor deve ser capaz de aceitar a verdade, a base normativa correspondente e a sinceridade de quem faz o discurso. Claro, tal critério deve ser inatingível na Internet. Primeiro, a verificação da informação na Internet, como em qualquer outro meio de comunicação, é um processo complexo de necessitar a vontade e o tempo que muitos não estão preparados para empregar. Segundo, a carência de um mundo da vida compartilhado, ou mesmo um contexto cultural dividido de usuários internacionais de Internet, causa problemas na aceitação de normas ou justiça. Finalmente, a tão bem defendida anonimidade na Internet torna a avaliação da sinceridade muito difícil, na verdade."

Miranda (1995) argumenta, assim, que, se por um lado o recurso a meios de comunicação como a Internet mostra os limites da palavra burocrática (aquela proferida apenas pelos "autorizados", ou seja, fontes governamentais e donos dos veículos de comunicação de massa), por outro lado as redes telemáticas de comunicação acabam por demonstrar o próprio limite da palavra, no sentido de que nem todo conteúdo propagado se torna útil para a formação da vontade política ou ao aperfeiçoamento da democracia.

Com as considerações anteriores em mente, a dissertação defende que a Internet, *no que se refere à política institucional de maior abrangência* (aquela cujo objetivo é lidar com as administrações de prefeituras, estados e países) *funciona melhor* (mas não se restringe) como reforço para os laços e espaços sociais já existentes, no sentido de abrir mais uma modalidade que contribui para a formação discursiva da vontade, do que como um espaço de cunho decisório; apesar de possibilitar a criação de novos espaços e a formação de agregações em torno de determinado interesse ou tema, se os cidadãos não tiverem um interesse pré-existente na coisa pública, nos assuntos de Estado, não é a Internet quem vai criar esse empenho. É nestes termos que a seguinte afirmação de Buchstein demonstra sua pertinência:

"Generally speaking, the Internet is more useful on the level of opinion-formation than on the level of decision-making. But even here, the technical attributes of the net set narrow limits. The Internet is less applicable for the creation of new forms of democratic public spheres than for the support of already existing ones. In particular, the net allows for far easier access to documents, research statements, and other forms of factual information. [...] If we start with the normative premises that democracy contains elements of political deliberation, a distinction between private and public, and a public sphere which in principle can be shared by all citizens, the current reform strategies for computer democracy are more of a threat than a promise." (Buchstein, 1997: 260-261)²⁷⁵

Há momentos que, sem dúvida, a Internet se comporta como esfera pública eficaz, inclusive em termos deliberativos. Mas, geralmente, estes eventos acontecem

275 T.A.: "Abordando-se geralmente, a Internet é mais útil ao nível da formação da opinião do que no nível da formulação da decisão. Mas até aqui, os atributos técnicos da Internet impõem limites estreitos. A Internet é menos aplicável para a criação de novas formas de esferas públicas democráticas do que para reforçar as esferas públicas já existentes. Em particular, a rede permite o acesso mais fácil a documentos, relatórios de pesquisa e outras formas de informação factual. [...] Se começarmos com as premissas normativas de que a democracia contém elementos de deliberação política, uma distinção entre privado e público, e uma esfera pública que em princípio é compartilhada por todos os cidadãos, as estratégias de reforma vigentes para a democracia via computadores são mais uma ameaça do que uma promessa."

quando os grupos atingidos por esta deliberação, ao mesmo tempo em que são especializados ou dedicados a determinada temática, não são muito extensos. É o caso de uma lista de discussão²⁷⁶. Aliado a este fato, está a suposição de que a Internet possibilita a conformação de espaços antes difíceis de viabilizar, como por exemplo, fóruns de natureza muito específica, como um grupo sobre novas tecnologias de acesso às redes telemáticas via *Wireless*.

Deve-se ainda acrescentar algumas considerações sobre a questão do controle de conteúdo na Internet e sua implicação em termos políticos. Os discursos que tomam a Internet como benéfica e receptiva ao fortalecimento dos regimes democráticos exaltam a possibilidade de que todos os usuários podem falar, se expressar, não mais estarem censurados por um governo ou ter suas idéias tolhidas em função da timidez²⁷⁷.

Mas se o anonimato permite a expressão política de indivíduos tímidos ou que não podem se manifestar por pressões outras (de seus familiares ou dos chefes no trabalho), por outro lado condiciona os entes do discurso a se tornarem, tendencialmente, menos confiáveis uns aos outros, ou menos confiáveis do que seriam se conversassem face a face: as linhas de um diálogo em bate-papo não permitem que se apreenda a entonação da voz, a reação de quem interage quando dado posicionamento é exposto. Wolton demonstra sua desconfiança no que concerne a esta característica da rede:

"Qualquer pessoa pode introduzir informação na rede sem que ninguém possa controlar. Supõe-se que os fornecedores são virtuosos e honestos, isentos de intenção maldosa e que os utilizadores são igualmente virtuosos e racionais. *As informações são verdadeiras porque estão na Net!* Nunca um sistema técnico havia criado a sua própria legitimidade,

276 Durante o ano de 2002, a lista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), abrigada no Yahoo! Grupos (www.yahoo.com) discutiu sobre o processo de clivagens dos Grupos de Trabalho onde são tratados pelos especialistas os diversos temas que a área abrange. A clivagem é exatamente o momento onde aquela agregação permitida pelas redes digitais vai decidir as ementas dos grupos e a pertinência dos trabalhos a serem selecionados de acordo com a ênfase de cada GT para o próximo encontro da Associação. No acompanhamento da discussão, vários professores propuseram ementas, novos grupos de trabalho, correções de apontamentos feitos pelos pares, réplicas e tréplicas para, ao final, se chegar à formatação final da área de pertinência de cada grupo e os próprios grupos de trabalho a serem abrigados na Associação.

277 Conforme propõe o modelo de democracia defendido por Dahl: "... a liberdade de expressão é um requisito para que os cidadãos realmente *participem* da vida política. Como poderão eles tornar conhecidos seus pontos de vista e persuadir seus camaradas e seus representantes a adotá-los, a não ser expressando-se livremente sobre todas as questões relacionadas à conduta do governo? Se tiverem de levar em conta as idéias de outros, será preciso escutar o que esses outros tenham a dizer. A livre expressão não significa apenas ter o direito de ser ouvido, mas ter também o direito de ouvir o que os outros têm para dizer." (Dahl, 2001: 110)

suprimindo, de um só golpe, o conjunto das realidades de poder, de desigualdades, de mentiras e de relações de força que sempre envolveram a informação." (Wolton, 2001: 98-99)

Um relatório preparado pela Privacy International²⁷⁸ (PI, grupo de direitos humanos criado em 1990, com sede em Londres, e que atua na área de liberdade de informação e de expressão), nomeado "Silenced: Censorship and Control of the Internet" (Silenciado: Censura e Controle da Internet), concluiu que a maior parte dos países vem concentrando esforços para aumentar o controle sobre a Internet, desde o monitoramento de *e-mails* até a censura de *weblogs*, sobretudo utilizando como justificativa a procura por terroristas. Dentre outras restrições impostas pelos governos, podem ser enumeradas a filtragem através da censura prévia, a aplicação de leis e de licenças de uso da rede com alto custo e a manipulação de programas e peças de computadores usados pelos usuários com o intuito de fiscalizar a produção e o uso de materiais digitais. Buchstein tece os seguintes argumentos sobre o controle de conteúdo na Internet.

"Democratic theories disagree about the limits which should be set on the content of public speech. Some argue that hate speech, for example, is one of the costs of free speech. Others argue that hate speech violates the normative presuppositions of democratic discourse and should therefore be regulated. The question of democratic censorship is an ongoing normative debate. [...] An argument often stated in favor of the democratizing potential of the Internet is its alleged 'free flow of information'. The reluctance of Singapore, Iran, China, and Cuba to open full access to the net is supposed to prove this point. [...] My point is that this technical question has political implications. Encryption technology confronts us with a hard choice that must be decided politically. [...] German neo-Nazis use commercially available *software* to exchange encrypted messages that contain these forbidden symbols and messages. German authorities are unable to penetrate these networks. [...] there are reasons to be skeptical about whether the activities of the 'virtual civil society' will be feasible in coping with this new challenge without the help of a legal system or 'constitution of the net'. (Buchstein, 1997: 252-253)²⁷⁹

278 A íntegra do relatório pode ser conferida em: <http://www.privacyinternational.org/survey/censorship/> (acessado em 03 de dezembro de 2003).

279 T.A.: "As teorias democráticas discordam sobre os limites nos quais deveria ser colocado o conteúdo de discurso político. Alguns argumentam que discursos relativos ao ódio [a etnias, por exemplo] é um dos custos do discurso livre. Outros dizem que o discurso de ódio viola as pressuposições normativas do discurso democrático e deveria, portanto, ser regulado. A questão da censura democrática é um debate normativo interminável. Um argumento muitas vezes levantado em favor do potencial democrático da Internet é seu alegado 'livre fluxo de informação'. A relutância de Cingapura, Irã, China e Cuba em abrir acesso completo à rede é uma suposição a provar esta idéia. [...] Minha reflexão é de que esta questão técnica [de uso ou não da criptografia mesmo por movimentos que não sejam politicamente corretos] tem implicações políticas. A tecnologia de encriptação nos coloca de frente à difícil escolha do que deve ser decidido politicamente. [...] Neonazistas alemães utilizam programas disponíveis comercialmente para trocar mensagens codificadas que contém símbolos e mensagens proibidas. Autoridades alemãs são

Gimmler (2001) concorda que a regulação é mais eficaz se for ligada a instituições como o governo, porém, ela teme que interesses comerciais prevaleçam no processo de julgamento do que seria ou não lícito em uma eventual censura legal²⁸⁰.

Se são diversas as ressalvas à Internet enquanto esfera pública, por outro lado não se pode negar que muitos debates só se configuram por causa do advento desta modalidade de comunicação. O ambiente digital pode ser tachado de caótico, dominado por empresas que visam apenas o lucro, pouco afeito à racionalidade, onde não se realiza debate de qualidade ou ainda que não é levado à sério pelas instâncias decisórias do sistema político. Mas a constatação que deve ser feita é a de que o debate racional entre cidadãos comuns, por exemplo, se não acontece na Internet, também não parecem acontecer rigorosamente fora dela. Ou seja, deve-se considerar que, funcionando mal ou bem, pelo menos o ambiente digital abre a oportunidade para a exposição de opiniões e formação de arenas conversacionais, instâncias antes pouco prováveis ou mais difíceis de se realizarem.

As iniciativas de esfera pública virtual

Este tópico reúne exemplos de espaços digitais de conversação de maior sucesso e que, por isso mesmo, funcionam como vitrina para as afirmações de que a Internet modifica essencialmente o jogo político.

A formação de fóruns públicos graças ao emprego de ferramentas digitais pode ser ilustrada a partir de listas de discussão, canais de bate-papo (artifícios obtidos

incapazes de penetrar nestas redes de informação e atuação. [...] existem razões para ser cético em relação ao fato de que as atividades da 'sociedade civil virtual' serão eficazes em enfrentar este novo desafio sem a ajuda de um aparato legal ou 'Constituição da Internet'."

280 Wolton demonstra ser a favor de uma regulação, por mínima que seja: "A defesa do princípio da regulamentação não é um estratagema para travar o progresso; é, pelo contrário, uma forma de sublinhar o peso crucial das duas outras dimensões da comunicação [cultural e social em contraposição à técnica pura] e de recordar que não haverá liberdade de comunicação na ausência de regulamentação, ou seja, sem a protecção regulada dessa mesma liberdade. Por outro lado, há que recordá-lo, os arautos da desregulamentação são na realidade partidários de um certo tipo de regulamentação: a do mercado, ou seja, da regulamentação induzida pelas forças económicas." (Wolton, 2001: 112)

gratuitamente em sites como o Yahoo![®]) ou sites especificamente organizados com fins de debate. Estes sites com fins de conformação de debates, além de gratuitos (sustentados por publicidade comercial), podem ser oferecidos também por governos locais ou ainda pagos²⁸¹, sendo que, nesta última modalidade, o provedor de tal serviço se responsabiliza por administrar o fórum e ainda prover informações privilegiadas aos seus assinantes (Lévy, 2002).

A cidade digital de Bolonha, na Itália, uma iniciativa de governo eletrônico que conta com grande repercussão, ofereceu, durante as campanhas eleitorais de 1999 e 2000, espaço na Internet para que os partidos e seus correligionários usufríssem de mais um modo para exposição e debate dos planos de governo, através basicamente de duas plataformas de comunicação telemática: um quadro de avisos telemático, ligado principalmente à publicação das propostas, e uma ágora virtual, sustentada por listas de discussão sobre temas de relevância coletiva (Guidi, 2002).

Uma outra iniciativa, o Moveon (<http://www.moveon.org/>), propõe a oferecer aos cidadãos conectados à Internet a oportunidade de ter acesso a uma visão alternativa em relação às informações provenientes dos grandes meios de comunicação de massa; o site busca estabelecer um modelo de discussão alternativo com o objetivo de trazer os representantes políticos para mais perto do público (os organizadores do *site* alegam que há uma distância entre a opinião pública e os poderes constituídos, sobretudo nos Estados Unidos, que deve ser mitigada). Os usuários escolhem os temas prioritários onde devem ser concentradas suas atenções, debates e protestos. O Moveon, cujo lema é

281 Pierre Lévy descreve os sites comerciais desenvolvidos por empresas sobretudo norte-americanas com o objetivo de favorecer a vida democrática (não obstante as suspeitas a serem lançadas sobre este tipo de informação): "Un nouveau genre des sites favorisant la vie démocratique est apparu au tournant du nouveau siècle. On pourrait les appeler des *facilitateurs d'expression appuyés sur de bases de données*. Ce sont des sites commerciaux, dont E-thepeople.com, Ezgov.com, Talktogov.com, et Capitoladvantage.com sont de bons exemples. Ces sites, développés par des entreprises commerciales, proposent une série d'outils en ligne destinés à favoriser la vie démocratique américaine. Ils sont cependant moins remarquables sur le plan de la qualité du dialogue, de la tenue intellectuelle et de la variété des sources d'information que les agora virtuelles..." (Lévy, 2002: 127). T.A.: "Um novo gênero de *sites* favorecendo a vida democrática apareceu na mudança para o novo século. Poderia-se chamá-los de *facilitadores de expressão apoiados em bases de dados*. São *sites* comerciais, cujo E-thepeople.com, Ezgov.com, Talktogov.com, e Capitoladvantage.com são bons exemplos. Estes *sites*, desenvolvidos por empresas comerciais, propõem uma série de ferramentas online destinadas a favorecer a vida democrática americana. Eles são entretanto menos notáveis sobre o plano da qualidade do diálogo, da realização intelectual e da variedade de fontes de informação do que as ágoras virtuais..."

"Democracy is action"²⁸² (Democracia é ação), é mantido com contribuições de pessoas comuns, sendo os custos relativamente baixos e poucos funcionários contratados.

De modo semelhante, o Meetup (<http://www.meetup.com/>) é um *site* que permite a criação de agregações locais sobre um assunto que interessa a um grupo específico de usuários. É um serviço gratuito com a intenção de permitir a organização de encontros nos mais diversos lugares (bares, salões de boliche), sobre variados temas, em uma das 605 cidades por todo o mundo listadas pelos associados da iniciativa²⁸³; isto é, os encontros não necessariamente são *online*. Em um dia específico, obedecendo aos critérios de cada agregação, os usuários associados se encontram na cidade que tem um grupo sustentado pelo Meetup para debater, ou simplesmente fruir da reunião com seus pares²⁸⁴.

Uma outra ilustração vem a partir do projeto "Minnesota E-Democracy":

"As the many initiatives in the USA have shown, the deliberative process can be protected under the auspices of the internet. Since 1994 the group 'Minnesota E-Democracy' [<http://www.e-democracy.org>], for example, has been successful in setting up a discussion forum for gubernatorial elections. This consists of two levels. In the MN-Forum, for four weeks before the election people can pose questions to the candidates through the E-Democracy *Media Panel*. Citizens can express their views and make proposals via *e-mail* and mailing

282 De acordo com o *site*, acessado em 04 de dezembro de 2003: "MoveOn is a catalyst for a new kind of grassroots involvement, supporting busy but concerned citizens in finding their political voice. Our international network of more than 2,000,000 *online* activists is one of the most effective and responsive outlets for democratic participation available today". T.A.: "MoveOn é um catalizador de um novo tipo de envolvimento a partir da base de cidadãos, apoiando os ocupados, porém interessados cidadãos em encontrar sua voz política. Nossa rede internacional de mais de 2 milhões de ativistas online é um dos mais efetivos e comprometida saída para a participação democrática disponível hoje."

283 Dados de até dezembro de 2003.

284 São inúmeros exemplos em diversos países e expor todos aqui faz o trabalho correr o risco de se tornar repetitivo, mas pode-se citar mais caso um testemunhado por Frey: "A IdeiaFactory é um sistema de incentivo e um novo modo de operação no setor público, que tem como objetivo unir forças para beneficiar a todos, 'eliminando a distância entre os tomadores de decisão e os cidadãos comuns'. A NuvaNet baseia-se na transparência e estimula um processo reflexivo e interativo, moderado por funcionários eleitos do Conselho Jovem de Espoo. Durante o processo de discussão, todos os argumentos – tanto os pró quanto os contra – são expostos. Para cada idéia ou sugestão, uma moção é preparada pelo conselho e, após uma longa discussão, enviada de volta, para ser votada pela comunidade virtual. Finalmente, a proposta, assinada (virtualmente) por centenas de jovens, é levada à Assembléia Municipal, às autoridades locais ou à mídia local" (Frey, 2002 : 154). Ele observa que 1) é essencial o apoio dos órgãos governamentais em relação às iniciativas e absorção das propostas fruto de debates via Internet e que 2) os meios de comunicação convencionais também são importantes neste contexto de discussão pública por darem visibilidade social ao evento e buscarem estimular a participação dos concernidos. Ou seja, sem o jornal impresso ou as rádios locais, a divulgação da discussão apenas via redes digitais estaria comprometida. Assim, pelo menos duas instâncias precedentes ao ambiente digital demonstram sua forte relevância para a formação cívica e deliberação política na contemporaneidade.

lists and only a short time later see them on the E-Democracy homepage. The discussion forum is called MN-Politics and it organizes 'the interactive public commons to discuss and follow Minnesota politics'. Here the contributions are discussed and, subsequently, citizens can give input on the questions which have been asked. A moderated public discourse of this sort with organized – and in a way restricted – access makes for a quality debate." (Gimmler, 2001: 32)²⁸⁵

Outra experiência interessante pode ser testemunhada ainda através do *site* catalão Candidato2003.net (<http://www.candidato2003.net/>), onde candidatos de quatro cidades desta região espanhola respondem a questionamentos dos eleitores e se propõem a debater seus programas de governo (estando da mesma maneira disponíveis os endereços de correio eletrônico dos candidatos para posterior contato). Como resultado, de acordo com os formuladores do site, já houve a modificação de propostas, o que pode influenciar o resultado de uma eleição disputada ao demonstrar que dada candidatura absorve com mais facilidade as proposições vindas da esfera civil e que os usuários se mostram dispostos a acompanhar a futura administração. Obviamente este tipo de iniciativa é possível *offline*, entretanto, para além da timidez de alguns cidadãos (que se sentem mais à vontade para dizer o que pensam e articulam melhor suas reflexões quando escrevem), o correio eletrônico (uma das ferramentas disponíveis), se retira a proximidade física com o candidato, dá a sensação de que ele é acessível para ler o que cada cidadão tem a dizer (ressalte-se que não há garantidas de que o candidato vai ler e responder a mensagem enviada), podendo ainda replicar a qualquer tempo sem necessariamente exigir a presença física, com respostas personalizadas, inclusive.

Parlamento Digital / Democracia Deliberativa

285 T.A.: "Como as muitas iniciativas nos Estados Unidos têm mostrado, o processo deliberativo pode ser protegido sob os auspícios da Internet. Desde 1994, o grupo 'Minnesota E-Democracy' [<http://www.e-democracy.org>], por exemplo, tem obtido sucesso na colocação de discussões no seu fórum para eleições a Governador. Estes fórum consiste de dois níveis. No fórum MN, durante quatro semanas antes das eleições as pessoas podem formular questões através do painel E-Democracy Media. Os cidadãos podem expressar suas opiniões, fazer propostas via correio eletrônico e listas de contato apenas pouco tempo depois de vê-las na página do E-Democracy. O fórum de discussão é chamado de MN-Politics e organiza 'o público interativo habitual para discutir e acompanhar a política de Minnesota'. Aqui, as contribuições são discutidas e, em um segundo momento, os cidadãos podem replicar as questões que foram colocadas. Um discurso público moderado deste fórum com acesso organizado – e de certa forma restrito – torna o debate de qualidade."

Ainda como uma modalidade de esfera pública virtual (não obstante este curto tópico ser pertinente em relação ao exame da noção de governo eletrônico), mas em uma perspectiva decisória, podem ser compreendidas as iniciativas de parlamento virtual implantadas em vários países do mundo²⁸⁶.

O Brasil, mais uma vez, é um dos países que mais se destaca na implantação de iniciativas nesse sentido. Desde 1997, o Senado Federal, através do Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado) trabalha na efetivação do Portal Interlegis (<http://www.interlegis.gov.br/>), que, além de buscar modernização e maior agilidade dos processos legislativos em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal), visa melhorar a troca de informações entre as casas de leis (inclusive de diferentes grandezas, como nacional ou local) e possibilitar a participação mais efetiva dos cidadãos no processo decisório. O plano estabelecido pela iniciativa, e já implantado em mais de 1.000 municípios brasileiros (sendo que, em 2003, a expectativa era de que mais 2.000 recebessem os equipamentos para se integrar ao sistema), comporta videoconferência, cursos de educação a distância, desenvolvimento de tecnologias informáticas, informações sobre a tramitação de projetos, catálogos sobre parlamentares (seus históricos, partidos, áreas de atuação, comissões) e o oferecimento, em maior quantidade e qualidade, de informações aos representantes. O objetivo, conforme declarado no próprio Portal, seria a "democratização do Estado brasileiro", o que convergiria para a criação de uma "comunidade virtual" do Legislativo.

Em sintonia com o Interlegis estão os sites do Senado e da Câmara Federal²⁸⁷. Este último, por exemplo, se não se destaca pela interação entre os parlamentares e a possibilidade de deliberação *online*, oferece um amplo leque de informações aos cidadãos que têm acesso e interesse nas questões políticas nacionais: podem ser encontrados os projetos de lei em tramitação, há a opção do acompanhamento de projetos de lei por correio eletrônico, acesso aos endereços eletrônicos dos deputados, seu histórico, como cada um votou em determinada proposição, a composição das comissões, notícias produzidas pela Agência Câmara (inclusive via rádio e televisão ao

286 Endereço de sites web de parlamentos de todo o mundo podem ser encontrados em: Parliamentary Web Sites <http://www.ipu.org/english/parlweb.htm> (acessado em 15 de dezembro de 2003)

287 Respectivamente: <http://www.senado.gov.br/> e <http://www.camara.gov.br/>

vivo pela Internet), *sites* para os links dos parlamentares, as bancadas de partidos, relatórios de analistas legislativos, dentre outras informações²⁸⁸.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, da mesma maneira quanto ao exame feito em relação à comunicação político-partidária, os representantes políticos também não vêm utilizando a Internet conforme a potência oferecida. As maiores preocupações dos políticos tradicionais parecem se concentrar no período eleitoral, quando procuram a visibilidade dos meios de comunicação convencionais, sem descartar a Internet como mais uma plataforma de comunicação²⁸⁹.

288 Há experiências e parlamento *online* também desenvolvidas em outros países, como na Inglaterra (<http://www.parliament.uk/>) ou Nova Zelândia (<http://www.parliament.govt.nz/>).

289 "Governments at all levels use the Internet, primarily, as an electronic billboard to post their information without much effort at real interaction. Parliamentary representatives often have their own websites, but they do not pay excessive attention to them, either in their design or in their response to citizens' request. Their answers are processed by their members of staff, in general with little difference from what they were doing earlier in responding to written letters. Indeed, on some of the websites of British MPs, in 2000, citizens were encouraged to write by regular mail and were warned that answers would take at least a week. According to an informal survey by the Institute of Economic Affairs in the UK of websites of 97 MPs, in November 2000, their design and maintenance were extremely poor and indicated considerable neglect." (Castells, 2001: 155). T.A.: "Os governos em todos os níveis utilizam a Internet, primeiramente como uma tabela eletrônica para divulgar suas informações sem buscar maior esforço para uma real interação. Os representantes parlamentares muitas vezes têm seus próprios *sites*, mas eles não dedicam maior atenção a estas plataformas, tanto em seu design quando em relação a responder às perguntas dos cidadãos. Suas respostas são processadas por funcionários de seu quadro auxiliar, em geral com pouca diferença em relação ao que os parlamentares faziam antes na resposta de suas cartas escritas. Na verdade, em alguns *sites* de parlamentares britânicos, em 2000, os cidadãos foram estimulados a escreverem por correio regular e foram avisados de que as respostas poderiam levar pelo menos uma semana. De acordo com uma pesquisa informal do Instituto de Negócios Econômicos no Reino Unido, em 97 sites de parlamentares, durante novembro de 2000, o design e a manutenção das páginas eram extremamente pobres e indicavam considerável negligência."

CONCLUSÃO

A dissertação teve como objetivo examinar as diferentes dimensões da democracia digital. De acordo com os diferentes aspectos avaliados, a Internet tem a capacidade de fortalecer a democracia (sobretudo se se aceita seu modelo deliberativo), por facilitar o acesso à informação independentemente de posição social; um outro requisito da democracia deliberativa também é preenchido por este meio de comunicação na medida em que permite a interação entre cidadãos, ainda que dispersos geograficamente.

Por outro lado, se a tese da "política espetáculo"²⁹⁰ cometeu equívocos ao dizer que a política foi revolucionada por inteiro pelos *mass media*, omitindo, assim, em muitos momentos, o jogo político que não tem como lugar a cena mediática ou não levando em consideração a negociação política²⁹¹ (além de tratar os cidadãos apenas como espectadores a serem seduzidos, com pouca capacidade de interpretação crítica), deve-se evitar afirmar que a política democrática será reconfigurada, ou seja, reedificada em sua plenitude a partir do ambiente digital.

Na verdade, constatou-se que o advento da nova tecnologia de comunicação, a depender da dimensão avaliada e do agente político, sinaliza que existe uma agregação dos novos canais digitais de comunicação às políticas de comunicação já existentes, bem como às estruturas democráticas tradicionais²⁹². Além desta adoção por atores

290 A questão sobre política espetáculo gera ainda divergência na maneira de ver o fenômeno da mediatização da política entre estudiosos da área de Comunicação e Ciência Política. As posições extremas dão conta de que *ou a comunicação é apenas peculiar ou ela se transforma na própria razão de ser da política contemporânea*. "Estamos longe, aqui, das teorias conspiratórias que sustentam que as organizações mediáticas passaram a determinar completamente os destinos da política. Também não estamos sugerindo que a espetacularização implicou em um puro e simples fim da política tradicional, e que, para além do foco dos *media*, não existiriam mais atividades políticas significativas. Sustentamos, apenas, que os *media* se tornaram hoje o *locus* de boa parte da disputa política, bem como também um novo *agente* dessa disputa, ao lado de atores políticos tradicionais" (Albuquerque, 1999)

291 Roger-Gérard Schwardenberg representa tal vertente reflexiva: "Hoje, o espetáculo está no poder. E não mais somente na sociedade, de tal forma a doença progrediu. Hoje, não são mais apenas somente sobre as relações entre o espetáculo e a sociedade em geral que podemos nos interrogar, como fazia Guy Debord em 1967. Agora é a superestrutura política da sociedade, agora é o Estado mesmo quem se transforma em empresa de espetáculo, em "Estado espetáculo". De maneira sistemática e organizada. Para melhor divertir o público dos cidadãos e abusar dele. Para melhor distrair e desviar. Para melhor mudar a esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão (Schwardenberg, 1977: 7).

292 Neste sentido, concorda-se com Lee Salter (2003) quando ele propõe um processo de retroalimentação entre as tecnologias que são tornadas disponíveis e o emprego que lhes é dado pelos diferentes usuários ou instituições: "The notion that a new technology has some *necessary* impact upon

políticos tradicionais, a Internet não tem a capacidade, sobretudo sozinha e descolada da realidade e cultura política de cada sociedade, de implementar mudanças automáticas no plano democrático, conforme exposto nas contribuições de Maia (2002a e 2002b), Papacharissi (2002), Buchstein (1997), dentre outros.

Como se procurou demonstrar, não há dúvidas de que a Internet é uma ferramenta importante, indispensável em vários momentos, para permitir a articulação entre organizações e entre indivíduos. Trata-se de um sistema de comunicação diferente dos *media* que se conhece e com os quais já se trabalhou teoricamente por 1) permitir, para além das instituições jornalísticas, acesso a outros pontos de vista, informações, indivíduos interessados em discutir, antes perdidos ou isolados graças à natureza dos meios generalistas (expressão de Wolton, 2001) ou simplesmente pela falta de contato; 2) estabelecer uma lógica complementar de interação, entre usuários, entre usuários e organizações (do Estado ou não), entre as próprias organizações; 3) estar apto a receber disposições de cunho opinativo, independentemente de etnia, posição social, política ou econômica; 4) estabelecer modificações outras, em alguns momentos mais próximas da lógica dos meios de comunicação convencionais (quando se tem a noção de que os *sites* mais acessados pelos usuários e que eles mais confiam para adquirir informação ainda são os de veículos já consolidados *offline*), em outros momentos mais afastadas.

Uma das críticas aos governos democráticos atuais se encontra exatamente na questão da informação para o aperfeiçoamento da cidadania, pois, além do já diagnosticado pouco interesse por parte da esfera civil, os meios de comunicação vêm

society is wrong. 'Strategies' of interpretation and implementation mean that the impact of a particular technology on a range of distinct societies is often diverse. The societies, and groups within it, will interact with the technology both before and after the design process, shaping it and modifying it to suit their own practical prioritized objectives. Indeed, different groups and classes in a single society will have divergent, (often conflicting) interest requirements of a technology and will struggle to control its implementation in accord with these. [...] Such an approach allows us to consider, in addition to a plurality of interests affecting the development of a technology, that the influence of these interests on a technology *changes* over time. Technological development is an ongoing process." (Salter, 2003: 120) T.A.: "A noção de que uma nova tecnologia tem *necessariamente* algum impacto sobre a sociedade é errada. 'Estratégias' de interpretação e implementação significam que o impacto de uma tecnologia em particular em uma gama de sociedades específicas muitas vezes se dá de modo variado. As sociedades, e os grupos inseridos nelas, irão interagir com a tecnologia tanto antes quanto depois do seu processo de planejamento, formatando-a e modificando-a na intenção de atender suas próprias práticas com fins a determinado objetivo. Na verdade, diferentes grupos e classes em uma única sociedade apresentarão diferentes (muitas vezes conflitantes) interesses a demandar a uma tecnologia e lutarão para controlar sua aplicação de acordo com estes interesses. [...] Cada aproximação à tecnologia nos permite considerar, em acréscimo à pluralidade de interesses afetando seu desenvolvimento, que a influência destes interesses em uma tecnologia muda com o passar do tempo. O desenvolvimento tecnológico é um processo contínuo."

dando pouca prioridade a material de relevância coletiva em termos políticos (Sennett, 1989). De algum modo, as redes digitais problematizam esta asserção. Isto é, as novas tecnologias de comunicação e informação contribuem com a democracia ao oferecer um canal complementar para se buscar informação. Os cidadãos mais engajados politicamente e com possibilidade de acesso à rede não formam mais suas opiniões apenas pela leitura dos jornais ou ao assistir televisão: agora existe, também, a oportunidade oferecida aos usuários de publicar seus pontos de vista, livrando-se de constrangimentos de ordem institucional, espacial, temporal e financeira. Não se pode descartar o fato de que são necessárias habilidades para se trabalhar com os conteúdos disponíveis.

Uma das principais contribuições da Internet reside na adição, ao campo político, de novos atores que, isolados, não institucionalizados em agremiações partidárias ou não fazendo parte do governo, sempre tiveram suas vozes marginalizadas (Mittra, 2001); o advento de um meio de comunicação que une o caráter massivo e interativo permite a expressão de diferentes pontos de vista dos mais diversos grupos, pondo em cena outras reivindicações, manifestações e a luta pela consolidação de espaços discursivos mais ativos através das redes telemáticas²⁹³.

Se a Internet favorece a manifestação de opiniões, busca de informação e espaços discursivos para a interação entre os diversos atores concernidos tanto na esfera política quanto na esfera civil, não fornece, por outro lado, garantias de que o debate no ambiente digital seguirá uma ordem que lhe conceda organização, legitimidade ou mesmo qualidade mínima. O diálogo entre os cidadãos, o compartilhamento de idéias, se não ocorre de maneira produtiva (alguns analistas da teoria democrática alegam a apatia, de acordo com o que já foi discutido) não parece ser por causa da falta de espaços comunicativos apropriados. Deve-se perceber, não obstante, que a simples

293 Pode-se adicionar mais um comentário sobre esta questão: "Entender, contudo, a participação apenas como uma questão de acesso físico individual à tecnologia é equivocado. A questão da participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade, que diz respeito, também, a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. [...] Há pouca evidência de que o acesso mais amplo às tecnologias irá, por si só e sem mais, expandir o interesse pelas questões políticas simplesmente porque uma parcela maior do público tem chances de participar. Ao invés disso, estudos recentes têm mostrado que os principais obstáculos para a realização da política deliberativa, que pressupõe uma resolução discursiva de problemas afetando o interesse comum, advêm geralmente de uma forma de apatia política e não de empecilhos à liberdade de expressão ou de comunicação." (Maia, 2002: 115)

existência destes espaços pode, sem dúvida, gerar uma forma inédita de participação, ainda que deficitária, o que é benéfico para a democracia.

Quanto à esfera pública desenvolvida no ambiente digital, pode-se dizer que ela se comporta de modo mais eficaz, no que se refere ao jogo político institucional de maior abrangência, como um espaço de interação, informação e educação cívica para os cidadãos. Esta reflexão implica que, mesmo ao possibilitar a criação de novas arenas e a formação de agregações em torno de determinado interesse ou tema, a Internet *funciona melhor* como um reforço para os laços e espaços sociais já existentes e para as instâncias deliberativas do quadro político tradicional. Lee Salter é um dos defensores desta perspectiva:

"Indeed, in the sense of the *informal*, as opposed to the eighteenth-century bourgeois public sphere, perhaps the Internet may act as a facilitating mechanism. If Habermas's requirement of the informal public sphere is that it 'has the advantage of a medium of unrestricted communication' whereby it is more adept at perceiving problem situations, widening the discourse community, and allowing the articulation of collective identities and need interpretations (Habermas, 1996), then there must be a medium to facilitate this." (Salter, 2003: 123)²⁹⁴

Não seria excesso a adição de mais uma observação relativa à interface entre novas tecnologias de comunicação e democracia. É necessário que se pense na natureza da tomada de decisão no plano político (que demanda tempo, ponderação, maturação, reflexão) em relação às modificações ocorridas graças à agilidade na troca de conteúdos; ou seja, as mudanças no plano tecnológico, mais velozes e dinâmicas, difíceis de serem apreendidas em sua totalidade, são impossíveis de serem acompanhadas ou absorvidas no mesmo ritmo pela cultura e estruturas sociais²⁹⁵.

294 T.A.: "Na verdade, no sentido informal, como oposto à esfera pública burguesa do século XVIII, talvez a Internet possa agir como um mecanismo facilitador. Se a exigência habermasiana de uma esfera pública informal é aquela que 'tem a vantagem de um meio de comunicação irrestrito' por meio do qual é mais fácil a percepção de situações problema, alargando a comunidade de discurso e permitindo a articulação de identidades coletivas e necessidade de interpretações (Habermas, 1996), então ela deve ser um meio de facilitar isso."

295 Isto significa que, como vem acontecendo há algumas décadas, a experiência dos indivíduos tem suas características modificadas a partir do momento em que conteúdos diferentes, de inúmeras fontes, chegam a uma velocidade cada vez maior, sobretudo a ponto do próprio indivíduo passar a ser provedor de conteúdo ou ter a possibilidade de buscar a informação necessária a partir de suas próprias ferramentas.

Observações para pesquisas futuras

Por último, algo de inquietante deve ser registrado durante a investigação de fenômenos ligados à Internet. Já se falou que, metodologicamente, se depara com um ambiente de difícil apreensão, dada sua fluidez e estado de mudança constante. Aponta-se ainda que esta não é a única complicação. As redes telemáticas são suportes que dão vazão a iniciativas que não se deixam abarcar de modo totalizante, no sentido de não permitir generalizações com sobrevida relativamente longa. Em outros termos, as investigações com o intuito de totalizar as generalizações sobre o ambiente telemático constituem uma tarefa árdua e de pouco sucesso. Não se consegue responder com clareza se a Internet é o lugar do indivíduo ou das manifestações em escala coletiva; se permite que cada agente expresse o que tenha vontade (ou seja, é um meio de comunicação caracterizado pela liberdade em excesso e pelo caos), ou se, na verdade, surge com o intuito de reforçar o sistema capitalista e favorecer o oligopólio das empresas de *hardware*, *software* e conteúdo; se faz o comunismo "voltar pelas mãos dos americanos" (Barbrook, 2000) ou funciona como ferramenta dos fluxos de capital transnacional, sem pátria e a favor do Estado mínimo, sem compromisso com o bem-estar social; se, em termos de lógica, escapa aos meios de comunicação tradicionais, estruturando costumes e modos de ser e estar inéditos, ou se apenas acelera, facilita, dinamiza as emissões massificadas²⁹⁶. Esta eterna esquizofrenia, em alguns momentos, parece tomar conta dos pesquisadores da área, justamente porque são estudados

296 Sobre este assunto, é pertinente a visão de Castells quanto à natureza da Internet: "The Internet is not an instrument of freedom; nor is the weapon of one-sided domination. [...] In fact, freedom is never a given. It is a constant struggle; it is the ability to redefine autonomy and enact democracy in each social and technological context. The Internet offers extraordinary potential for the expression of citizen rights, and for the communication of human values. Certainly, it cannot substitute for social change or political reform. However, by relatively leveling the ground of symbolic manipulation, and by broadening the sources of communication, it does contribute to democratization. The Internet brings people into contact in a public agora, to voice their concerns and share their hopes. This is why peoples' control of this public agora is perhaps the most fundamental political issue raised by the development of the Internet." (Castells, 2001: 164-165). T.A.: "A Internet não é um instrumento de liberdade; nem é uma arma da dominação unilateral. [...] De fato, a liberdade nunca é concedida. Ela é uma luta constante; ela é a habilidade de redefinir autonomia e representar a democracia em cada contexto social e tecnológico. A Internet oferece um extraordinário potencial para a expressão de direitos do cidadão, e para a comunicação de valores humanos. Certamente, ela não pode substituir a mudança social ou a reforma política. Entretanto, pela relativa destruição da manipulação simbólica, e pela ampliação das fontes de informação, ela contribui sim para a democratização. A Internet coloca as pessoas em contato na ágora pública, para dar vazão às suas reivindicações e compartilhar suas esperanças. Este é o porquê o controla da ágora pública pelos indivíduos e talvez o tema político mais importante trazido pelo desenvolvimento da Internet."

acontecimentos de toda sorte. A avaliação de um trabalho que tem a intenção de lidar com as relações entre novas tecnologias e cultura contemporânea deve estar ciente destas dificuldades.

Sem dúvida, são necessárias novas investigações levando-se em consideração que a Internet possui relevância crescente na realidade social contemporânea; mas investigações que busquem pelo menos duas metas: 1) à parte as dificuldades, procurar fugir de análises meramente descritivas do que está ocorrendo nas redes telemáticas; 2) no curso dos exames sobre os fenômenos relativos ao digital, deve-se procurar "olhar para trás" em termos teóricos, sem perder perspectiva e tenacidade sobre apontamentos de tendências, quer dizer, não renegar os escritos tradicionais que se fundamentam em pressupostos consolidados, tanto da comunicação quanto das outras ciências sociais.

É necessário lembrar, por último, que não se pode dar vez a uma futurologia dos fenômenos digitais, baseada em prognósticos pouco confiáveis. Na verdade, até mesmo especular sobre o futuro das redes de comunicação tornou-se uma tarefa complicada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso (1999). *Aqui você vê a verdade na tevê: A propaganda política na televisão*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; SÁ, Simone. (2001). *A tragédia dos ursos na China e outras mensagens: observações sobre e-política e globalização* In: *Práticas mediáticas e espaço público*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, v.1, p. 143-181.
- ALLAN, Stuart (2003) *Mediating Citizenship: On-line journalism and the public sphere new voices*. *Development* 46 (1), p. 30–40.
- ALMEIDA, Jorge (1998). *Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática*. Trabalho apresentado no GT Comunicación, Médios de Difusión y Política del IV Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación (IV ALAIC) . 12 a 16 set.
- ANTOUN, Henrique (2001). *A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura*. Apresentado na 11ª Reunião Anual da COMPÓS, GT Tecnologias informacionais de Comunicação e Sociedade. Rio de Janeiro: COMPÓS/ECO-UFRJ.
- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie (1993). *O rei-máquina: Espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- AVRITZER, Leonardo. (1996). *A Moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura Souza (2002). *Para Ampliar o Cânone Democrático* In: *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AYRES, J. M. (1999). *From the Streets to the Internet: The Cyber-Diffusion of Contention*. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 566 (1), p. 132-143.
- BARBER, Benjamin (1984). *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley: University of California Press.
- BARBER, Benjamin (2003). *Cultura McWorld*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record
- BARBER, Zaheer. (2003). *New Media, New Politics? The Internet and the Prospects for Digital Democracy*. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 23 (2), p. 125-128.

- BALZ, Dan; ALLEN, Mike (2003). Election Is Now for Bush Campaign Early Efforts Aim To Amass Voters . In: Washington Post Online. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A20936-2003Nov29.html> (capturado em 03 de dezembro de 2003).
- BARBERO, Jesus Martín (1996). La Ciudad Virtual. Transformationes de la sensibilidad y nuevos escenarios de comunicaión. In: Revista de la Universidad del Valle, n. 14, agosto de 1996, Cali., pp. 26-38.
- BARBROOK, Richard (2000). Cyber-communism: how the Americans are superseding capitalism in cyberspace. In: Science in Culture, Vol. 9, No. 1, pp.5-40.
- BELL, Daniel (1973). The Coming of Post-Industrial Society. New York: Basic Books.
- BENHABIB, Seyla (1992). Models of Public Space. In: CALHOUN. Craig (ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: The MIT Press.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (2000). Dicionário de Política. 5ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado.
- BOUGNOUX, Daniel. (1999). Introdução às ciências da comunicação. Bauru, SP: EDUSC.
- BOURDIEU, Pierre (1980). A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.) Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Editora Polis.
- BUCHSTEIN, Hubertus. (1997). Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. Constellations, 4 (2), p. 248-263.
- BURCH, Sally. (2002). Latin American Social Movements Take on the Net. Development, 45 (4), p. 35-40.
- BURKE, Peter (1994). A fabricação do rei: A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar.
- CAIRRÃO, Mônica (1999). A Sociedade Contemporânea Constrói um novo mundo: O Virtual. Um estudo sobre a utilização da Internet por ONG's Brasileiras. Dissertação de Mestrado em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, Brasil.
- CALHOUN. Craig (ed.) (1992). Habermas and the public sphere. Cambridge: The MIT Press.

- CANCLINI, Néstor Garcia (1999). Consumidores e cidadãos – Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CARVALHO, José Murilo de (1987). Os Bestializados. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTELLS, Manuel (1999). A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2001). The Internet Galaxy. Oxford University Press.
- CASTELLS, Manuel (2002). Entrevista ao "Le Monde", 1º de junho.
- CASTELLS, Manuel (2003). Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record
- CÉBRIAN, Juan Luis (1999). A Rede. São Paulo: Summus.
- CEVOLI, Marida (2002). Bell: o advento pós-industrial. In: MASI, Domenico de. A sociedade pós-industrial. São Paulo: Editora SENAC.
- CHAMPAGNE, Patrick (1995). "Opinion publique" et débat public. In: L'espace public et l'emprise de la communication. PAILLIART, Isabelle (ed.), Ed. Ellug, Grenoble.
- CHAMPAGNE, Patrick (1998). Formar a opinião. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes.
- CHEVRET, C. (2003) Le vote électronique par Internet: du déplacement du rituel électoral à la perte de la symbolique républicaine. Esprit critique, 5 (4): consulté sur Internet: <http://www.espritcritique.org>
- CLIFT, Steven (2003). E-Democracy, E-Governance and Public Net-Work. In: <http://publicus.net/articles/edempubliwork.html> (acessado em 03 de dezembro de 2003).
- COLEMAN, S. (1999). Can the New Media Invigorate Democracy?. The Political Quarterly, 70 (1), p. 16-22.
- COSTA, Sérgio (1995). A democracia e a dinâmica da esfera pública. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 36: 55-65.
- COSTA, Sérgio (1997). Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. In: Comunicação & Política, vol. 4, n. 2: 117-136.

- COSTA, Sérgio. (2002). *As cores de Ercília – Esfera Pública, Democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DAHL, Robert A (2001). *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- DAHLBERG, Lincoln. (2001). Democracy via cyberspace: Mapping the rhetorics and practices of three prominent camps. *New Media & Society*, 3 (2), p. 157-177.
- DEAN, Jodi (2003). Why the Net is not a Public Sphere. *Constellations*, 10 (1), p. 95-112.
- DEAN, Jodi. (1997). Virtually Citizens. *Constellations*, 4 (2), p. 264-282.
- DEIBERT, Ronald J. (2000). International Plug 'n Play? Citizen Activism, the Internet, and Global Public Policy. *International Studies Perspectives*, 1 (3), p. 255-272.
- DICTSON, Derek; RAY, Dan (2002). A Moderna Revolução Democrática – Uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. In: *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DOWNEY, John; FENTON, Natalie. (2003) New Media, Counter Publicity and the Public Sphere. *New Media & Society*, 5 (2), p. 185-202.
- DOWNS, Anthony (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP.
- ECO, Umberto (1998). *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record
- EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (org.) (2002). *Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ELIE, Michel (2002). Internet e Desenvolvimento – Um acesso à informação com mais equidade?. In: *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FALLOWS, James (1997). *Detonando a Notícia. Como a mídia corrói a democracia americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FELINTO, Erick (2003). *A religião das máquinas: pressupostos metodológicos para uma investigação do imaginário da cibercultura*. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recife, Pernambuco.

- FERGUSON, Martin (2002). Estratégias de Governo Eletrônico – O Cenário Internacional em Movimento. In: Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FINLEY, Moses I. (1988). Democracia Antiga e Moderna. Rio de Janeiro: Graal.
- FISHKIN, James S. (2002). Possibilidades Democráticas Virtuais – Perspectivas da Democracia via Internet. In: Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FRAGOSO, Suely. (2003). "Um e Muitos Ciberespaços". Apresentado na 12ª Reunião Anual da COMPÓS, GT Tecnologias informacionais de Comunicação e Sociedade. Recife: UFPe
- FRASER, Nancy (1992). "Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy". CALHOUN. Craig (ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: The MIT Press.
- FREY, Klaus. Governança eletrônica – Experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.
- GARNHAN, Nicolas. 1992 The *Media* and the Public Sphere. In: CALHOUN. Craig (ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: The MIT Press.
- GIDDENS, Anthony (2000). Mundo em Descontrole – O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record.
- GIMMLER, Antje. (2001) Deliberative democracy, the public sphere and the internet. *Philosophy & Social Criticism*, 27 (4), p. 21–39.
- GOLDING, Peter (1990). Political communication and Citizenship; the media and democracy in an inegalitarian social order. In: Ferguson, M. (Ed.) *Public Communication: the new imperatives*. Londres, SAGE, p.84-100
- GOMES, Wilson (1995). Informação, ética e democracia. In: *Pauta Geral*. Salvador, 3(3):112-119, janeiro/dezembro.
- GOMES, Wilson (1998). Esfera Pública Política e Media. Com Habermas, Contra Habermas In: *Produção e Recepção dos Sentidos Mediáticos* ed. Petrópolis : Vozes, p. 155-185.

- GOMES, Wilson (1999). Esfera Pública Política e Media II In: Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea ed.São Leopoldo, RS : Compós/Editora da Unisinos, p. 203-231.
- GOMES, Wilson (2000). Opinião Pública Política Hoje: uma investigação preliminar. In: Práticas Mediáticas e Espaço Público ed.Porto Alegre : Editora da PUC/RS, 2001, v.1, p. 61-82.
- GOMES, Wilson (2001). "Opinião Política na Internet: Uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede." Apresentado na 10ª Reunião Anual da COMPÓS, GT Comunicação e Política. Brasília: UnB
- GOMES, Wilson (2003). Transformações da Política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus (no prelo)
- GUEDES, Olga (1998). Sociedade de Informação. (mimeografado)
- GUEDES, Olga (2002). New Technologies, Democracy and Social Movement. Trabalho apresentado no 2001 BUGS. GLOBALISM AND PLURALISM
- GUIDI, Leda. Democracia eletrônica em Bolonha – A rede Iperbole e a Construção de uma comunidade participativa on-line. In : Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.
- GUTMANN, Amy (1995). A Desarmonia da Democracia. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 36: 5-37.
- HAGUE, B. N.; LOADER, B. D. (org.) (1999) Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age. London: Routledge.
- HILL, K.A.; J.E. HUGHES (1998) *Cyberpolitics: Citizen Activism in the Age of the Internet*. New York: Rowman & Littlefield.
- HABERMAS, Jürgen (1983). Técnica e ciência enquanto Ideologia in Textos Escolhidos (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural.
- HABERMAS, Jürgen (1984). Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,
- HABERMAS Jürgen, (1992, automne). 'L'espace public', 30 ans après. In: Quaderni, numéro 18, Dossier Les espaces publics, pages 161 à 191

- HABERMAS, Jürgen (1995). Três Modelos Normativos de Democracia, In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 36.
- HABERMAS, Jürgen (2001). A Constelação pós-nacional. Ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi.
- HALIMI, Serge (1998). Os novos cães de guarda. Petópolis: Editora Vozes.
- JORDAN, Tim (2001). "Language and Libertarianism. The politics of cyberculture and the culture of cyberpolitics." The Sociological Review, 49 (1), p. 1-17.
- KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N.K.; KOUZMIN, A. (2003). Reinventing the Democratic Governance Project through Information Technology? A Growing Agenda for Debate. Public Administration Review, 63 (1), pp. 44-60.
- KEANE, John (1996). Transformações estruturais da esfera pública. In: Comunicação & Política, vol. 3, no. 2: 6-29.
- KINDER, Tony. (2002) Vote early, vote often? Tele-democracy in European cities. Public Administration, 80, (3), p. 557-582.
- LEMOS, André (1996). As estruturas antropológicas do ciberespaço. In: Textos de Cultura e Comunicação, n. 35, Facom/Ufba, julho 1996. (<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html>) (capturado em junho de 2003)
- LEMOS, André (1999). Ciber-Socialidade: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. In: Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999, p. 9-22. (<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>) (capturado em junho de 2003)
- LEMOS, André (2002). Cultura das Redes – Ciberensaios para o século XXI. Salvador: EDUFBA.
- LEMOS, André (2003). Ciberativismo. In Correio Braziliense. Caderno Pensar, 15 de novembro..
- LEMOS, André (2003b). Cidade Ciborgue. in Correio Brasiliense, Caderno Pensar, 18 de outubro.
- LÉVY, Pierre (1996). O que é o virtual. São Paulo: Editora 34.

- LÉVY, Pierre (1998). *A Inteligência Coletiva*. São Paulo: Edições Loyola.
- LÉVY, Pierre (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- LÉVY, Pierre (2002). *Cyberdémocratie*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- LÉVY, Pierre (2003). *Pela Ciberdemocracia*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record
- LIPOVETSKY, Gilles (1991). *O Império do Efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LUCHMANN, Lígia (2002). *Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo. Brasil.
- MAIA, Rousiley (2002a). *Redes Cívicas e Internet – Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*. In: *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAIA, Rousiley (2002b). *Democracia e internet como esfera pública virtual: Aproximando as condições do discurso e da deliberação*. In: MOTTA L. G. (Org.), *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora da UnB: p. 107-128.
- MALINA, Anna. 1999. *Perspectives on citizen democratisation and alienation in the virtual public sphere*. In B. Hague and B. Loader (eds). *Digital Democracy: Discourse and decision making in the information age*. New York: Routledge.
- MARCONDES FILHO, Ciro (2001). *Haverá vida após a internet?*. In: *Revista Famecos*, nº 16, dez. Porto Alegre.
- MARSHALL, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar
- MIRANDA, José Bragança de (1995) "Espaço público, política e mediação". In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22: 129-148.
- MIÈGE, Bernard. (1995). *L'espace public: perpétué, élargi e fragmenté*. In: *L'espace public et l'emprise de la communication*. PAILLIART, Isabelle (ed.), Ed. Ellug, Grenoble.
- MIGUEL, Luís Felipe (2001). *Promessas e limites da democracia deliberativa*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 16 No 46*, pp. 175 a 177.

- MIGUEL, Luís Felipe (2002). A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, pp. 483 a 511.
- MITRA, Ananda. (2001). Marginal voices in Cyberspace. *new media & society*, 3 (1), p. 29–48.
- MOON, M. Jae (2002). The Evolution of E-Government among Municipalities: Rhetoric or Reality?. In: *Public Administration Review*, Vol. 62, nº4, July / August. p. 424-433.
- MOORE, Richard K. (1997). Democracy and Cyberspace. Disponível em: <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-9710/msg00004.html> (capturado em 12 de setembro de 2003).
- MORAES, Dênis de (2001). O Concreto e o Virtual. Rio de Janeiro: DP&A.
- MORAES, Dênis de (org.) (2003). Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record.
- NEGROPONTE, Nicholas (1995). A Vida Digital. São Paulo: Companhia das Letras.
- NEVEU, Érik (1995). Les sciences sociales face à l'Espace public, les sciences sociales dans l'espace public. In: *L'espace public et l'emprise de la communication*. PAILLIART, Isabelle (ed.), Ed. Ellug, Grenoble.
- NORRIS, Pippa (2001) A Digital Divide: Civic Engagement, Information: Poverty and the Internet in Democratic Societies. New York: Cambridge University Press.
- PAILLIART, Isabelle (ed.) (1995). *L'espace public et l'emprise de la communication*. Grenoble: ELLUG.
- PALACIOS, Marcos (2001). Cidades Digitais, Triunfalismo Tecnológico e Exclusão Digital In: Seminário Anual de Pesquisa da FACOM, Salvador.
- PAPACHARISSI, Zizi (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *new media & society*, 4 (1), p. 9–27.
- POSTER, Mark (1997). Cyberdemocracy: Internet and the Public Sphere. In David Porter (ed.), *Internet Culture*. New York: Routledge, 201-218.

- POSTER, Mark (2003). Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record
- POSTMAN, Neil (1994). Tecnopólio – A rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel.
- RAMONET, Ignacio (1999). A Tirania da Comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes.
- RHEINGOLD, Howard. (1993). The virtual community: homesteading on the electronic frontier. Nova York: Harper Collins.
- RIBEIRO, Renato Janine. (2001). A Democracia. São Paulo: Publifolha
- RÖMMELE, Andrea. (2003). Political Parties, Party Communication and new Information and Communication Technologies. Party Politics, 9 (1), p. 7-20.
- SADER, Emir (2001). Capitalismo contra democracia. In: Correio Braziliense. Caderno Pensar. http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-08-12/mat_49460.htm (capturado em 04 de setembro de 2003)
- SALTER, Lee (2003). Democarcy, New Social Movements and the Internet. A Habermasian Analysis. In: McCaughey (Martha), Ayers (Michael D.), eds, Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice, New York, Routledge, p. 117-144.
- SAMPAIO, Anna; ARAGON, Janni (2002). Feminismos Filtrados – Cibersexo, Comércio Eletrônico e a Construção do Corpo da Mulher no Ciberespaço. In: Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SARTORI, Giovanni (1994). A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática.
- SAVIGNY, Heather (2002). Public Opinion, Political Communication and the Internet. Politics, 22 (1), 1-8.
- SCHUDSON, Michael (1992). Was There Ever a Public Sphere? If so, When? Reflections on the American Case. In: Calhoun, 1992: 143-163.
- SCHUDSON, Michael (1995). A «esfera pública» e os seus problemas. Reintroduzir a questão do Estado. In: Revista de Comunicação e Linguagens, 21-22: 149-166.

- SENNETT, Richard (1989). O declínio do homem público: As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIGNATES, Luiz (2002). O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador - BA. Comunicação para a cidadania. São Paulo / Salvador: Intercom/UNEB.
- STEYAERT, Jo (2000). Local Governments Online and the Role of the Resident: Government Shop Versus Electronic Community. In: Social Science Computer Review, Vol. 18 No. 1, Spring p. 3-16
- THOMPSON, John B. (1998). A Mídia e a Modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes
- TKACH-KAWASAKI, Leslie (2003). POLITICS@JAPAN: Party Competition on the Internet in Japan. In: Party Politics VOL 9. No.1 pp. 105–123. London: SAGE
- TOFFLER, Alvin (1970). O Choque do Futuro. Rio de Janeiro: Record.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER Heidi (1996). Criando uma nova civilização: A política da 3ª onda. São Paulo: Record.
- TRIVINHO, Eugênio (2003). "Cibercultura, Sociossemiose e Morte: Sobrevivência em tempos de terror dromocrático." Apresentado na 12ª Reunião Anual da COMPÓS, GT Tecnologias informacionais de Comunicação e Sociedade. Recife: UFPE
- VALELLY, Rick (1999). Voting Alone: The case against virtual ballot boxes. http://wp.rutgers.edu/courses/101/link_o_mat/henderson_voting_alone.html (capturado 19 de março de 2003)
- VIEIRA, Liszt (1999). Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record.
- VIRILIO, Paul (1996). Velocidade e Política. São Paulo: Estação Liberdade.
- WEARE, C.; MUSSO, J. A.; HALE, M. (1999). Electronic Democracy and the Diffusion of Municipal Web Pages in California. In: Administration & Society, Vol. 31 No. 1, March 1999 3-27
- WELLMAN, B.; QUAN HAASE, A.; WITTE, J.; HAMPTON, K. (2001). Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment. American Behavioral Scientist, 45 (3), p. 436-455.

- WILHELM, Anthony (2002). A Democracia Dividida – A Internet e a participação política nos Estados Unidos. In : Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- WOLTON, Dominique (1995). "As contradições do espaço público mediatizado". In: Revista de Comunicação e Linguagens, 21-22: 167-188.
- WOLTON, Dominique (2001). E depois da Internet? – Para uma teoria crítica dos novos mídias. Algés, Portugal: Difel.
- ZALLER, John (1999). A Theory of Media Politics: How the Interests of Politicians, Journalists, and Citizens Shape the News.
- ZHANG, Junhua (2002). Will the government 'serve the people?': The development of Chinese e-government. In: new media & society. Vol4(2):163–184. London: SAGE.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTOUN, Henrique (2001). Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. Apresentado na 10ª Reunião Anual da COMPÓS, GT Tecnologias informacionais de Comunicação e Sociedade. Brasília: COMPÓS.
- BALLANDIER, Georges (1999). O Poder em Cena. Coimbra: Minerva.
- BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.) Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Editora Polis, 1980.
- CARVALHO, Rejane de (1999). "Reflexões sobre o padrão midiático publicitário da política". In: ID. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas: Pontes.
- CHIZZOTTI, Antonio (2000). Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez.
- CONTI, Mário Sérgio (1999). Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras.

- CUNHA FILHO, Paulo (1998). Modelos de cidadania digital: hipermídia e democracia na sociedade de informação.
http://www.eca.usp.br/gt_sociedadetecnologica/html/paulo_cunha98.html
- DE PAULA, Silas e GUEDES, Olga (1999). Sociedade de Informação: o futuro (im)perfeito. VIII Encontro da COMPÓS, UFMG.
- EDELMAN, Murray (1980). Constructing the Political Spectacle. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- GIDDENS, Anthony. Entrevista à revista "Isto é" nº 1658.
(<http://www.terra.com.br/istoe/1658/1658vermelhas.htm>)
- GUEDES, Olga (1999). "O Consumo das Novas Tecnologias de Comunicação na Esfera Privada". In: Coleção do I Colóquio Brasil - Reino Unido. INTERCOM. Colloque International. Montréal. <http://www.er.uqam.ca/nobel/gricis/actes/bogues/Guedes.pdf>
- HALL, Stuart (2001). A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HELD, David e MCGREW, Anthony (2001). Prós e Contras da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- HESELBEIN, Frances et. al. (1998). A comunidade do Futuro: idéias para uma nova comunidade. São Paulo: Futura.
- JOHNSON, T. J.; KAYE, B. K. (2003). A Boost or Bust for Democracy?: How the Web Influenced Political Attitudes and Behaviors in the 1996 and 2000 Presidential Elections. Harvard International Journal of Press Politics, 8 (3), p. 9-34.
- LIPOVETSKY, Gilles (2002). O império do efêmero. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Segunda parte, p. 159 - 287. MIGUEL, Luís Felipe (2000). Mito e Discurso Político. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.
- MAQUIAVEL (1999). O príncipe e Dez cartas. 3ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- MATTELART, Armand e Michèle (1999). História das Teorias da Comunicação. Edições Loyola.

- MELUCCI, Alberto. (1996). *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIGUEL, Luís Felipe (2000). *Mito e Discurso Político: Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.
- PAL, Leslie A . (1997). *Virtual Policy Networks: The Internet as a model of contemporary governance?*. (http://www.isoc.org/inet97/proceedings/G7/G7_1.HTM)
- PALACIOS, Marcos (1996). *Cotidiano e Sociabilidade No Cyberespaço: Apontamentos Para Uma Discussão In: O Indivíduo e as Mídias*. Rio de Janeiro : Diadorim, p. 87-104.
- SANTAELLA, Lúcia (2001). *Comunicação & Pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (2001). *Exclusão Digital – A Miséria na Era da Informação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- THOMPSON, J. B. (2002). *O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- TSAGAROUSIANOU, R; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (org.) (1998). *Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks*. London: Routledge.
- UINOMEN, Paula (1997). *The Internet as a Tool for Social Development*. (http://www.isoc.org/inet97/proceedings/G7/G7_1.HTM)
- WARD, Stephen; GIBSON, Rachel. (2003). *On-line and on message? Candidate websites in the 2001 General Election*. *The British Journal of Politics & International Relations*, 5 (2), p. 188-205.
- WEBER, Maria Helena (2000). *Comunicação e Espetáculos da Política*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.